

2010



FINANÇAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DO PLANO REAL À CRISE DE 2009

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

FINANÇAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DO PLANO REAL À CRISE DE 2009

Trabalho de pesquisa realizado pela Aequus Consultoria
para o Instituto Jones dos Santos Neves.

RELATÓRIO FINAL
Março, 2010

Aequus Consultoria

Finanças do estado do Espírito Santo: do Plano Real
à crise de 2009. Relatório final. Vitória, ES, 2010.

164p. : il. ; 21cm x 30cm.
ISBN 978-85-62509-63-6

1.Finanças Públicas. 2.Gestão Fiscal. 3.Crise
Internacional. 4.Espírito Santo(Estado). I.Instituto
Jones dos Santos Neves. II.Título.

Elaboração:



Rua Dr. Eurico de Aguiar, 888, sl. 504 – Vitória – ES
CEP 29056-200 – Tels: (27) 3235-7841 / 3235-7546

E-mail: aequus@aequus.com.br

Site: www.financasdosmunicipios.com.br

Alberto Jorge Mendes Borges
Diretor

Tânia Mara Kursino Villela
Editora técnica

Marta Luiza Kursino Villela
Administrativo

Adriano do Carmo Santos
Juliano César Gomes
Simone Rezende da Penha
Equipe técnica

Luís Fernando Novais
Colaboração

Triade Comunicação
Revisão

Lista de abreviaturas e siglas

a.a. – ao ano

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Bandes – Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Cedae – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro

CEF – Caixa Econômica Federal

CF – Constituição Federal

Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DCL – dívida consolidada líquida

DT – designação temporária

EUA – Estados Unidos da América

FEP – Fundo Especial do Petróleo

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPE – Fundo de Participação dos Estados

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FRDR – Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais

Fundap – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

Funres – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Invest-ES – Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo

IPAJM – Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPM – Índice de Participação dos Municípios

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IR – Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

ITCD – Imposto sobre a Transmissão de Bens Causa Mortis e Doações

ITR – Imposto Territorial Rural

KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau

LC – Lei Complementar

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

MME – Ministério de Minas e Energia

Opec – Organization of the Petroleum Exporting Countries

p.p. – pontos percentuais

PAS – Pesquisa Anual dos Serviços

PCES – Polícia Civil do Estado do Espírito Santo

PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PIA – Pesquisa Industrial Anual

PIB – produto interno bruto

PLO – Projeto de Lei Orçamentária

PMES – Polícia Militar do Estado do Espírito Santo

Pnafe – Programa Nacional de Apoio às Fazendas Estaduais

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

Prodesan – Programa de Despoluição e Saneamento do Espírito Santo

QPM – Quota-parte Municipal

RCD – receita corrente disponível

RCL – receita corrente líquida

RICMS – regulamento do ICMS

RGF – relatório de gestão fiscal

RREO – relatório resumido da execução orçamentária

RTD – receita total disponível

Sedu – Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo

Sefaz – Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo

Seger – Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

Sesa – Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo

STF – Supremo Tribunal Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde

Transcol – Programa de Investimentos em Transporte Coletivo e na Circulação Urbana da Região

Metropolitana da Grande Vitória

VTI – Valor da Transformação Industrial

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Proporção de estados com déficit e superávit orçamentários, 1995-2008.....	24
Gráfico 2 - Evolução do resultado primário consolidado do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008.....	25
Gráfico 3 - Evolução do resultado primário consolidado do Estado do Espírito Santo, 1995-2008.....	25
Gráfico 4 - Taxa anual de crescimento real do PIB do Brasil, 1995-2008.....	26
Gráfico 5 - Evolução da receita corrente disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil agrupados por regiões, 1995-2008.....	31
Gráfico 6 - Evolução da participação da despesa com pessoal sobre a RCD do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008.....	32
Gráfico 7 - Evolução da despesa com investimentos no Estado do Espírito Santo e no conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008.....	32
Gráfico 8 - Taxa anual de crescimento real da receita corrente disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados da Região Sudeste e do Brasil, 1996-2008.....	33
Gráfico 9 - Evolução da receita corrente disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados da Região Sudeste e do Brasil, 1995-2008.....	33
Gráfico 10 - Taxa média anual de crescimento real da receita corrente disponível, por estado, 2002-2008.....	34
Gráfico 11 - Participação da despesa com investimentos na receita total disponível do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008.....	35
Gráfico 12 - Taxa média anual de crescimento real da RCD, 2004-2008, e da RCL, 2008-2009, do Estado do Espírito Santo, do conjunto dos estados da Região Sudeste e do Brasil.....	36
Gráfico 13 - Variação da RCL dos estados do Brasil entre 2008 e 2009.....	36
Gráfico 14 - Participação da despesa com pessoal do Poder Executivo na receita corrente líquida do Estado do Espírito Santo, do conjunto dos estados da região Sudeste e do Brasil, 2008-2009.....	37
Gráfico 15 - Participação da despesa com investimentos na receita corrente líquida do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados da Região Sudeste e do Brasil, 2008-2009.....	37
Gráfico 16 - Participação da despesa com investimentos na receita corrente líquida dos estados da Região Sudeste e no conjunto dos estados do Brasil, 2009.....	38
Gráfico 17 - Composição dos principais itens da receita do Estado do Espírito Santo, 2008.....	39
Gráfico 18 - Evolução da composição da receita de capital do Estado do Espírito Santo, 2003-2008.....	42

Gráfico 19 - Participação da receita bruta de serviços do Estado do Espírito Santo no total do Brasil, 2003/2007	46
Gráfico 20 - Taxa de crescimento real do ICMS no Estado do Espírito Santo, por setor econômico e por períodos, 2000-2008	49
Gráfico 21 - Evolução da composição da receita do ICMS no Estado do Espírito Santo, por setor econômico, 2000-2008	51
Gráfico 22 - Taxa média anual de crescimento da arrecadação de IPVA, por estado, 2003-2008	53
Gráfico 23 - Evolução da arrecadação de IPVA no Estado do Espírito Santo e no conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008	53
Gráfico 24 - Evolução da receita líquida de IPVA no Estado do Espírito Santo, 2002-2008	54
Gráfico 25 - Evolução da participação da receita líquida de IPVA sobre a RCD do Estado do Espírito Santo, 2002-2008	55
Gráfico 26 - Evolução da arrecadação do ITCD no Estado do Espírito Santo e no conjunto dos estados do Brasil, 2001-2008	55
Gráfico 27 - Evolução da arrecadação de taxas no Estado do Espírito Santo, 2000-2008	56
Gráfico 28 - Evolução da participação da receita de taxas na RCD do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 2001-2008	57
Gráfico 29 - Evolução do FPE do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2009	59
Gráfico 30 - Evolução do número de matrículas no ensino fundamental, das redes estadual e municipal de ensino do Estado do Espírito Santo, 1998-2009	63
Gráfico 31 - Evolução da receita e da despesa Fundef/Fundeb no Estado do Espírito Santo, 1998-2008	63
Gráfico 32 - Evolução das receitas de transferências de capital do conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008	64
Gráfico 33 - Evolução das receitas de transferências de capital do Estado do Espírito Santo, 2000-2008	65
Gráfico 34 - Evolução dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural, no Estado do Espírito Santo e demais estados, 2000-2008	69
Gráfico 35 - Participação dos estados nos royalties e nas participações especiais do petróleo e gás natural, 2009	69
Gráfico 36 - Evolução da produção de petróleo no total do Brasil e nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, 2000-2009	71
Gráfico 37 - Evolução da produção de gás natural no total do Brasil e nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, 2000-2009	71
Gráfico 38 - Evolução do preço médio anual do barril de petróleo, 1997-2009	72

Gráfico 39 - Participação dos principais itens na formação da despesa líquida do Estado do Espírito Santo, 2002.....	75
Gráfico 40 - Participação dos principais itens na formação da despesa líquida do Estado do Espírito Santo, 2008.....	75
Gráfico 41 - Evolução da participação dos principais itens da despesa na RCD do Estado do Espírito Santo, 2002-2008.....	76
Gráfico 42 - Evolução da despesa com pessoal e da receita corrente no Estado do Espírito Santo, 1990-1995.....	78
Gráfico 43 - Comparativo da receita orçada com a receita arrecadada no Estado do Espírito Santo, 1995.....	78
Gráfico 44 - Evolução da receita corrente disponível e da despesa com pessoal do Estado do Espírito Santo, 1995-2008.....	79
Gráfico 45 - Evolução da participação da despesa com pessoal sobre a RCD, do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008.....	80
Gráfico 46 - Participação da despesa com pessoal na receita corrente disponível, por estados, 1995.....	80
Gráfico 47 - Participação da despesa com pessoal na receita corrente disponível, por estados, 2008.....	81
Gráfico 48 - Distribuição da despesa com pessoal por Poder e Ministério Público, 2008.....	81
Gráfico 49 - Distribuição da despesa com pessoal por função, 2008.....	82
Gráfico 50 - Evolução da despesa com pessoal, por funções selecionadas, 2001-2008.....	82
Gráfico 51 - Distribuição dos servidores ativos do Poder Executivo, por vínculo empregatício, 2008.....	83
Gráfico 52 - Distribuição dos servidores ativos do Poder Executivo, por órgão, 2008.....	84
Gráfico 53 - Evolução da despesa com custeio no Estado do Espírito Santo, 2000-2008.....	84
Gráfico 54 - Evolução da participação das despesas de pessoal e custeio na RCD do Estado do Espírito Santo, 2000-2008.....	85
Gráfico 55 - Evolução da participação das despesas de pessoal e custeio na RCD do conjunto de estados do Brasil, 2002-2008.....	85
Gráfico 56 - Participação da despesa com pessoal na RCD do Estado do Espírito Santo e do total dos estados do Brasil, 2002 e 2008.....	85
Gráfico 57 - Participação da despesa com custeio na RCD do Estado do Espírito Santo e do total dos estados do Brasil, 2002 e 2008.....	85
Gráfico 58 - Evolução das despesas com juros, encargos e amortizações no Estado do Espírito Santo, 2000-2008.....	86

Gráfico 59 - Participação das despesas com juros, encargos e amortizações na RCD do Estado do Espírito Santo, 2000-2008.....	87
Gráfico 60 - Evolução das despesas com juros, encargos e amortizações no conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008	87
Gráfico 61 - Evolução da participação da despesa com juros, encargos e amortizações da dívida na receita corrente disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008.....	87
Gráfico 62 - Participação das despesas com juros, encargos e amortizações na RCD, por Estado, 2008.....	88
Gráfico 63 - Evolução da despesa com investimento do conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008	89
Gráfico 64 - Taxa média anual de crescimento real da despesa com investimento,por Estado, 2003-2008.....	90
Gráfico 65 - Evolução da despesa com investimento em relação à receita total disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008	91
Gráfico 66 - Evolução da capacidade de investimento do Estado do Espírito Santo, 1995-2008	92
Gráfico 67 - Distribuição da despesa sob a ótica funcional, 2000	95
Gráfico 68 - Distribuição da despesa sob a ótica funcional, 2008	95
Gráfico 69 - Evolução da despesa por função, indicadores selecionados, 2000-2008.....	95
Gráfico 70 - Ranking da despesa com educação por aluno, 2002, em Reais	96
Gráfico 71 - Ranking da despesa com educação por aluno, 2008, em Reais	96
Gráfico 72 - Ranking da despesa com saúde por habitante, 2008, em Reais	97
Gráfico 73 - Evolução das transferências aos municípios da QPM-ICMS total, normal e Fundap, 2003-2008.....	98
Gráfico 74 - Evolução das transferências da QPM-ICMS total <i>per capita</i> , dos estados da Região Sudeste e do conjunto dos estados do Brasil, 2003/2008	99
Gráfico 75 - Evolução das transferências de capital voluntárias do Estado do Espírito Santo aos municípios, 2001-2008.....	100
Gráfico 76 - Evolução do ativo e passivo financeiros no Estado do Espírito Santo, 1995-2008.....	101
Gráfico 77 - Evolução do resultado orçamentário do Estado do Espírito Santo, 1995-2008	102
Gráfico 78 - Evolução da receita total disponível e da despesa total líquida do Estado do Espírito Santo, 2000-2008.....	103
Gráfico 79 - Evolução da (in)suficiência financeira do Estado do Espírito Santo, 1995-2008	103
Gráfico 80 - Evolução da dívida consolidada, do ativo financeiro e da dívida consolidada líquida do Estado do Espírito Santo, 2002-2008.....	104

Lista de tabelas

Tabela 1 - Resumo dos principais indicadores fiscais, comparativo entre o Estado do Espírito Santo e o conjunto dos estados do Brasil, 1995-1999	27
Tabela 2 - Taxa média anual de crescimento real da receita corrente disponível, do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil agrupados por regiões, por períodos, 1995-2008	29
Tabela 3 - Principais indicadores fiscais, comparativo entre o Estado do Espírito Santo e o conjunto dos estados do Brasil, 1999-2003	30
Tabela 4 - Resumo dos principais indicadores fiscais, comparativo entre o Estado do Espírito Santo e o conjunto dos estados do Brasil, 2003-2008	35
Tabela 5 - Evolução dos principais itens da receita disponível do Estado do Espírito Santo, 2000-2008	40
Tabela 6 - Evolução da participação dos principais itens na formação da receita disponível do Estado do Espírito Santo, 2000-2008	41
Tabela 7 - Participação do VTI da indústria do Estado do Espírito Santo no total do Brasil, 1996, 2000, 2003, 2007	44
Tabela 8 - Composição do VTI da indústria do Estado do Espírito Santo, segundo o grupo de atividades, 1996, 2000, 2003, 2007	45
Tabela 9 - Taxa média anual de crescimento real da arrecadação do ICMS dos estados da Região Sudeste e do conjunto dos estados do Brasil, por período, 2000-2008	46
Tabela 10 - Evolução da participação do ICMS dos estados da Região Sudeste no conjunto dos estados do Brasil, por períodos, 2000-2008	47
Tabela 11 - Evolução da arrecadação de ICMS no Estado do Espírito Santo, por setor econômico, 2000-2008	47
Tabela 12 - Evolução da participação do ICMS dos estados no total da Região Sudeste, 2000-2008	48
Tabela 13 - Taxa média anual de crescimento do IPVA nos estados agrupados por grandes regiões e no Estado do Espírito Santo, 2001-2008	52
Tabela 14 - IPVA: Taxa média anual de crescimento, 2003-2008, e participação relativa das microrregiões administrativas de governo na arrecadação, 2004 e 2008	54
Tabela 15 - Distribuição da arrecadação do ITCD no Estado do Espírito Santo, por microrregião administrativa de governo, 2002-2008	56
Tabela 16 - Distribuição da arrecadação de taxas no Espírito Santo, por microrregião administrativa de governo, 2002-2008	57

Tabela 17 - Composição do Fundo de Participação dos Estados, 1968-1993	58
Tabela 18 - Coeficientes de participação dos estados e do Distrito Federal no FPE, definidos pela LC nº 62/1989	60
Tabela 19 - Número de matrículas na educação básica das redes estadual e municipal no Estado do Espírito Santo, 1998-2009	62
Tabela 20 - Indicadores financeiros do Fundef/Fundeb para o Estado do Espírito Santo, 1998-2008	64
Tabela 21 - Transferência de capital anual média e participação da receita de transferência de capital na receita total disponível, do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, por período, 2000-2003/2004-2008	65
Tabela 22 - Evolução da receita de operações de crédito no Estado do Espírito Santo e no conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008	66
Tabela 23 - Contratação de operações de crédito, 2002-2008	67
Tabela 24 - Evolução dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural dos estados, 2000-2009	70
Tabela 25 - Evolução da participação dos estados no total dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural, 2000-2009	70
Tabela 26 - Participação dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural na receita corrente disponível dos estados, 2008	73
Tabela 27 - Valores de royalties, participações especiais e Fundo Especial do Petróleo recebidos ¹ pelo Governo do Estado do Espírito Santo, 2003-2008	73
Tabela 28 - Evolução dos principais itens da despesa líquida do Estado do Espírito Santo, 2000-2008	74
Tabela 29 - Evolução da participação dos principais itens na formação da despesa líquida do Estado do Espírito Santo, 2000-2008	74
Tabela 30 - Número de servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, por vínculo empregatício, 2004-2008 (mês de referência - junho)	83
Tabela 31 - Evolução da despesa com investimento, do resultado orçamentário e da suficiência financeira do Estado do Espírito Santo, 1995-2008	89
Tabela 32 - Evolução do investimento <i>per capita</i> e do investimento sobre a receita total disponível no Brasil, na Região Sudeste e no Estado do Espírito Santo, 2000-2008	90
Tabela 33 - Evolução da capacidade de investimento do Estado do Espírito Santo, 1995-2008	92
Tabela 34 - Investimento total por fonte de recurso no Estado do Espírito Santo, 2000-2008	93
Tabela 35 - Participação das fontes de recurso no total dos investimentos do Estado do Espírito Santo, 2000-2008	93

Tabela 36 - Evolução da despesa por função do Estado do Espírito Santo, 2000-2008.....	94
Tabela 37 - Transferências aos municípios da QPM-ICMS total dos estados da Região Sudeste e do conjunto dos estados do Brasil, 2003/2008	98
Tabela 38 - Evolução das transferências aos municípios da QPM-ICMS total, normal e Fundap, variação em relação ao ano anterior e participação da QPM-ICMS normal e Fundap no total das transferências, 2003-2008.....	98
Tabela 39 - Evolução da (in)suficiência financeira e do resultado orçamentário do Estado do Espírito Santo.....	102
Tabela 40 - Evolução da dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida dos estados do Brasil, 2000-2008.....	105
Tabela 41 - Perfil da dívida consolidada do Estado do Espírito Santo, 2008	106

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	19
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	20
1. A GESTÃO FISCAL DE 1995 A 2009.....	23
1.1 A desordem instalada – 1995-1999	23
1.2 Stop and go – 2000-2003.....	28
1.3 O ajuste em processo 2004-2008	31
1.4 Os impactos da crise financeira internacional – 2009.....	35
2. EVOLUÇÃO DA RECEITA E SEUS PRINCIPAIS ITENS.....	39
2.1 As receitas.....	39
2.2 A economia capixaba e a arrecadação de ICMS na década de 2000.....	43
2.2.1 Considerações gerais	43
2.2.2 Perfil da indústria e do setor de serviços no Espírito Santo.....	44
2.2.3 Desempenho da arrecadação de ICMS: Região Sudeste e Espírito Santo.....	46
2.2.3.1 O desempenho da economia capixaba entre 2000-2003 e a arrecadação de ICMS	48
2.2.3.2 A recuperação do ICMS e a dinâmica econômica no período 2004-2008.....	49
2.3 IPVA.....	52
2.4 ITCD	55
2.5 Taxas	56
2.6 FPE	58
2.6.1 Breve histórico de sua composição e critérios de distribuição.....	58
2.6.2 A inconstitucionalidade da atual distribuição do FPE.....	59
2.6.3 A evolução e a importância do FPE para o Espírito Santo	59
2.7 FUNDEF/FUNDEB	60
2.7.1 Como funciona	60
2.7.2 Evolução do saldo Fundef/Fundeb no Espírito Santo.....	62
2.8 Transferência de capital	64
2.9 Operação de crédito.....	65
2.10 Royalties de petróleo e gás.....	67
2.10.1 Definições e legislação em vigor.....	67
2.10.2 Participação especial	68

2.10.3 Os royalties no Estado do Espírito Santo e a venda desses recursos em 2003	68
2.10.3.1 A venda da receita futura dos royalties em 2003	68
2.10.3.2 A evolução dos royalties e participações especiais	68
2.10.3.3 A contribuição dos royalties para as finanças estaduais.....	72
3. EVOLUÇÃO DA DESPESA E SEUS PRINCIPAIS ITENS	74
3.1 As despesas	74
3.2 Pessoal.....	76
3.2.1 Antecedentes	76
3.2.2 Despesa de pessoal no Espírito Santo.....	77
3.2.3 Pessoal por função	81
3.2.4 Quantitativo de servidores	83
3.3 Custeio	84
3.4 Encargos e amortizações da dívida	86
3.5 Investimentos	88
3.6 Despesa por função	93
3.6.1 Rankings da educação e da saúde.....	96
3.7 Transferências do Estado para os municípios	97
3.7.1 Transferências de ICMS.....	97
3.7.2 O Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais	99
3.7.3 Transferências voluntárias de capital.....	100
4. SUFICIÊNCIA FINANCEIRA, RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E DÍVIDA DE LONGO PRAZO.....	101
4.1 Endividamento de curto prazo e resultado orçamentário.....	101
4.2 Endividamento de longo prazo.....	104
REFERÊNCIAS.....	107
NOTAS METODOLÓGICAS	113
1. Fonte dos dados estaduais	113
2. Ajuste da receita e despesa	113
3. Conceitos	113
4. Despesa com pessoal	113
5. Atualização de valores	114
APÊNDICES.....	115

Apresentação

O gestor público deve cumprir a função de alocar os recursos sociais, sempre escassos para atender às inúmeras demandas da sociedade. Para isso, precisa contar com um instrumento robusto capaz de apresentar de forma transparente sua prestação de contas à sociedade e, assim, demonstrar a idoneidade e a efetividade da sua gestão.

A relevância do conhecimento das Finanças Públicas do Estado baseia-se, antes de tudo, na garantia do conhecimento social da administração pública por meio do conjunto de informações ali contidas. Portanto, este estudo sobre as Finanças Públicas do Espírito Santo, além de um instrumento de análise da gestão fiscal do estado no período 1995 a 2009, visa contribuir para consolidar as jovens instituições democráticas do País.

Inicialmente é apresentado um Sumário Executivo, contendo a síntese das ideias que estão desenvolvidas ao longo do trabalho. Na sequência, no Capítulo 1, é feita uma avaliação das finanças públicas do Estado do Espírito Santo e de sua inserção no cenário nacional, desde a implantação do Plano Real até a mais recente crise financeira internacional.

No Capítulo 2 é abordada a evolução da receita e de seus principais itens. No Capítulo 3 é apresentado o desempenho da despesa e de seus principais itens por categoria econômica e por função. As transferências constitucionais e voluntárias aos municípios também são tratadas nesse Capítulo. No quarto e último Capítulo, analisa-se a situação do endividamento de curto e longo prazos e o resultado orçamentário.

Sumário Executivo

O presente trabalho analisa a evolução das finanças públicas do Estado do Espírito Santo, a partir do Plano Real até o advento da crise financeira internacional que afetou o Brasil no último trimestre de 2008, tendo como pano de fundo o quadro geral das finanças estaduais em âmbito nacional.

Desde a implantação do Plano Real, a situação fiscal do Espírito Santo acompanhou o panorama dos demais estados. Entretanto, em cada período analisado a sua inserção no cenário nacional é distinta. Ou seja, na comparação com os resultados fiscais dos demais estados, ficam evidentes as especificidades do desempenho das contas públicas do Espírito Santo, como será mostrado neste estudo.

Desde meados dos anos 90, a situação financeira e patrimonial dos estados brasileiros passou por profundas transformações. É possível identificar três períodos com características bem definidas: 1995/1999, 2000/2003 e 2004/2008. Na sequência, o ano de 2009 foi marcado pela crise financeira mundial.

A segunda metade dos anos 90 foi um período de grande desordem fiscal dos estados brasileiros, caracterizado pela adaptação ao Plano Real, num cenário de fraco desempenho da economia brasileira.

O Plano Real explicitou de forma clara e dolorosa a verdadeira situação fiscal dos estados brasileiros. Sem contar com a ajuda da inflação para ajustar seus balanços financeiros, os governos subnacionais emergiram do pós-Real com uma situação fiscal insustentável. Os gastos com pessoal e juros da dívida consumiam grande parcela da receita corrente disponível (RCD). Dada a rigidez desses itens, os investimentos eram efetuados à custa de recorrentes déficits orçamentários, fator que ampliava o nível de endividamento dos estados. No Espírito Santo, a situação fiscal beirava o colapso. Em 1995, sua RCD nem sequer era suficiente para cobrir os gastos com pessoal e juros e amortizações de dívidas, o que resultou num vultoso rombo orçamentário, desequilíbrio que iria se perpetuar por todo esse período.

Mesmo após a adoção pelos estados do Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira, o fra-

co desempenho da economia brasileira foi um fator adverso para as finanças dos entes subnacionais.

O desempenho irregular da economia brasileira entre 2000 e 2003, do tipo *stop and go*, associado à edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), marcou o desempenho das finanças dos estados nesse período.

Sob influência da LRF, o conjunto dos estados reduziu o ritmo de aumento dos gastos com pessoal, ao mesmo tempo que, pela primeira vez no pós-Real, obteve resultados orçamentário e primário positivos no ano 2000. Apesar desses dados, a fragilidade fiscal ainda era grande. Naquele mesmo ano, os estados acusavam um passivo de curto prazo a descoberto que correspondia a 15,1% da RCD, patamar que se manteve elevado até 2003.

No Espírito Santo, em que pese uma forte queda do nível de comprometimento da RCD com pessoal, o endividamento de curto prazo era ainda mais acentuado. Em 2002, seu passivo a descoberto correspondia a 44,6% de sua RCD, taxa apenas superada pelo Estado do Rio Grande do Sul. Em resumo, de 2000 a 2002, o Espírito Santo obtém melhoras em alguns indicadores, mas mantém um elevadíssimo endividamento de curto prazo.

O ano de 2003 marca o início da gestão dos novos governadores. E ao mesmo tempo, é o ano de uma forte crise econômica no Brasil. A partir de 2004 a economia brasileira ingressaria no seu mais longo período de crescimento no pós-Real.

Os governos recém-eleitos, como de praxe nesses momentos, contiveram seus gastos e reduziram o endividamento de curto prazo, que passou de R\$ 25,4 bilhões para R\$ 21,7 bilhões, de 2002 para 2003. Apesar de estar em níveis inferiores aos prevalentes em 2000, ele ainda estava bastante elevado, correspondendo a 10,7% da RCD na média dos estados. O recuo do endividamento de curto prazo representa a redução dos restos a pagar acumulados, o que sinaliza um maior esforço de adequação da execução orçamentária e financeira à realidade econômica.

Nesse mesmo momento, o Espírito Santo se diferenciou pela intensidade e pela precocida-

de com as quais promoveu o ajuste em suas contas *vis-à-vis* às demais unidades federadas. Ao contrário dos demais estados, que assistiram a uma queda na RCD em face da crise, no Espírito Santo ela apresentou um bom desempenho. Mesmo diante do aumento de receita, o Estado realizou um corte profundo em seus gastos com pessoal, custeio e, notadamente, nos investimentos, ao mesmo tempo que realizou a operação de venda da receita futura de *royalties*. O conjunto dessas medidas tornou possível reverter o quadro de endividamento de curto prazo e dar início ao processo de adequação da folha de pagamento de pessoal à capacidade de financiamento do Estado.

A partir de 2004, a retomada da atividade econômica alicerçou a expansão da receita dos estados. Todos os indicadores fiscais dão sinais de melhora sem precedentes nas finanças estaduais. A RCD e os investimentos cresceram aceleradamente. O gasto com pessoal acompanhou o aumento da receita, porém, em ritmo mais lento, acomodando-se melhor à capacidade de financiamento dos estados. O resultado orçamentário passou a ser positivo e crescente e o superávit primário, que já ocorria desde 2000, aumentou acentuadamente, delineando um ambiente fiscal saudável.

Nesse período, o Espírito Santo ocupou uma posição privilegiada em todos os indicadores. O comprometimento da RCD com itens relativamente rígidos, como pessoal e juros e encargos da dívida, caiu para um dos mais baixos níveis frente aos demais estados do Brasil. A situação de endividamento de curto prazo e o investimento, como proporção da receita total disponível (RTD), colocaram-se numa das melhores posições no *ranking* do País.

Esses anos de expansão da receita e equilíbrio das finanças estaduais também foram benéficos para os municípios capixabas. Eles presenciaram um forte aumento das transferências constitucionais, notadamente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como das transferências voluntárias do Estado, que tiveram participação importante na composição de seus investimentos, principalmente nos pequenos municípios.

A crise financeira internacional que impactou a economia mundial no final de 2008 impeliu a economia brasileira rumo à estagnação em 2009. Com base nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e nos Relatórios de Gestão

Fiscal (RGF) de 23 dos 27 estados, é possível afirmar que a receita dos estados, que vinha crescendo aceleradamente nos anos anteriores, sofreu um recuo de cerca de dois pontos percentuais em 2009.

Nesse contexto, os estados reduziram o ritmo de aumento dos gastos em geral, mas procuraram expandir seus investimentos como medida anticíclica. O aumento dessa despesa num ambiente de queda das receitas só foi possível graças ao recolhimento da suficiência financeira, não comprometendo assim o equilíbrio fiscal do conjunto dos estados do Brasil.

No Espírito Santo, a queda na receita corrente líquida (RCL) provocada pela crise internacional foi uma das mais intensas do País. Mesmo diante desse cenário adverso, o Estado registrou um aumento de gastos com pessoal do Poder Executivo, bem como dos investimentos. Esses aumentos foram bancados por sua reserva financeira de curto prazo, formada nos anos de expansão da receita. Em 2008, ela era a segunda maior do Brasil como proporção da RCL e em termos absolutos, de acordo com dados dos RGFs dos estados. Em 2009, mesmo depois de ser parcialmente utilizada, foi a terceira mais robusta do País em termos absolutos, atrás somente dos estados de São Paulo e do Paraná. Como proporção da RCL, manteve-se como a segunda maior, com o indicador de 22,9%.

A título de conclusão, o Estado do Espírito Santo, que até o final da década de 90 foi detentor das piores condições fiscais dentre todas as unidades federadas, alcança, em 2008, uma das melhores situações no âmbito das finanças públicas. Essa conquista lhe permitiu realizar aumentos substanciais nos investimentos e nas despesas, principalmente nas áreas de saúde, educação, transporte e agricultura, além de possibilitar uma tranquila travessia pela crise de 2009.

Uma das lições que se pode tirar dos acontecimentos de 2009 refere-se ao caráter permanente que deve ser dado ao chamado ajuste fiscal. O Estado realizou uma forte reestruturação de suas finanças durante cinco anos que, no entanto, não pode ser considerado como um trabalho encerrado. A Grande Recessão mundial de 2009 veio mostrar a importância de um ente público deter uma situação fiscal bem alicerçada, que lhe permita contrabalançar os efeitos da crise ou mesmo revertê-los. A formação de uma suficiência financeira que funcione

como uma reserva para ser utilizada em épocas difíceis é uma política fiscal prudente que pode permitir, inclusive, que governos lancem mão de políticas anticíclicas de estímulo à demanda, como corte de impostos e aumento de gastos em investimentos, sem comprometer o equilíbrio de suas contas.

Um resumo do posicionamento do Espírito Santo comparado aos demais estados, em cada um dos três períodos abordados, mais o ano de 2009,

pode ser visualizado no quadro abaixo. As colunas A, B, C, D e E são estratos que agrupam os 26 estados e o Distrito Federal de acordo com suas posições em cada indicador selecionado. O estrato A contém os cinco estados com o melhor desempenho no indicador. Do estrato B em diante, o desempenho vai decaindo até o estrato E, que engloba os cinco piores. Cada estrato possui cinco estados, exceto o C que inclui sete.

Período	1995 a 1999					2000 a 2003					2004 a 2008				
	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Crescimento da RCD															
Crescimento do ICMS															
Pessoal na RCD															
Suficiência financ. na RCD ¹															
Investimento na RTD															
Investimento <i>per capita</i>															

Período	2009 - Crise				
	A	B	C	D	E
Crescimento da RCL					
Crescimento do ICMS					
Pessoal na RCL					
Suficiência financ. na RCL					
Investimento na RCL					
Investimento <i>per capita</i>					

QUADRO 1 - Inserção do Estado do Espírito Santo no conjunto dos estados do Brasil, indicadores fiscais comparados, por período, 1995-2009

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008) e BRASIL (2009b, 2010b).

Nota: ¹ Não havia dados disponíveis para o cálculo da suficiência financeira para o período 1995-1999. Nos períodos seguintes, refere-se aos valores dos anos de 2002 e 2008.

No período de 1995 a 1999, o Espírito Santo ocupou as piores posições (D e E) em todos os indicadores. De 2000 a 2003, houve uma melhora em três indicadores, diante dos demais estados. No entanto, apesar do melhor posicionamento do gasto com pessoal como proporção da RCD, o endividamento de curto prazo mantinha-se extremamente alto, fato que se reflete na grave insuficiência financeira que situou o Estado entre os piores na estratificação do período. Já nos anos de 2004

a 2008, observa-se claramente uma completa reversão dos indicadores que passaram a ocupar posição nos dois melhores estratos. No ano da crise, percebe-se um forte impacto no desempenho da receita e o posicionamento do gasto com pessoal/RCL desce um estrato. Por outro lado, o Estado consegue manter um bom nível nos indicadores de investimento e na suficiência financeira. Ao longo deste trabalho busca-se detalhar a história de todo esse processo.

1. A GESTÃO FISCAL DE 1995 A 2009

1.1 A desordem instalada – 1995-1999

Na segunda metade dos anos 1990, o Brasil emergiu de uma profunda crise monetária. O Plano Real, implantado em meados de 1994, debelou um processo inflacionário crônico que havia resistido a quatro planos de estabilização: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989) e Plano Collor (1990).

Nos anos anteriores ao Plano Real, a economia brasileira convivia com elevadas taxas de inflação e um complexo sistema de indexação, que procurava manter o valor real dos contratos e das obrigações financeiras. Como forma de proteger as receitas públicas face à aceleração inflacionária, houve basicamente dois movimentos: a indexação da base de cálculo de alguns tributos e principalmente a redução no limite dos prazos de recolhimentos dos tributos vis-à-vis ao fato gerador, o que pressionava o caixa das empresas. Além desses mecanismos, os entes com boa posição fiscal tinham nas receitas financeiras uma das principais fontes, à semelhança de empresas privadas capitalizadas.

No entanto, as despesas, inclusive os salários, não contavam com os mesmos mecanismos de proteção. Como as despesas eram fixadas embutindo alguma previsão de inflação que usualmente subestimava a inflação efetiva (uma vez que estava em aceleração), havia um movimento automático de redução das despesas orçadas, que só podiam ser recompostas com créditos orçamentários ao longo do exercício.

Desse modo, receitas atualizadas e despesas deprimidas geravam uma poupança inflacionária em favor dos entes públicos. Graças aos mecanismos de proteção da inflação, os estados brasileiros conseguiam, naquela época, manter em nível razoável o valor real dos tributos que arrecadavam diretamente e das transferências constitucionais que recebiam da União. De certo modo, podemos incluir o setor público entre os “sócios” da inflação.

A poupança inflacionária camuflava as

contas públicas, e a estabilização dos preços explicitou a dura realidade das finanças dos estados brasileiros no pós-Real. Nesse novo cenário, os governos recém-eleitos

[...] não tiveram a capacidade política (ou discernimento técnico) de evitar que o reajuste salarial do funcionalismo em 1995 recompusesse os salários ‘pelo pico’. A quase totalidade de estados e municípios, nos meses iniciais de 1995, concedeu reajustes nominais na faixa de 35% a 40% [...] (MORA; GIAMBIAGI, 2005, p. 3).

Sem poder contar com a inflação para corroer o valor da folha de pagamentos, esses reajustes comprometeram de forma irremediável a estrutura das finanças dos governos estaduais.

Ao final do exercício 1995, 23 das 27 unidades federadas acusaram déficit orçamentário (Gráfico 1), que totalizou R\$ 16,5 bilhões, correspondentes a 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Os estados comprometeram com pessoal, em média, 62,4% da RCD e outros 17,1% foram destinados para pagamentos de juros e amortizações de dívidas. Se considerar ainda a parcela destinada à despesa com custeio, esses gastos juntos consumiram a quase totalidade da receita disponível dos estados.

Dado o elevado grau de comprometimento da receita corrente disponível, o volume de investimentos efetuados naquele ano, de R\$ 16 bilhões, foi financiado pelo rombo orçamentário da mesma magnitude, fato esse que ampliou o endividamento dos estados no Brasil.

No Espírito Santo, a situação fiscal estava ainda mais deteriorada. Em maio de 1995, o governo estadual concedeu um aumento salarial de 25,34% aos funcionários do Estado. No entanto, conforme Oliveira (2006), a crise financeira do Espírito Santo começou antes do Plano Real, quando afirma que “[...] as estimativas indicam claramente que a fase mais aguda da crise financeira teve início no terceiro ano da administração Albuíno (1993), aprofundou-se no Governo Vitor Buaiz (1995-1998) [...]”.

De fato, em 1995, o Estado destinou 91,7% de sua RCD para pessoal e 11,1% para

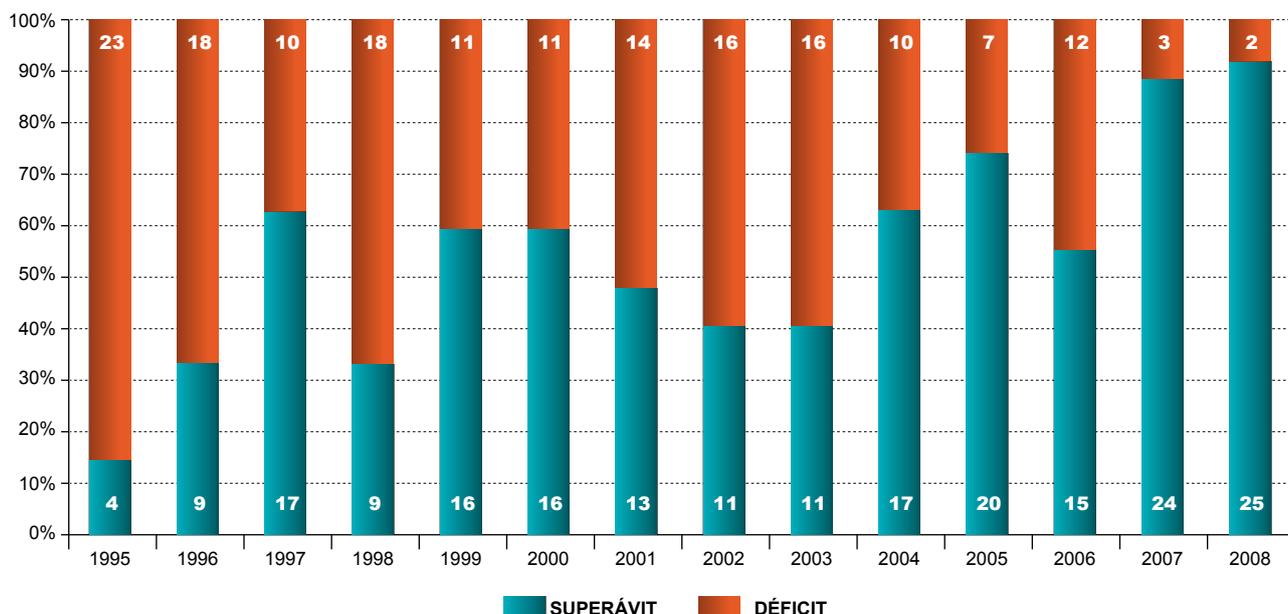


GRÁFICO 1 - Proporção de estados com déficit e superávit orçamentários, 1995-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008)¹.

juros e encargos da dívida. Os demais custeios e os investimentos se fizeram à custa de um déficit da ordem de R\$ 684,7 milhões, quantia que correspondeu a 26,5% de toda a RCD daquele ano. O nível de comprometimento da RCD com pessoal verificado no Espírito Santo foi superado apenas pelo Estado do Rio de Janeiro (94,6%) – veja Gráfico 46, na página 80. A proporção do déficit orçamentário na RCD só foi inferior à registrada pelos estados de Rondônia (42,5%), Rio de Janeiro (32,9%) e Minas Gerais (28,3%).

O quadro de deterioração das contas públicas estaduais se completa quando se observa o nível de endividamento dos estados no pós-Real. Iniciado nos anos 1970, o endividamento atingiu níveis elevados em meados dos anos 1990. Segundo Mora e Giambiagi (2005), a dívida dos estados em 1996 correspondia a 16,6% do PIB, ainda que concentrada nos estados de São Paulo (7,1%), Minas Gerais (1,7%), Rio Grande do Sul (1,3%) e Rio de Janeiro (1,1%).

Como consequência desse quadro, o resultado primário dos estados era negativo e aumentava vertiginosamente, passando de R\$ 11,5 bilhões em 1995 para R\$ 42,2 bilhões em 1998, ou seja, crescendo quase quatro vezes no período. No Espírito Santo, entre os mesmos anos, o déficit primário saltou de R\$ 766,8 milhões para R\$ 1,2 bilhão (Gráfico 2 e Gráfico 3). Para maior detalhamento ver Tabela do resultado primário por Estado no Apêndice A.

A precária situação fiscal dos estados e a diretriz do governo federal de reorganizar as finanças públicas do País deram origem ao Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira, concebido em 1996 e condicionado pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 (BRASIL, 1997). Esse programa induziu as unidades da Federação a implantarem uma reforma abrangente em consonância com a esfera federal através de três grandes eixos básicos, a saber:

- a) o ajuste fiscal para viabilizar o pagamento das prestações associadas ao refinanciamento;

¹ As referências correspondentes à entrada ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda, que tratam do balanço geral anual, serão identificadas por Balanço Geral do Espírito Santo e o período de publicação entre parênteses.

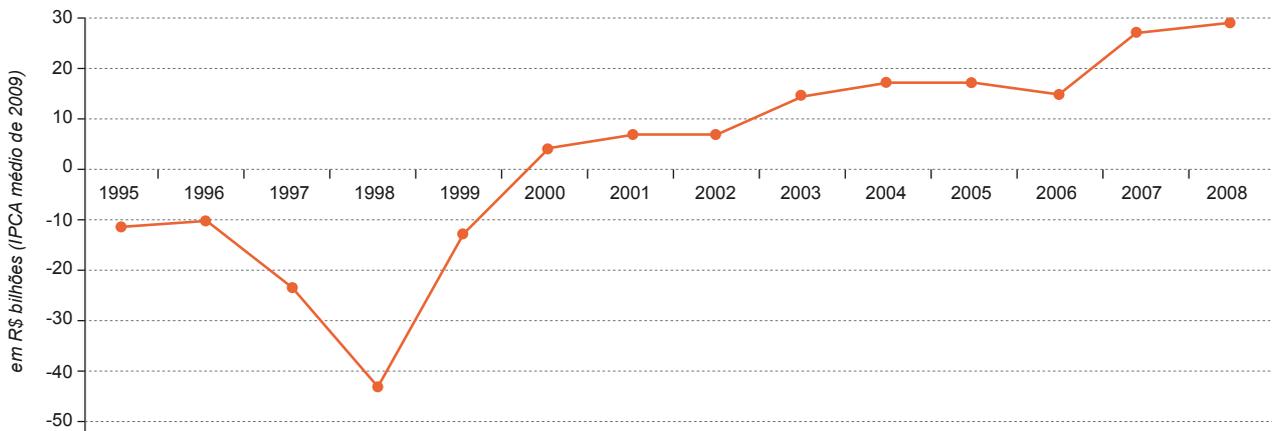


GRÁFICO 2 - Evolução do resultado primário consolidado do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008

FONTE: Adaptação de BRASIL (2009b).

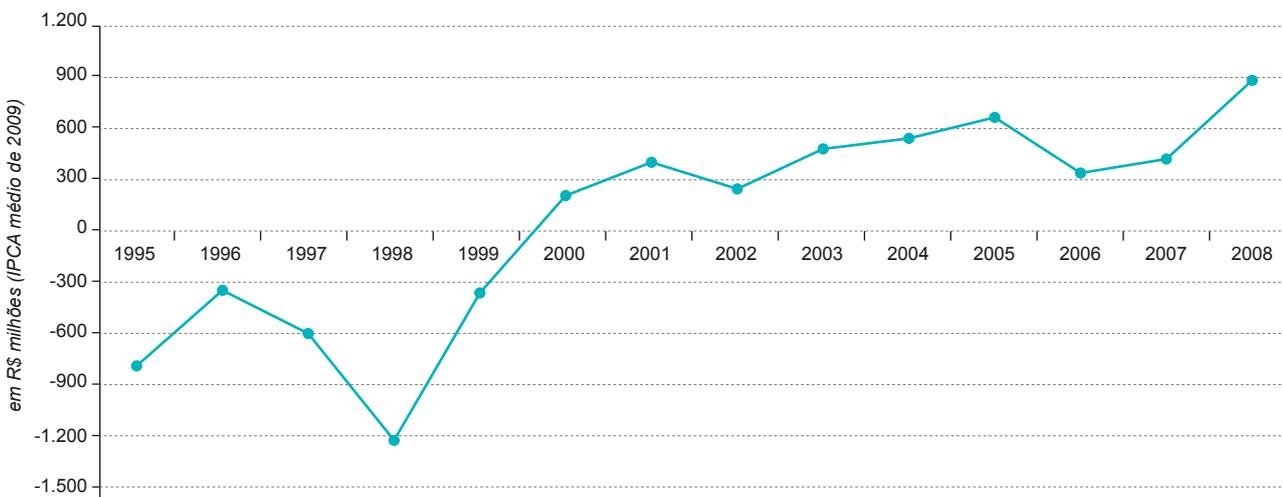


GRÁFICO 3 - Evolução do resultado primário consolidado do Estado do Espírito Santo, 1995-2008

FONTE: Adaptação de BRASIL (2009b)

- b) a venda de ativos estaduais, particularmente os programas de desestatização de concessionárias estaduais de distribuição de energia elétrica; e
- c) a privatização/liquidação dos bancos estaduais (MORA; GIAMBIAGI, 2005).

Incorajados pelas condições favoráveis de refinanciamento de suas dívidas diante de uma situação fiscal que beirava o colapso, os esta-

dos aderiram em massa ao Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira. No dia 9 de outubro de 1996, a Lei Estadual nº 5.276 instituiu o Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste no Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2010c). As medidas foram aprovadas pela Assembleia Legislativa e, cerca de um ano depois, no dia 23 de dezembro de 1997, o Espírito Santo assinou com a União o contra-

to de refinanciamento de sua dívida estadual.

Um dos pontos mais exitosos do Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira foi a obtenção de resultados primários positivos por parte dos estados, necessários para garantir o pagamento dos serviços da dívida e evitar a explosão do endividamento estadual.

As bases do Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira dos Estados e Municípios foram consolidadas a partir da aprovação da LRF em 2000, que expressamente proibiu em seu artigo 35 novos refinanciamentos de dívidas entre os entes federados e a União. Ao contrário do que ocorria no passado, quando os estados sucessivamente descumpriam suas obrigações de refinanciamento com a União, a partir de 2000 os contratos tiveram que efetivamente ser cumpridos, pois a inadimplência resultaria na suspensão de transferências e outras penalidades. De acordo com Figueiredo et al. (2001), “[...] a LRF põe fim aos refinanciamentos e rolagens das dívidas estaduais e municipais pela União, a qual normalmente as assumia e trocava por novas, com melhores condições de pra-

zo e taxa de juros”. Os Gráfico 2 e Gráfico 3 demonstram que, somente a partir da edição da LRF, os estados passaram a gerar sistematicamente superávits primários para honrar o pagamento do serviço da dívida com a União de forma consistente.

Em que pese os aspectos positivos do Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira, os desequilíbrios fiscais dos estados persistiram nos anos que se seguiram. Apesar do empenho dos estados em organizar a gestão fiscal e aumentar a eficiência das máquinas arrecadatórias, inclusive mediante a implantação do Programa Nacional de Apoio às Fazendas Estaduais (Pnafe), o fraco desempenho da economia brasileira não propiciou o alargamento das bases de arrecadação dos tributos estaduais e dos impostos da União que servem de base para as transferências constitucionais. Como se sabe, a segunda metade dos anos 1990 foi marcada por baixas taxas de crescimento da economia, sendo que no biênio 1998-1999 ela ficou praticamente estagnada, conforme mostra o Gráfico 4.

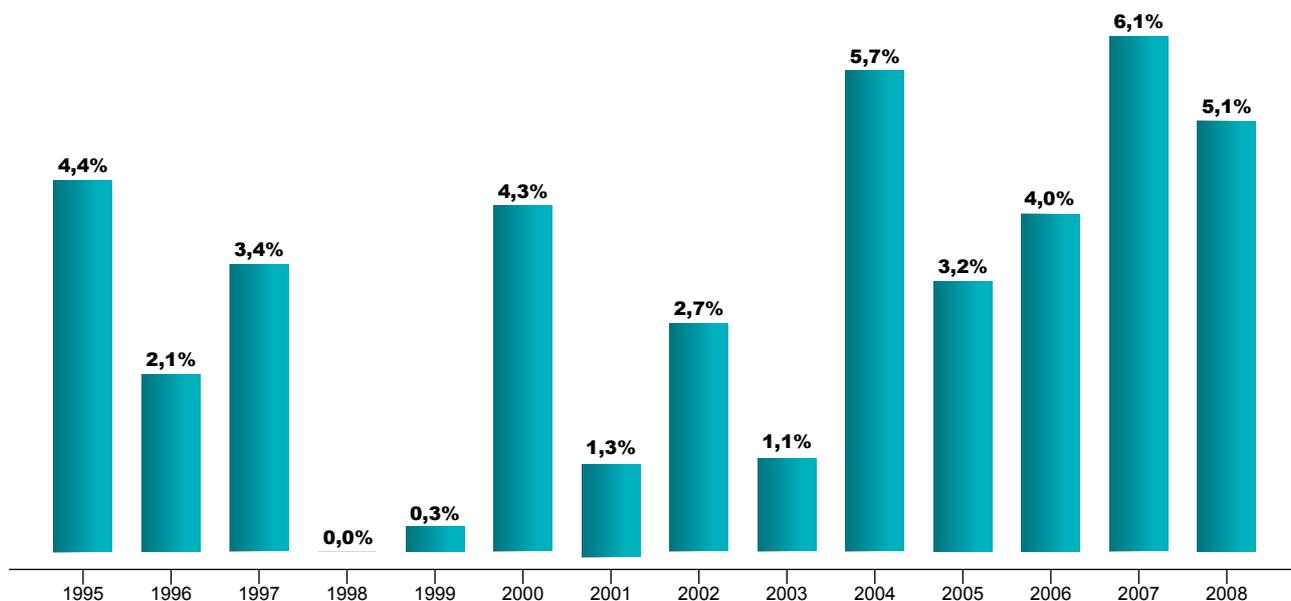


GRÁFICO 4 - Taxa anual de crescimento real do PIB do Brasil, 1995-2008

FONTE: IPEADATA (2010)

Com efeito, a arrecadação nacional do ICMS aumentou apenas 5,2%, entre 1995 e 1999, e o Fundo de Participação dos Estados (FPE) manteve-se estável (-0,6%). Com variações marginais, a RCD agregada do conjunto dos estados apresentou um desempenho muito acanhado na segunda metade dos anos 1990. Em 1999 ela somou R\$ 162,8 bilhões, valor apenas 7,4% maior que os R\$ 151,7 bilhões que atingira em 1995.

Num ambiente de baixo crescimento das receitas, o aumento mais veloz dos gastos com pessoal, na média de 26,1% nesse período, fez com essa despesa consumisse, em 1999, 73,3% da RCD dos estados, um aumento de 10,9 pontos percentuais em relação ao que prevalecia em 1995.

O Estado do Espírito Santo, por sua vez, fechou os exercícios de 1998 e 1999 com déficits orçamentários da ordem de, respectivamente R\$ 710,1 milhões e R\$ 727,5 milhões, valores que correspondiam a 25,9% e 26,9% de toda sua receita corrente disponível nesses anos. O nível de comprometimento da RCD com pesso-

al manteve-se elevado em 1999 (87,2%), mas apresentou pequena queda quando comparado ao índice prevalecente em 1995, de 91,7%.

Em suma, comparando-se o desempenho fiscal dos estados brasileiros com o do Espírito Santo, nota-se que, entre os anos de 1995 e 1999, a situação do governo capixaba foi de maior deterioração das contas fiscais. A despeito da despesa com pessoal ter permanecido praticamente estagnada no Espírito Santo, enquanto na média dos estados ela cresceu 6% ao ano, a menor expansão da RCD (1,2% ao ano nesse período) condicionou o seu resultado orçamentário. O déficit orçamentário como proporção da RCD no Espírito Santo atingiu -20,5%, na média desse período, patamar bem superior ao observado no total dos estados brasileiros (-1,4%, ver Tabela 1). Esses fatos demonstram que, se parte das dificuldades fiscais do Estado do Espírito Santo devia-se ao contexto macroeconômico brasileiro, sua deterioração fiscal foi resultado da aplicação de políticas orçamentárias e financeiras inadequadas e fora de sintonia com o novo ambiente econômico.

TABELA 1 - Resumo dos principais indicadores fiscais, comparativo entre o Estado do Espírito Santo e o conjunto dos estados do Brasil, 1995-1999

Indicadores	1995-1999 (em %)	
	Total dos estados	Espírito Santo
RCD (taxa média anual de crescimento)	1,8	1,2
Despesa com pessoal (taxa média anual de crescimento)	6,0	-0,1
Despesa com pessoal / RCD	66,4	87,0
Suficiência financeira / RCD ¹	...	-78,6
Despesa com investimento / RTD	14,5	6,1
Resultado orçamentário / RCD	-1,4	-20,5

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-1999).

Notas: ¹ refere-se apenas ao valor do último ano do período, ou seja, 1999.

RCD = receita corrente disponível. RTD = receita total disponível.

Sinal convencional utilizado: ... dado numérico não disponível.

1.2 Stop and go – 2000-2003

O desempenho irregular da economia brasileira entre 2000 e 2003, cuja principal característica foi a trajetória do tipo *stop and go*, associado à edição da LRF, marcaram o desempenho das finanças dos estados nesse período. Após dois anos de estagnação, o surto de crescimento econômico de 2000, com o PIB experimentando uma taxa de crescimento de 4,3%, trouxe algum alívio aos indicadores fiscais dos estados brasileiros. Entretanto, ainda era bastante ruim o quadro geral das finanças dos estados no último ano da década passada.

Em 2000, pela primeira vez no pós-Real, o resultado orçamentário agregado dos estados foi positivo em R\$ 1,7 bilhão. O bom momento econômico propiciou a expansão da arrecadação de ICMS em 13,1% e do FPE em 10,7%. Com isso a receita corrente disponível agregada dos estados cresceu 13,9%.

O gasto com pessoal sob a influência da LRF, que impôs restrições ao comportamento dos gestores das finanças públicas, aumentou apenas 2,9%, entre 1999 e 2000, taxa bem inferior à variação observada nos dois anos anteriores, quando havia crescido, respectivamente, 12,4% e 7,9%. Assim, o nível de comprometimento da RCD com pessoal sofreu forte queda e passou de 73,3% para 66,2% nesse período.

Esse recuo, entretanto, foi insuficiente para delinear uma situação mais confortável das finanças públicas. O comprometimento da RCD com juros e encargos de dívidas ainda permanecia elevado em 2000: 14,2% na média dos estados brasileiros. Pessoal e serviços da dívida, somados, consumiram 80,4% da RCD dos estados, indicador que dá uma dimensão da baixa margem de investimento que possuíam os estados no Brasil. No ano da LRF, o investimento do conjunto dos estados totalizou R\$ 18,8 bilhões, valor que correspondeu a 0,9% do PIB e a 8,9% da receita total disponível.

A fragilidade fiscal dos estados pode ainda ser percebida observando-se a situação de endividamento de curto prazo. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) passou a disponibilizar os dados do balanço patrimonial dos entes subnacionais a partir de 2000. Naquele ano, o

passivo de curto prazo a descoberto dos estados atingiu a cifra de R\$ 28,02 bilhões, valor que correspondia a 15,1% da RCD.

O Espírito Santo também experimentou forte queda, ainda que insuficiente, da receita corrente disponível aplicada em pessoal. Em 1999, essa relação havia sido de 87,2%, percentual que recuou para 74,9% no ano de 2000. Esse ajuste de 12,3 pontos percentuais deveu-se ao efeito combinado da ligeira queda dos gastos com pessoal, de 1,7% em relação ao ano anterior, com a excepcional performance da arrecadação de ICMS, cuja taxa de crescimento foi de 20%, o que determinou a alta de 14,5% na RCD entre 1999 e 2000.

Em que pese a redução da parcela da RCD destinada a pessoal, os desequilíbrios financeiros do Espírito Santo ainda eram bastante acentuados. Na medida em que os juros e as amortizações das dívidas comprometeram 11,7% da RCD, o Estado fechou o exercício de 2000 com um déficit de R\$ 103,4 milhões e um passivo de curto prazo a descoberto que somava R\$ 1,5 bilhão. Essa quantia correspondeu a quase metade (47%) da RCD do Estado. Dentre os estados brasileiros, apenas no Paraná esse indicador foi mais elevado (56,9%).

Nos três anos que se seguiram ao da edição da LRF, a economia brasileira voltou a apresentar baixas taxas de crescimento do PIB, notadamente em 2001 (1,3%) e 2003 (1,1%), fator que condicionou o desempenho dos indicadores fiscais dos estados brasileiros.

Considerando o período que compreende os anos de 1999 a 2003², a receita corrente disponível do conjunto de estados apresentou uma taxa média anual de crescimento de 5,6%, muito superior à que prevaleceu entre 1995 e 1999 (1,8%), como mostra a Tabela 2 (veja dados por Estado no Apêndice B).

Todavia, esse crescimento foi muito desigual entre as regiões do Brasil e acompanhou o movimento de *stop and go* da economia. Os melhores resultados foram obtidos nos anos de maior dinamismo da economia brasileira: em 2000, o aumento foi de 13,9% e, em 2002, de 7,6%. Em

² O texto trata do período de 2000 a 2003, mas o cálculo da taxa média anual de crescimento abrange o ano de 1999 a fim de incluir o crescimento ocorrido em 2000. Assim também foi feito para o período seguinte, de 2004 a 2008, quando 2003 foi incluído no cálculo.

TABELA 2 - Taxa média anual de crescimento real da receita corrente disponível, do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil agrupados por regiões, por períodos, 1995-2008

Regiões	1995-1999 (em %)	1999-2003 (em %)	2003-2008 (em %)
Norte	-2,6	11,0	11,0
Nordeste	2,7	7,1	9,1
Centro-Oeste	7,6	-3,1	9,8
Sudeste	0,8	6,2	8,0
Sul	1,9	5,8	6,0
Espírito Santo	1,2	8,5	12,3
Total dos estados	1,8	5,6	8,3

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

2001, a taxa foi de apenas 3,7%. No ano mais adverso para a economia brasileira, 2003, a RCD dos estados recuou 2% em relação ao ano imediatamente anterior. Esse resultado foi determinado pelas quedas na arrecadação do ICMS (-0,8%) e nas transferências do FPE (-9,3%). Tomando como base o ano de 2000, ao final de 2003 a RCD dos estados brasileiros havia aumentado apenas 9,4%.

Os gastos com pessoal seguiram a trajetória oscilante da receita corrente disponível. Em 2003, os governos recém-eleitos, acossados pela crise, promoveram um corte de 5,1% no gasto com pessoal, em relação ao ano anterior. Ao final de 2003, os estados brasileiros destinaram 65,5% da RCD para despesas com pessoal, praticamente o mesmo percentual (66,2%) de três anos antes.

No primeiro ano de mandato ocorreu também um significativo recuo no endividamento de curto prazo, que passou de R\$ 25,4 bilhões para R\$ 21,7 bilhões. Apesar de estar em níveis inferiores aos prevalecentes em 2000, ele ainda estava bastante elevado, correspondendo a 10,7% da RCD dos estados. O recuo do endividamento de curto prazo representa a redução dos restos a pagar acumulados, o que sinaliza um maior esforço de adequação da execução orçamentária e financeira à realidade econômica.

Nesse contexto nacional, o Espírito Santo conseguiu suas maiores taxas de crescimento da RCD nos anos de 2000 e 2001, o que lhe possibi-

litou reduzir seu comprometimento com pessoal para 62,6% ao final de 2001. Nesse último ano, as receitas cresceram 17,1% e as despesas com pessoal apresentaram pequena queda. Em 2002, entretanto, a RCD recuou 4% devido à forte diminuição da arrecadação de ICMS (de -9,6%, em relação ao ano anterior). Nesse cenário adverso, bastou que o Estado aumentasse o gasto com pessoal em 5,3% para que sua parcela na receita corrente disponível subisse para 68,7%.

Em meio à forte crise econômica que se abateu sobre a economia brasileira em 2003, os indicadores fiscais do Espírito Santo, sob nova governança, sofrem uma completa reversão, dando os primeiros sinais da melhora que iria se consolidar nos anos seguintes.

Uma das particularidades do ajuste fiscal capixaba em curso comparado ao dos demais estados é a sua precocidade e intensidade. Em 2003, sob o impacto da crise, as administrações estaduais em primeiro ano de mandato sofreram uma queda em suas receitas correntes disponíveis da ordem de 2%, em média. No Espírito Santo, ao contrário, a RCD caminhou em sentido inverso naquele ano, com aumento de 7,9%, devido ao crescimento de 6,9% na arrecadação do ICMS. Esse aumento no recolhimento de ICMS proporcionou uma receita adicional de R\$ 253,3 milhões e a operação de venda da receita futura de *royalties* injetou mais R\$ 346,5 milhões (ambos os valores a pre-

ços corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA médio - de 2009) no orçamento do Estado, em 2003, que se destinou ao pagamento de dívidas contratuais, bem como à capitalização do regime de previdência estadual. Essa operação contribuiu para o reequilíbrio patrimonial do Estado ao reduzir o endividamento de curto e longo prazos a partir de 2003.

Além de obter um aumento de sua RCD, o governo capixaba procedeu a uma forte contenção das despesas. O corte de 5,9% nos gastos com pessoal, aliado ao incremento da receita, fez com que a relação gasto com pessoal/RCD recuasse intensamente, de 68,7% para 59,9%, entre 2002 e 2003, contra uma média nacional nesse último ano de 65,5%. Houve também significativo corte de 5,1% nas despesas de custeio, resultado da renegociação e revisão de contratos de suprimento com a administração. Também os orçamentos dos outros Poderes foram ajustados à nova realidade fiscal do Estado. Vale citar que o Projeto de Lei Orçamentária (PLO) de 2003, encaminhado pelo governo anterior à Assembleia Legislativa, foi retirado e encaminhada uma nova proposta em junho de 2003, com significativa redução das despesas programadas para todos os Poderes, configurando a implantação do orçamento em bases realistas.

Ainda em 2003, diante da crise e perda de receita, os governos estaduais promoveram um

corte nos investimentos de 28,1%. No Espírito Santo, essa retração foi mais forte e alcançou 44,8%, sendo que o volume aplicado, de R\$ 149,9 milhões, foi o menor desde 1995.

Como resultado do aumento da receita e contenção dos gastos em 2003, o Espírito Santo obteve um superávit orçamentário da ordem de R\$ 486,8 milhões (Capítulo 4). Como proporção da RCD, da ordem de 13%, foi o maior resultado dentre todos os estados (Apêndice C).

Para finalizar a caracterização de 2003, ano em que o Espírito Santo inicia seu processo de ajuste fiscal de forma profunda e precoce em relação aos demais estados, observa-se uma radical inversão da situação de endividamento de curto prazo.

Em 2002, o Espírito Santo acusava um passivo a descoberto de R\$ 1,6 bilhão, valor que correspondia a 44,6% da RCD, indicador que só era superado pelo Rio Grande do Sul (56,7%). Já em 2003, o passivo a descoberto deu lugar a uma poupança financeira (ativo financeiro superior ao passivo financeiro) da ordem de R\$ 174 milhões (veja Capítulo 4).

O Espírito Santo passou a ser o terceiro Estado da Federação com o melhor indicador de endividamento de curto prazo, com a poupança financeira correspondendo a 4,6% da RCD. Foi o mais forte ajuste da situação de endividamento de curto prazo promovido pelos estados brasileiros

Tabela 3 - Principais indicadores fiscais, comparativo entre o Estado do Espírito Santo e o conjunto dos estados do Brasil, 1999-2003

Indicadores	1999-2003 (em %)	
	Total dos estados	Espírito Santo
RCD (taxa média anual de crescimento)	5,6	8,5
Despesa com pessoal (taxa média anual de crescimento)	2,7	-1,2
Despesa com pessoal / RCD	66,7	66,1
Suficiência financeira / RCD ¹	-10,7	4,6
Despesa com investimento / RTD	9,2	6,8
Resultado orçamentário / RCD	-1,7	3,8

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2003).

Notas: ¹ refere-se apenas ao valor do último ano do período, ou seja, 2003.

RCD = receita corrente disponível. RTD = receita total disponível.

entre 2002 e 2003. Na média dos estados brasileiros, o passivo a descoberto manteve-se em níveis elevados, da ordem de 10,7% da RCD.

Portanto, o início do ajuste fiscal em 2003 foi realizado mediante o reequilíbrio financeiro e patrimonial. O saneamento financeiro foi obtido graças à adoção de políticas, visando ao incremento da receita, associada à forte redução e contenção de despesas correntes e de capital. A venda de ativos (*royalties*), por sua vez, proporcionou a redução do endividamento. As duas ações executadas concomitantemente foram fundamentais para o sucesso do ajuste, uma vez que não bastaria vender ativos se não houvesse uma adequação do fluxo de receitas e despesas correntes.

1.3 O ajuste em processo 2004-2008

Impulsionada pela expansão da economia, a receita corrente disponível dos estados cresceu de forma acelerada entre 2003 e 2008 e apresen-

tou uma taxa média anual de variação de 8,3%. O crescimento econômico consubstanciado em taxas positivas do PIB, que oscilaram entre 3,2% (2005), 6,1% (2007) e 5,1% (2008), foi o pano de fundo do dinamismo da arrecadação tributária no País.

Em 2008, a RCD dos estados, que somava R\$ 302,8 bilhões, era quase 50% maior que a observada em 2003. Todas as regiões do País apresentaram elevação da RCD, sendo que os aumentos mais acentuados localizaram-se nas regiões Norte e Nordeste. Na comparação com as regiões, o Espírito Santo se destacou com resultados positivos maiores, especialmente a partir de 2005 (Gráfico 5).

O excelente desempenho da arrecadação tributária, as regras estabelecidas pela LRF e as metas estabelecidas nos contratos firmados entre União e os governos subnacionais no âmbito do Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira criaram um ambiente econômico e institucional para que os indicadores sinalizassem uma melhora substancial na situação fiscal dos estados brasileiros.

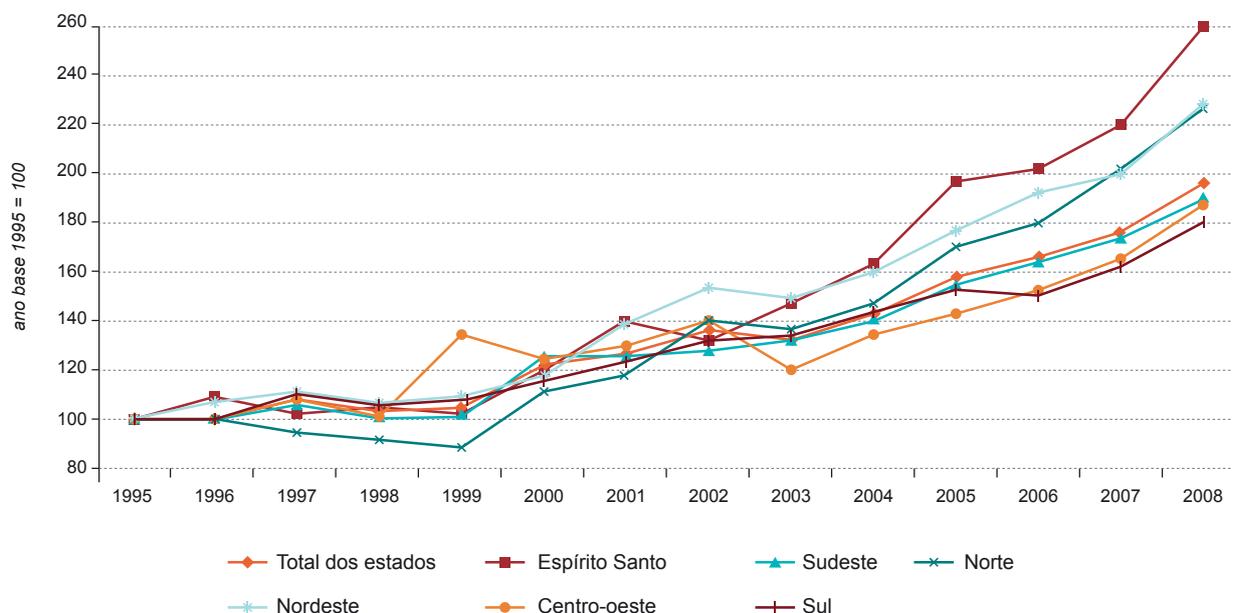


GRÁFICO 5 - Evolução da receita corrente disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil agrupados por regiões, 1995-2008

FONTE: Adaptação de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

Em 2008, apenas Bahia e Piauí apresentaram orçamentos deficitários. No mesmo ano, o resultado orçamentário total dos estados foi positivo em R\$ 10,4 bilhões, desempenho que sucedeu outro superávit de R\$ 7,6 bilhões no ano anterior.

Do ponto de vista do endividamento, a situação também melhorou. Em 2000, a dívida de curto prazo revelava um passivo a descoberto que correspondia a 15,1% da RCD, sendo que somente sete estados acusavam indicadores positivos. A partir de 2004, o endividamento passou a recuar de forma persistente. Em 2007, das 27 unidades federadas, apenas oito apresentavam passivos superiores aos ativos de curto prazo. Em 2008, quatro estados (Alagoas, Minas Gerais, Goiás e Rio Gran-

de do Sul) ainda mostravam passivos de curto prazo a descoberto, sendo que nos dois primeiros a situação era relativamente confortável, pois correspondiam a 1,5% e 3,7%, respectivamente, da RCD. No Rio Grande do Sul o quadro era um pouco mais grave, dado que o passivo a descoberto correspondeu a 26,3% de sua RCD.

Os gastos com pessoal, que por muitos anos consumiram parcelas insustentáveis da receita corrente disponível dos estados, foram paulatinamente cedendo e, em 2008, o nível de comprometimento na média nacional era de 55,2% (Gráfico 6). Entre 2003 e 2008, enquanto a receita corrente disponível cresceu a uma taxa média anual de 8,3%, o gasto com pessoal avançou num ritmo mais lento, de 4,7%.

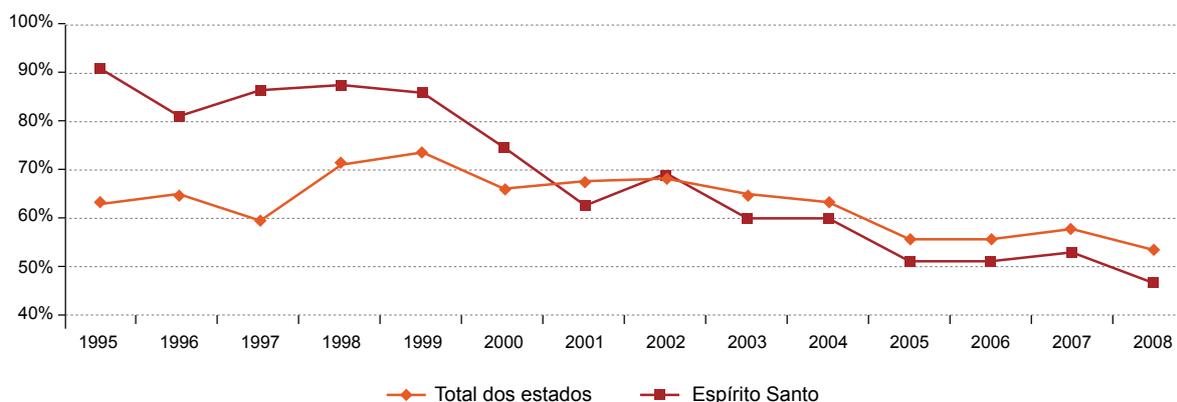


GRÁFICO 6 - Evolução da participação da despesa com pessoal sobre a RCD do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008) e BRASIL (2009b).

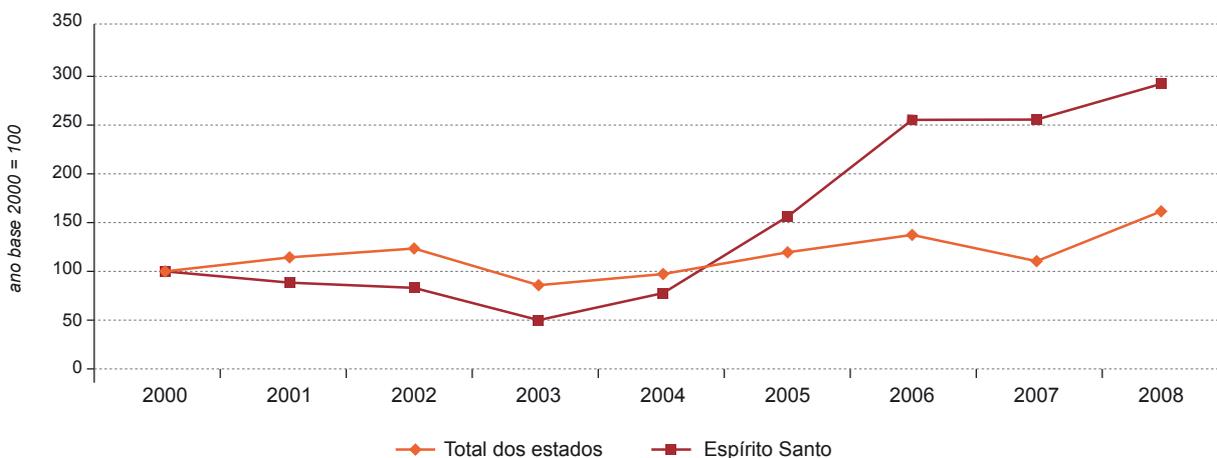


GRÁFICO 7 - Evolução da despesa com investimentos no Estado do Espírito Santo e no conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008) e BRASIL (2009b).

Os investimentos do conjunto dos estados brasileiros, que haviam alcançado níveis mais elevados nos anos de 2002 (R\$ 22 bilhões) e de 2006 (R\$ 25,3 bilhões), últimos anos de mandato dos governadores, atingiram o pico de R\$ 30,8 bilhões em 2008. Note-se que os estados ampliaram seus investimentos num ambiente fiscal superavitário e numa situação confortável de endividamento de curto prazo (Gráfico 7).

A partir de 2003 até 2008, o Espírito San-

to passa a contar com aumentos reais e contínuos em sua RCD, numa intensidade maior que a do conjunto dos estados brasileiros e até mesmo do conjunto dos estados da Região Sudeste, com uma única exceção em 2006, como mostra o Gráfico 8 (veja também a evolução na base 1995=100, no Gráfico 9). A taxa média de crescimento da RCD do Espírito Santo de 2002 a 2008 foi a terceira maior dentre todos os estados (Gráfico 10).

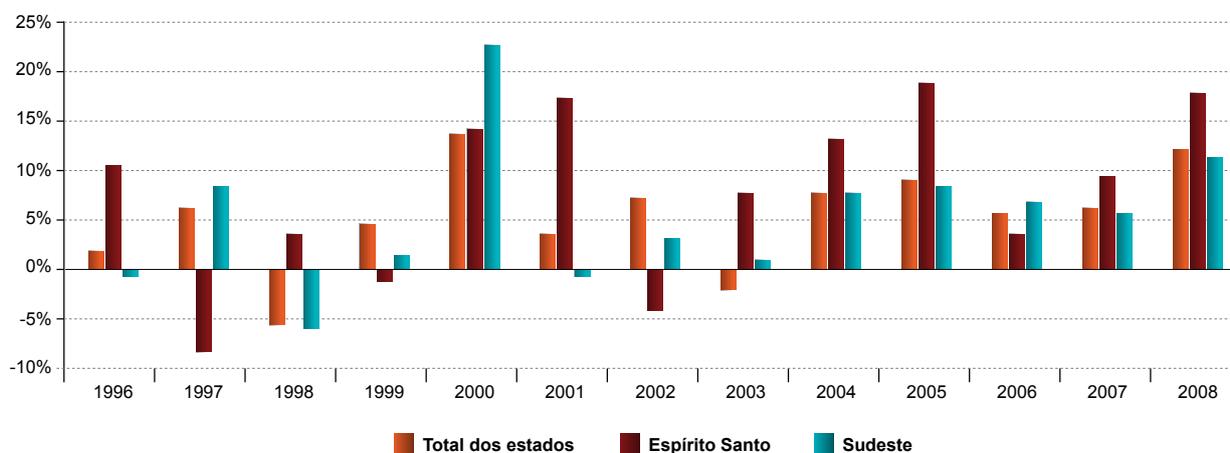


GRÁFICO 8 - Taxa anual de crescimento real da receita corrente disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados da Região Sudeste e do Brasil, 1996-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1996-2008) e BRASIL (2009b).

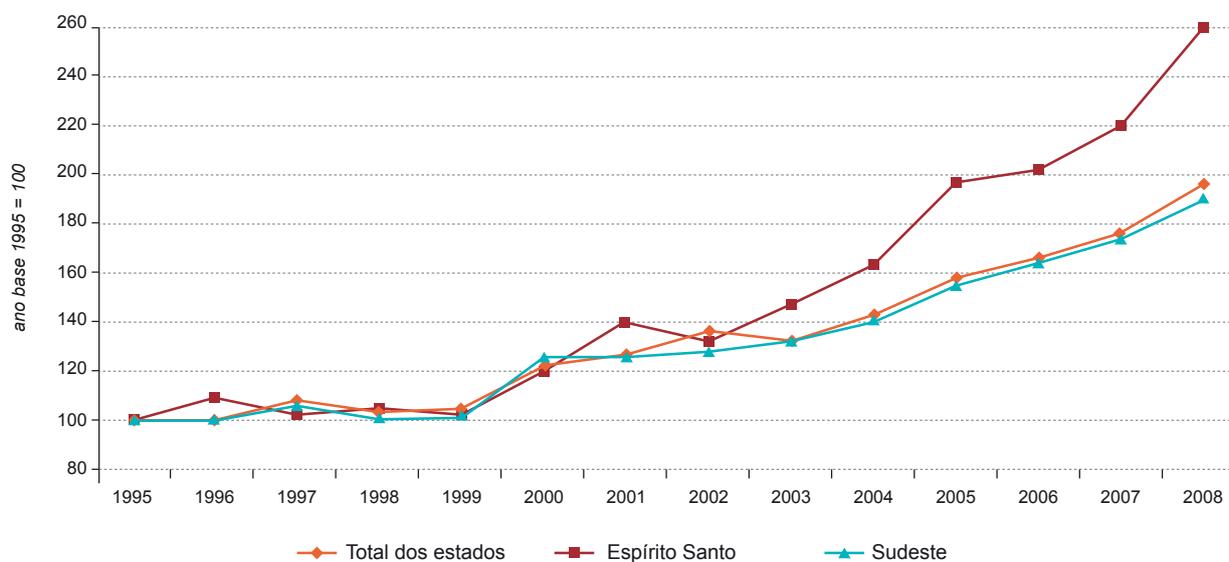


GRÁFICO 9 - Evolução da receita corrente disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados da Região Sudeste e do Brasil, 1995-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008) e BRASIL (2009b).

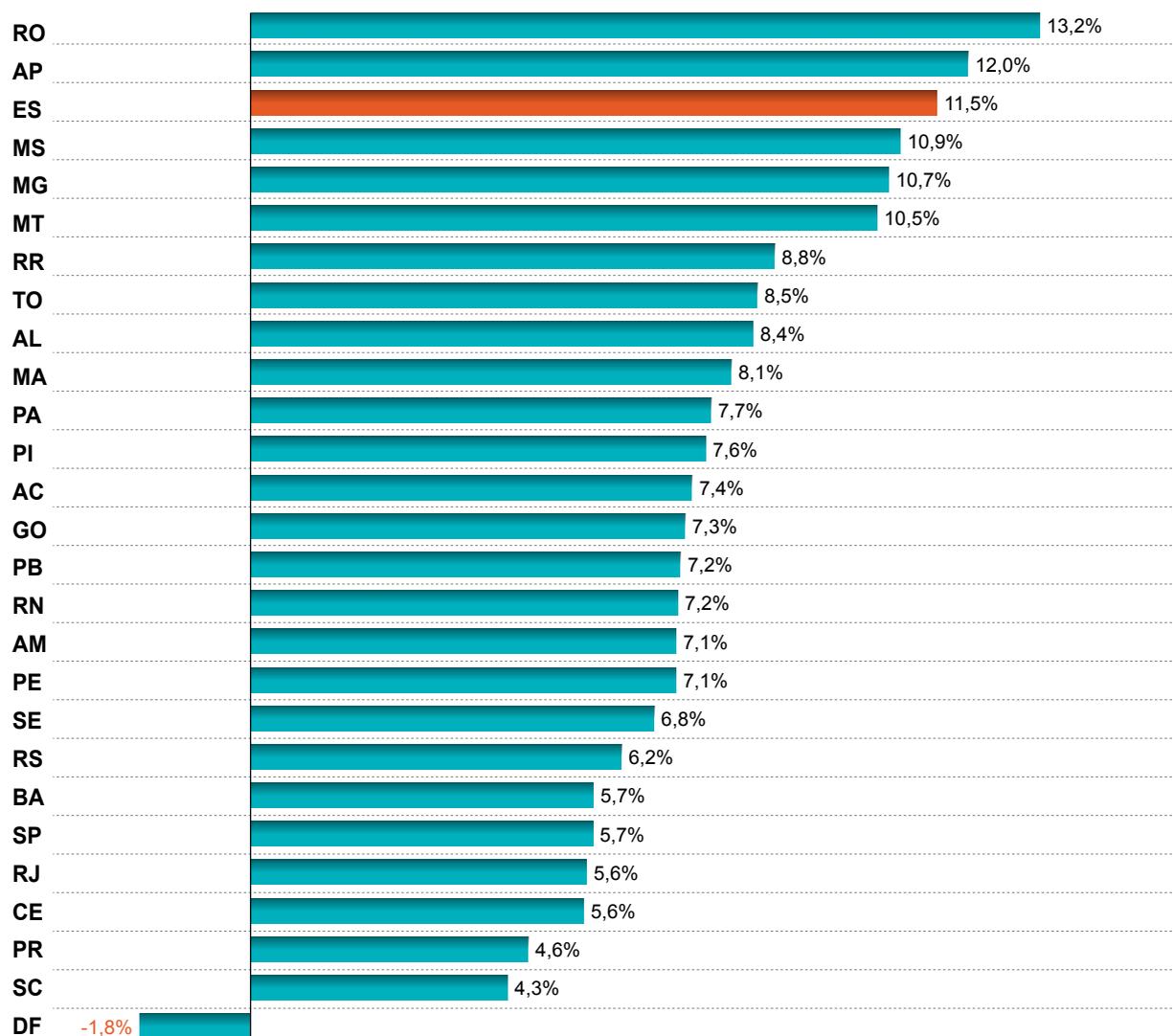


GRÁFICO 10 - Taxa média anual de crescimento real da receita corrente disponível, por estado, 2002-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2002-2008) e BRASIL (2009b).

Ao mesmo tempo ocorre uma forte mudança na estrutura da despesa no Espírito Santo. O gasto com pessoal, que, em 2002, consumia 68,7% da RCD estadual, despencou para 46,8%, em 2008, uma queda de quase 22 pontos percentuais e um dos mais baixos percentuais do Brasil (veja seção 3.2.2, Gráfico 45). Apenas Minas Gerais obteve uma queda mais intensa, de quase 29 pontos percentuais, mas, mesmo assim, ainda comprometeu 57,4% de sua RCD com pessoal (Apêndice D).

Os desembolsos com juros e amortizações de dívidas, que giravam em torno de 10% da RCD no início da década, retrocederam para 5,7%, em 2008. No total dos estados esse indicador foi de

10,4%, em média, e nos estados da Região Sudeste manteve-se próximo de 11%.

A redução do peso dos gastos com pessoal e juros teve como contrapartida a maior expressão dos investimentos na receita dos anos subsequentes a 2003. Em 2000, apenas 8,8% da receita total disponível do Espírito Santo foi direcionada para investimentos. No triênio 2006-2008 consumiu recursos na faixa entre 13% e 15%, percentuais acima do conjunto dos estados, como mostra o Gráfico 11. Nota-se que, em 2000, parte do volume investido, de R\$ 245 milhões, foi financiado pelo déficit orçamentário de R\$ 103,4 milhões. Em 2008, ao contrário, observa-se um superávit orçamentário de R\$ 917 milhões.

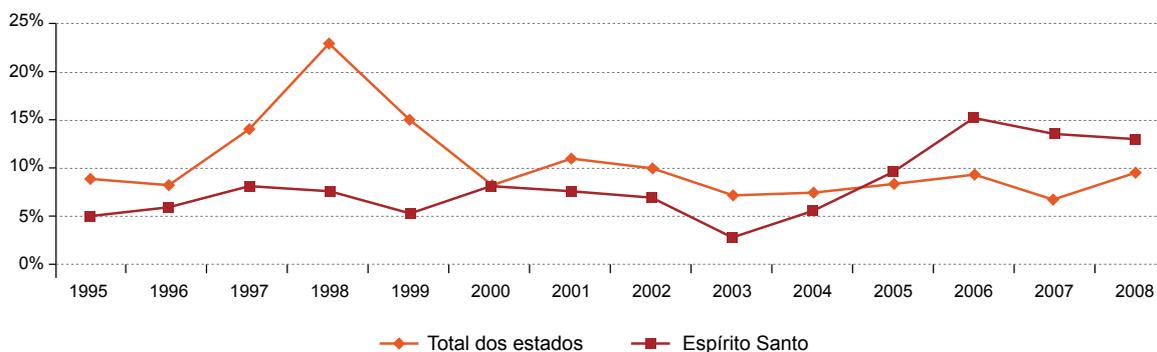


GRÁFICO 11 - Participação da despesa com investimentos na receita total disponível do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008) e BRASIL (2009b).

Assim, o Espírito Santo chega a 2008 numa condição fiscal e financeira relativamente confortável, o que proporciona ao governo estadual uma maior flexibilidade na condução da política fiscal. Os indicadores da Tabela 4 refletem bem essa situação, destacando-se a suficiência financeira como proporção da RCD, que para o total dos estados brasileiros alcançou uma média de

5,2% em 2008 e no Espírito Santo atingiu 37,9%.

Devido à intensidade do ajuste fiscal, o governo obteve maior raio de manobra para enfrentar crises, como a que eclodiu no final de 2008 no mercado financeiro internacional e que interrompeu de forma abrupta o mais longo ciclo de expansão da economia brasileira no pós-Real. Tal flexibilidade é mais uma das especificidades do caso capixaba.

TABELA 4 - Resumo dos principais indicadores fiscais, comparativo entre o Estado do Espírito Santo e o conjunto dos estados do Brasil, 2003-2008

Indicadores	2003-2008 (em %)	
	Total dos estados	Espírito Santo
RCD (taxa média anual de crescimento)	8,3	12,3
Despesa com pessoal (taxa média anual de crescimento)	4,7	6,8
Despesa com pessoal / RCD	57,5	52,0
Suficiência financeira / RCD ¹	5,2	37,9
Despesa com investimento / RTD	8,8	12,0
Resultado orçamentário / RCD	1,5	8,8

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2003-2008).

Notas: ¹ refere-se apenas ao valor do último ano do período, ou seja, 2008.

RCD = receita corrente disponível. RTD = receita total disponível.

1.4 Os impactos da crise financeira internacional – 2009

Com base nos RREOs e nos RGFs de 23 dos 26 estados e do Distrito Federal, é possível avaliar o impacto da crise financeira internacional sobre as contas dos governos subnacionais no ano de 2009.

Os RREOs (sexto bimestre) e os RGFs (terceiro quadrimestre) referem-se exclusivamente ao Poder Executivo. Estão ausentes da avaliação apenas os estados do Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, além do Distrito Federal, pois não foi possível obter os relatórios desses entes para os anos de 2008 e/ou 2009, até a data da publicação deste trabalho.

A crise financeira internacional que impactou a economia mundial no terceiro trimestre de 2008 impeliu a economia brasileira rumo à estagnação em 2009, com o PIB nacional sofrendo uma queda de 0,2%. Com isso, a receita dos estados, que vinha crescendo em ritmo acelerado, sofreu um forte impacto negativo. Entre 2003 e 2008 a taxa média anual de expansão da RCD foi de 8,3% e, entre 2008 e 2009, a Receita Corrente Líquida³ (RCL) acusou queda de aproximadamente 1,9% (Gráfico 12).

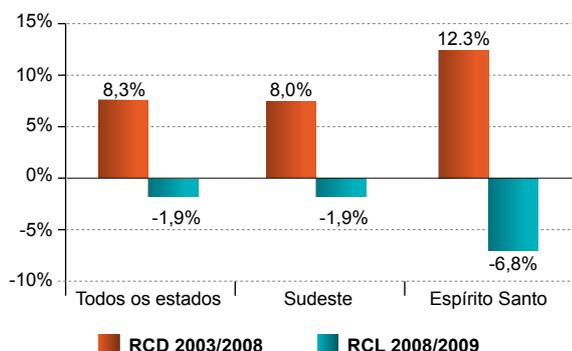


GRÁFICO 12 - Taxa média anual de crescimento real da RCD, 2004-2008, e da RCL, 2008-2009, do Estado do Espírito Santo, do conjunto dos estados da Região Sudeste e do Brasil

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2004-2008) e BRASIL (2009b).

Nota: RCD = receita corrente disponível. RTD = receita total disponível.

Os estados do Sudeste sentiram a perda de receita na mesma intensidade da média nacional (-1,9%, entre 2008 e 2009). O resultado só não foi pior graças ao desempenho do Estado de São Paulo que manteve sua RCL praticamente no mesmo nível (+0,5%), ou seja, pouco acima de R\$ 86 bilhões nesse período. Excluído o Estado de São Paulo, o resultado negativo da RCL da região alcançou 4,8%.

A queda de 6,8% da RCL do Espírito Santo foi a segunda mais intensa do Brasil, pior ape-

³ As análises feitas neste trabalho até o presente momento utilizam o banco de dados "Execução Orçamentária dos Estados (1995-2008)" da STN e os dados do Balanço Geral do Estado do Espírito Santo. No entanto, nesta seção específica que analisa os efeitos da crise sobre os estados, fez-se uso dos dados extraídos dos RGFs e dos RREO para os anos de 2008 e 2009, pois não estavam disponíveis os dados da STN 2009, em março de 2010. Ainda que o conceito de receita corrente disponível utilizado ao longo deste estudo e o de receita corrente líquida dos relatórios não sejam exatamente os mesmos, é possível comparar com bastante confiabilidade o biênio 2008-2009 com os períodos anteriores, pois os valores de ambos são bastante próximos.

nas que a observada no Amazonas (-8,2%). Nos estados de Minas Gerais (-5,1%) e do Rio de Janeiro⁴ (-4,2%), o recuo também foi acentuado. Além desses, os estados de Tocantins (-5,9%) e Rondônia (-5,4%), no Norte, e Santa Catarina (4,8%), no Sul, sofreram fortes perdas de receita no mesmo período (Gráfico 13 e Apêndice E).

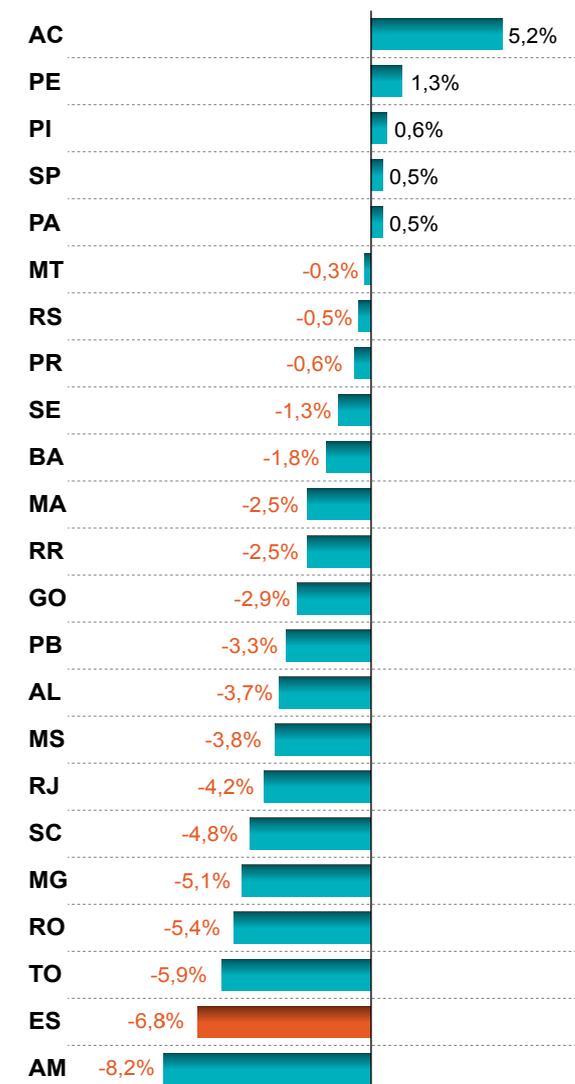


GRÁFICO 13 - Variação da RCL dos estados do Brasil entre 2008 e 2009

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Nota: RCL = receita corrente líquida.

⁴ No valor da RCL do Rio de Janeiro foram somados R\$ 3 bilhões referentes ao valor da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), cujos valores deixaram de ser contabilizados nas contas públicas do Estado a partir de 2009, uma vez que a entidade foi considerada empresa estatal não dependente, de acordo com explicação da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, encontrada em Nota Técnica redigida por Afonso e Carvalho (2009). Caso esse valor não fosse considerado, a RCL do Rio de Janeiro acusaria uma queda de 13% causada por essa alteração contábil.

O recuo na RCL dos estados foi puxado pelas retrações de 2,4% na arrecadação do ICMS e de 6,9% no FPE (Apêndices F e G). A queda mais acentuada no FPE deveu-se, sobretudo, a uma série de incentivos fiscais fornecidos pelo governo federal no âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a fim de estimular a economia. A parcela de 21,5% do IPI, juntamente com o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), forma o FPE. A seguir, será apresentado como os governos estaduais se adaptaram à reversão da trajetória da RCL.

A primeira das atitudes dos estados foi reduzir o ritmo de aumento dos gastos com pessoal (despesas liquidadas + inscritos em restos a pagar não processados). Entre 2003 e 2008, os gastos com o funcionalismo no conjunto dos estados brasileiros cresceram a uma taxa média anual de 4,7%, percentual que foi reduzido para 3,3%, entre 2008 e 2009. Essa desaceleração, entretanto, não foi suficiente para compensar a queda na RCL, fazendo com que o nível médio de comprometimento dos gastos com pessoal do Poder Executivo passasse de 39%, em 2008, para 41%, em 2009 (Gráfico 14).

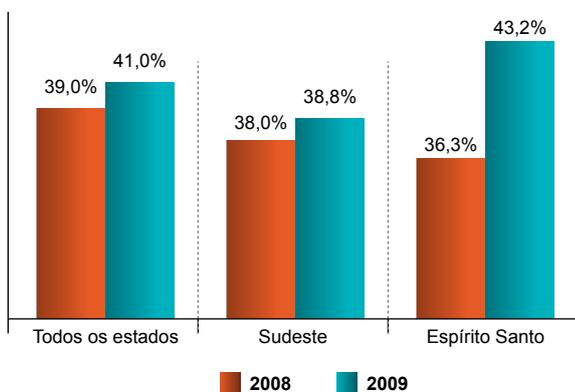


GRÁFICO 14 - Participação da despesa com pessoal do Poder Executivo na receita corrente líquida do Estado do Espírito Santo, do conjunto dos estados da região Sudeste e do Brasil, 2008-2009

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Dessa forma, todas as unidades federativas assistiram a um aumento do comprometimento da RCL com as despesas de pessoal (Apêndice H). Um dos casos mais graves foi o da Paraíba, onde a relação pessoal/RCL avançou 8,5 pontos

percentuais, passando de 45,3% para 53,8%, resultado de um crescimento dos gastos com pessoal de 14,7%, combinado a um recuo da RCL de 3,3%, entre 2008 e 2009, de acordo com dados do RREO daquele Estado.

Mesmo diante de um cenário negativo e da queda de receita, os estados brasileiros expandiram seus investimentos (valores liquidados), que cresceram 22,5%, em média, entre 2008 e 2009, como medida para combater os efeitos negativos da crise internacional. Apenas em seis unidades federadas os investimentos efetuados em 2009 encolheram frente aos efetuados no ano anterior: Tocantins (-27,5%), Goiás (-6,7%), Pará (-14,2%), Paraíba (-8%), Alagoas (-5%) e Minas Gerais (-3,2%) (Apêndice I). O esforço dos governos estaduais em ampliar seus investimentos em período de crise pode ser ainda comprovado pelo aumento da sua participação na RCL, que passou de 7,6%, em 2008, para 9,5%, em 2009 (Gráfico 15). No Espírito Santo, passou de 10,8% para 13,1% nos mesmos anos.

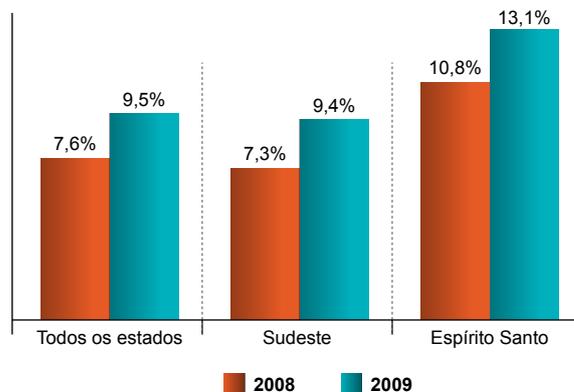


GRÁFICO 15 - Participação da despesa com investimentos na receita corrente líquida do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados da Região Sudeste e do Brasil, 2008-2009

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

O aumento dos investimentos e dos gastos com pessoal num cenário de queda das receitas deu-se mediante a queima de poupança que os entes subnacionais acumularam nos anos recentes de expansão da receita. A suficiência financeira dos estados caiu em 13,4%, entre 2008 e 2009 (Apêndice J). Como proporção da RCL, recuou de 3,3% para 2,9%. O conceito de sufici-

ência financeira capta os ativos menos os passivos financeiros de curto prazo do Poder Executivo, menos os valores inscritos em restos a pagar não processados no exercício, e desconsidera os dados previdenciários.

Se no período de expansão da receita o Espírito Santo cresceu acima das médias nacional e regional, a retração na crise também foi uma das mais intensas entre os entes subnacionais. Conforme citado acima, o Espírito Santo sofreu a segunda maior redução na RCL em 2009, da ordem de 6,8% (excluídos os valores do ICMS do sistema do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias -Fundap⁵), dentre todos os estados. Para se ter uma ideia da magnitude do prejuízo, o Estado deixou de contar com R\$ 453,2 milhões, valor equivalente a 63,5% do total de investimentos efetuados em 2008.

Apesar da perda de receita, o Espírito Santo registrou um aumento de gastos com pessoal do Poder Executivo da ordem de 10,8%, percentual acima da média do conjunto dos estados, de 3,3%. Assim, o comprometimento da RCL (excluído o ICMS Fundap) com o funcionalismo do Executivo, que foi de 36,3%, em 2008, saltou para 43,2%, em 2009, patamar dois pontos percentuais acima da média nacional. Os investimentos (valores liquidados), por sua vez, acusaram aumento de 13,2%, nesse período, e a sua participação na RCL (excluído Fundap) de 13,1%, em 2009, manteve-se acima das médias nacional e dos demais estados do Sudeste (Gráfico 16).

Para bancar o aumento no gasto com pessoal e os investimentos num contexto de queda nas

⁵ O ICMS Fundap é o imposto recolhido de empresas com sede no Espírito Santo e que realizem operações de importação. Parte dessa arrecadação é utilizada como incentivo financeiro na forma de financiamento para que essas empresas apliquem em novos projetos ou na expansão de suas atividades e, assim, ampliem também a arrecadação do ICMS. A gestão dos recursos financeiros do sistema Fundap é feita pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – Bandes.

receitas, a exemplo dos demais governos subnacionais, o Espírito Santo também promoveu uma queima de suas reservas financeiras de curto prazo. No entanto, o Estado possuía a vantagem de ter acumulado uma robusta reserva financeira de R\$ 1,73 bilhão, a segunda maior dentre todos os estados do País, em 2008, em termos de volume (menor somente que a do Estado de São Paulo, de R\$ 4,4 bilhões) e também em proporção da RCL, com 26,2% (menor apenas que a de Roraima, de 42,9%). Deste modo, o recuo de 18,3% da suficiência financeira do Tesouro Estadual, que caiu para R\$ 1,42 bilhão em 2009, permitiu a sustentação do gasto com pessoal e dos investimentos e, ainda assim, foi a terceira mais alta entre os estados brasileiros, em termos absolutos, e a segunda maior como proporção da RCL (22,9%).

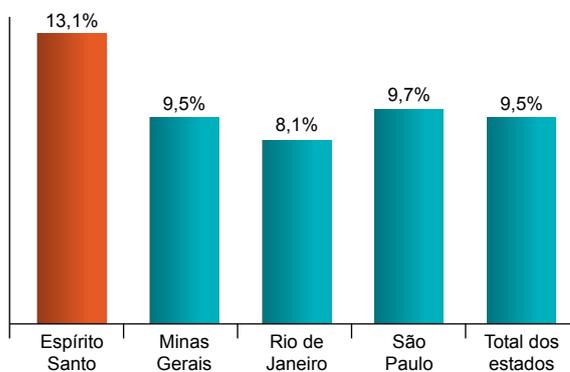


GRÁFICO 16 - Participação da despesa com investimentos na receita corrente líquida dos estados da Região Sudeste e no conjunto dos estados do Brasil, 2009

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Pelo exposto, observa-se que o comportamento do Espírito Santo na crise acompanhou o movimento médio dos demais estados. Entretanto, as boas condições fiscais prévias lhe possibilitaram enfrentá-la numa situação muito mais confortável que a média dos estados brasileiros.

2. EVOLUÇÃO DA RECEITA E SEUS PRINCIPAIS ITENS

2.1 As receitas

A principal fonte de receita do Estado do Espírito Santo é o ICMS, que em 2008 representou 45,5% da RTD (Gráfico 17). De 2000 a 2008 sua contribuição manteve-se relativamente estável, exceto em 2001, quando atingiu 53,7%, devido ao efeito combinado do aumento da arrecadação de ICMS com a queda registrada em outros itens da receita. A receita líquida de ICMS, ou seja, descontadas as transferências aos municípios, a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o ICMS Fundap (sistema de incentivo fiscal) atingiram R\$ 3,2 bilhões em 2008 (Tabela 5 e Tabela 6).

Nesse mesmo ano os demais tributos agregados, ou seja, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), o Imposto sobre a Transmissão de Bens *Causa Mortis* e Doações (ITCD) e as taxas, somaram R\$ 702,4 milhões, respondendo por 10% da RTD.

A segunda maior fonte de receita do governo estadual é o FPE, que representou, em 2008, 8,6% da RTD, com o valor de R\$ 603,4 milhões. Outras fontes de recursos importantes são as receitas de serviços, com 6,1% do total, composta em sua maior parte (86%) pelas transferências que o Estado recebe da União para cobrir as despesas com o Sistema Único de Saúde (SUS). Esse recurso passou a ingressar no Tesouro Estadual a partir de 2005, após o Estado assumir a gestão plena da saúde pelo SUS.

O peso dos *royalties*⁶ atingiu o pico em 2008 quando alcançou 4% da RTD. O valor creditado foi de R\$ 278,4 milhões. Quanto à receita de Fundef/Fundeb, apesar de representar 7,7% da RTD, deve ser considerado que o Estado possui uma despesa com o Fundo que ultrapassa o valor recebido. O ideal é considerar o saldo Fun-

⁶ Referem-se à soma de *royalties*, participações especiais e Fundo Especial do Petróleo, já descontadas as parcelas relativas ao contrato de antecipação dos *royalties*. Sobre essa operação veja a seção 2.10.3, na página 68.

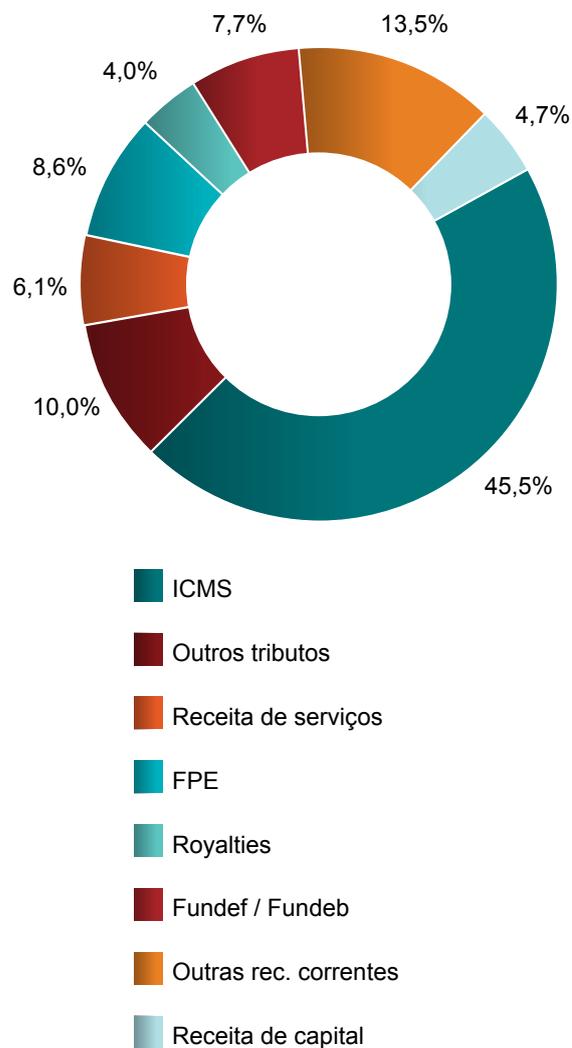


GRÁFICO 17 - Composição dos principais itens da receita do Estado do Espírito Santo, 2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

Notas: Já estão descontadas as contribuições devidas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundef/Fundeb). ICMS líquido das transferências constitucionais aos municípios e da parcela do ICMS destinada ao sistema Fundap. Royalties em que são incluídas as participações especiais e o Fundo Especial do Petróleo (FEP).

def/Fundeb, que tem sido negativo, na medida em que ocorre uma transferência de recursos para os municípios, pelo fato do número de matrículas no ensino básico da rede municipal ser maior que o da estadual (veja mais sobre Fundef/Fundeb, na seção 2.7, na página 60).

Já a receita de capital, que compôs a RTD em 4,7% em 2008, é uma fonte de recursos ins-

TABELA 5 - Evolução dos principais itens da receita disponível do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

Itens da receita	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Receita total ¹	3.678,7	3.819,2	3.726,7	4.279,4	4.528,9	5.312,2	5.461,4	6.075,3	7.030,6	
Receita corrente ¹	3.101,0	3.629,8	3.483,5	3.757,1	4.257,8	5.070,4	5.230,0	5.717,1	6.697,9	
ICMS ²	1.588,4	2.052,5	1.682,4	1.867,8	2.089,4	2.518,5	2.653,4	2.847,0	3.199,4	
Outros tributos	259,2	251,0	488,7	409,7	504,4	522,5	582,7	664,6	702,4	
Receita de serviços ³	20,4	14,7	11,5	13,8	14,7	280,2	328,9	355,7	426,5	
FPE	331,2	364,8	418,1	377,5	390,4	457,1	485,6	532,2	603,4	
Royalties ⁴	-	-	-	87,4	24,7	28,2	69,4	84,5	278,4	
Fundef/Fundeb	350,3	388,1	359,5	352,7	389,7	433,7	338,9	411,7	541,6	
Outras receitas correntes	551,5	558,6	523,3	648,4	844,6	830,2	771,0	821,4	946,2	
Receita de capital	577,7	189,5	243,2	522,2	271,1	241,7	231,4	358,2	332,7	
Operações de crédito	41,3	6,9	81,9	56,9	5,7	12,1	28,0	114,6	99,1	
Alienação de bens	2,1	2,0	4,8	351,5	109,8	53,0	4,3	1,7	3,1	
Transferências de capital	58,4	50,1	28,2	46,8	25,0	14,9	15,8	50,6	12,0	
Transf. de capital da União ⁵	50,8	48,3	28,2	36,8	24,9	14,5	15,8	19,5	12,0	
Outras transf. de capital	7,6	1,9	-	10,0	0,1	0,5	-	31,1	-	
Leilão Fundap	91,5	80,7	75,0	66,9	130,4	161,6	183,3	191,1	218,4	
Outras receitas de capital	384,3	49,6	53,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	

FONTE: Adaptado de Balanços Gerais do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

Notas: Já estão descontadas as contribuições devidas ao Fundef/Fundeb.

¹ Excluídas as receitas do Instituto de Previdência, as transferências constitucionais aos municípios e a parcela do ICMS destinada ao sistema Fundap.

² Líquido das transferências aos municípios e da parcela do ICMS Fundap destinada às empresas importadoras.

³ Inclui as receitas recebidas do Governo Federal para o financiamento do SUS.

⁴ Inclui as participações especiais e o Fundo Especial do Petróleo.

⁵ Inclui as transferências de convênio da União.

Sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

TABELA 6 - Evolução da participação dos principais itens na formação da receita disponível do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

Itens da receita	(em %)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Receita total ¹	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receita corrente ¹	84,3	95,0	93,5	87,8	94,0	95,4	95,8	94,1	95,3	
ICMS ²	43,2	53,7	45,1	43,6	46,1	47,4	48,6	46,9	45,5	
Outros tributos	7,0	6,6	13,1	9,6	11,1	9,8	10,7	10,9	10,0	
Receita de serviços ³	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	5,3	6,0	5,9	6,1	
FPE	9,0	9,6	11,2	8,8	8,6	8,6	8,9	8,8	8,6	
Royalties ⁴	-	-	-	2,0	0,5	0,5	1,3	1,4	4,0	
Fundef/Fundeb	9,5	10,2	9,6	8,2	8,6	8,2	6,2	6,8	7,7	
Outras receitas correntes	15,0	14,6	14,0	15,2	18,6	15,6	14,1	13,5	13,5	
Receita de capital	15,7	5,0	6,5	12,2	6,0	4,6	4,2	5,9	4,7	
Operações de crédito	1,1	0,2	2,2	1,3	0,1	0,2	0,5	1,9	1,4	
Alienação de bens	0,1	0,1	0,1	8,2	2,4	1,0	0,1	0,0	0,0	
Transferências de capital	1,6	1,3	0,8	1,1	0,6	0,3	0,3	0,8	0,2	
Transf. de capital da União ⁵	1,4	1,3	0,8	0,9	0,5	0,3	0,3	0,3	0,2	
Outras transf. de capital	0,2	0,0	-	0,2	0,0	0,0	-	0,5	-	
Leilão Fundap	2,5	2,1	2,0	1,6	2,9	3,0	3,4	3,1	3,1	
Outras receitas de capital	10,4	1,3	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

FONTE: Adaptado de Balanços Gerais do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

Notas: Já estão descontadas as contribuições devidas ao Fundef/Fundeb.

¹ Excluídas as receitas do Instituto de Previdência, as transferências constitucionais aos municípios e a parcela do ICMS destinada ao sistema Fundap.

² Líquido das transferências aos municípios e da parcela do ICMS Fundap destinada às empresas importadoras.

³ Inclui as receitas recebidas do Governo Federal para o financiamento do SUS.

⁴ Inclui as participações especiais e o Fundo Especial do Petróleo.

⁵ Inclui as transferências de convênio da União.

Sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

tável, pois depende da realização de operações de crédito, da venda de ativos ou de transferências voluntárias da União. A partir de 2005, mais da metade da receita de capital (65,6% em 2008) foi composta pelas receitas do Leilão Fundap⁷. Em relação à RTD, o Leilão Fundap participou com 3,1%, em 2008. As operações de crédito junto às instituições de financiamento nacionais e internacionais/multilaterais são outra fonte importante na composição da receita de capital (29,8% em 2008), mas representaram apenas 1,4% da RTD. Aliás, um dos impactos positivos do ajuste fiscal do Estado foi a retomada das operações de crédito com a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Banco

⁷ Do total do ICMS arrecadado das empresas de comércio exterior ligadas ao sistema Fundap, 66,7% são destinados à expansão das atividades dessas empresas, via financiamentos por intermédio do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A (Bandes). Periodicamente, a Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (Sefaz) realiza leilões de crédito – os chamados Leilões Fundap –, por meio dos quais as empresas com financiamentos contratados junto ao Bandes podem quitar seus débitos (mínimo de 10% do saldo devedor) com amplo deságio (GARSON, 2009). A receita desses leilões integra o balanço do Estado, sendo contabilizada como receita de capital.

Interamericano de Desenvolvimento (BID), possível graças à recuperação da capacidade de endividamento e de investimento. Outro componente das receitas de capital são as transferências que o Estado recebe da União, incluídas as de convênios. Essa receita chegou a representar 9,2% do total da receita de capital, em 2004, declinando nos anos seguintes, para alcançar 3,6% em 2008 (Gráfico 18). Ou seja, elas foram muito pouco significativas na composição da RTD: somente 0,2% em 2008.

Dada a importância do ICMS na composição da RTD, o seu desempenho foi fundamental no processo de ajuste fiscal iniciado em 2003. Naquele ano, o crescimento do ICMS (líquido das transferências aos municípios, da parcela do ICMS Fundap destinada às empresas importadoras e da parcela destinada ao Fundeb) foi de 11%, precedido de um ano de queda da ordem de 18%.

O crescimento do ICMS, em 2003, foi favorecido por dois fatores: inicialmente, o governo estadual que assumiu naquele ano promoveu uma revisão completa nos regimes especiais, cancelando 377 deles, que se configuravam como privilégios fiscais. Segundo Oliveira (2006), secretário da Fazenda do Estado que es-

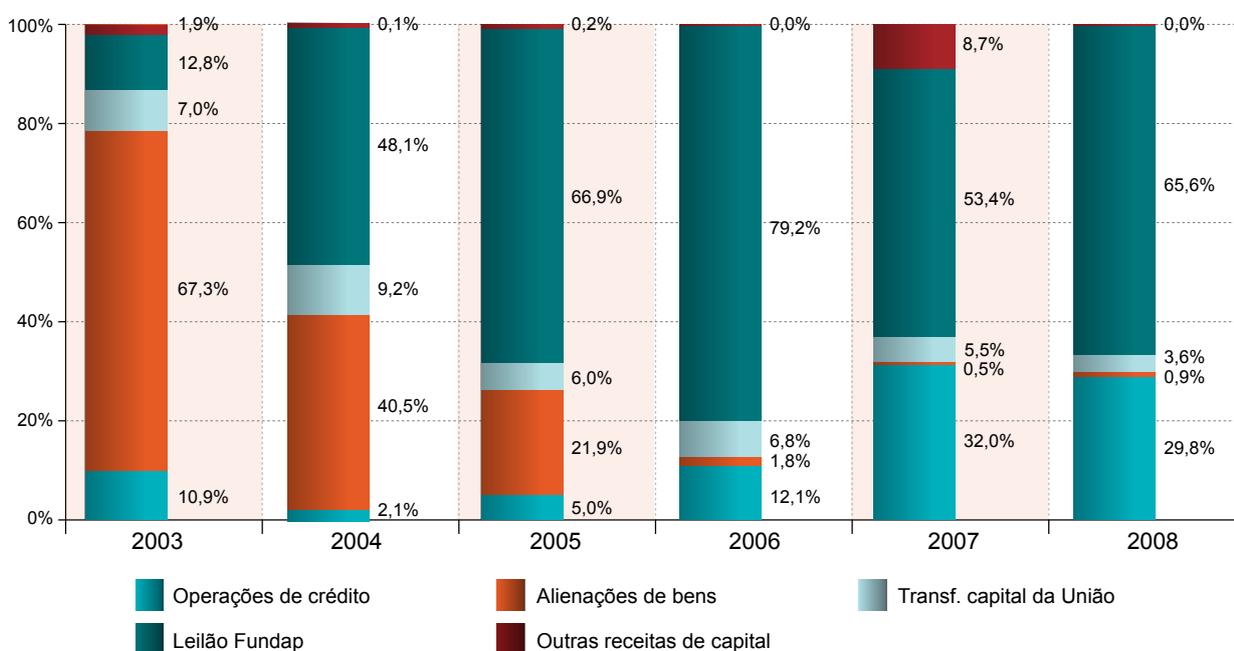


GRÁFICO 18 - Evolução da composição da receita de capital do Estado do Espírito Santo, 2003-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2003-2008).

teve no comando da pasta até os primeiros meses de 2008, foi feita

[...] uma profunda revisão da legislação tributária estadual com eliminação de ralos e práticas que solapavam a arrecadação, ao mesmo tempo em que foram reduzidos os encargos tributários de certos segmentos (microempresas e empresas de pequeno porte), setores (metalmecânico, moveleiro, vestuário, calçadista, laticínios, avicultura, suinocultura e outros) e também de produtos (de alimentação, higiene e limpeza e óleo diesel, dentre outros).

Outro fator que beneficiou o aumento da arrecadação do ICMS foi o desempenho da economia capixaba naquele ano que superou ligeiramente a do Brasil (1,5% contra 1,1%, entre 2002 e 2003). No Espírito Santo, particularmente, só houve retração da produção industrial em 2001. Em 2002 e 2003 a indústria capixaba cresceu expressivamente, capitaneada pelo setor extrativo mineral. O desempenho da indústria, que se refletiu positivamente no setor de serviços, foi primordial para o resultado do ICMS, já que os demais setores (comércio e agropecuário e importação via sistema Fundap) sofreram retração.

A conjunção desses dois fatores⁸ e o forte e contínuo crescimento econômico pelo qual passou a economia brasileira entre 2004 e 2008 asseguraram aumentos ininterruptos na receita de ICMS capixaba. No período 2003-2008, o ICMS do Espírito Santo cresceu a uma taxa média anual de 12,9%, ficando entre os cinco estados brasileiros de maior dinamismo (veja mais sobre o ICMS na seção 2.2).

É preciso ainda ressaltar a contribuição dos *royalties* no processo de ajuste fiscal. A operação de venda de receita futura de *royalties* realizada em 2003 (ver detalhes na seção 2.10.3.1, na página 68) proporcionou uma entrada de R\$ 254,1 milhões (a preços correntes da época), dos quais

⁸ Quando Oliveira (2006) avaliou o ajuste fiscal de 2003 a 2005, ressaltou ainda um outro fator: "Registre-se finalmente que tal esforço de arrecadação, recorde no País, não teria sido viabilizado sem o concurso de diversas ações modernizadoras, nos campos tecnológico e de fiscalização, bem como no aprimoramento da relação fisco contribuinte."

R\$ 111 milhões serviram para quitar parte da dívida do Estado para com a União e R\$ 143 milhões para capitalizar o Fundo Estadual de Previdência. Mesmo não tendo sido utilizado para acertos de dívidas de curto prazo, como as folhas de pagamento em atraso, esse recurso contribuiu para o saneamento da previdência estadual e serviu para regularizar a situação do Estado junto à União, que, por sua vez, liberou uma caução de R\$ 42,3 milhões. Nos dois anos seguintes, o Espírito Santo recebeu mais R\$ 124,5 milhões, também relativos à venda de *royalties*.

2.2 A economia capixaba e a arrecadação de ICMS na década de 2000

2.2.1 Considerações gerais

O ICMS é o principal tributo arrecadado no nível estadual da Federação. O equilíbrio das finanças e a capacidade de investimentos dos estados dependem diretamente da arrecadação desse imposto. A localização da indústria, do comércio e dos serviços no processo de desenvolvimento são os elementos que estruturam o perfil e a distribuição regional do ICMS dentro do quadro tributário nacional. Em 2008, o total do ICMS recolhido no País atingiu o valor de R\$ 227,9 bilhões, o que significou 7,2% do PIB brasileiro. Nesse ano, o ICMS total arrecadado no Espírito Santo alcançou o volume de R\$ 7,3 bilhões, 3,2% do total do PIB estadual.

A desconcentração da atividade econômica ocorrida no Brasil nos últimos 15 anos é o pano de fundo da evolução do ICMS. Fatores como a localização de novos investimentos e o desenvolvimento de negócios até então inexistentes mudaram o perfil e a distribuição desse imposto no território nacional. O comportamento do ICMS também é determinado pela dinâmica econômica. Regimes de baixo crescimento e juros elevados deprimem a sua arrecadação. Ao contrário, estabilidade econômica, juros cadentes e expansão do mercado interno são fatores que elevam o seu recolhimento, da mesma forma como ocorre com os tributos de um modo geral.

Não é surpresa que, ao longo dos últimos dez anos, políticas de incentivos fiscais perma-

neceram ativas e recaíram especialmente sobre o ICMS, que tem no valor adicionado a sua base de tributação. Os dirigentes responsáveis pelas finanças estaduais atuaram guiados pelo objetivo de ampliar a estrutura produtiva dos estados e aumentar a capacidade de investir do setor público. Ao perceberem a expansão do poder de influência da União na década de 1990, consubstanciada na criação ou expansão de receitas não partilhadas, buscaram, através de políticas tributárias ativas, oportunidades de captar nova base produtiva para alavancar as suas economias locais.

O caso do Espírito Santo será analisado a partir dos três principais condicionantes da arrecadação do ICMS, quais sejam: a estrutura produtiva local, o desempenho da atividade econômica e a política tributária – procurando avaliar a interação desses fatores na dinâmica da economia capixaba e como isso afetou o recolhimento desse imposto na atual década.

2.2.2 Perfil da indústria e do setor de serviços no Espírito Santo

A vocação da economia do Espírito Santo se estruturou na década de 1970 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que induziu inversões nas áreas de insumos básicos. A partir dessas diretrizes, a economia capixaba

se organizou através de grandes projetos, que foram sustentados por investimentos na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) – atual ArcelorMittal Tubarão –, na Samarco Mineração e na implantação da Aracruz Celulose – atual Fibria – em 1979. Desde o final da década de 1990 e mais recentemente com as perspectivas da exploração de petróleo na camada do pré-sal, os investimentos da Petrobras e de outras empresas da cadeia produtiva do petróleo e gás também passaram a ter papel relevante.

A expansão do núcleo da indústria no Estado – mineração, siderurgia e celulose – e as descobertas petrolíferas adensaram a cadeia produtiva da metalmeccânica. A participação desses setores na economia brasileira e na própria estrutura industrial do Espírito Santo cresceu nos últimos anos. Esse processo pode ser visualizado na Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Valor da Transformação Industrial (VTI)⁹.

Nitidamente, a economia do Espírito San-

⁹ Valor da Transformação Industrial (VTI) é um conceito próximo ao valor adicionado: diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais, definidos como consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes, compra de energia elétrica, consumo de combustíveis, peças e acessórios, e serviços industriais e de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos ligados à produção prestados por terceiros.

TABELA 7 - Participação do VTI da indústria do Estado do Espírito Santo no total do Brasil, 1996, 2000, 2003, 2007

Valor da Transformação Industrial (VTI)	(em %)			
	1996	2000	2003	2007
Núcleo da indústria	26,0	34,2	38,6	37,6
Extrativa (mineral e petróleo)	15,8	15,9	19,8	22,6
Metalurgia básica	5,6	8,6	6,5	7,6
Celulose e papel	4,7	9,7	12,3	7,3
Metal-mecânica ¹	1,6	1,3	2,3	3,2
Bens de consumo ²	5,2	5,4	4,9	5,3
Bens intermediários ³	4,8	6,3	6,3	7,3

FONTE: Adaptado de IBGE (2002, 2003b, 2007b).

Notas: ¹ Agrega os seguintes setores: produtos de metal; máquinas e equipamentos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e outros equipamentos de transporte.

² Agrega os seguintes setores: móveis e indústrias diversas; alimentícios e bebidas; vestuário e acessórios; edição, impressão e reprodução de gravações; têxtil; calçados e couro; e veículos automotores, reboques e carrocerias.

³ Agrega os seguintes setores: minerais não metálicos; madeira; borracha e plástico; produtos químicos; e fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool.

to passa por um processo de diversificação e ganhos de escalas em importantes setores da indústria nacional. O peso do VTI gerado pelas empresas capixabas do núcleo da indústria – extração mineral e de petróleo, metalurgia básica e celulose no total do Brasil –, acrescido do setor da metalmeccânica, passou de 27,6% em 1996 para 40,8% em 2007, conforme mostra a Tabela 7. Nota-se também ganho de participação nos setores produtores de bens intermediários (de 4,8% para 7,3%, na mesma base de comparação). Na composição da indústria do Espírito Santo, o seu núcleo passou a representar 72,8% – indústria extrativa mineral e petróleo (37,6%), metalurgia básica (25%) e celulose e produtos de papel (10,2%) – do total do VTI no Estado, em 2007 (Tabela 8).

A geração crescente de renda a partir desse núcleo dinâmico da economia capixaba ampliou a demanda por serviços especializados, especial-

mente em logística de transporte rodoviário e portuário. O crescimento do mercado de consumo local se deu com a ampliação do emprego de qualidade e a elevação dos salários médios pagos no Estado. Além desses fatores estritamente econômicos, a política tributária do governo consubstanciada no Fundap e no Programa de Incentivos ao Investimento no Estado do Espírito Santo (Invest-ES) definiu o perfil da economia capixaba e o potencial de arrecadação de ICMS.

Indústria mais diversificada, emprego e salários em ascensão e mercado local dinâmico influenciaram o setor de serviços, que ganhou destaque no Estado. A receita bruta dos serviços prestados por empresas sediadas no Espírito Santo se expandiu acima da média do Brasil. A Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) do IBGE dá a dimensão desse movimento. Entre 2003 e 2007, a participação da receita bruta dos serviços prestados às empre-

TABELA 8 - Composição do VTI da indústria do Estado do Espírito Santo, segundo o grupo de atividades, 1996, 2000, 2003, 2007

Grupo de atividades	(em %)			
	1996	2000	2003	2007
Indústria extrativa - mineral e petróleo	20,1	22,1	28,1	37,6
Indústria de transformação	79,9	77,9	71,9	62,4
Metalurgia básica	22,9	27,2	21,6	25,0
Celulose, papel e produtos de papel	13,2	20,8	24,2	10,2
Alimentícios e bebidas	19,0	9,2	6,5	8,0
Minerais não metálicos	8,3	9,2	8,0	6,8
Máquinas e equipamentos	1,3	2,0	2,7	2,7
Produtos químicos	1,4	2,4	2,2	1,7
Produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	1,2	0,3	0,7	1,6
Móveis e indústrias diversas	1,0	0,7	0,7	1,0
Vestuário e acessórios	2,0	1,0	1,2	0,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,5	0,3	0,5	0,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,9	1,2	0,6	0,8
Borracha e plástico	0,7	0,7	1,0	0,5
Madeira	0,9	0,2	0,2	0,5
Refino de petróleo, fabricação de coque, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0,8	0,5	0,5	0,5
Têxtil	2,0	0,4	0,4	0,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1,1	0,1	0,1	0,3
Calçados e couro	0,9	1,2	0,2	0,2
Outros equipamentos de transporte	0,5	0,1	0,2	0,2
Indústria geral	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Adaptado de IBGE (2002, 2003b, 2007b).

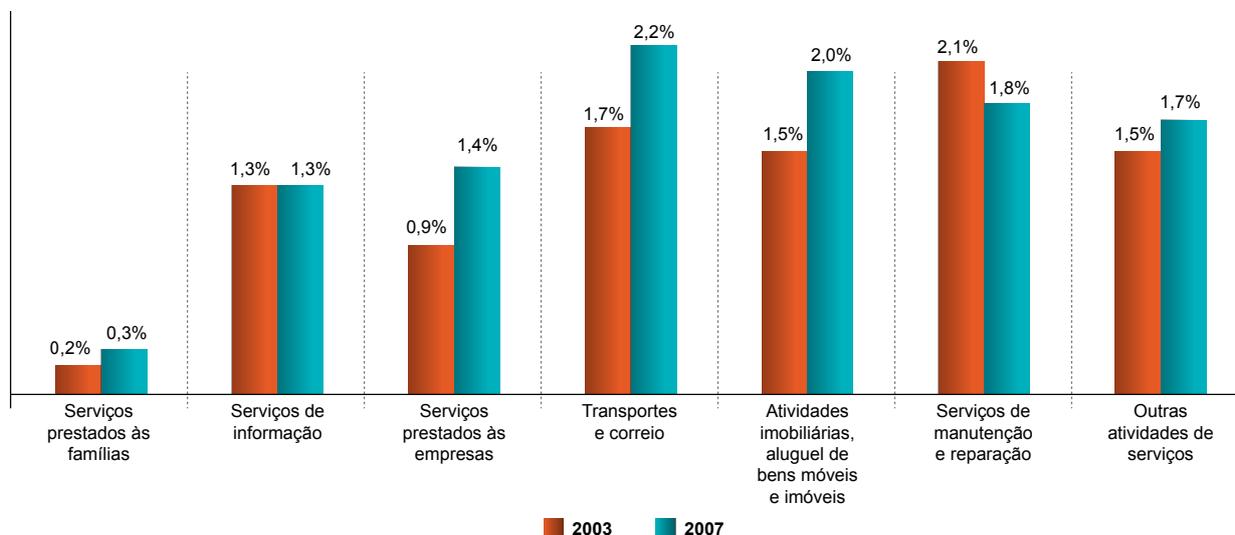


GRÁFICO 19 - Participação da receita bruta de serviços do Estado do Espírito Santo no total do Brasil, 2003/2007

FONTE: Adaptado de IBGE (2003a, 2007a).

sas no Espírito Santo no total do Brasil subiu de 0,9% para 1,4%. Nota-se que a alta também ocorreu nos serviços de transporte e correio, nas atividades imobiliárias de aluguel e nas outras atividades de serviços, como mostra o Gráfico 19.

2.2.3 Desempenho da arrecadação de ICMS: Região Sudeste e Espírito Santo

Dado esse quadro positivo da economia capixaba, a arrecadação de ICMS cresceu de forma expressiva. A variação média anual do imposto no Espírito Santo atingiu em termos reais, descontado o IPCA, 10,3% de 2000 a 2008, taxa bem superior a média dos estados brasileiros (6,7% ao ano) (Tabela 9). Com isso, a participação do Estado no total da arrecadação de ICMS do Brasil subiu de 2,5% para 3,2% nesse período (Tabela 10). Entre 2000 e 2008, observa-se que houve um ganho de recolhimento da ordem de R\$ 3,64 bilhões (Tabela 11). Isso significou que nesses nove anos a Secretaria da Fazenda do Espírito Santo obteve um considerável aumento na arrecadação diária de ICMS em valores reais: em 2000 o recolhimento/dia era de R\$ 10 milhões; esse volume diário subiu para R\$ 20,2 milhões em 2008.

Na Região Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram as variações anuais mais baixas na arrecadação de ICMS, de, respectivamente, 5,6% e 4,4%, na mesma base de compa-

TABELA 9 - Taxa média anual de crescimento real da arrecadação do ICMS dos estados da Região Sudeste e do conjunto dos estados do Brasil, por período, 2000-2008

Estado e região	Taxa média anual de crescimento real ¹ (em %)		
	1999-2003	2003-2008	1999-2008
São Paulo	2,9	7,8	5,6
Rio de Janeiro	4,1	4,6	4,4
Minas Gerais	5,1	9,9	7,7
Espírito Santo	7,1	12,9	10,3
Sudeste	3,7	7,8	6,0
Total dos estados	5,9	7,4	6,7

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

Nota: ¹ Valores corrigidos pelo IPCA médio de 2009.

ração. Em Minas Gerais, o recolhimento cresceu a uma taxa maior (7,7% ao ano), mas inferior ao desempenho do Espírito Santo (Tabela 9). Apesar desses resultados, o grau de concentração do ICMS permaneceu elevado, refletindo o peso da economia paulista. Em 2008, São Paulo participou com 60,3% do total da arrecadação de ICMS

TABELA 10 - Evolução da participação do ICMS dos estados da Região Sudeste no conjunto dos estados do Brasil, por períodos, 2000-2008

Estado e região (em p.p.)	(em %)								Variação 2008/2000	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007		2008
São Paulo	37,4	36,0	35,4	33,6	33,1	32,8	33,2	33,5	34,2	-3,1
Rio de Janeiro	10,2	10,0	10,0	10,3	10,4	9,6	9,7	9,4	9,0	-1,2
Minas Gerais	9,4	9,7	9,1	9,3	9,5	10,0	10,1	10,3	10,4	1,0
Espírito Santo	2,5	2,6	2,3	2,5	2,7	3,0	3,0	3,2	3,2	0,7
Sudeste	59,4	58,3	56,8	55,6	55,7	55,4	56,0	56,4	56,8	-2,6
Total dos estados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

TABELA 11 - Evolução da arrecadação de ICMS no Estado do Espírito Santo, por setor econômico, 2000-2008

Setores	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)										Variação 2008/2000	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008	Absoluta (em R\$ mil)	Participação no total (em %)
Agropecuária	72.420,8	40.611,2	30.936,3	52.989,9	95.352,0	117.804,8	139.054,1	147.004,6	128.970,6	128.970,6	56.549,8	1,6
Indústria	250.612,3	364.969,3	390.678,0	500.728,3	551.973,8	1.009.396,7	934.580,3	995.201,0	1.244.749,9	1.244.749,9	994.137,6	27,3
Comércio	523.102,4	541.796,9	498.400,1	463.610,0	493.467,3	562.598,1	641.792,5	795.757,4	972.491,3	972.491,3	449.388,9	12,3
Serviços	602.321,4	733.297,1	821.373,0	823.052,8	928.056,1	1.055.987,1	1.140.431,3	1.212.878,9	1.209.467,1	1.209.467,1	607.145,8	16,7
Importação (Fundap)	1.260.958,4	1.508.654,3	1.074.630,3	1.084.037,9	1.548.884,2	1.682.536,9	1.826.221,3	2.111.911,9	2.315.637,6	2.315.637,6	1.054.679,2	28,9
Substituição Tributária	767.573,6	793.049,4	733.153,7	825.483,6	893.067,7	830.690,3	895.362,9	965.095,6	1.042.383,2	1.042.383,2	274.809,6	7,5
Outros	133.354,6	108.512,3	148.773,4	201.355,1	183.684,0	169.590,4	198.536,4	205.387,4	340.574,1	340.574,1	207.219,5	5,7
Total	3.610.343,4	4.090.890,5	3.697.944,8	3.951.257,6	4.694.485,2	5.428.604,3	5.775.978,8	6.433.236,8	7.254.273,8	7.254.273,8	3.643.930,4	100,0

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

TABELA 12 - Evolução da participação do ICMS dos estados no total da Região Sudeste, 2000-2008

Estado	(em %)									Variação 2008/2000 (em p.p.)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
São Paulo	62,9	61,7	62,3	60,5	59,4	59,3	59,3	59,4	60,3	-2,6
Rio de Janeiro	17,1	17,2	17,6	18,5	18,7	17,4	17,3	16,6	15,9	-1,2
Minas Gerais	15,8	16,6	16,1	16,6	17,0	18,0	18,0	18,3	18,3	2,5
Espírito Santo	4,2	4,5	4,0	4,4	4,8	5,4	5,4	5,6	5,6	1,4
Sudeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

da região, mas houve redução de 2,6 pontos percentuais em relação ao seu peso no ano 2000. Em sentido oposto, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo ganharam, respectivamente, 2,5 e 1,4 pontos percentuais de participação no total arrecadado no Sudeste (Tabela 12).

2.2.3.1 O desempenho da economia capixaba entre 2000-2003 e a arrecadação de ICMS

Além das alterações na estrutura produtiva do Espírito Santo refletidas na maior participação do Estado da economia brasileira, a arrecadação de ICMS foi influenciada pela evolução da conjuntura e pela gestão fazendária. Dois momentos marcaram a dinâmica econômica nos anos 2000. O primeiro ciclo, entre 2000-2003, inseriu-se na segunda gestão macroeconômica após o Plano Real. A principal mudança de orientação na política econômica foi a implantação do regime de câmbio flutuante e o sistema de metas de inflação. A insustentabilidade dos déficits em transações correntes acumulados no período da âncora cambial (primeira fase do Plano Real) gerou a crise cambial de 1998.

As desvalorizações cambiais de 1999 e 2002 não foram suficientes para ajustar as contas externas, mas pressionaram a taxa de inflação. Nesse contexto, a política monetária elevou os juros para diminuir o ritmo da demanda doméstica e assim reduzir o impacto do choque exógeno nos índices de preços. Outro efeito esperado das des-

valorizações era o crescimento das exportações, o que não aconteceu devido à retração do mercado mundial e aos baixos preços das commodities. De fato, o que ocorreu foi a retração das importações até meados de 2003.

Na passagem entre 2002 e 2003 coexistia, de um lado, um nível de atividade econômica contido pela política monetária restritiva e pelos efeitos negativos do racionamento de energia elétrica em 2001 e, de outro, a aceleração dos índices de inflação, que no final de 2002 atingiram dois dígitos.

Cabe destacar algumas especificidades desse período. Em 2000, a taxa de câmbio nominal ficou estável frente à desvalorização do ano anterior, a inflação foi baixa – IPCA na faixa de 5,9% – e a taxa de juros básica (Selic, média anual) caiu para 17,8%, frente ao patamar de 26,8% de 1999. Parâmetros esses que influenciaram positivamente a economia: o PIB, as exportações e as importações cresceram em 2000, que se caracterizou como sendo um ano de crescimento atípico nesse período.

Já, em 2003, nota-se alteração do cenário internacional, tanto dos fluxos financeiros como do comércio mundial. As economias centrais, especialmente a dos Estados Unidos da América (EUA) e a do Japão, que tinham passado por forte desaceleração entre 2001 e 2002, retomaram o crescimento econômico. Os países emergentes, liderados pela China e pela Índia, aceleraram a taxa de expansão do PIB a partir de 2002. Todavia, a economia brasileira, ainda sob efeitos nega-

tivos dos juros elevados e da alta inflação, apresentou desaceleração em 2003 – a menor taxa de crescimento do PIB de toda a década (+1,1%). O diferencial foi que houve elevação das exportações e das importações, nesse caso, a partir do segundo semestre.

Nesse primeiro ciclo, de 2000 a 2003, a arrecadação de ICMS no Espírito Santo cresceu 7,1% ao ano, taxa média maior que a do Brasil, de 5,9% ao ano. Esse resultado deveu-se ao aumento do recolhimento na indústria (+26% ao ano) e nos serviços (Tabela 9, Tabela 12 e Gráfico 20). Na indústria, a arrecadação subiu, em valores reais médios de 2009, de R\$ 250,6 milhões em 2000 para R\$ 500,7 milhões em 2003. No setor de serviços, passou de R\$ 602,3 milhões para R\$ 823,0 milhões. A substituição tributária apresentou uma elevação mais modesta de 2,5% ao ano e, praticamente, manteve o patamar de arrecadação na faixa entre R\$ 767,6 milhões e R\$ 825,5 milhões (Gráfico 20 e Tabela 11).

O setor industrial praticamente não foi afetado pela instabilidade econômica e gerou demanda para os serviços. A produção física da indústria capixaba só se retraiu em 2001 (-0,4%, em relação ao ano anterior) e cresceu, segundo o IBGE, acima da média do Brasil nos anos de 2002 e 2003,

devido à expressiva expansão (de dois dígitos) na indústria extrativa mineral.

O incremento da arrecadação de ICMS só não foi maior entre 2001 e 2003 devido às quedas observadas no recolhimento dos setores de comércio (-3,9% ao ano), da agropecuária (-9,9% ao ano) e através do programa Fundap (-4,9% ao ano). A conjuntura adversa no período fez com que o volume do comércio varejista no Estado, segundo o IBGE, caísse 4,1% ao ano entre 2001 e 2003. Esse menor dinamismo do mercado interno, combinado com as desvalorizações do real, reduziu em 10,3% ao ano o volume de importações desembaraçadas no Espírito Santo – base de incentivos do programa Fundap, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

2.2.3.2 A recuperação do ICMS e a dinâmica econômica no período 2004-2008

O quadro econômico positivo se consolidou no segundo período. Entre 2004 e 2008, a aceleração da economia mundial rebateu na balança comercial brasileira também beneficiada pela elevação dos preços das *commodities*, associada ao intenso crescimento da China. Saldos crescentes

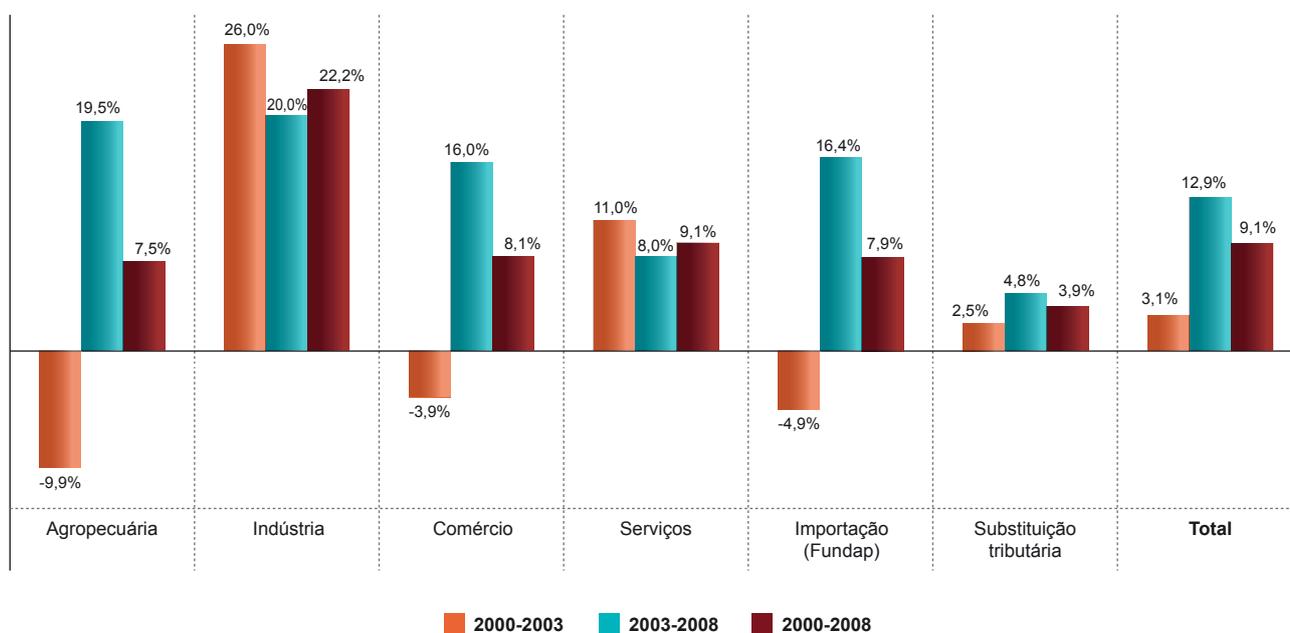


GRÁFICO 20 - Taxa de crescimento real do ICMS no Estado do Espírito Santo, por setor econômico e por períodos, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

na Balança Comercial, entrada de capitais financeiros no País e a valorização do real possibilitaram a flexibilização da política monetária. Excluindo-se o ano de 2005, quando o Banco Central aumentou os juros devido ao receio da aceleração da inflação, nos demais anos a taxa básica de juros (Selic) baixou paulatinamente até o patamar de 11,25% ao ano em maio de 2008. A taxa de câmbio nominal R\$/US\$ (média do ano), entre 2003 e 2008, caiu de R\$ 3,06 para R\$ 1,83, respectivamente; e a taxa anual de inflação (IPCA) diminuiu de 9,3% para 5,8% nesse período.

O cenário externo favorável e o ciclo de crédito doméstico criaram condições especiais para o Brasil. Três fatores impulsionaram o mercado interno. O primeiro foram as mudanças ocorridas no mercado de crédito, que estimularam o consumo. A implantação do sistema de empréstimos consignados em folha de pagamentos aos aposentados e empregados com carteira assinada deu oportunidade de crédito barato a um contingente populacional expressivo. Os bancos reduziram os custos dos financiamentos e alongaram os prazos na medida em que a inadimplência não aumentou e a taxa básica de juros (Selic) reduziu-se gradualmente.

O dinamismo do mercado de trabalho foi o segundo fator de estímulo. A menor variação dos preços e a alta na oferta de emprego, combinadas com a política de recuperação do valor real do salário mínimo, fizeram com que os rendimentos dos trabalhadores recuperassem as perdas sofridas entre 1999 e 2003. A expansão do emprego ocorreu com tendência de formalização das relações de trabalho, especialmente a partir de 2007. A queda da taxa de desocupação e a elevação da massa de rendimento realimentaram o ciclo de crédito e deram sustentação ao consumo. O mercado doméstico também se beneficiou com a consolidação de um conjunto de políticas sociais distributivas de renda (terceiro fator), cujo destaque é o programa Bolsa Família.

Crédito farto e barato com prazos alongados, emprego e renda em ascensão, e financiamento ao investimento produtivo mais abrangente e com maior acesso (empréstimos externos, mercado de capitais e BNDES) determinaram a mais longa fase de crescimento econômico dos últimos 25 anos. Entre 1980 e 2000, a economia brasileira sofreu vários recuos e retomadas, o chamado *stop*

and go: a média anual de crescimento foi de 2,1% nesse período. Já, no ciclo recente (2004 a 2008), o PIB apresentou expansão média de 5% ao ano.

O Estado do Espírito Santo se sobressaiu nesse ciclo econômico. Além do dinamismo do mercado doméstico, a economia capixaba foi estimulada pelo desempenho do seu setor exportador. Entre 2003 e 2008, segundo dados do MDIC, as exportações cresceram em média 23,4% ao ano. A logística privilegiada de portos e os incentivos do programa Fundap também impulsionaram as importações desembaraçadas no Estado, que aumentaram anualmente 31,9%, na mesma base de comparação.

Nesse contexto, o ritmo de expansão do PIB do Espírito Santo (média anual de 5,3%, de 2002 a 2007), calculado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) com base na metodologia das contas nacionais do IBGE, superou a média do Brasil (4% ao ano no mesmo período). O desempenho do ICMS refletiu o dinamismo da economia capixaba e a arrecadação cresceu 12,9% ao ano entre 2004 e 2008, acima da média do Brasil (7,4% ao ano) e da variação observada nos estados da Região Sudeste (7,8% ao ano) – ver Tabela 9.

Nota-se incremento no ICMS nos três principais setores econômicos, na substituição tributária e nas operações de importações via Fundap (Tabela 11). Além do cenário positivo da economia do Espírito Santo, o ICMS foi influenciado pelas cassações das liminares, especialmente aquelas que isentavam o setor de combustíveis, e pela suspensão de regimes especiais e outras medidas de aperfeiçoamento da administração fazendária. Um exemplo foi a aprovação do Decreto nº 1.921-R/2007¹⁰, que obrigou as administradoras de cartões de crédito a informar à Secretaria da Fazenda sobre suas operações, com o objetivo de se identificar indícios de sonegação tributária através do cruzamento de dados.

O recolhimento registrado na indústria manteve o ritmo de expansão real superior a dois dígitos (22,5% ao ano, entre 2004 e 2008). No final de 2008, a arrecadação de ICMS na indústria atingiu o volume de R\$ 1,2 bilhão. Isso significou uma variação absoluta em valores reais de R\$ 994,1 milhões

¹⁰ Decreto nº 1.921-R, de 20 de setembro de 2007, que introduziu alterações no regulamento do ICMS no Espírito Santo (RICMS/ES) (BRASIL, 2007a).

entre 2000 e 2008 e explicou 27,3% do ganho global de ICMS nesse período (Tabela 11 e Gráfico 20).

Outro setor que apresentou resultado expressivo foi o de comércio cuja arrecadação cresceu 16% ao ano entre 2004 e 2008. De 2000 a 2008, o ganho em termos absolutos foi de R\$ 449,4 milhões ao longo dos oito anos (12,3% do acréscimo total).

O dinamismo das importações elevou a arrecadação via Fundap. Após se aproximar do patamar de R\$ 1,1 bilhão em 2003, o ICMS Fundap atingiu a marca de R\$ 2,3 bilhões em 2008 com crescimento médio anual de 16,4% ao ano, entre 2004 e 2008. Na comparação do período como um todo, ou seja, entre os anos de 2000 e 2008, nota-se uma variação absoluta de R\$ 1,1 bilhão (28,9% do acréscimo global de ICMS).

O crescimento da indústria e do mercado local entre 2004 e 2008 impulsionou a arrecadação de ICMS no segmento de serviços. A taxa de variação nesse setor atingiu 8% ao ano e o volume de recolhimento alcançou o montante de R\$ 1,2 bilhão em 2008, com acréscimo absoluto de R\$ 607,1 milhões na comparação com o ano de 2000 (16,7% da variação total). A agropecuária também se recuperou na fase positiva do ciclo econômico, fazendo com que o recolhimento de ICMS, que havia registrado queda entre 2000 e

2003, voltasse a crescer e atingisse 19,5% ao ano, entre 2004 e 2008. Por fim, a menor taxa anual de crescimento na segunda fase do ciclo recente ocorreu no recolhimento via substituição tributária (4,8% ao ano). Em 2008, o ICMS nessa modalidade englobou recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, com ganho de R\$ 274,8 milhões entre o início e o final do período.

O Gráfico 21 ilustra a composição setorial do ICMS no Estado do Espírito Santo e sintetiza a trajetória do imposto entre os anos 2000 e 2008. As duas modalidades que concentram a maior parcela da arrecadação – via importação Fundap e a substituição tributária – diminuíram a participação relativa no total, em que pese terem obtido aumento real de recolhimento. No caso do ICMS Fundap, sua parcela na arrecadação total foi reduzida de 34,9%, em 2000, para 31,9%, em 2008. Em relação à substituição tributária, a queda foi de 21,3% para 14,4%, no mesmo período.

A indústria foi o setor que mais ganhou pontos percentuais (10,3 pontos percentuais) na composição do ICMS global entre 2000 e 2008. O cenário positivo configurou-se com a maturação dos grandes projetos de investimentos e pela elevação dos preços das *commodities*, especial-

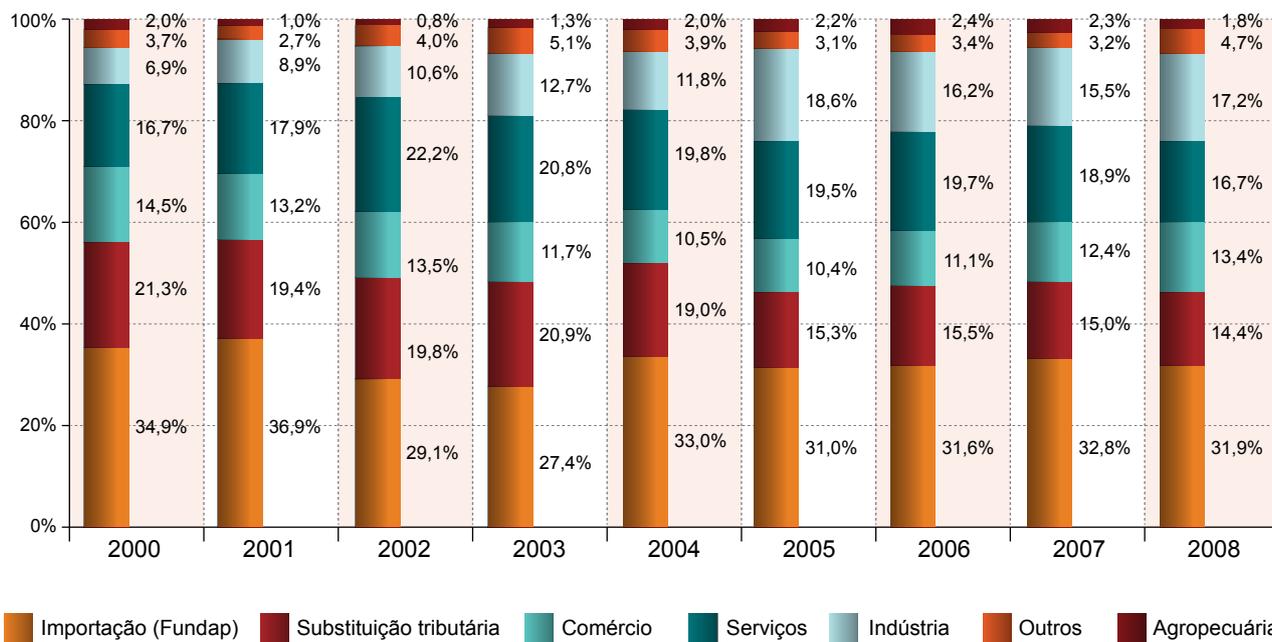


GRÁFICO 21 - Evolução da composição da receita do ICMS no Estado do Espírito Santo, por setor econômico, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

mente de minério de ferro, *pellets*, celulose e petróleo, no mercado mundial até a eclosão da crise econômica internacional (setembro de 2008).

Os serviços permaneceram praticamente com o mesmo peso no início e no fim do período (16,7%). O melhor momento desse setor ocorreu no biênio 2002-2003, quando a sua participação no total se fixou acima de 20%. Em relação ao comércio, nota-se estabilidade na sua participação ao longo do período atingindo a fração de 13,4% do total no final de 2008, dado o crescimento do volume do comércio varejista no Estado.

A agropecuária e as outras modalidades¹¹ de arrecadação apresentam baixo peso na arrecadação de ICMS: em 2000, somadas, representavam 5,7% do total; e, no ano de 2008, essa participação subiu para 6,5%. Quase 90% do recolhimento da agropecuária depende do ICMS sobre as operações interestaduais de café, ou seja, a arrecadação cresce principalmente quando sobem os preços desse produto, o que aconteceu entre os anos de 2004 e 2007.

Na agregação Outros, o recolhimento efetuado através de autos de infração e notificação de débitos e a modalidade Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres)¹² representaram em média 67% do total desse segmento, entre os anos de 2000 e 2003. No período subsequente, a arrecadação classificada em Funres desapareceu a partir de 2006 e surgiram os recolhimentos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, do Simples Nacional (2007 e 2008) e do comércio exterior (2008).

2.3 IPVA

O IPVA é um imposto cobrado sobre o licenciamento de veículos automotores, arrecadado pelos estados e partilhado com os municípios.

¹¹ As outras modalidades de ICMS agregam os seguintes itens: auto de infração; denúncias espontâneas; notificação de débito; Funres; contribuinte cadastro especial; estimativa indústria; substituição tributária autopeças; Fundo Estadual de Combate à Pobreza; diferencial de alíquota de produtor rural; Simples Nacional; e comércio exterior (ESPÍRITO SANTO, 2010g).

¹² “O Funres é um fundo de fomento ao desenvolvimento do Espírito Santo cujo objetivo é promover o crescimento e a modernização da economia estadual, através do apoio financeiro às empresas que desejam investir na implantação, ampliação e modernização de projetos estabelecidos no Estado através de subscrição de debêntures conversíveis em ações” (ESPÍRITO SANTO, 2010b).

Metade da arrecadação pertence ao governo estadual e a outra metade fica com o município onde ocorreu o licenciamento.

No período de 2001 a 2003, a arrecadação do conjunto dos estados brasileiros permaneceu relativamente estável, com ligeira queda de arrecadação, quando a taxa média anual de crescimento foi negativa em -0,6%. No Espírito Santo, no entanto, ocorreu um aumento de 5,8%, na mesma ocasião (Tabela 13).

TABELA 13 - Taxa média anual de crescimento do IPVA nos estados agrupados por grandes regiões e no Estado do Espírito Santo, 2001-2008

Região	2001-2003 (em %)	2003-2008 (em %)
Norte	6,1	16,0
Nordeste	4,7	13,0
Centro-Oeste	-0,1	9,2
Sudeste	-1,8	11,1
Sul	0,7	7,3
Espírito Santo	5,8	19,7
Total dos estados	-0,6	10,7

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

A partir de 2004, acompanhando o crescimento acelerado da economia brasileira e beneficiando-se da ampliação do crédito, a frota nacional de veículos automotores cresceu de forma acentuada, incrementando a arrecadação do IPVA. A taxa média anual de crescimento da arrecadação nacional do IPVA foi de 10,7% e, no Espírito Santo, essa expansão atingiu 19,7%, a mais alta dentre todos os estados brasileiros, de 2004 a 2008 (Gráfico 22). Em 2003, a frota de veículos capixabas recolheu aos cofres estaduais R\$ 101,1 milhões, valor que saltou para R\$ 248,2 milhões, em 2008, com crescimento acumulado de 245%¹³ (Gráfico 23). Esse é mais um

¹³ Esses valores referem-se ao IPVA total, antes de o Estado repassar a parcela de 50% dos municípios e sem a dedução destinada ao Fundeb iniciada em 2007.

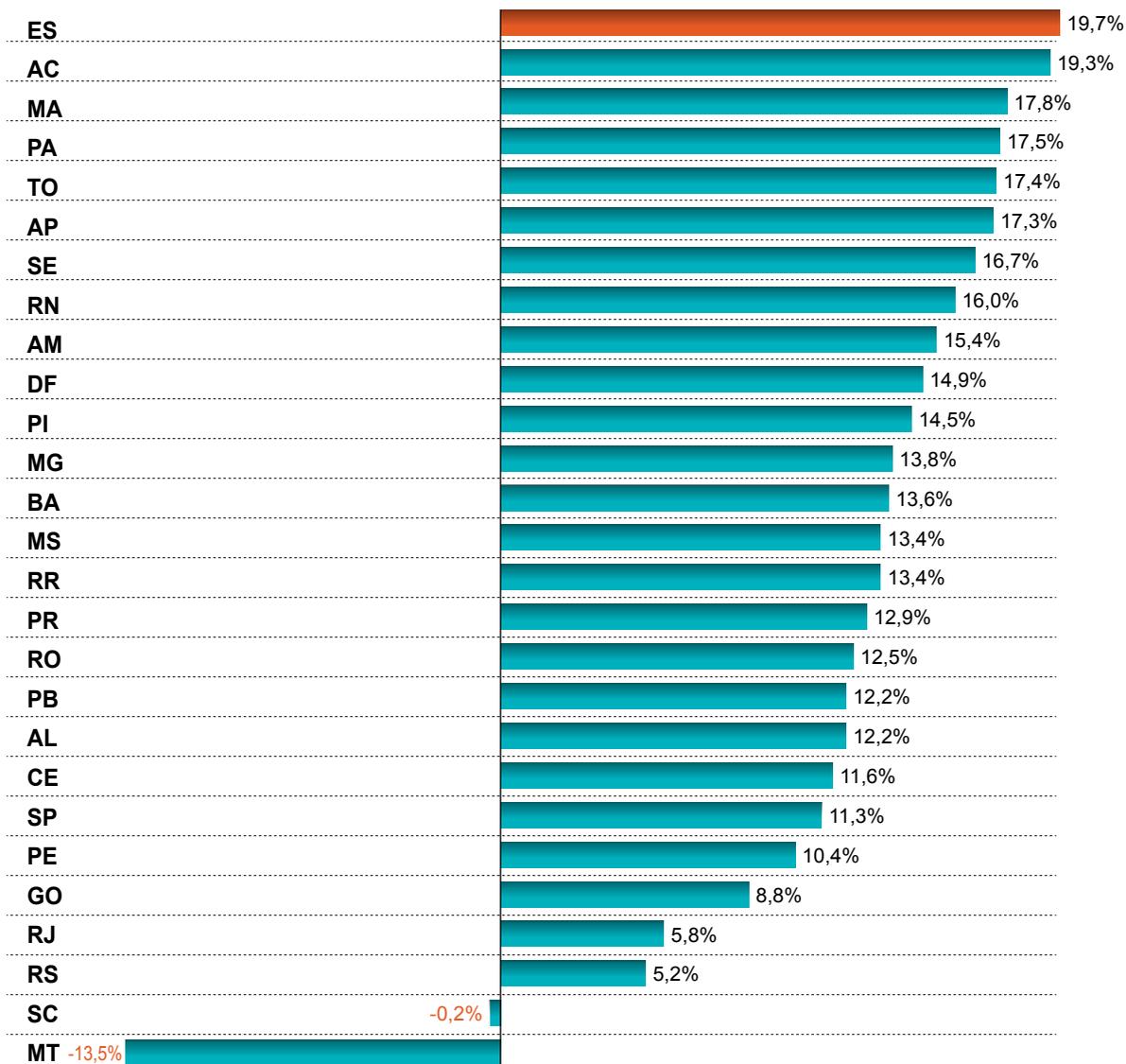


GRÁFICO 22 - Taxa média anual de crescimento da arrecadação de IPVA, por estado, 2003-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

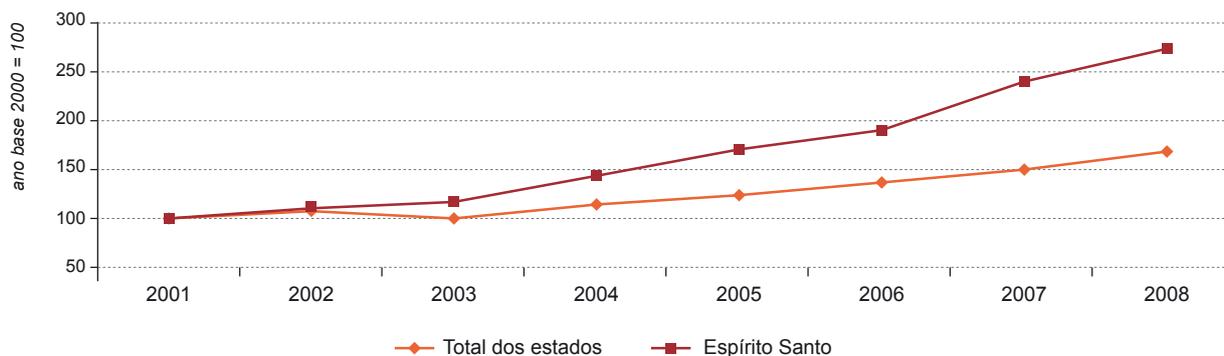


GRÁFICO 23 - Evolução da arrecadação de IPVA no Estado do Espírito Santo e no conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

TABELA 14 - IPVA: Taxa média anual de crescimento, 2003-2008, e participação relativa das microrregiões administrativas de governo na arrecadação, 2004 e 2008.

(em %)			
Microrregiões administrativas	Participação na arrecadação - 2004	Participação na arrecadação - 2008	Taxa anual de crescimento real ¹ , 2003-2008
Metropolitana	59,3	58,2	19,1
Polo Linhares	7,4	7,1	18,2
Metrópole Expandida Sul	3,2	4,0	27,5
Sudoeste Serrano	2,8	2,8	21,7
Central Serrana	2,2	2,1	19,8
Litoral Norte	3,2	3,1	17,6
Extremo Norte	0,8	0,8	20,4
Polo Colatina	4,4	4,3	19,0
Noroeste 1	1,3	1,6	25,4
Noroeste 2	2,1	2,2	21,0
Polo Cachoeiro	10,8	11,3	20,7
Caparaó	2,4	2,6	21,9
Total	100,0	100,0	19,7

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010g).

Nota: ¹ Valores corrigidos pelo IPCA médio de 2009.

indicador que reflete o excepcional crescimento da renda e do consumo na economia capixaba, que está no fundamento da melhoria geral da arrecadação tributária.

O aumento de arrecadação, nesse último período, foi observado em todas as regiões do Espírito Santo, fazendo com que a participação de cada uma delas no total se mantivesse relativamente estável (Tabela 14 e Apêndice P).

Em 2008, a maior parcela do IPVA, de 58,2%, foi recolhida pelos municípios localizados na Microrregião Metropolitana. A mais alta taxa de crescimento anual no período foi verificada em Apicacá (43,6%), seguido por Governador Lindenberg e Guarapari, ambos com 33,9% cada um (Apêndice O).

Em que pese o excelente desempenho, o IPVA vem respondendo por 1,6% da recei-

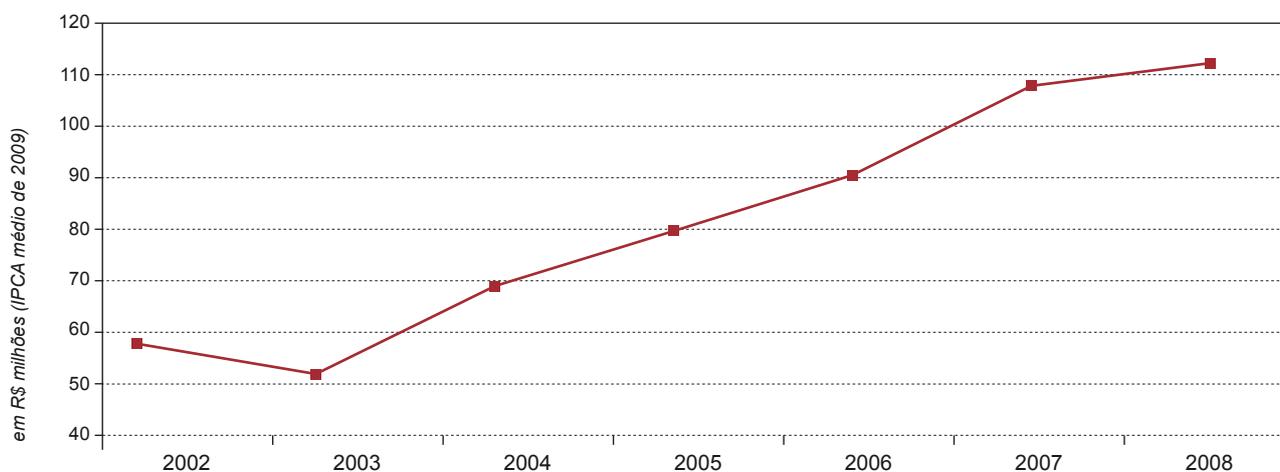


GRÁFICO 24 - Evolução da receita líquida de IPVA no Estado do Espírito Santo, 2002-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2002-2008).

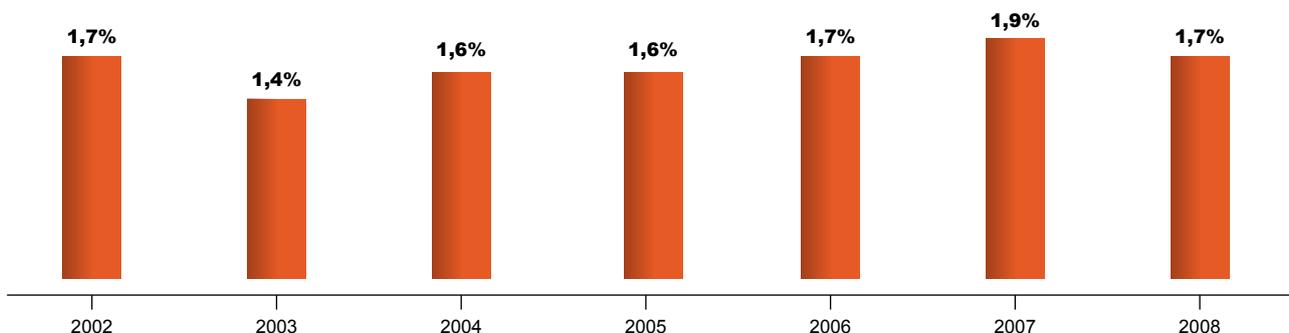


GRÁFICO 25 - Evolução da participação da receita líquida de IPVA sobre a RCD do Estado do Espírito Santo, 2002-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2002-2008).

ta corrente disponível do Estado na média dos últimos sete anos. Ou seja, a sua performance foi acompanhada pelo conjunto da receita disponível. Nota-se, porém, que essa participação aumentou um pouco em 2007, aproximando-se de 2% (Gráfico 25).

2.4 ITCD

De acordo com o artigo 155 da Constituição Federal, o ITCD é um imposto de competência estadual. Ele tem como fato gerador toda transmissão de quaisquer direitos e bens móveis ou imóveis havido por sucessão legítima ou testamentária e por doação, ou seja, de natureza não onerosa (BRASIL, 2004).

A arrecadação do ITCD é diminuta frente

à receita disponível do Espírito Santo. O percentual vem gravitando em torno de 0,2% nos últimos anos, contra uma média nacional de 0,5%.

Nos primeiros cinco anos da atual década, a arrecadação estadual manteve-se estável, em torno de R\$ 7 milhões. A partir de 2006, passou a crescer expressivamente, chegando a R\$ 17,3 milhões, em 2008, o que representou um aumento de 159%, em relação a 2004. Tal resultado foi muito superior à média dos estados brasileiros, que no mesmo período acumularam um crescimento médio de 64,2%.

Historicamente os municípios da Microrregião Metropolitana recolhem a maior parcela do ITCD. Em 2008, eles concentraram quase metade (48,5%) da arrecadação (Tabela 15 e dados por município nos Apêndices Q e R).

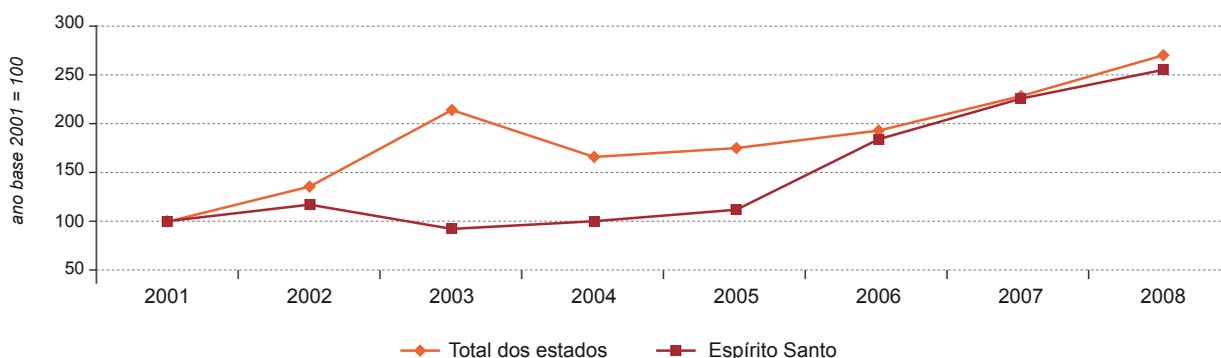


GRÁFICO 26 - Evolução da arrecadação do ITCD no Estado do Espírito Santo e no conjunto dos estados do Brasil, 2001-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

TABELA 15 - Distribuição da arrecadação do ITCD no Estado do Espírito Santo, por microrregião administrativa de governo, 2002-2008

Microrregião administrativa	(em %)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Metropolitana	57,3	46,7	46,2	44,1	50,9	44,3	48,5
Polo Linhares	5,8	7,7	6,1	7,6	8,4	7,4	10,4
Metrópole Expandida Sul	1,9	2,8	1,8	2,4	2,1	2,2	3,2
Sudoeste Serrano	3,3	4,1	4,5	4,1	3,5	3,9	3,9
Central Serrana	2,7	2,7	3,1	2,3	1,8	2,5	2,8
Litoral Norte	1,8	1,8	2,2	1,7	8,5	3,9	4,2
Extremo Norte	1,3	1,6	2,9	4,1	4,0	9,8	1,7
Polo Colatina	6,3	5,9	8,2	4,9	5,2	6,9	4,9
Noroeste 1	3,3	5,8	3,2	3,0	1,7	1,9	1,9
Noroeste 2	1,8	4,6	3,0	6,7	2,4	2,5	2,3
Polo Cachoeiro	8,7	11,1	12,7	12,1	8,2	10,2	13,2
Caparaó	5,9	5,2	6,2	6,9	3,3	4,3	3,0
Total	100,0						

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010g).

2.5 Taxas

As taxas são tributos arrecadados pelas três esferas de governo e sua cobrança está vinculada ao custeio de atividades governamentais específicas, sendo essa a característica principal que difere as taxas dos impostos.

Ao longo da presente década, o recolhimento das taxas tem sido crescente no Espírito Santo. No período de 2003 a 2008, sua expansão apresen-

tou uma taxa média de 13,7% ao ano, ritmo que superou ligeiramente a média dos demais estados, de 12% ao ano. Em 2008, o governo estadual arrecadou R\$ 286,9 milhões em taxas, valor 161% acima do recolhimento de R\$ 109,9 milhões em 2001 (Gráfico 27).

No Espírito Santo, as taxas vêm ganhando importância na receita corrente disponível estadual. Na segunda metade dos anos 1990, respondia por apenas 2,3% da RCD, percen-

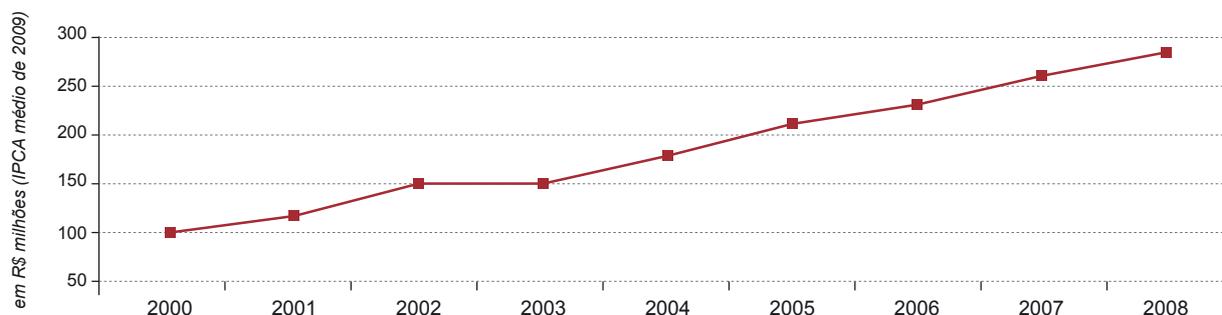


GRÁFICO 27 - Evolução da arrecadação de taxas no Estado do Espírito Santo, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

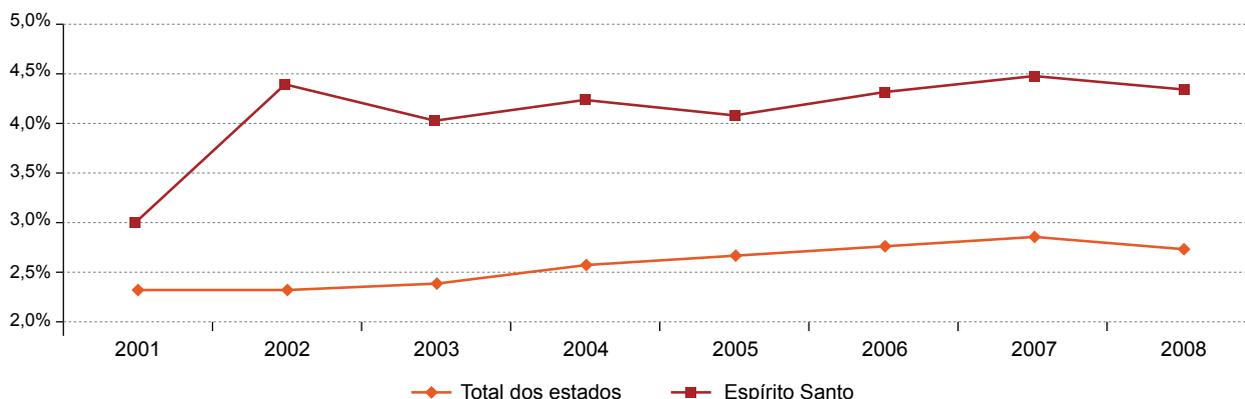


GRÁFICO 28 - Evolução da participação da receita de taxas na RCD do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 2001-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2001-2008) e BRASIL (2009b).

tual que saltou para 3,7%, entre 2000-2003, e depois para 4,3%, entre 2004-2008. Nesse último período, a participação das taxas na RCD foi maior que nos demais estados, cuja média alcançou 2,8% (Gráfico 28).

A maior parte (52,2%) da arrecadação es-

tadual de taxas, em 2008, foi proveniente da Microrregião Metropolitana, percentual que vem se mantendo relativamente estável ao longo dos últimos anos. Em seguida aparecem as Microrregiões Polo de Cachoeiro, com 10,2%, e Polo de Linhares, com 8,1% (Tabela 16, Apêndices S e T).

TABELA 16 - Distribuição da arrecadação de taxas no Espírito Santo, por microrregião administrativa de governo, 2002-2008

Microrregiões administrativas	(em %)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Metropolitana	50,1	51,2	53,1	53,6	53,4	52,5	52,2
Polo Cachoeiro	9,9	10,0	10,2	10,2	10,1	10,3	10,2
Polo Linhares	9,1	8,7	8,2	8,4	8,3	8,1	8,1
Polo Colatina	6,5	6,1	5,8	5,3	5,0	5,3	5,3
Sudoeste Serrano	3,7	3,9	3,8	3,9	4,0	4,0	4,0
Litoral Norte	3,7	3,7	3,6	3,8	3,9	3,9	3,8
Caparaó	3,3	3,5	3,3	3,4	3,5	3,6	3,8
Noroeste 2	3,8	3,2	3,1	3,1	2,9	3,2	3,0
Metrópole Expandida Sul	2,4	2,6	2,7	2,9	3,1	3,3	3,5
Central Serrana	2,9	3,0	3,0	2,8	2,7	2,7	2,7
Noroeste 1	3,2	3,1	2,3	2,0	2,2	2,4	2,4
Extremo Norte	1,3	1,1	0,9	0,8	0,7	0,8	0,8
Total	100,0						

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010g).

2.6 FPE

O Fundo de Participações do Estado (FPE) é uma transferência constitucional realizada pela União para os estados e o Distrito Federal (artigo 159, I, a, da Constituição Federal). É formado por 21,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI.

2.6.1 Breve histórico de sua composição e critérios de distribuição

O FPE foi criado pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com base na Emenda Constitucional nº 18, de 1965, com o objetivo de promover o equilíbrio socioeconômico entre os estados (BRASIL, 1966). Outro objetivo, não explícito na Lei, era o de compensar os estados, pelo menos em parte, pelo processo de centralização da arrecadação tributária no âmbito federal, que se aprofundou com a ascensão dos militares ao poder. Em 1968, o percentual do IR e do IPI destinado ao FPE era de 10%. No ano seguinte, essa parcela caiu para apenas 5% e permaneceu assim até 1975. Somente a partir de 1976, inicia-se um lento processo de aumento da parcela do IR e do

TABELA 17 - Composição do Fundo de Participação dos Estados, 1968-1993

Data	IR+IPI (em %)
1968	10,0
1969-1975	5,0
1976	6,0
1977	7,0
1978	8,0
1979-1980	9,0
1981	10,0
1982-1983	10,5
1984	12,5
1985-set. 1986	14,0
out. 1986-1988	18,0
1989	19,0
1990	19,5
1991	20,0
1992	20,5
Desde 1993	21,5

FONTE: Affonso (1997 apud VARGAS, 2006, p. 170).

IPI destinada ao FPE, quando passa a crescer um ponto percentual ao ano, até atingir 10%, em 1981, e 10,5% em 1982 e 1983. A partir de 1984, os estados obtêm parcelas cada vez maiores da arrecadação federal para a formação do FPE, chegando ao máximo de 21,5%, a partir de 1993 (Tabela 17).

Quando foi criado, 5% do Fundo era distribuído de acordo com a área territorial de cada Estado, 47,5% conforme coeficientes que levavam em conta os critérios populacionais, com base nas estimativas do IBGE, e outros 47,5% com base no inverso da renda *per capita*, estimada pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Já em 1975, o Decreto-Lei nº 1.434 criou uma reserva do FPE para ser destinada exclusivamente aos estados do Norte e Nordeste, distribuída com base nos mesmos critérios de repartição então vigentes (BRASIL, 1975). Essa reserva foi composta por 10% do FPE nos dois primeiros anos, em 1976 e 1977, e por 20% a partir de 1978. O benefício atribuído aos estados do Norte e Nordeste com essa reserva se dava sem prejuízo da participação deles no restante do FPE.

Cerca de um ano após a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, foi editada a Lei Complementar (LC) nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que revogou os critérios de distribuição do FPE (BRASIL, 1989a). A LC 62 estabeleceu que os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficariam com 85% do FPE, e os demais estados do Sul e Sudeste teriam direito a 15%. No entanto, a LC 62 não deliberou sobre os novos critérios e previu que esses seriam definidos em nova lei, utilizando como base o Censo Populacional que seria realizado em 1990, e deveriam vigorar a partir de 1992. Previa ainda que, até a edição da nova lei, a distribuição do FPE seria realizada de acordo com os coeficientes provisoriamente definidos em seu anexo (Tabela 18).

Dessa forma, os coeficientes provisórios definidos na LC 62 foram adotados e, desde então, o Congresso Nacional não se debruçou na construção dos critérios de distribuição. Apesar da LC 62 não demonstrar o cálculo dos coeficientes provisórios, eles foram definidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão formado pelos secretários da Fazenda de todos os estados e do Distrito Federal, com base

nos critérios anteriores, ajustando-os de forma a atender às proporções de 85% e 15% já mencionadas acima¹⁴.

2.6.2 A inconstitucionalidade da atual distribuição do FPE

O Congresso Nacional quase sempre procurou evitar enfrentar questões que embutem conflitos de ordem federativa, dada a grande dificuldade de se conciliar interesses tão diversos quanto os dos distintos estados que compõem a Federação. O embate político e econômico tem sido o maior obstáculo ao avanço de reformas substanciais como a tributária. Esse deve ser o mesmo motivo pelo qual, até hoje, os congressistas se omitiram do dever de elaborar critérios para a distribuição do FPE, tarefa a eles destinada pela LC 62, de 1989.

Desde 1992, o perfil populacional e econômico dos estados alterou-se consideravelmente e muitas são as críticas à distribuição do FPE, no que tange à sua capacidade de “[...] promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios”, como preconizado pelo artigo 161, II, da CF. Com base nesse argumento, os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul moveram ações diretas de inconstitucionalidade contra a uti-

¹⁴ Afonso (2010) destacou que essa mesma negociação no âmbito do Confaz resultou ainda na “[...] aprovação pelo Senado Federal (Resolução nº 22, de 19/05/1989) de novas alíquotas interestaduais do ICMS estadual, que foram reduzidas, de forma diferenciada (discriminando entre transações dentro do Sudeste e Sul e aquelas realizadas entre esses e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), de modo a beneficiar proporcionalmente mais os estados das regiões então menos desenvolvidas”.

lização dos coeficientes estabelecidos pela LC 62.

Em 24 de fevereiro de 2010, numa decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da atual distribuição do FPE e estabeleceu o prazo até dezembro de 2012 para que novos critérios sejam aprovados. Até o vencimento desse prazo continua em vigor a atual sistemática de distribuição.

Dessa forma, o STF obriga o Congresso a encarar a questão e lança o País no debate quanto à partilha de recursos na Federação. De acordo com Afonso (2010) e outros estudiosos do tema, para que a distribuição do FPE atenda ao requisito constitucional de contribuir para a redução dos desequilíbrios regionais, devem ser utilizados critérios dinâmicos, que ponderem a “[...] potencial e a efetiva arrecadação direta e as necessidades de cada ente federado [...]” (receitas e despesas). Dessa forma, “[...] se ponderados critérios técnicos, inevitavelmente isso deveria levar a se repensar junto também o ICMS.” Nos termos adotados por Afonso (2010), como o FPE deveria ser um “[...] mecanismo que fechasse a equação fiscal, redistribuindo recursos para os estados que podem arrecadar menos [...]”, então, o debate em torno dele poderá ou deveria tornar-se o início de uma reforma tributária.

2.6.3 A evolução e a importância do FPE para o Espírito Santo

Na segunda metade dos anos 1990, o FPE manteve-se relativamente estável, registrando queda no ano de 1998. Passou por três anos de crescimento, de 2000 a 2002, para sofrer forte recuo em 2003. A partir de 2004 passou a registrar au-



GRÁFICO 29 - Evolução do FPE do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2009

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010e).

TABELA 18 - Coeficientes de participação dos estados e do Distrito Federal no FPE, definidos pela LC nº 62/1989

Unidade da Federação	Coeficiente
Acre	3,4210
Alagoas	4,1601
Amapá	3,4120
Amazonas	2,7904
Bahia	9,3962
Ceará	7,3369
Distrito Federal	0,6902
Espírito Santo	1,5000
Goiás	2,8431
Maranhão	7,2182
Mato Grosso	2,3079
Mato Grosso do Sul	1,3320
Minas Gerais	4,4545
Pará	6,1120
Paraíba	4,7889
Paraná	2,8832
Pernambuco	6,9002
Piauí	4,3214
Rio de Janeiro	1,5277
Rio Grande do Norte	4,1779
Rio Grande do Sul	2,3548
Rondônia	2,8156
Roraima	2,4807
Santa Catarina	1,2798
São Paulo	1,0000
Sergipe	4,1553
Tocantins	4,3400
Total	100,0

FONTE: BRASIL (2009d).

mentos acentuados e ininterruptos até o ano de 2008 (Gráfico 29).

O movimento dos recursos do FPE transferidos pela União aos estados acompanhou a mesma trajetória da economia brasileira, na medida em que as principais receitas públicas são altamente sensíveis ao desempenho econômico do País. O último exemplo disso foi a queda de 10% no FPE de 2009, ocorrido em função dos impac-

tos negativos da crise financeira internacional na economia nacional e da política anticíclica do governo federal, que reduziu várias alíquotas de IPI. A evolução do FPE de cada Estado brasileiro é exatamente a mesma do FPE total, uma vez que cada um possui uma parcela fixa de participação nesse recurso.

O Espírito Santo, conforme os coeficientes constantes da LC 62, tem recebido 1,5% do Fundo ao longo dos últimos 20 anos. Essa participação é praticamente igual à do Estado do Rio de Janeiro e um pouco superior à dos estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Participações menores ainda têm o Estado de São Paulo e o Distrito Federal. As maiores fatias pertencem à Bahia, ao Ceará, ao Maranhão, a Pernambuco e ao Pará (Tabela 18).

Para o Espírito Santo, o FPE tem sido sua segunda maior fonte de recurso. No período de 2000 a 2003, representou entre 10% e 12% da receita disponível do Estado. A partir de 2004, sua participação estabilizou-se em 9%. Em 2008, atingiu o valor de R\$ 603,4 milhões, a preços corrigidos e já descontada a parcela que é destinada ao Fundeb. Em 2009, com a queda de 10% já mencionada, o FPE capixaba recuou para R\$ 543,1 milhões.

O peso do FPE na composição da receita total do Estado é suficiente para justificar um forte envolvimento do governo estadual no debate que terá início sobre a nova distribuição do FPE, após as eleições de 2010.

2.7 FUNDEF/FUNDEB

2.7.1 Como funciona

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) foi criado pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996a, 2009a). No Espírito Santo, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1998. Em 2006, o Fundef foi ampliado e passou a vigorar com o nome de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundef foi criado com o objetivo de aumentar o volume de recursos destinados à educação em todo o País, para diminuir as desigualda-

des regionais e sociais relativas ao ensino fundamental público e melhorar o nível salarial dos professores e a qualidade do ensino. Era um Fundo contábil de âmbito estadual com fontes de recursos originadas nas receitas tributárias e transferências de competência de estados e municípios, composto por 15% dos seguintes itens:

- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- ICMS, incluída a Quota-Parte Municipal e qualquer compensação feita com os recursos desse imposto;
- IPI-exportação; e
- Desoneração pelas exportações (Lei Kandir – LC 87/96) (BRASIL, 1996b).

A redistribuição do Fundef era feita aos estados e municípios de acordo com o número de matrículas no ensino fundamental em suas respectivas redes, em relação ao número total de matrículas

do ensino fundamental no Estado (rede estadual e redes municipais).

O Fundef foi sucedido pelo Fundeb em 2007, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 (BRASIL, 2006, 2007b,c). Essencialmente, o novo fundo possui a mesma lógica do seu antecessor, mas com uma abrangência maior, abrangendo toda a educação básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio, e educação de jovens e adultos).

Para cobrir as despesas com os demais níveis da educação incorporadas ao Fundeb, os percentuais das receitas que eram aplicados no Fundef aumentaram para 16,66%, em 2007; 18,33%, em 2008; e 20%, de 2009 em diante. Além disso, foram incorporadas as receitas do IPVA, do ITCD e do Imposto Territorial Rural (ITR). Sobre as novas fontes de receita, os percentuais definidos foram de 6,66%, em 2007; 13,33%, em 2008; e 20%, de 2009 a 2020, último ano de vigência do Fundo.

Estados	ICMS	IPVA	ITCD	FPE	IPI-exportação	LC 87/96
Municípios	ICMS	IPVA	ITR	FPM	IPI-exportação	LC 87/96

QUADRO 2 - Fonte das receitas dos estados e dos municípios para o Fundeb

FONTE: Adaptado de BRASIL (1996, 2007b,c)

Fontes de receita	2007	2008	A partir de 2009
ICMS, FPE, FPM, IPI-exportação, LC 87/96	16,66%	18,33%	20%
IPVA, ITR, ITCD	6,66%	13,33%	20%

QUADRO 3 - Percentuais aplicados sobre as fontes de receita para o Fundeb

FONTE: Adaptado de BRASIL (1996, 2007b,c)

Os recursos do Fundeb são redistribuídos entre Estado e municípios de acordo com o número de matrículas de seus respectivos âmbitos de atuação prioritária; ou seja, os municípios ganham em relação às matrículas dos ensinos infantil e fundamental e os estados, em relação aos ensinos fundamental e médio. Foi adotada uma escala para a contabilização do número de matrículas que leva em consideração 100% do total das matrículas nos ensinos fundamental e especial desde 2007. Nas demais modalidades da educação básica, foram com-

putadas 33,33% das matrículas, em 2007; 66,66%, em 2008; chegando a 100%, a partir de 2009.

Para se chegar ao coeficiente anual de participação de cada município e de cada Estado no Fundeb, o Ministério da Educação (MEC) leva em consideração, além do número de matrículas, uma ponderação para cada modalidade da educação básica, de acordo com a sua situação urbana ou rural e de ensino de tempo integral ou parcial. Essa ponderação tem por finalidade refletir as diferenças de custo entre as diversas modalidades.

TABELA 19 - Número de matrículas na educação básica das redes estadual e municipal no Estado do Espírito Santo, 1998-2009

Modalidade de ensino / Rede	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Ensino infantil	...	64.830	71.592	106.103	111.583	116.310	119.037	119.176	118.057	119.521	123.256	127.105
Ensino Fundamental	161.499	234.699	237.895	238.895	248.970	255.266	263.515	320.928	349.687	351.644	348.172	343.424
Rede municipal	...	299.529	309.487	344.998	360.553	371.576	382.552	440.104	467.744	471.165	471.428	470.529
Ensino Fundamental	372.466	306.655	303.922	281.561	268.309	250.129	237.822	175.960	148.015	137.609	133.960	129.411
Ensino médio	...	125.258	134.613	143.955	132.604	134.491	132.915	126.362	123.602	116.330	117.101	114.622
Rede estadual	...	431.913	438.535	425.516	400.913	384.620	370.737	302.322	271.617	253.939	251.061	244.033

FONTE: BRASIL (2010a).
Nota: Sinal convencional utilizado: ... dado numérico não disponível

2.7.2 Evolução do saldo Fundef/Fundeb no Espírito Santo

Ao longo do período 1998-2006, anos de vigência do Fundef, todos os estados apresentaram saldos negativos entre os respectivos aportes e repasses recebidos do Fundo. As exceções foram os estados do Pará, em 1998; Amapá, em 1999; e Roraima, no período 1998-2003 e em 2005.

No Espírito Santo os sucessivos saldos negativos ocorreram devido a um intenso processo de migração dos alunos do ensino fundamental da rede estadual para a rede municipal (Tabela 19, Gráfico 30 e Gráfico 31). Em 1998, a rede estadual era responsável por 70% das matrículas no ensino fundamental. Em 2006, esse percentual caiu para 30%. Nesse período, o número de matrículas no ensino fundamental municipal mais que dobrou – alta de 117%, enquanto que as matrículas estaduais caíram 60%.

Percebe-se que o Fundef e o próprio governo estadual incentivaram a municipalização do ensino fundamental. Para o Estado foi uma forma de liberar a sua rede de ensino de um grande contingente de alunos do ensino fundamental, possibilitando que a gestão dedicasse maior atenção ao ensino médio. Essa estratégia respondeu à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que determinou o ensino médio como a área prioritária dos governos estaduais e o ensino fundamental como prioridade dos municípios (BRASIL, 1996c)¹⁵.

O saldo negativo (diferença entre o aporte realizado e o repasse ao Estado) acumulado no Fundef representou 2,1% da receita disponível do Espírito Santo, no período 1998-2006 (Tabela 20). No entanto, os saldos negativos não representaram prejuízo para o Estado, uma vez que foram acompanhados pela transição dos alunos da rede estadual para a municipal, diminuindo,

¹⁵ No artigo 10º, inciso VI, da Lei 9.324/96, “Os estados incumbir-se-ão de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.” E no artigo 11º, inciso V, da mesma Lei, “Os municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1996c) (grifo nosso).

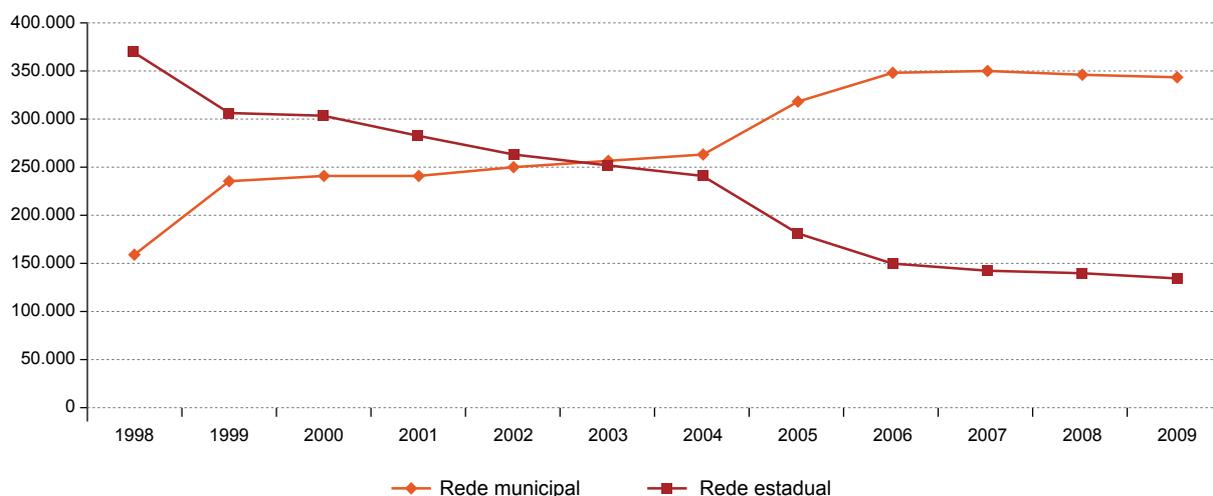


GRÁFICO 30 - Evolução do número de matrículas no ensino fundamental, das redes estadual e municipal de ensino do Estado do Espírito Santo, 1998-2009

FONTE: BRASIL (2010a).

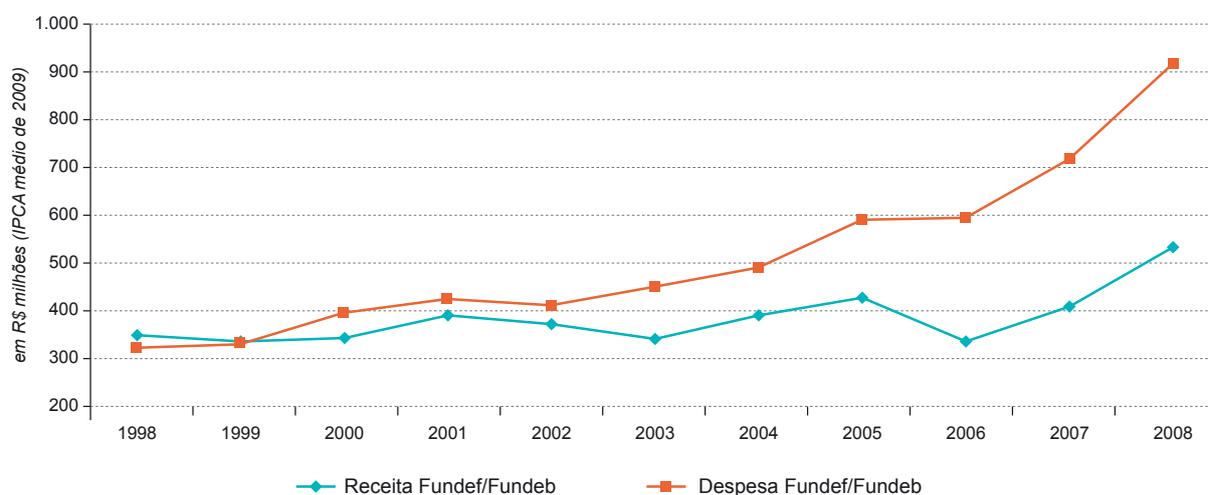


GRÁFICO 31 - Evolução da receita e da despesa Fundef/Fundeb no Estado do Espírito Santo, 1998-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1998-2008).

assim, a pressão sobre a despesa do Estado com educação. Além do mais, funcionaram como uma transferência de recursos do Estado para seus municípios.

Nos dois primeiros anos do Fundeb no Espírito Santo, os saldos negativos foram crescentes, passando de R\$ 323,3 milhões, em 2007, para R\$ 387,3 milhões em 2008. Esses dois

montantes acumulados representaram 5,7% da receita disponível do Estado.

O Fundeb reforçou o benefício aos municípios, uma vez que passaram a receber também pelas matrículas no ensino infantil, que é superior ao número de matrículas do ensino médio pelo qual o Estado recebe (Tabela 19). Portanto, com o Fundeb, o Estado teve que aumentar o repasse

TABELA 20 - Indicadores financeiros do Fundef / Fundeb para o Estado do Espírito Santo, 1998-2008

Anos	Indicadores				
	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)				Participação na RCD (C / D) (em %)
	Receita Fundef / Fundeb (A)	Despesa Fundef / Fundeb (B)	Saldo (C = A - B)	RCD (D)	
1998	350,4	325,1	25,4	2.736,7	0,9
1999	337,6	331,4	6,2	2.709,1	0,2
2000	350,3	394,4	-44,1	3.101,0	-1,4
2001	388,1	434,7	-46,6	3.629,8	-1,3
2002	359,5	419,4	-59,9	3.483,5	-1,7
2003	352,7	448,4	-95,6	3.757,1	-2,5
2004	389,7	486,1	-96,3	4.257,8	-2,3
2005	433,7	578,7	-145,0	5.070,4	-2,9
2006	338,9	592,7	-253,8	5.230,0	-4,9
2007	411,7	735,0	-323,3	5.717,1	-5,7
2008	541,6	928,9	-387,3	6.697,9	-5,8

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1998-2008).

de recursos aos municípios e, dessa vez, sem que houvesse nenhuma transferência de despesa, já que não há rede de ensino infantil no âmbito do governo estadual que possa ser municipalizada.

2.8 Transferência de capital

As transferências de capital são recursos transferidos voluntariamente de um ente federado

para outro, ou proveniente de convênios firmados entre os entes. Essas transferências, assim como qualquer receita de capital, devem ser aplicadas exclusivamente em gastos de capital.

Em 2008, os estados brasileiros receberam a título de transferência de capital o montante de R\$ 3,7 bilhões, valor inferior apenas aos R\$ 5,8 bilhões recebidos em 2002, ano de maior repasse (Gráfico 32 e Gráfico 33).

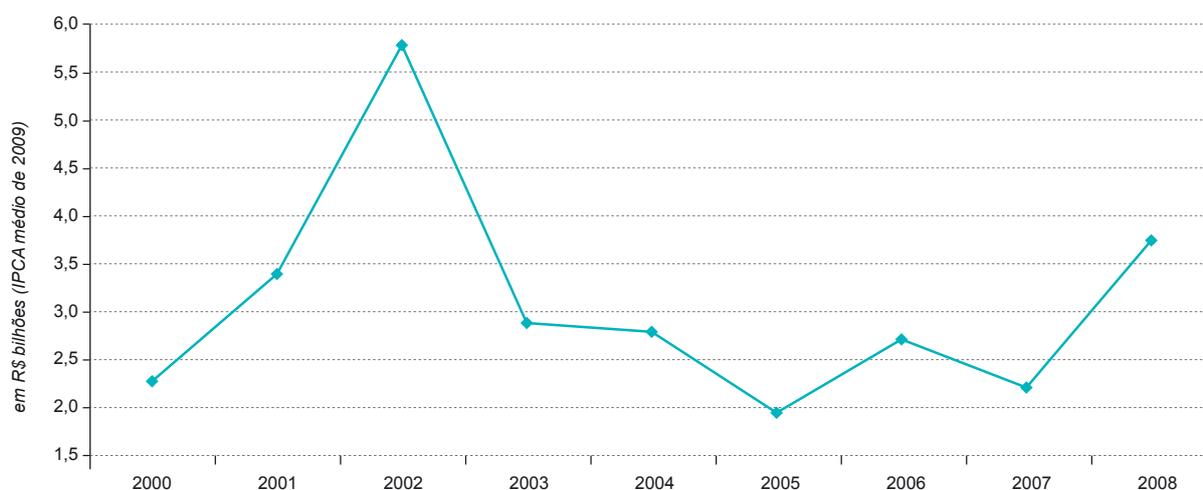


GRÁFICO 32 - Evolução das receitas de transferências de capital do conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008) e BRASIL (2009b).

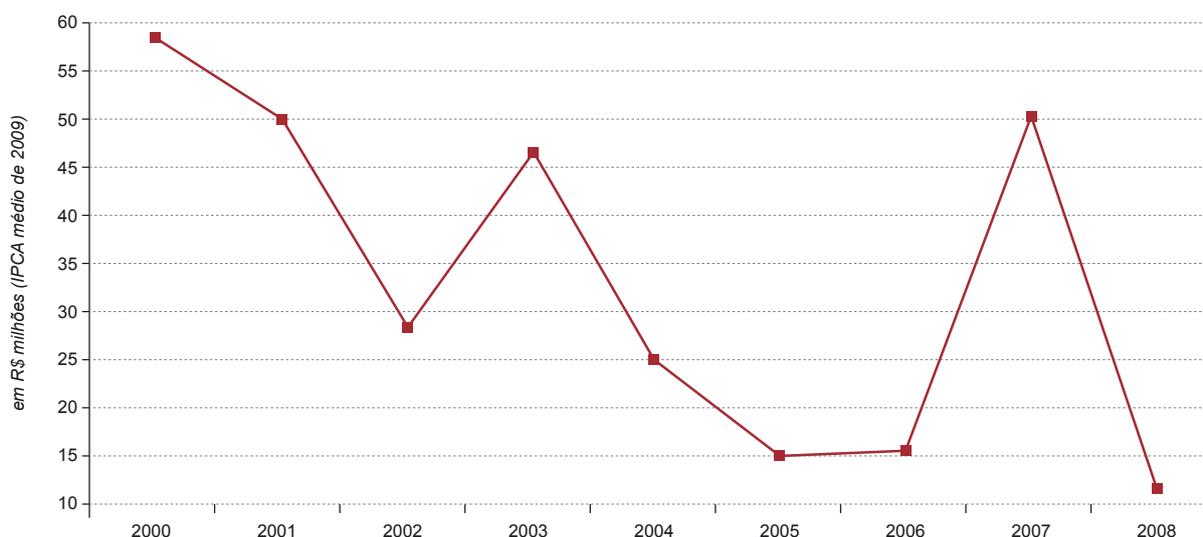


GRÁFICO 33 - Evolução das receitas de transferências de capital do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

TABELA 21 - Transferência de capital anual média e participação da receita de transferência de capital na receita total disponível, do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, por período, 2000-2003/2004-2008

	Transferência de capital anual média (em R\$ milhões - IPCA médio de 2009)		Participação na receita total disponível (em %)	
	2000-2003	2004-2008	2000-2003	2004-2008
Espírito Santo	45,9	23,7	1,3	0,4
Brasil	3.577,9	2.673,7	1,8	1,0

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

Essa fonte de receita apresenta grande flutuação ao longo do tempo. Observada em dois períodos distintos, 2000-2003 e 2004-2008, o comportamento das transferências de capital recebidas pelo conjunto dos estados brasileiros revela tanto uma tendência de queda na média dos recursos anuais, como uma redução da sua participação na receita disponível (Tabela 21).

O Espírito Santo acompanhou esse movimento geral. De 2000 a 2003, a transferência de capital anual média recebida pelo Estado foi de R\$ 45,9 milhões, recuando para R\$ 23,7 milhões, entre 2004 e 2008. Esses valores corresponderam, em média, a 1,3% e 0,4% da receita disponível média dos respectivos períodos. Essa queda está diretamente relacionada ao encolhimento dos re-

passes da União ao Estado, uma vez que esses últimos compõem praticamente a totalidade das transferências de capital. No primeiro período, de 2000 a 2003, o governo federal transferiu ao Espírito Santo uma média anual de R\$ 41 milhões e, no segundo período, a receita repassada foi de R\$ 17,3 milhões na média anual, o que representou apenas 0,3% da RTD do período.

2.9 Operação de crédito

As operações de crédito são empréstimos e financiamentos contraídos pelas esferas de governo junto às instituições financeiras nacionais e internacionais, cujos recursos são normalmente utilizados em investimentos. As dívidas reconhecidas

e assumidas pelo Estado, embora não representem entrada de recursos nos cofres públicos, também são registradas nesse item da receita, pois se equiparam a uma operação de crédito, conforme o §1º do art. 29, da LRF: assunção e confissão de dívida.

De acordo com os RGF do Espírito Santo dos anos de 2002 a 2008, as principais operações de crédito realizadas em âmbito internacional foram contratadas junto ao Bird e ao BID (Tabela 23).

No acumulado de 2002 a 2008 os empréstimos contraídos junto ao Bird totalizaram R\$ 207,5 milhões e foram utilizados no Programa de Despoluição e Saneamento do Espírito Santo (Prodesan) e no Projeto Águas Limpas, que visam a ampliar o nível de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, incluindo coleta e tratamento e oferta dos serviços de abastecimento de água.

Já o recebimento de recursos emprestados pelo BID teve início em 2006, somando até 2008 a cifra de R\$ 93,5 milhões. Esse valor foi aplicado no Programa Rodoviário do Espírito Santo II, cujo objetivo é melhorar o transporte terrestre de cargas e passageiros na rede rodoviária estadual.

Entre as operações de crédito de âmbito nacional, apenas as financiadas pela CEF e pelo BNDES representaram ingresso de recursos. Os valores concernentes ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Receita Federal, Secretaria do Patrimônio da União, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) representam dívidas reconhecidas e assumidas pelo Estado.

Os valores liberados pelo BNDES entre 2006 e 2008 totalizaram R\$ 86,8 milhões. Eles foram aplicados no Programa de Investimentos em Transporte Coletivo e na Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória – Transcol III. O objetivo geral do programa é a melhoria da prestação dos serviços de transporte coletivo da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Da CEF o Estado obteve recursos da ordem de R\$ 10,4 milhões, entre 2002 e 2005, referentes ao Pnafe. Além disso, começou a receber, em 2008, os recursos referentes ao Programa Pró-moradia (R\$ 169 mil).

TABELA 22 - Evolução da receita de operações de crédito no Estado do Espírito Santo e no conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008

Ano	Receita de operações de crédito em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		Variação em relação ao ano anterior (em %)	
	Espírito Santo	Total dos estados	Espírito Santo	Total dos estados
1995	349,0	18.044,3
1996	908,6	25.892,0	160,4	43,5
1997	427,6	134.844,4	-52,9	420,8
1998	600,4	37.741,7	40,4	-72,0
1999	54,2	24.711,6	-91,0	-34,5
2000	41,3	5.624,1	-23,8	-77,2
2001	6,9	3.098,4	-83,2	-44,9
2002	81,9	6.043,1	1.080,5	95,0
2003	56,9	3.541,9	-30,5	-41,4
2004	5,7	3.219,1	-89,9	-9,1
2005	12,1	2.616,6	110,9	-18,7
2006	28,0	3.526,3	131,2	34,8
2007	114,6	1.972,4	309,5	-44,1
2008	99,1	4.727,3	-13,5	139,7

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).
Nota: Sinal convencional utilizado: .. não se aplica dado numérico.

TABELA 23 - Contratação de operações de crédito, 2002-2008

Empréstimos e financiamentos	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Operações de crédito (I)	81.900,7	56.934,9	5.741,0	12.818,4	29.631,6	140.100,4	100.254,6
Externas	78.974,3	56.116,8	-	8.603,1	11.324,1	73.122,9	72.861,9
BIRD	78.974,3	56.116,8	-	8.603,1	5.940,9	26.268,8	31.585,6
BID II	-	-	-	-	5.383,3	46.854,2	41.276,3
Internas	2.926,4	818,1	5.741,0	4.215,3	18.307,4	66.977,5	27.392,7
BNDES	-	-	-	2.606,8	16.623,5	41.484,3	26.110,9
CEF	2.926,4	818,1	5.741,0	895,3	-	-	169,3
INSS	-	-	-	-	1.683,9	14.141,7	1.112,6
Receita Federal	-	-	-	-	-	9.906,6	-
Secretaria do Patrimônio da União	-	-	-	-	-	29,5	-
FGTS	-	-	-	-	-	750,1	-
FNDE	-	-	-	713,2	-	627,4	-
PGFN	-	-	-	-	-	37,8	-
Receita corrente líquida (II)	4.005.292,5	4.542.413,1	5.272.656,0	6.156.236,6	6.378.964,4	7.058.536,2	8.113.690,2
Participação das operações de crédito na receita corrente líquida (em %)	2,0	1,3	0,1	0,2	0,5	2,0	1,2

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010f).
Nota: Sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2.10 Royalties de petróleo e gás

2.10.1 Definições e legislação em vigor

Segundo definição contida no Guia dos Royalties do Petróleo e do Gás Natural, elaborado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), “[...] os *royalties* de petróleo são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não renováveis”.

As empresas concessionárias recolhem os *royalties* mensalmente com relação a cada campo, por meio de pagamentos efetuados para a STN até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os *royalties* aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela ANP, de acordo com o estabelecido pe-

las Leis nº 9.478/97 e nº 7.990/89, regulamentadas, respectivamente, pelos Decretos nº 2.705/98 e nº 01/91 (BRASIL, 1997, 1989b, 1998).

Os beneficiários são os estados, os municípios, o comando da Marinha, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda (MF), que o repassa a todos os estados e municípios, de acordo com os mesmos critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

O valor dos *royalties* corresponde a um percentual de 5% a 10% do valor da produção de petróleo e gás natural. A ANP define, no contrato de concessão de cada campo, a alíquota aplicável – entre 5% e 10% – em função das condições geológicas, das expectativas de produção e de outras características do campo. O controle dos *royalties* e da sua distribuição é responsabilidade da ANP.

O valor mensal da produção é obtido multiplicando-se a quantidade produzida no mês pelo pre-

ço de referência do mês. O preço de referência, por sua vez, é dado pela média ponderada dos preços de venda praticados pelo concessionário, em condições normais de mercado, ou pelo preço mínimo estabelecido pela ANP, aplicando-se o que for maior.

É vedado aos beneficiários dos *royalties*, conforme a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, artigo 8º, aplicar esses recursos no pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal (BRASIL, 1989b). A vedação quanto ao pagamento de dívidas não se aplica às dívidas para com a União e suas entidades, como o INSS.

2.10.2 Participação especial

Além dos *royalties*, existe uma compensação financeira extraordinária, realizada em caso de grande volume de produção de petróleo ou gás natural ou de grande rentabilidade, chamada de Participação Especial. Os critérios para a apuração da Participação Especial foram estabelecidos no Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, sendo que os percentuais aplicados à receita líquida da produção trimestral de cada campo variam conforme a produção trimestral do campo, localização da lavra e o ano de produção. Sua distribuição ocorre trimestralmente, da seguinte forma (BRASIL, 1998):

- a) 40% ao Ministério de Minas e Energia (MME) para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e de gás natural, a serem promovidos pela ANP;
- b) 10% ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA);
- c) 40% aos estados onde ocorrer a produção; e
- d) 10% aos municípios onde ocorrer a produção.

2.10.3 Os royalties no Estado do Espírito Santo e a venda desses recursos em 2003

2.10.3.1 A venda da receita futura dos royalties em 2003

A operação de venda da receita futura dos *royalties* foi concretizada em 2003 após a aprovação da Lei Estadual nº 7.467, de 23 de junho de

2003, que autorizou o Poder Executivo a utilizar o crédito antecipado dos *royalties* no limite máximo de R\$ 360 milhões (ESPÍRITO SANTO, 2010c).

O Contrato nº 126/PGFN/CAF foi assinado em 4 de julho de 2003, especificando o valor de R\$ 350,7 milhões a serem vendidos, sendo que R\$ 240 milhões seriam aplicados no Fundo de Previdência e R\$ 110,7 milhões serviriam para amortizar parte da dívida junto à União (ESPÍRITO SANTO, 2003a). Cabe ressaltar que foram vendidos créditos referentes apenas aos *royalties* e não às participações especiais.

Assim, o governo capixaba recebeu, já em 2003, R\$ 254,1 milhões, a preços correntes, contabilizados como alienação de bens. Em 2004 ingressaram mais R\$ 82,7 milhões e, em 2005, R\$ 41,8 milhões. No total, nesses três anos ingressaram R\$ 378,6 milhões¹⁶ no caixa do Estado. Em função da amortização da dívida para com a União, foi liberada também uma caução de R\$ 42,3 milhões, contabilizada em receitas de restituições, também a preços correntes.

O contrato levou em consideração as estimativas da ANP sobre a produção de petróleo e gás dos poços já em operação no Espírito Santo até 2010, quando o Estado terá quitado toda a dívida da venda do recebível.

A operação de venda dos *royalties* foi importante para o processo de ajuste fiscal do Estado, uma vez que, ao amortizar parte da dívida com a União e injetar recursos no sistema de previdência estadual, o governo obteve uma folga no orçamento para arcar com o pagamento dos salários que estavam atrasados em três meses no início de 2003. Aliado ao crescimento das receitas de ICMS, a venda dos *royalties* foi uma importante medida para a fase inicial do processo de ajuste fiscal.

2.10.3.2 A evolução dos royalties e participações especiais

Os *royalties* de petróleo e gás e as participações especiais recebidos pelo governo do Estado do Espírito Santo registraram crescimento acima dos demais estados a partir de 2006 (Gráfico 34). O Espírito Santo, que costumava ocupar o sexto

¹⁶ A diferença a maior em relação ao valor contratado refere-se à correção monetária sobre os valores liberados após 2003.

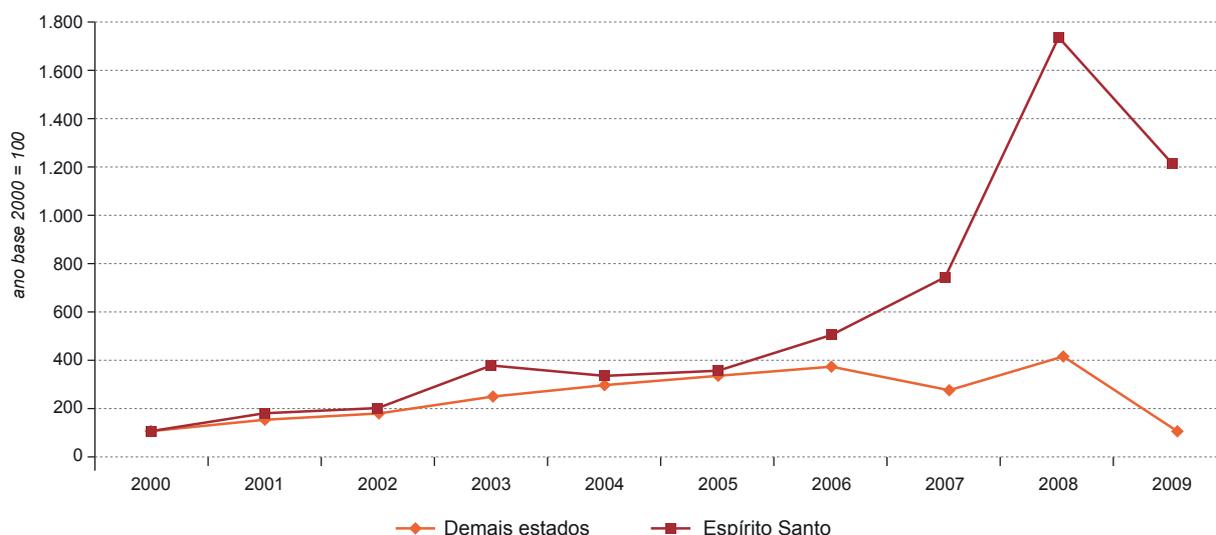


GRÁFICO 34 - Evolução dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural, no Estado do Espírito Santo e demais estados, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010a).

lugar na classificação entre os dez estados receptores de royalties, passou, a partir de 2008, a deter a segunda posição, ultrapassando os estados de Sergipe, Amazonas, Bahia e Rio Grande do Norte.

Em 2009, o total dos royalties de petróleo e participações especiais a que tiveram direito os estados brasileiros foi de R\$ 5,8 bilhões, dos quais 84,7% foram destinados ao Rio de Janeiro (R\$ 4,9 bilhões) e 5,4% (R\$ 310,8 milhões) ao Espírito Santo¹⁷ (Gráfico 35, Tabela 24 e Tabela 25).

Os valores dos royalties e das participações especiais estão diretamente atrelados ao volume da produção de petróleo e gás natural, ao preço desses insumos no mercado internacional e às variações cambiais. Observando-se o período de 2001 a 2003, a produção de petróleo e gás no Espírito Santo, incluindo-se a produção terrestre e marítima, registrou elevadas taxas de crescimento, superiores a 40% ao ano. Em 2004 houve uma queda de 26%, seguida de um pequeno aumento de 5%, em 2005 (Gráfico 36).

Com o início da produção dos Campos de

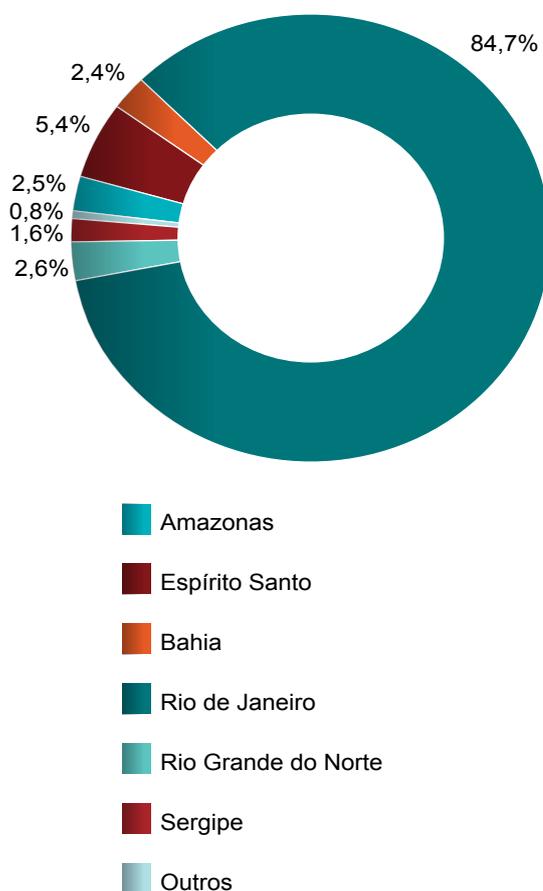


GRÁFICO 35 - Participação dos estados nos royalties e nas participações especiais do petróleo e gás natural, 2009

FONTE: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010a).

¹⁷ Refere-se ao total dos royalties e participações especiais a que têm direito os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, informado pela ANP. Não considera as retenções de parcela dos royalties relativas aos contratos de antecipação firmados com a União por esses dois estados. Portanto, o valor dos royalties registrados no Balanço do Estado do Espírito Santo é menor que o aqui apresentado.

TABELA 24 - Evolução dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural dos estados, 2000-2009

Estados	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)										Variação 2009/2008 (em %)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Alagoas	17,1	19,9	22,5	31,4	37,2	43,5	50,9	43,1	43,5	28,6	-34,2
Amazonas	88,0	109,7	119,9	153,0	180,2	211,5	184,4	158,9	195,1	142,9	-26,8
Bahia	106,7	120,4	121,5	156,8	171,5	181,5	195,5	171,1	214,9	139,2	-35,2
Ceará	12,1	14,6	14,6	19,3	17,6	16,7	16,2	14,6	17,6	11,1	-36,9
Espírito Santo	25,2	41,5	51,9	92,3	80,4	85,1	129,2	182,8	435,1	310,8	-28,6
Paraná	3,9	2,5	1,0	4,1	9,6	10,4	7,4	5,3	5,7	0,1	-98,5
Rio de Janeiro	1.419,6	1.941,2	2.607,8	3.911,8	3.947,7	4.808,9	5.859,6	4.835,2	7.045,5	4.884,8	-30,7
Rio Grande do Norte	154,3	154,2	161,8	202,4	237,1	247,7	231,9	192,6	246,4	149,3	-39,4
Santa Catarina	0,1	0,1	0,0	-	-	-	-	-	-	-	..
Sergipe	52,2	54,0	62,3	75,7	81,5	98,9	116,2	113,9	159,1	94,7	-40,5
São Paulo	3,3	3,7	3,9	5,5	5,0	5,0	5,4	4,8	4,4	3,5	-19,9
Total dos estados	1.882,6	2.461,8	3.167,4	4.652,4	4.767,8	5.709,3	6.796,8	5.722,1	8.367,3	5.765,0	-31,1

FONTE: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010a).

Nota: não estão excluídas as retenções relativas aos contratos antecipação ou venda de receita futura de royalties firmados entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo e a União.

Sinais convencionais utilizados: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; .. não se aplica dado numérico.

TABELA 25 - Evolução da participação dos estados no total dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural, 2000-2009

Estados	(em %)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alagoas	0,9	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,8	0,5	0,5
Amazonas	4,7	4,5	3,8	3,3	3,8	3,7	2,7	2,8	2,3	2,5
Bahia	5,7	4,9	3,8	3,4	3,6	3,2	2,9	3,0	2,6	2,4
Ceará	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2
Espírito Santo ¹	1,3	1,7	1,6	2,0	1,7	1,5	1,9	3,2	5,2	5,4
Paraná	0,2	0,1	0,0	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0
Rio de Janeiro ¹	75,4	78,9	82,3	84,1	82,8	84,2	86,2	84,5	84,2	84,7
Rio Grande do Norte	8,2	6,3	5,1	4,4	5,0	4,3	3,4	3,4	2,9	2,6
Santa Catarina	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sergipe	2,8	2,2	2,0	1,6	1,7	1,7	1,7	2,0	1,9	1,6
São Paulo	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total Estados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010a).

Nota: não estão excluídas as retenções relativas aos contratos antecipação ou venda de receita futura de royalties firmados entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo e a União.

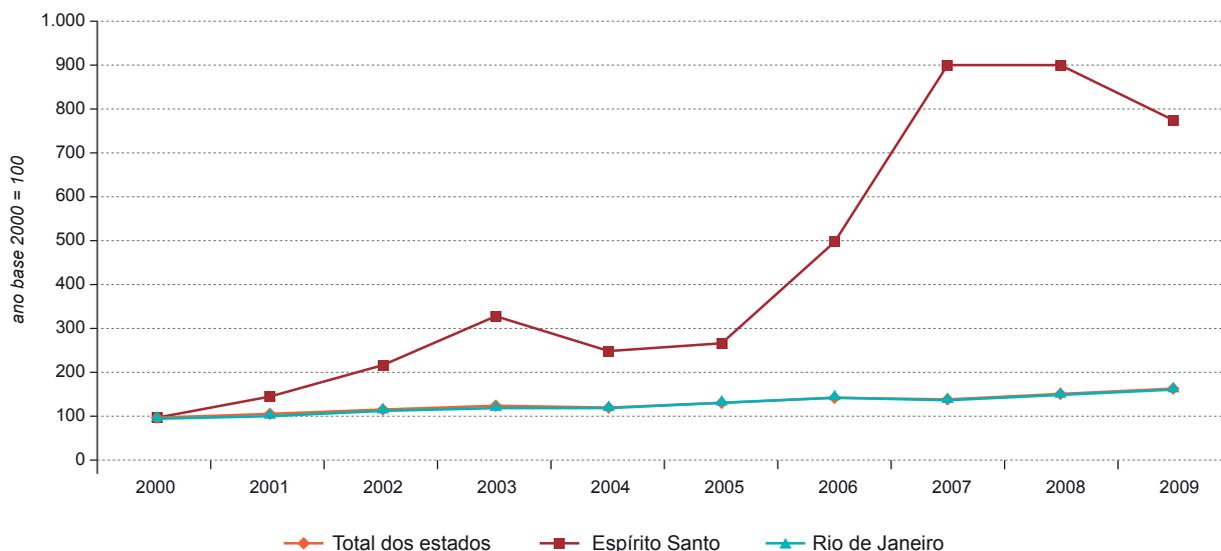


GRÁFICO 36 - Evolução da produção de petróleo no total do Brasil e nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, 2000-2009

FONTE: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010b).

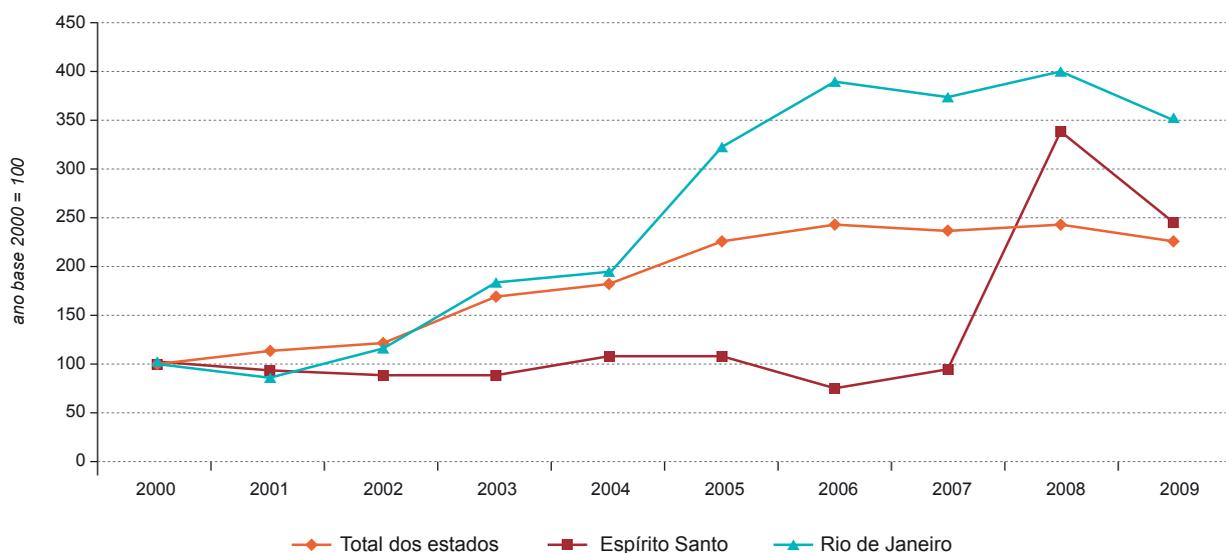


GRÁFICO 37 - Evolução da produção de gás natural no total do Brasil e nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, 2000-2009

FONTE: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010c).

Golfinho no Norte do Estado e de Jubarte no Sul, em 2006, houve um grande salto da produção de petróleo e gás. Naquele ano, o incremento foi de 86% em relação ao ano anterior. Em 2007, aconteceu a continuidade da forte expansão da produção nesses mesmos campos, com mais um crescimento de 84,4% em relação ao ano anterior.

Já em 2008, a produção de petróleo se es-

tabilizou no Espírito Santo, mas a produção de gás mais do que triplicou (aumento de 255%) em relação à de 2007 (Gráfico 37). Em junho de 2008, o preço internacional do petróleo atingiu o pico de US\$ 131,2 e o preço médio anual também foi recorde (US\$ 94,45), segundo a Organization of the Petroleum Exporting Countries - Opec (Gráfico 38). Com isso, o Espírito Santo

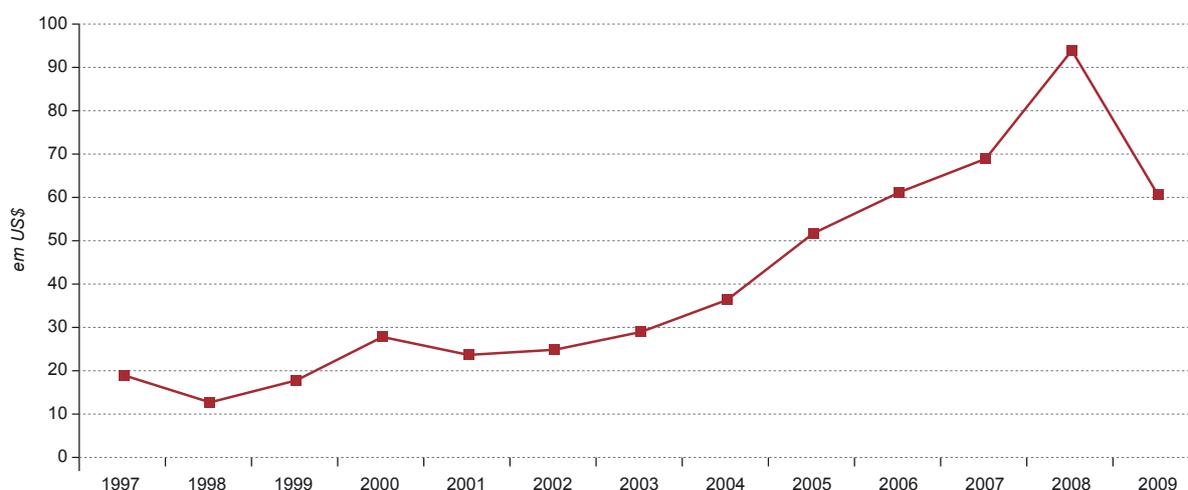


GRÁFICO 38 - Evolução do preço médio anual do barril de petróleo, 1997-2009

FONTE: Adaptado de Organization of the Petroleum Exporting Countries (2010).

acusou um forte aumento no valor dos *royalties* recebidos, da ordem de 67%.

Em 2009, no entanto, há uma completa reversão no cenário tanto da produção de petróleo e gás quanto dos preços em função da crise financeira mundial deflagrada em setembro de 2008. O resultado foi uma queda de 28,6% nos *royalties* e participações especiais do Estado capixaba, em relação a 2008. Mesmo assim, os valores recebidos em 2009 foram 140% maiores que os apurados em 2006, ano em que se iniciaram as operações dos novos campos petrolíferos no Estado.

As perspectivas de continuidade no crescimento dos *royalties* são muito otimistas para o Espírito Santo em função da recuperação da economia nacional em 2010, do incremento da produção capixaba¹⁸ e da recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional.

2.10.3.3 A contribuição dos *royalties* para as finanças estaduais

Dentre todos os estados brasileiros que recebem *royalties* e participações especiais verifica-se uma maior dependência desses recur-

sos no Rio de Janeiro, uma vez que eles representaram 21,4% do total de sua RCD, em 2008 (Tabela 26). Para se ter uma ideia da magnitude dos *royalties* cariocas basta comparar o seu valor de R\$ 7 bilhões¹⁹ com os recursos destinados aos investimentos, de R\$ 2 bilhões, incluídas as inversões financeiras, naquele mesmo ano.

O Espírito Santo apresenta a segunda maior participação (6,5%) na RDC. Os R\$ 435,1 milhões a que teve direito em 2008 corresponderam a pouco menos da metade do investimento do Estado capixaba, de R\$ 956,9 milhões, incluídas as inversões financeiras e descontado o repasse para o Fundap, no mesmo ano.

Observando-se agora o total dos *royalties* e das participações especiais, já descontada a parcela que a União retém para o cumprimento do contrato de venda da receita futura e o valor destinado ao Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR) e incluídas a receita do FEP, o Espírito Santo recebeu, efetivamente, em 2008, um montante de R\$ 278,4 milhões. Essa receita representou 4,2% da RCD do governo capixaba e foi a sua sétima maior fonte de recurso, superando as receitas de IPVA (R\$ 112,8 milhões) e

¹⁸ Segundo Zandonadi (2010), a Petrobras estima que a produção de petróleo no Espírito Santo, que era pouco superior a 100 mil barris por dia, alcançará 300 mil barris por dia ao longo de 2010.

¹⁹ Deve-se lembrar que parte dos R\$ 7 bilhões é retida pela União para o pagamento da operação de antecipação de *royalties*.

TABELA 26 - Participação dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural na receita corrente disponível dos estados, 2008

Estados	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		A / B (em %)
	Royalties e participações especiais ¹ (A)	Receita corrente disponível (B)	
Alagoas	43,5	3.712,7	1,2
Amazonas	195,1	6.115,8	3,2
Bahia	214,9	14.940,8	1,4
Ceará	17,6	8.224,9	0,2
Espírito Santo	435,1	6.697,9	6,5
Paraná	5,7	15.526,9	0,0
Rio de Janeiro	7.045,5	32.952,7	21,4
Rio Grande do Norte	246,4	4.789,5	5,1
Santa Catarina	0,0	8.684,2	0,0
Sergipe	159,1	3.653,4	4,4
São Paulo	4,4	74.396,4	0,0
Total dos estados	8.367,3	179.695,2	4,7

FONTE: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010a); BRASIL (2009b); e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

Nota: ¹ valores de royalties a que têm direito os estados, sem considerar a retenção de parcelas destinadas à amortização de operações de antecipação e venda da receita futura de royalties realizadas pelo Rio de Janeiro e Espírito Santo.

de IPI-exportação (R\$ 103,7 milhões) no mesmo ano.

Podem ser destacadas, portanto, três grandes contribuições que a receita de *royalties* proporcionou ao Estado. A primeira foi a operação de venda realizada em 2003, que permitiu a quitação de parte da dívida do Estado para com a União e a capitalização do Fundo Estadual de Previdência. A segunda contribuição se deu num momento posterior, em 2007, quando foi criado o FRDR, pela Lei Estadual nº 8.308, de 12 de junho de 2006, formado por parte da receita de *royalties* do Estado (veja mais sobre o FRDR na seção 3.7.2, na página 99) (BRASIL, 2010c). E a terceira é o fato dos *royalties* terem se tornado uma importante fonte complementar para os investimentos do Estado em infraestrutura.

TABELA 27 - Valores de royalties, participações especiais e Fundo Especial do Petróleo recebidos¹ pelo governo do Estado do Espírito Santo, 2003-2008

Ano	Valores recebidos ¹ (A) (em R\$ milhões - IPCA médio de 2009)	Variação (em %)	A / RCD ² (em %)
2003	87,4	..	2,3
2004	24,7	-71,7	0,6
2005	28,2	14,2	0,6
2006	69,4	146,0	1,3
2007	84,5	21,7	1,5
2008	278,4	229,6	4,2

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2003-2008).

Nota: ¹ Descontado 30% da receita de royalties que é destinado ao FRDR.

² Receita corrente disponível.

Sinal Convencional utilizado: .. não se aplica dado numérico.

3. EVOLUÇÃO DA DESPESA E SEUS PRINCIPAIS ITENS

3.1 As despesas

Ao longo dos últimos anos se processou uma profunda alteração na estrutura do gasto público estadual. Essa mudança é uma das características fundamentais e parte integrante do processo de ajuste fiscal no Estado do Espírito Santo. Nota-se a redução do peso de gastos correntes de natureza inflexível e, ao mesmo tempo, a retomada da capacidade de investimento. Perce-

be-se claramente uma redução da importância do gasto com pessoal e juros e encargos da dívida na despesa total e o aumento da participação dos investimentos e dos demais custeios associados à prestação de serviços.

Nos anos que antecederam 2003, os gastos com pessoal ficaram estabilizados no patamar de R\$ 2,35 bilhões ao ano, em termos reais (Tabela 28). Em que pese estarem estacionados, os gastos com pessoal eram incompatíveis com as disponibilidades de caixa do Tesouro Estadual, de forma que os salários eram pagos sistematicamente atrasados entre 1995 e 2002.

TABELA 28 - Evolução dos principais itens da despesa líquida do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

Itens da despesa	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesa total¹	3.782,1	3.675,4	3.725,9	3.792,6	4.191,9	4.773,7	5.288,5	5.679,4	6.113,2
Pessoal e encargos ²	2.322,6	2.273,5	2.393,5	2.251,5	2.541,4	2.615,3	2.687,8	3.038,5	3.134,9
Custeio ³	740,6	740,9	710,4	674,3	868,0	1.182,4	1.335,4	1.396,0	1.636,3
Investimentos	324,0	303,0	271,6	149,9	245,9	519,9	835,3	840,0	955,9
Inversões financeiras ⁴	31,0	18,9	0,1	195,6	111,4	63,1	13,7	23,9	1,0
Dívida ⁵	363,9	339,1	350,2	521,4	425,2	393,0	416,3	381,1	385,0

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

Notas: ¹Excluídas as transferências aos municípios, as contribuições para o sistema de previdência e a parcela do ICMS destinada ao sistema Fundap.

²Descontadas as contribuições ao Instituto de Previdência.

³Trata-se da despesa corrente excluídas as despesas com pessoal e juros e encargos da dívida.

⁴Excluída a parcela do ICMS destinada ao sistema Fundap.

⁵Refere-se à soma dos juros, encargos e amortizações da dívida.

TABELA 29 - Evolução da participação dos principais itens na formação da despesa líquida do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

Itens da despesa	(em %)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesa total¹	100,0								
Pessoal e encargos ²	61,4	61,9	64,2	59,4	60,6	54,8	50,8	53,5	51,3
Custeio ³	19,6	20,2	19,1	17,8	20,7	24,8	25,3	24,6	26,8
Investimentos	8,6	8,2	7,3	4,0	5,9	10,9	15,8	14,8	15,6
Inversões financeiras ⁴	0,8	0,5	0,0	5,2	2,7	1,3	0,3	0,4	0,0
Dívida ⁵	9,6	9,2	9,4	13,7	10,1	8,2	7,9	6,7	6,3

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

Notas: ¹Excluídas as transferências aos municípios, as contribuições para o sistema de previdência e a parcela do ICMS destinada ao sistema Fundap.

²Descontadas as contribuições ao Instituto de Previdência.

³Trata-se da despesa corrente excluídas as despesas com pessoal e juros e encargos da dívida.

⁴Excluída a parcela do ICMS destinada ao sistema Fundap.

⁵Refere-se à soma dos juros, encargos e amortizações da dívida.

Após a contenção de 2003, a despesa com pessoal entra em ascensão a uma taxa média de 6,8% ao ano, até 2008, quando atingiu a quantia de R\$ 3,1 bilhões. Tal nível de crescimento, entretanto, foi possível uma vez que houve crescimento da RCD, de 12,3% ao ano, o que permitiu também o crescimento dos investimentos a uma taxa média de 45% ao ano, no mesmo período.

Os dispêndios relativos aos serviços da dívida, por sua vez, foram elevados em 2003 e 2004, os primeiros anos do ajuste fiscal, quando o governo estadual saldou parte da dívida com a União mediante a operação de venda da receita futura dos *royalties*. Nesses dois anos, os gastos com a dívida representaram 13,7% e 10,1% da despesa total, respectivamente. No período anterior, de 1995 a 2002, a média foi de 9,7% ao ano. Nos anos seguintes, pós-2003, os gastos passaram a consumir cada vez menos em relação ao total da despesa, até chegar a 6,3%, em 2008 (Tabela 29).

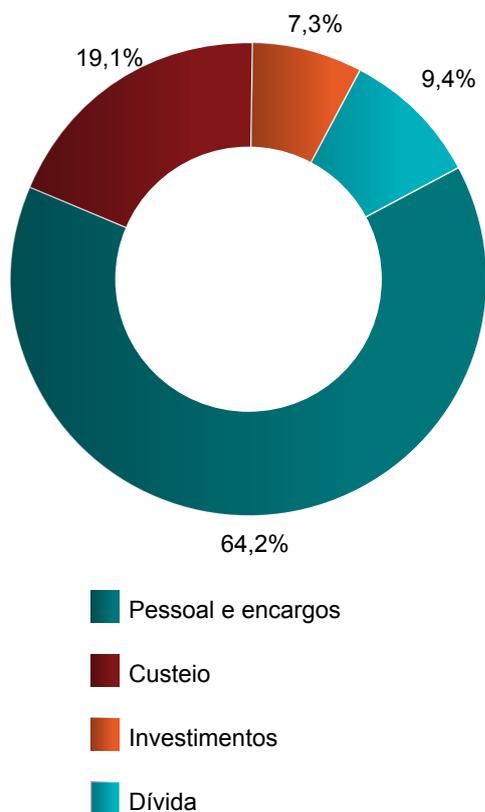


GRÁFICO 39 - Participação dos principais itens na formação da despesa líquida do Estado do Espírito Santo, 2002

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2002).

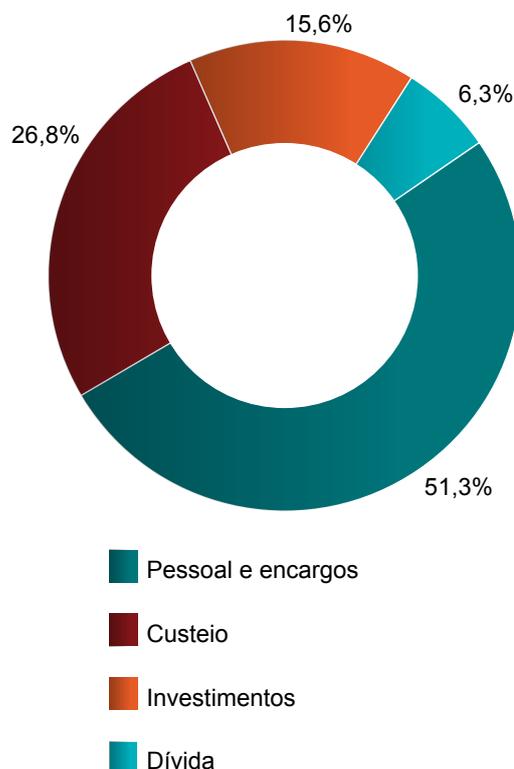


GRÁFICO 40 - Participação dos principais itens na formação da despesa líquida do Estado do Espírito Santo, 2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

Nesse novo cenário das finanças públicas do Estado, os investimentos passaram a ocupar um papel importante nos orçamentos. A sua fatia no gasto estadual dobrou entre 2002 e 2008, passando de 7,3% para 15,6%, revelando que houve uma determinação governamental de direcionar parcela expressiva dos recursos adicionais provenientes do aumento das receitas para investimentos em detrimento dos gastos correntes (Gráfico 39 e Gráfico 40). É importante ressaltar que, mesmo tendo respondido por cerca de 8% da despesa total nos anos de 2000 a 2002, os investimentos foram realizados à custa de um resultado orçamentário negativo e de um forte endividamento de curto prazo. Portanto, foram feitos sem que houvesse capacidade para isso, o que aprofundou o desequilíbrio financeiro do Estado.

Em 2003, o nível do investimento cai para 4% da despesa total. No entanto, observa-se um resultado orçamentário positivo e o endividamen-

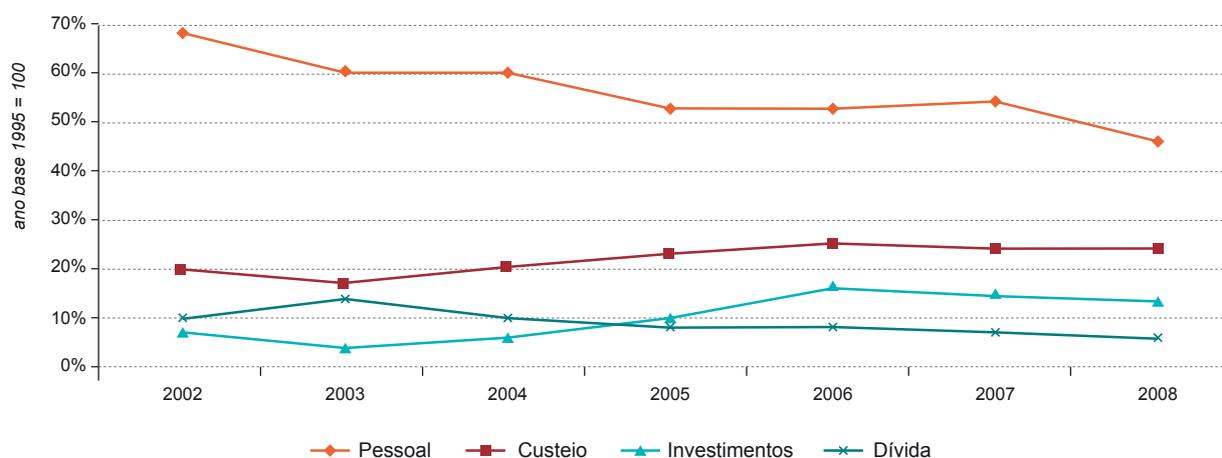


GRÁFICO 41 - Evolução da participação dos principais itens da despesa na RCD do Estado do Espírito Santo, 2002-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2002-2008).

to de curto prazo equacionado. A partir de então, em um ambiente fiscal bastante favorável, com o contínuo registro de resultados orçamentários positivos e a crescente suficiência financeira, a trajetória dos investimentos passou a ser ascendente (Tabela 31, na página 89).

Os gastos com custeio também ganharam espaço no orçamento estadual: em 2002 respondiam por 19,1% da despesa total, passando para 26,8% em 2008. Esse aumento está associado à maior oferta de serviços públicos, bem como aos custos operacionais e de manutenção inerentes à expansão dos investimentos. A maior parte do custeio é composta por despesas com material de consumo e por serviços de terceiros, sobretudo na área da saúde.

3.2 Pessoal

3.2.1 Antecedentes

A despesa de pessoal é o ponto nevrálgico para se entender os desequilíbrios fiscais dos estados brasileiros. Sem vontade política para enxugar a máquina pública, o gasto com pessoal se mostrou inflexível para acomodar-se à capacidade de financiamento e de arrecadação tributária dos entes subnacionais.

Em 1995, a despesa com pessoal²⁰ dos es-

²⁰ Sobre o conceito para a despesa de pessoal adotada neste trabalho, veja "Notas Metodológicas".

tados comprometia em média 62,4% da RCD²¹, chegando a ultrapassar os 90% nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em meio a esse cenário, o Congresso Nacional aprovou a LC nº 82, de 27 de março de 1995, mais conhecida como Lei Camata I, por meio da qual se estabelecia um limite máximo de 60% para o comprometimento da RCL com gastos de pessoal (BRASIL, 1995). Pela primeira vez, utilizaram-se mecanismos legais para tentar controlar tais despesas.

Apesar da expectativa inicial, a Lei Camata I não surtiu o efeito esperado, e o nível médio de gastos com pessoal em relação à RCD continuou aumentando nos anos posteriores. Segundo Petroncare (2003), a falta de instrumentos legais para a demissão de servidores, bem como de punições para o não cumprimento da Lei, foram as causas principais do insucesso da LC 82/1995.

Visando a corrigir as falhas da Lei Camata I, o Congresso Nacional aprovou, em 31 de maio

²¹ Neste trabalho foi adotado o conceito de RCD, cujos valores são muito próximos aos da RCL, conceito adotado para o controle dos gastos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo cálculo não seria possível reproduzir aqui por falta de dados mais detalhados. A receita corrente disponível dos estados exclui as transferências constitucionais e legais aos municípios, as contribuições sociais ao sistema de previdência e inclui o saldo Fundef/Fundeb. No caso do Espírito Santo, exclui também a parcela do ICMS Fundap que é repassada às empresas. A receita corrente líquida, conforme a LRF, exclui as transferências constitucionais aos municípios, as contribuições dos servidores ao sistema de previdência, as compensações financeiras entre os diversos regimes de previdência social e inclui o saldo Fundef/Fundeb.

de 1999, a Lei Complementar nº 96/1999, que ficou conhecida como Lei Camata II (BRASIL, 1999a). As mudanças estabelecidas pela nova Lei incluíam mecanismos legais para forçar os entes federais a atingir os limites dos gastos com pessoal (demissões de servidores e redução da jornada de trabalho), bem como punições financeiras àqueles que não se ajustassem (suspensão de repasses de verbas federais, vedação à concessão de garantia da União em empréstimos e impossibilidade de contratação de operações de crédito junto a instituições financeiras federais).

A Lei Camata II praticamente não teve aplicação. No ano seguinte, em 4 de maio, foi editada a Lei Complementar nº 101, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (BRASIL, 2000). As principais definições sobre os gastos com pessoal foram incluídas na LRF, lei bastante abrangente e que passou a disciplinar as finanças públicas.

A LRF limitou os gastos com pessoal a 50% da RCL, para a União, e a 60% para os estados e municípios, distribuídos proporcionalmente entre os Poderes e seus respectivos órgãos. No âmbito dos estados, a LRF fixou a distribuição dos limites globais dos gastos com pessoal em relação à RCL da seguinte forma:

- a) 3% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado;
- b) 6% para o Poder Judiciário;
- c) 49% para o Poder Executivo; e
- d) 2% para o Ministério Público dos Estados.

Com o objetivo de facilitar a fiscalização e o cumprimento das normas, cada Poder e órgão mencionados acima devem publicar, ao final de cada quadrimestre, o RGF contendo o comparativo entre o gasto com pessoal apurado e o limite estabelecido pela LRF. Cabe aos Tribunais de Contas a fiscalização do cumprimento dessa Lei, bem como alertar cada Poder e órgão sempre que a despesa com pessoal dos mesmos atingir o chamado limite prudencial, que corresponde a 95% do limite estabelecido pela LRF, ou seja:

- a) 2,85% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado;
- b) 5,7% para o Poder Judiciário;
- c) 46,55% para o Poder Executivo; e

- d) 1,9% para o Ministério Público dos Estados.

O Poder ou órgão que ultrapassar o limite prudencial ficará impossibilitado legalmente de realizar qualquer tipo de alteração no seu quadro de funcionalismo, que implique aumento da despesa total com pessoal, como concessão de vantagem, aumento ou reajuste salarial, criação de cargo ou função, contratação de hora extra, entre outros. Se mesmo assim o limite máximo for excedido, o percentual excedente deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, adotando-se para tanto a extinção de cargos em comissão e funções de confiança, bem como a redução temporária da jornada de trabalho com remuneração proporcional à nova carga horária.

Caso o excesso persista e enquanto não ocorrer o reenquadramento nos limites, a legislação federal proíbe o ente de:

- a) receber transferências voluntárias;
- b) obter garantia, direta ou indiretamente, de outro ente da Federação; e
- c) contratar operações de crédito, exceto aquelas destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Devido ao seu rigor e à fiscalização, a LRF colaborou substancialmente para a redução e o controle do peso do gasto com pessoal nos orçamentos estaduais e também nos municipais.

3.2.2 Despesa de pessoal no Espírito Santo

Em 1995, o gasto com pessoal no Espírito Santo atingiu proporções alarmantes, consumindo 91,7% da RCD. Esse alto nível de comprometimento começou a ser formado ainda no biênio 1993-1994, anos em que a despesa com pessoal cresceu muito acima da receita corrente do Estado. Enquanto essa última apresentou um crescimento real de 3% e 51,4%, respectivamente, a expansão da despesa com pessoal foi de 20,5% e 59,5%, na mesma ordem como mostra o Gráfico 42.

Em maio de 1995, o governo estadual concedeu um reajuste de 25,34% aos servidores públicos. Num cenário de estabilização da inflação, o

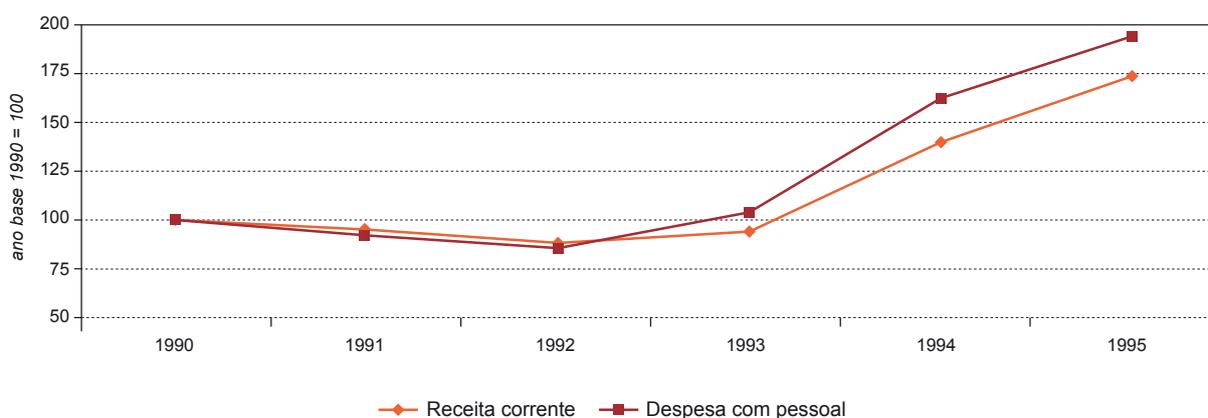


GRÁFICO 42 - Evolução da despesa com pessoal e da receita corrente no Estado do Espírito Santo, 1990-1995

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010c).

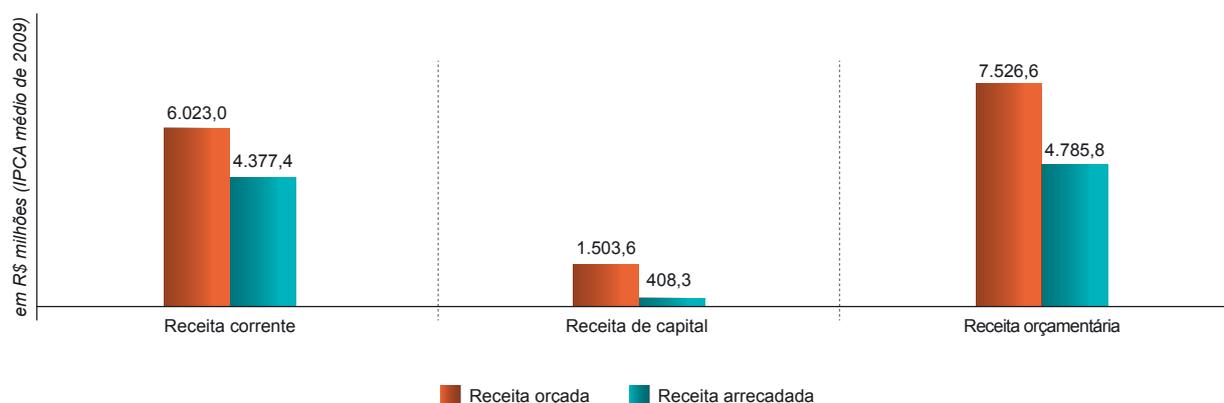


GRÁFICO 43 - Comparativo da receita orçada com a receita arrecadada no Estado do Espírito Santo, 1995

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995).

aumento salarial concedido em início de mandato agravou ainda mais a situação do gasto com pessoal sobre a RCD.

Segundo Scherer e Pereira (2005), a equipe de governo da época – descrente da eficácia das medidas de controle da inflação implementadas no Plano Real, e baseada na realidade pré-Real, onde predominara o cenário

de hiperinflação – havia projetado uma determinada taxa de inflação e concedeu o reajuste, apostando também no aumento da arrecadação.

Entretanto, contrariando as expectativas do governo estadual, no final de 1995 esses dois pilares foram derrubados: o Plano Real conseguiu controlar a inflação, enquanto a receita arrecadada ficou 36,4% abaixo do total

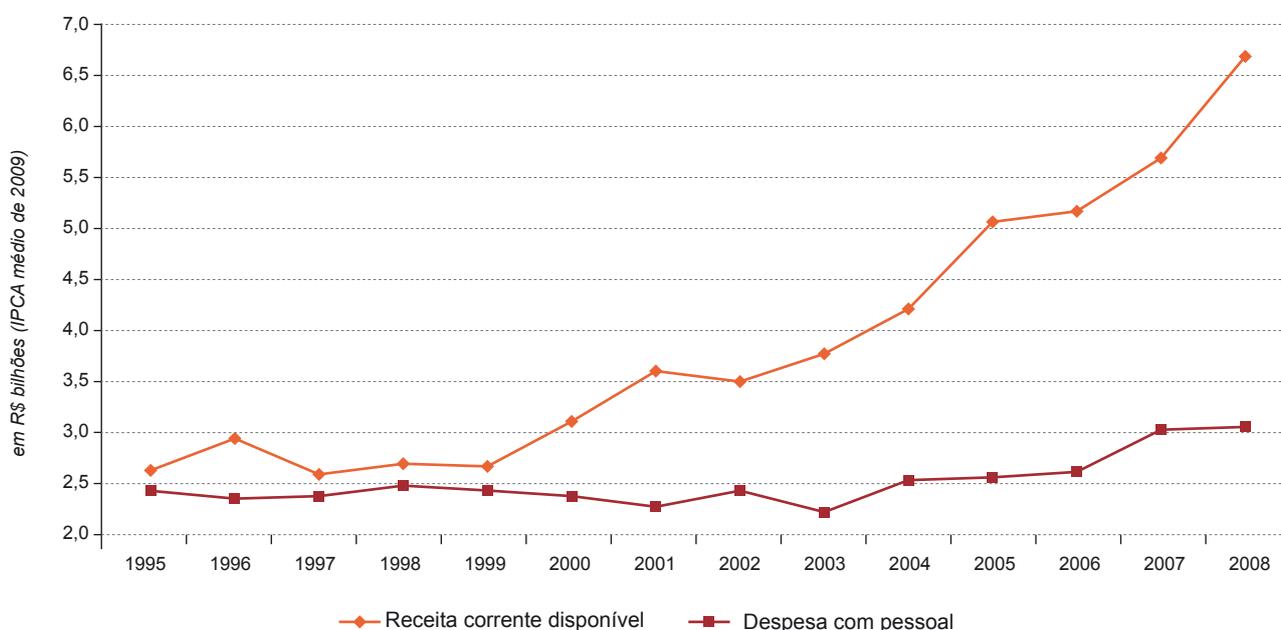


GRÁFICO 44 - Evolução da receita corrente disponível e da despesa com pessoal do Estado do Espírito Santo, 1995-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

orçado para o exercício, como mostra o Gráfico 43. Esses acontecimentos trouxeram sérias consequências às finanças estaduais, provocando, dentre outras coisas, atrasos nas folhas de pagamento nos anos subsequentes. Com efeito, em toda a segunda metade dos anos 1990 (1995-1999), a proporção dos gastos com pessoal se manteve em níveis insustentáveis, consumindo, em média, 87% da RCD, a segunda maior em todo País.

De 2000 a 2003, houve uma redução significativa do comprometimento da RCD com pessoal, alcançando uma média para esses anos de 66,1%. Essa diminuição foi consequência da estabilização da despesa com pessoal, aliada ao crescimento da RCD, como mostra o Gráfico 44. Apesar da queda, os níveis ainda eram muito elevados. Pouco restava para financiar os demais custeios, honrar os compromissos com juros e amortizações e ainda realizar os inves-

timentos em infraestrutura estadual. A válvula de escape foram os frequentes déficits na execução orçamentária e o acúmulo do endividamento de curto prazo, representado pelo crescimento da conta de Restos a Pagar.

Nos anos seguintes, o gasto com pessoal cresceu num ritmo muito abaixo da RCD. No acumulado de 2003 a 2008, a despesa com pessoal cresceu 39,2%, ao passo que a expansão da RCD foi de 78,3%. Assim, paulatinamente, o comprometimento da RCD com pessoal foi cedendo até atingir, em 2008, o patamar de 46,8%, bem abaixo da média de 55,2% do conjunto dos estados brasileiros (Gráfico 45). O Espírito Santo, que em 1995 detinha o segundo maior comprometimento da despesa com pessoal na RCD, dentre todos os estados do País, chegou a 2008 ocupando a sexta menor posição nesse *ranking* (Gráfico 46 e Gráfico 47 e Apêndice V).

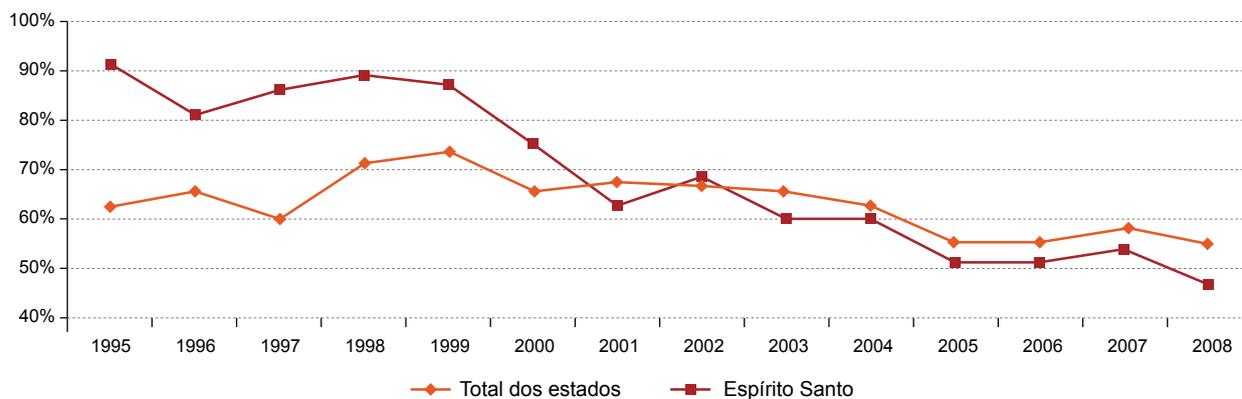


GRÁFICO 45 - Evolução da participação da despesa com pessoal sobre a RCD, do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008) e BRASIL (2009b).

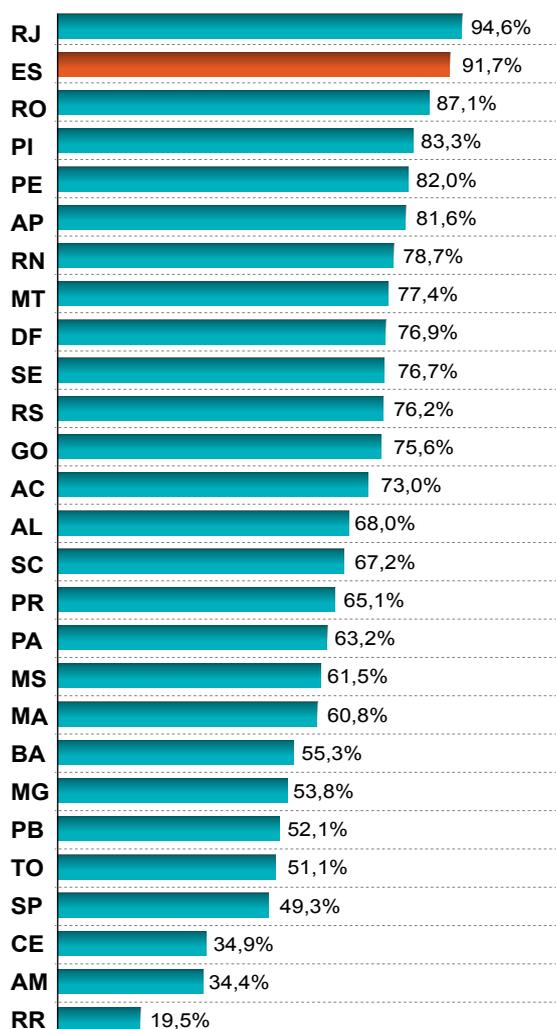


GRÁFICO 46 - Participação da despesa com pessoal na receita corrente disponível, por estados, 1995

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995) e BRASIL (2009b).

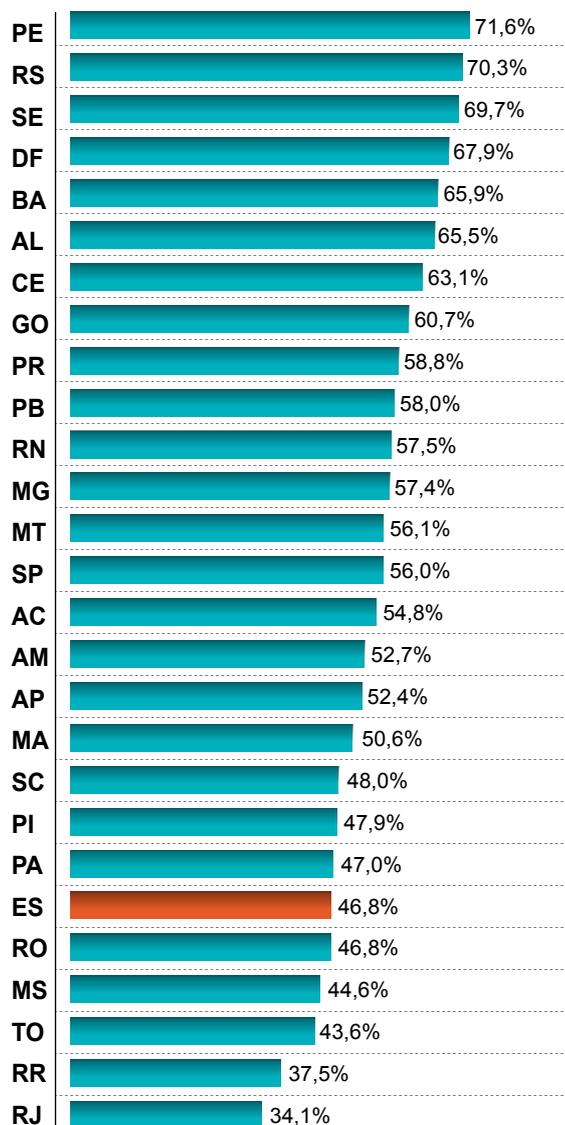


GRÁFICO 47 - Participação da despesa com pessoal na receita corrente disponível, por estados, 2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008) e BRASIL (2009b).

Com relação à distribuição do gasto com pessoal entre os Poderes, verifica-se que a maior parcela pertence ao Poder Executivo, que respondeu por 77,5% do total dessa despesa, em 2008. Em seguida aparece o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Poder Legislativo com, respectivamente, 13,5%, 4,6% e 4,4% do total, sendo que essa distribuição se manteve praticamente inalterada ao longo dos anos (Gráfico 48).

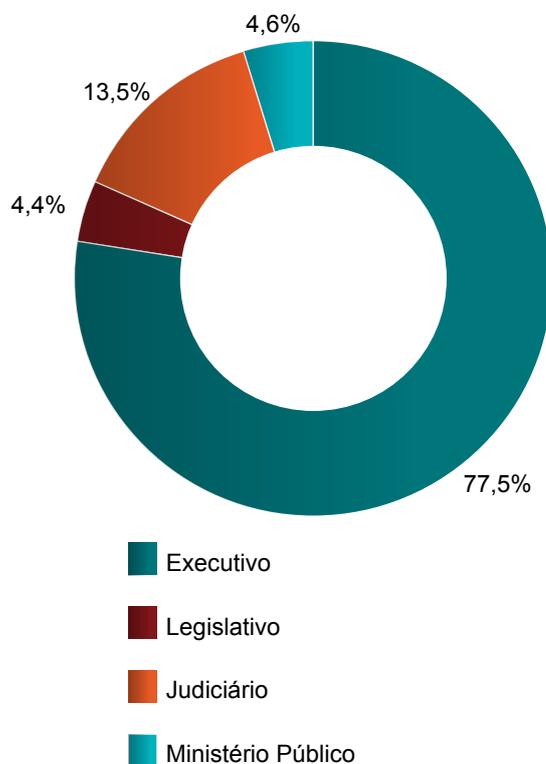


GRÁFICO 48 - Distribuição da despesa com pessoal por Poder e Ministério Público, 2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

3.2.3 Pessoal por função

Considerando a distribuição dos gastos com pessoal sob a ótica funcional, observa-se que, em 2008, a área educacional foi a que consumiu a maior parcela dos gastos (24,8%), seguida pela segurança pública (16,5%), judiciária (14,9%) e saúde (11,9%). O Gráfico 49 mostra a distribuição da despesa com pessoal por função em 2008.

Mais da metade da despesa com os servidores (53,1%) concentrou-se nas funções educação, segurança pública e saúde, áreas que registraram os maiores crescimentos desde 2001. Essas áreas requerem grandes contingentes de pessoal para a prestação de serviços, além de existir vinculações de receitas de impostos a serem aplicadas na educação e na saúde. Conforme mostra o Gráfico 50, a área da educação, mesmo apresentando uma evolução oscilante, foi a que alcançou a maior expansão no período, entre 2001 e 2008: 120,2%, o que significou um salto de R\$ 353,3 milhões em 2001, para R\$ 777,8 mi-

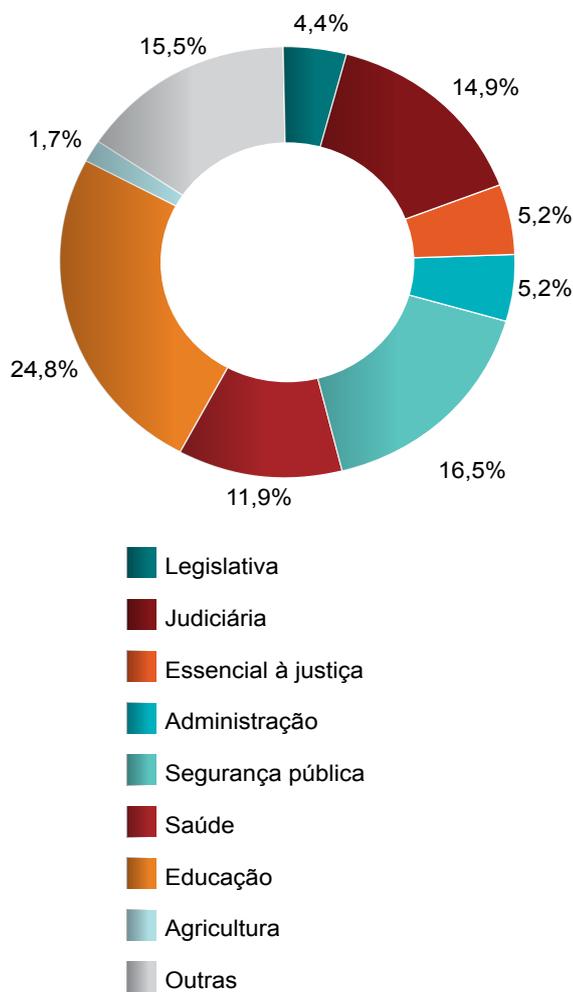


GRÁFICO 49 - Distribuição da despesa com pessoal por função, 2008

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010g).

lhões em 2008. De acordo com a Secretaria da Educação, esse aumento pode ser atribuído a dois fatores: o primeiro corresponde ao cumprimento, a partir de 2003/2004, do disposto no Plano de Carreira do Magistério, que havia sido instituído em 1998, mas não realizado, inclusive com pagamento do passivo acumulado (retroativo). O outro fator foi a reformulação do modelo de remuneração da carreira do magistério, com efeitos a partir de janeiro de 2008. O novo modelo instituiu a modalidade por subsídio para a carreira do magistério estadual, o que elevou a remuneração média de modo substancial.²²

O gasto com o funcionalismo da área de segurança pública também cresceu de forma oscilante. De 2001 a 2008, o incremento médio anual foi de 6,1%, subindo de R\$ 342 milhões para R\$ 517 milhões. O forte crescimento em 2007 deveu-se ao fato da Secretaria da Segurança Pública passar a contabilizar em seu balanço os valores relativos à complementação do Fundo Financeiro de Previdência, que antes eram registrados na Secretaria de Gestão e Recursos Humanos. Em 2008, houve uma queda, de 20,8%, em relação a 2007 (Gráfico 50).

²² Para citar um exemplo, os valores iniciais para o cargo de Professor com Curso de Licenciatura de Graduação Plena (25 h) em março/2007 era de R\$ 644,34 e em janeiro/2008 foi elevado para R\$ 1.200,00. Uma síntese dos reajustes salariais no Espírito Santo, de 1990 a 2008, concedidos às diversas categorias do funcionalismo, mas nem sempre colocados em vigor na época, pode ser encontrada no Apêndice U.

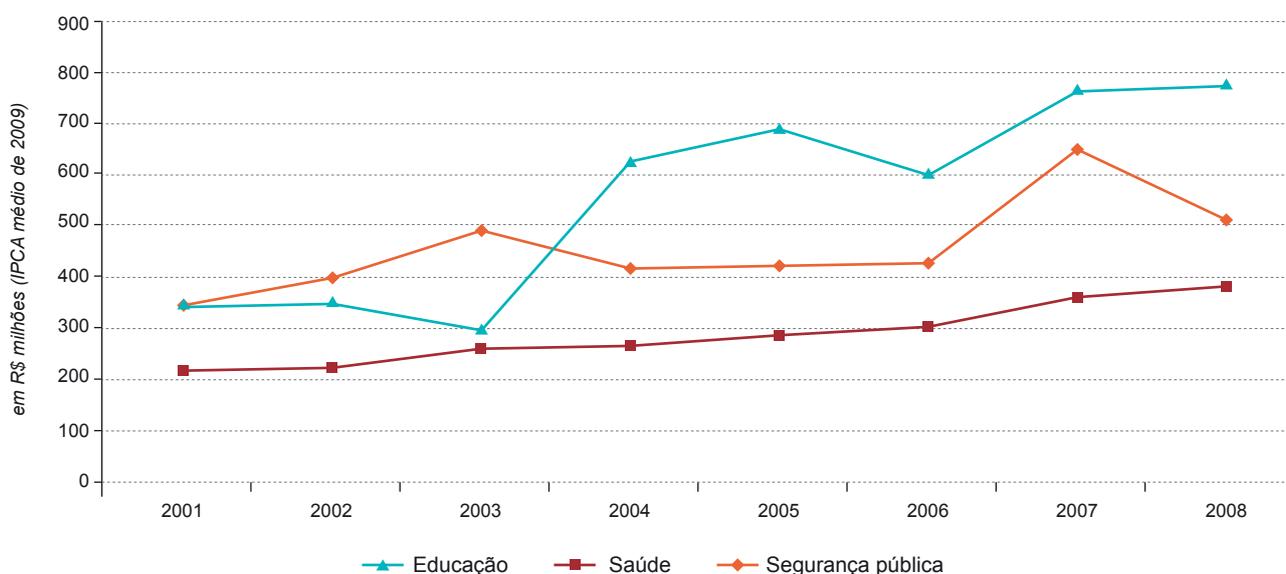


GRÁFICO 50 - Evolução da despesa com pessoal, por funções selecionadas, 2001-2008

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010g).

Já a despesa com pessoal da função saúde apresentou uma evolução mais homogênea e equilibrada. Entre 2001 e 2008, os gastos saltaram de R\$ 231,3 milhões para R\$ 373 milhões, totalizando um aumento de 61,3% no período, equivalente a um crescimento anual real de 7,1%.

3.2.4 Quantitativo de servidores

O aumento da despesa com pessoal a partir de 2003 não ocorreu em função do aumento do quadro de funcionários estaduais. Analisando os dados apresentados pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger)²³, nota-se que, entre 2004 e 2008, houve uma redução de 7% no número de vínculos dos servidores ativos do Poder Executivo (administrações direta e indireta), que passaram de 57.966 para 53.891, respectivamente.

Essa queda foi bastante concentrada dentre os funcionários com vínculo em regime de designação temporária, os DTs, que foram reduzidos em 3.876 vínculos de um total de 22.647. O número de comissionados aumentou de 2.402 para 3.407, no mesmo período, fazendo com que essa categoria, que representava 4,1% dos servidores ativos, passasse para 6,3% do total. Já os efetivos acusaram uma pequena retração de 2,6% no mes-

²³ Os dados apresentados referem-se ao número de vínculos públicos e não ao número de servidores, pois há casos de acumulação legal em que um mesmo servidor detém dois cargos, computando assim dois vínculos. Tomou-se como referência o mês de junho, considerando-o como um mês mais estável em termos de contratações e desligamentos.

mo período, significando 830 vínculos a menos. Mesmo com essa redução, nota-se uma elevação de 54,3% para 56,9% de sua participação no total dos servidores ativos (Tabela 30 e Gráfico 51).

Dentre os órgãos que compõem o Poder Executivo estadual, a Secretaria da Educação (Sedu) é a instituição que mais aloca servidores, concentrando

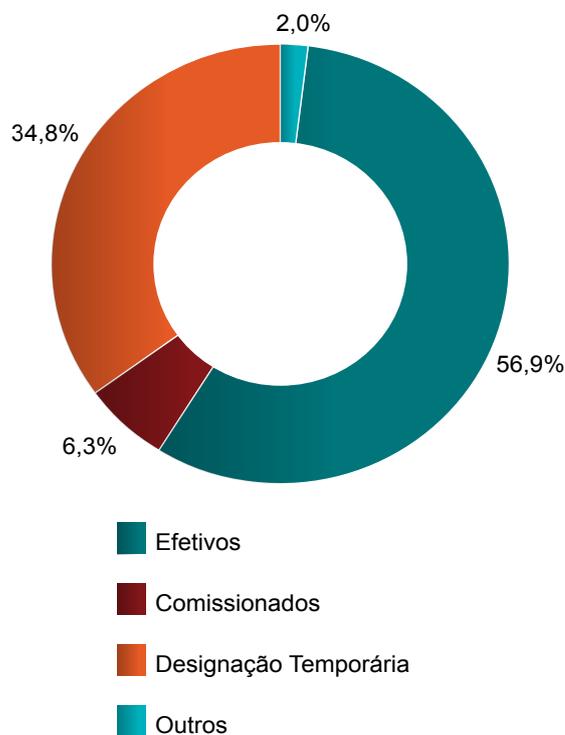


GRÁFICO 51 - Distribuição dos servidores ativos do Poder Executivo, por vínculo empregatício, 2008

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010i).

TABELA 30 - Número de servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, por vínculo empregatício, 2004-2008 (mês de referência - junho)

Vínculo empregatício	2004	2005	2006	2007	2008	Variação 2008/2004		Composição 2008 (em %)
						Absoluta	Relativa (em %)	
Efetivos	31.481	31.318	31.874	31.041	30.651	-830	-2,6	56,9
Comissionados	2.402	2.766	2.897	3.139	3.407	1.005	41,8	6,3
Designação Temporária	22.647	16.644	16.599	17.226	18.771	-3.876	-17,1	34,8
Outros	1.436	1.619	1.568	1.163	1.062	-374	-26,0	2,0
Total	57.966	52.347	52.938	52.569	53.891	-4.075	-7,0	100,0

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010i).

46,7% do total em 2008. Em seguida aparecem a Secretaria da Saúde (Sesa), com 18,5%; a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), com 12,8%; e a Polícia Civil do Espírito Santo (PCES), com 3,4%. Os demais órgãos isoladamente têm uma pequena representatividade no total de servidores (inferior a 2%) e, agregados, alcançam a participação de 18,6% (Gráfico 52).

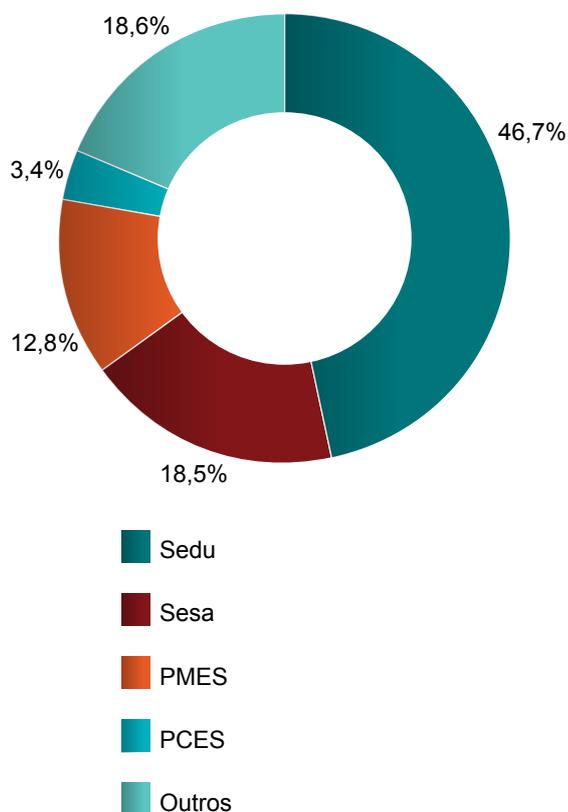


GRÁFICO 52 - Distribuição dos servidores ativos do Poder Executivo, por órgão, 2008

FONTE: Adaptado de Espírito Santo (2010j).

3.3 Custeio

Para efeito das análises deste trabalho, são consideradas despesas de custeio toda a despesa corrente, exceto as de pessoal, os pagamentos de juros e amortizações da dívida, as transferências constitucionais aos municípios e os gastos do Instituto de Previdência com inativos e pensionistas. Assim, incluem os gastos com serviços de terceiros, despesas com material de consumo e diversas transferências correntes. Essa metodologia permite calcular e comparar os custeios dos estados brasileiros a partir de 2002.

No Espírito Santo, segundo os dados do Balanço Geral do Estado, os desembolsos com custeio foram pouco mais de R\$ 740 milhões nos anos de 2000 e 2001 (Gráfico 53). Nos dois anos seguintes, recuaram para R\$ 710 milhões e R\$ 674 milhões, consecutivamente. A partir de 2004, a trajetória dos custeios foi ascendente ano a ano e, em 2008, alcançou a cifra de R\$ 1,6 bilhão, o que representou um crescimento anual médio de 19,4% de 2003 a 2008.

Como essa taxa foi superior à da RCD, de 12,3% a.a., entre os mesmos anos, o custeio passou a ocupar uma parcela maior da receita. Esse movimento também foi favorecido pela já mencionada redução da participação da despesa com pessoal na RCD (Gráfico 54). Dessa forma, os custeios, que representavam 20,4% da RCD em 2002, chegaram a 24,4% em 2008. Em que pese esse aumento, a proporção do custeio na RCD do Espírito Santo ainda mantém-se bastante inferior à média nacional, que passou de 29% para 39,3%, nesses mesmos anos (Gráfico 55). De

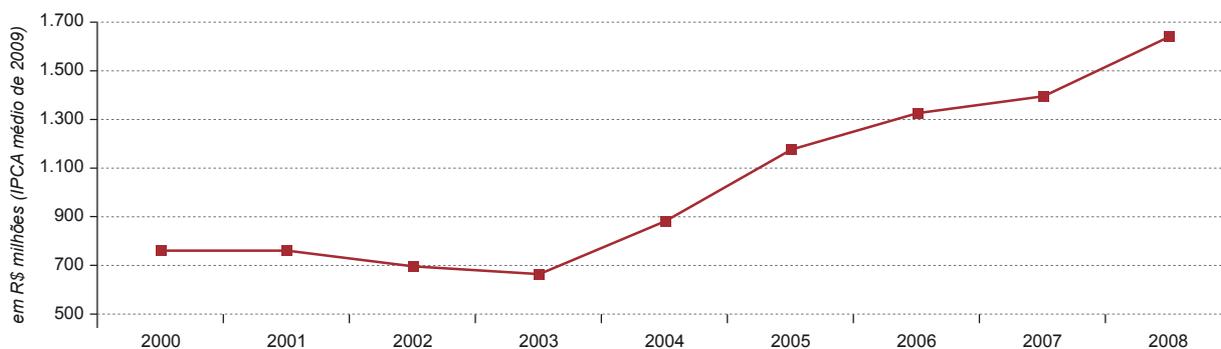


GRÁFICO 53 - Evolução da despesa com custeio no Estado do Espírito Santo, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

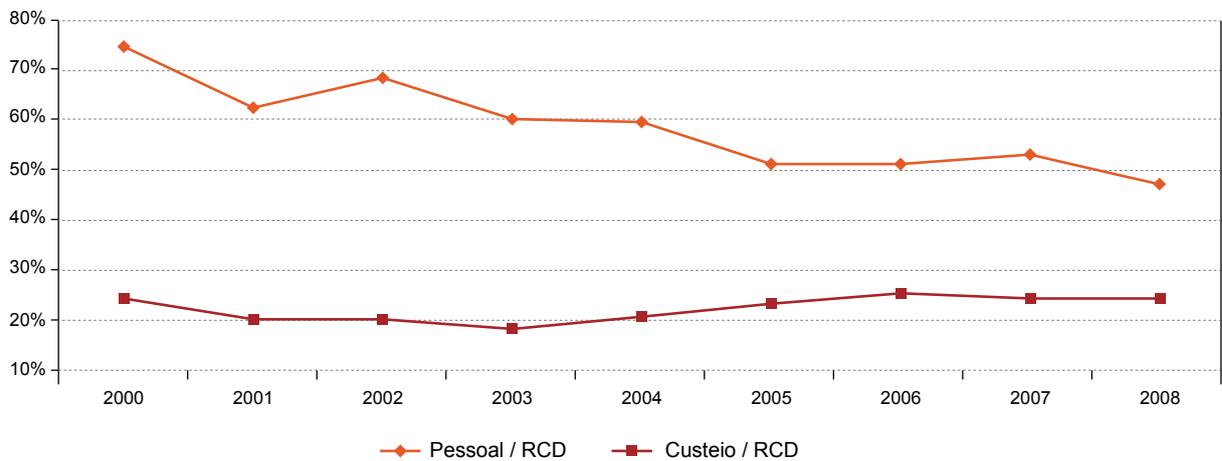


GRÁFICO 54 - Evolução da participação das despesas de pessoal e custeio na RCD do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

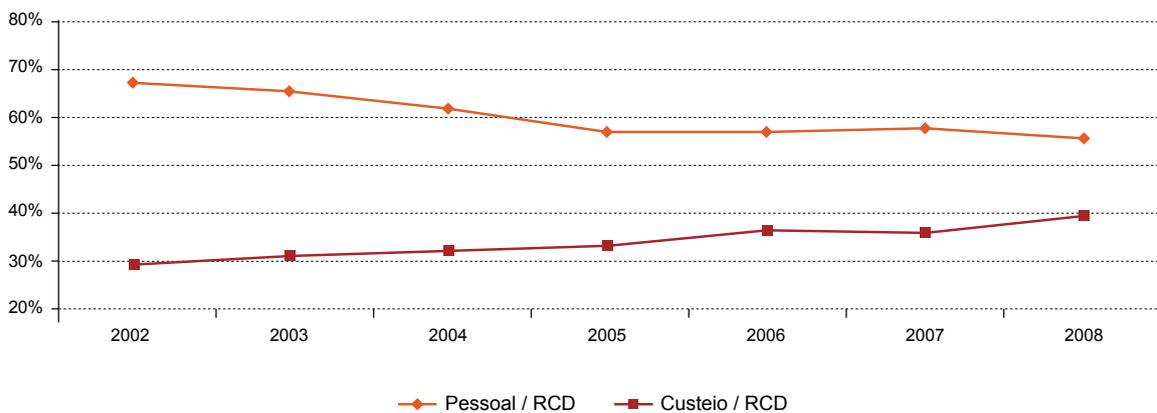


GRÁFICO 55 - Evolução da participação das despesas de pessoal e custeio na RCD do conjunto de estados do Brasil, 2002-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

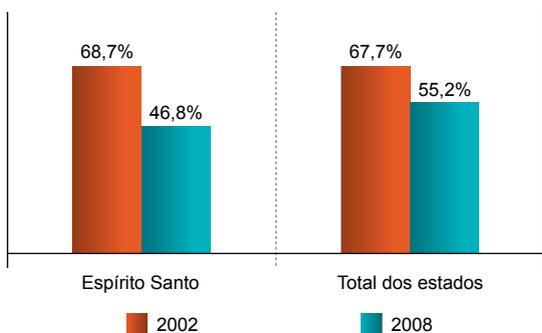


GRÁFICO 56 - Participação da despesa com pessoal na RCD do Estado do Espírito Santo e do total dos estados do Brasil, 2002 e 2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008) e BRASIL (2009b).

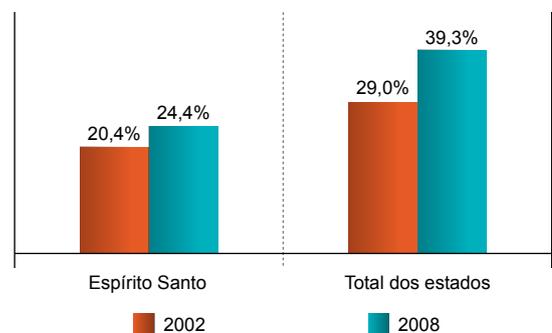


GRÁFICO 57 - Participação da despesa com custeio na RCD do Estado do Espírito Santo e do total dos estados do Brasil, 2002 e 2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008) e BRASIL (2009b).

um modo geral, o controle do gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal abriu espaço para que outras despesas correntes ganhassem importância nos orçamentos estaduais.

3.4 Encargos e amortizações da dívida

Ao longo da presente década, o dispêndio com encargos e amortizações da dívida do Espírito Santo oscilou entre o mínimo de R\$

339,1 milhões, em 2001, e o máximo de R\$ 521,4 milhões, em 2003 (Gráfico 58). O valor excepcionalmente alto de 2003 decorreu do fato do governo estadual ter realizado a operação de venda da receita futura de *royalties* de petróleo e gás, que foi utilizada para saldar uma parcela da dívida com a União e capitalizar o Fundo Estadual de Previdência. Do total da operação, de R\$ 254 milhões, foram utilizados R\$ 111 milhões para quitar antecipadamente parte da dívida do Estado com o governo federal (veja mais detalhes sobre essa operação na seção 2.10.3.1, na página 68).

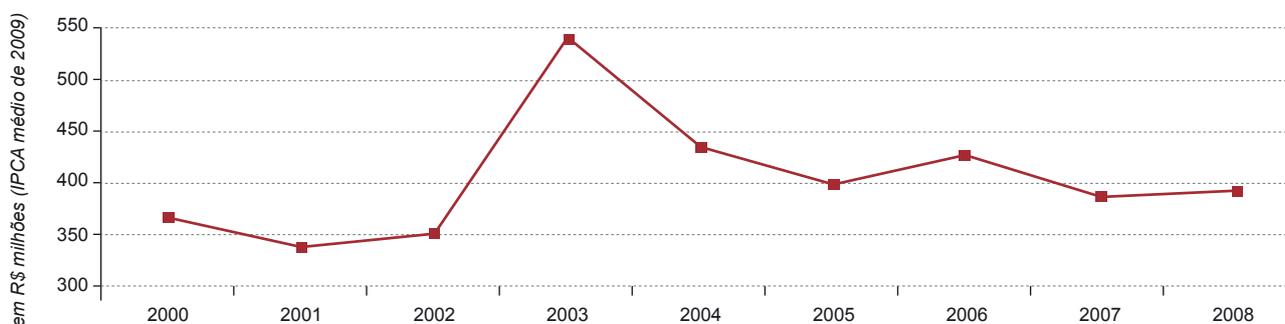


GRÁFICO 58 - Evolução das despesas com juros, encargos e amortizações no Estado do Espírito Santo, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

A relativa estabilização dos valores desembolsados com os serviços da dívida estadual a partir de 2005, mesmo que em patamares ligeiramente superiores aos registrados antes de 2003, associada ao aumento da RCD, fez com que a relação entre ambas variáveis declinasse substancialmente. O indicador, que alcançou 13,9% em 2003, caiu para 7,8% em 2005, e chegou a 5,7% em 2008, quando o Estado destinou R\$ 385 milhões para pagamento de juros e amortizações (Gráfico 59).

O conjunto dos estados brasileiros, ao contrário do Espírito Santo, aumentou os valores destinados aos serviços e às amortizações

de dívidas a partir de 2005. Em 2008, os desembolsos foram da ordem de R\$ 31,6 bilhões, o que representou 10,4% das RCDs dos estados e um aumento de 19,9% em relação ao gasto de 2000 (Gráfico 60 e Gráfico 61).

Como pode ser observado no Gráfico 62, o Estado mais afetado pelo pagamento de dívidas, em 2008, foi o Rio Grande do Sul (18,9%) e o menos comprometido foi o Amapá (1,5%). O Espírito Santo, com o indicador de 5,7%, está bastante abaixo da média nacional, posicionando-se como o oitavo menor comprometimento de receita com dívidas, entre todas as unidades da Federação.



GRÁFICO 59 - Participação das despesas com juros, encargos e amortizações na RCD do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

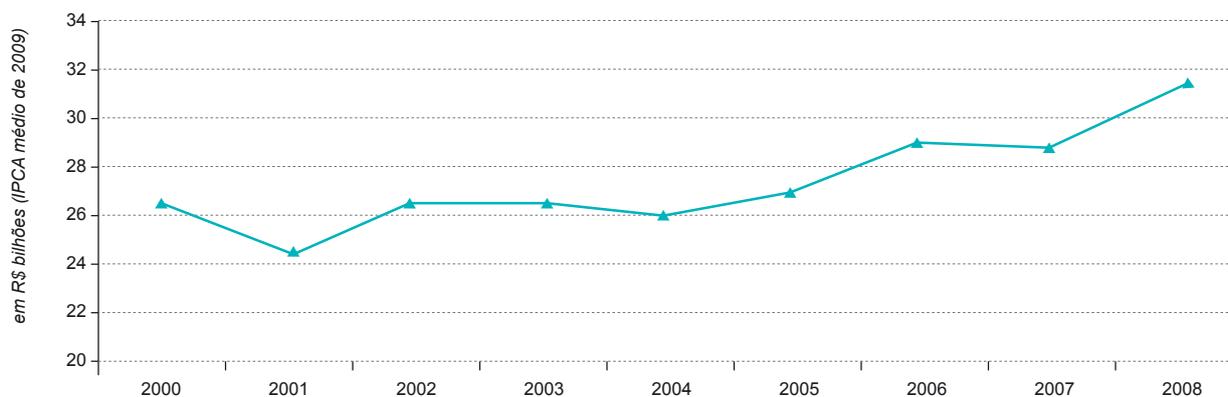


GRÁFICO 60 - Evolução das despesas com juros, encargos e amortizações no conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

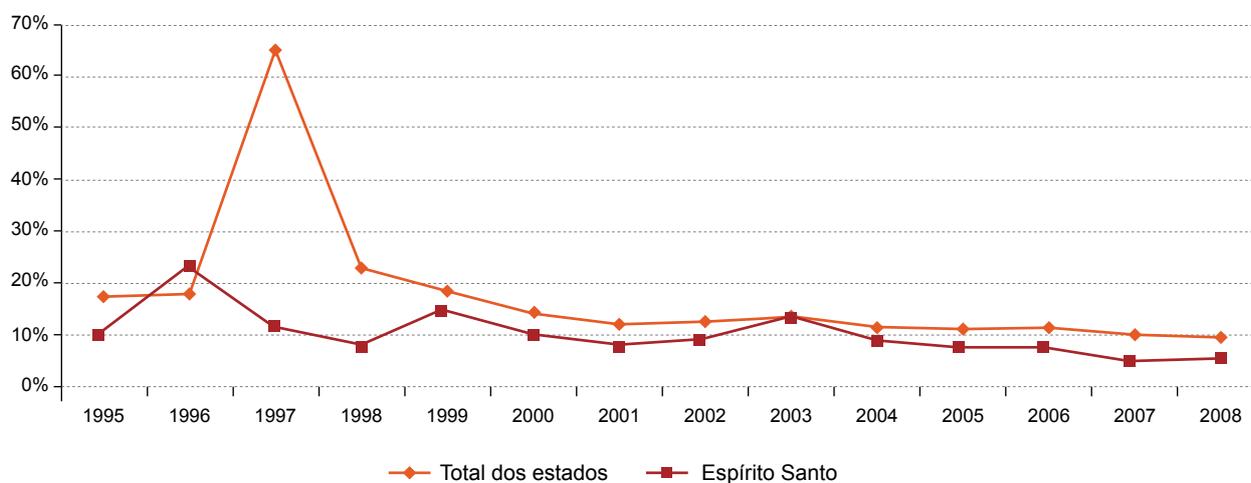


GRÁFICO 61 - Evolução da participação da despesa com juros, encargos e amortizações da dívida na receita corrente disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 1995-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

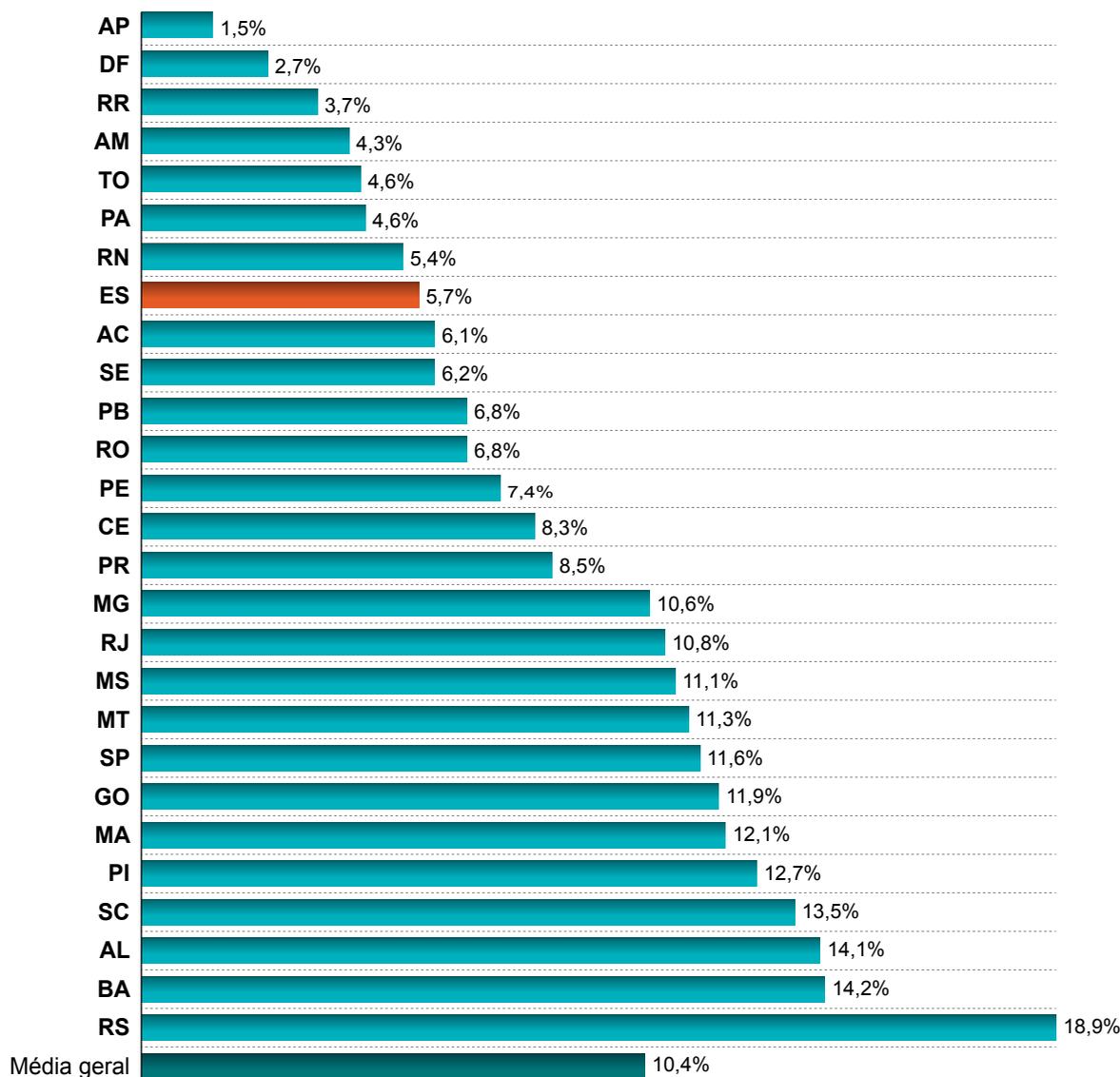


GRÁFICO 62 - Participação das despesas com juros, encargos e amortizações na RCD, por Estado, 2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

3.5 Investimentos

Entre 2000 e 2008, os investimentos do conjunto dos estados brasileiros avançaram 64,4%, passando de R\$ 18,7 bilhões para R\$ 30,8 bilhões. Nesse período, a trajetória de crescimento foi interrompida duas vezes, em 2003 e 2007, anos que marcaram o início de um novo período político administrativo (Gráfico 63). No primeiro ano de mandato, os gestores estão definindo as metas e prioridades que serão executadas nos anos seguintes,

o que normalmente se reflete num menor nível de investimentos.

No Espírito Santo, assim como no Brasil, os investimentos recuaram em 2003. No entanto, a comparação entre 2003 e os anos anteriores merece algumas qualificações. Em primeiro lugar, os investimentos efetuados pelo Espírito Santo até 2000 ocorreram na presença de sucessivos déficits orçamentários e endividamento de curto prazo. Em segundo lugar, embora tenha alcançado um equilíbrio entre receitas e despesas, o endividamento estadual de curto prazo persistiu nos

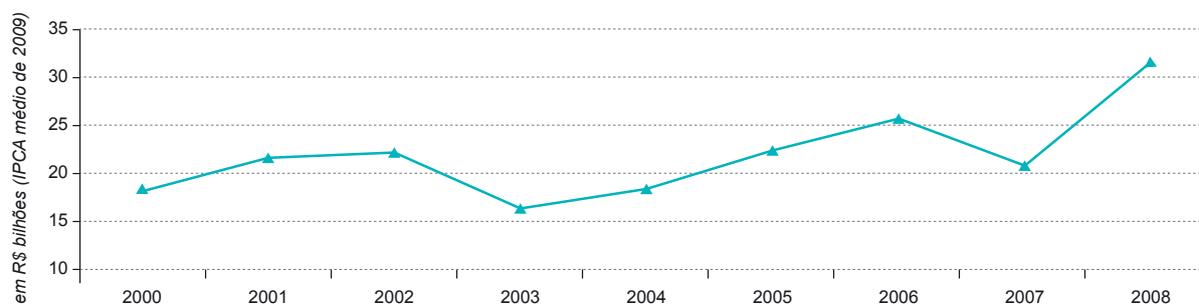


GRÁFICO 63 - Evolução da despesa com investimento do conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

anos de 2001 e 2002. Em 2003, ao contrário, houve um forte superávit orçamentário, e o Estado fechou suas contas com suficiência financeira (Tabela 31).

A melhora do quadro fiscal do Espírito Santo gerou um ambiente propício à expansão dos investimentos. A partir de 2004, eles cresceram a

uma taxa média de 44,9% a.a. e passaram de R\$ 149,9 milhões, em 2003, para R\$ 955,9 milhões, em 2008. Conforme pode ser observado no Gráfico 64, essa foi a maior taxa de crescimento do período entre todos os estados brasileiros.

Com esse extraordinário desempenho, o Es-

TABELA 31 - Evolução da despesa com investimento, do resultado orçamentário e da suficiência financeira do Estado do Espírito Santo, 1995-2008.

Ano	Despesa com investimento	Resultado orçamentário	Suficiência financeira ¹
	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		
1995	152,4	-684,7	-61,6
1996	226,3	-120,1	-840,8
1997	234,6	-529,3	-268,4
1998	249,8	-710,1	-1.559,8
1999	148,5	-727,5	-2.128,8
2000	324,0	-103,4	-1.434,7
2001	303,0	143,9	-2.049,5
2002	271,6	0,8	-1.686,1
2003	149,9	486,8	174,0
2004	245,9	336,9	139,4
2005	519,9	538,5	837,3
2006	835,3	172,9	1.064,2
2007	840,0	395,9	1.509,4
2008	955,9	917,4	2.538,5

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

Nota: ¹ ativo financeiro menos passivo financeiro.

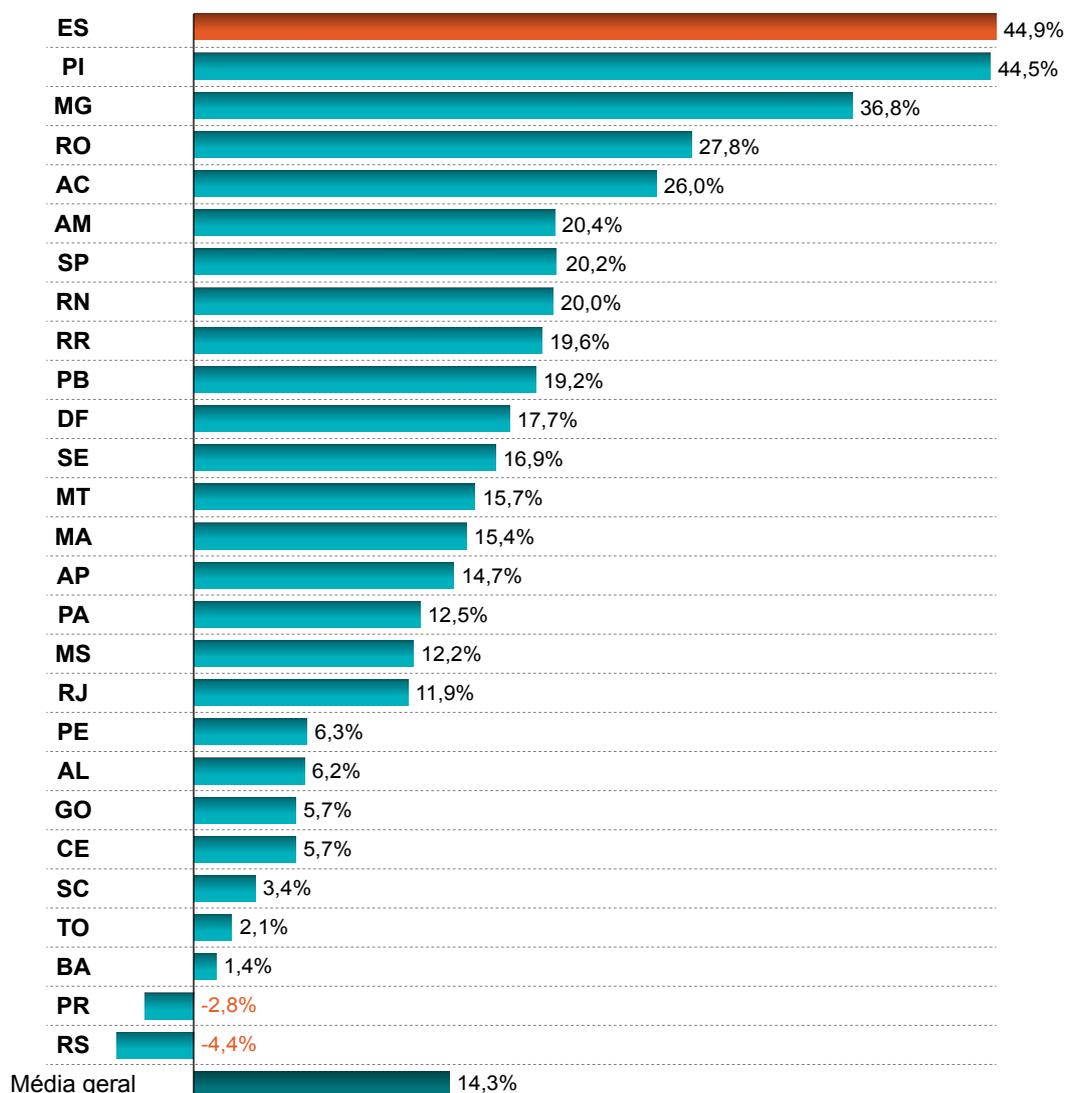


GRÁFICO 64 - Taxa média anual de crescimento real da despesa com investimento, por Estado, 2003-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2003-2008).

TABELA 32 - Evolução do investimento *per capita* e do investimento sobre a receita total disponível no Brasil, na Região Sudeste e no Estado do Espírito Santo, 2000-2008

Ano	Investimento <i>per capita</i> (em R\$ - IPCA médio de 2009)			Posição do ES no ranking de investimento <i>per capita</i>	Investimento / receita total disponível (em %)			Posição do ES no ranking de investimento / RTD
	Brasil	Sudeste	Espírito Santo		Brasil	Sudeste	Espírito Santo	
2000	110,46	93,85	104,61	16º	8,9	6,8	6,9	20º
2001	124,25	87,07	96,05	22º	10,6	6,6	8,5	22º
2002	125,98	91,88	84,83	23º	9,9	6,7	7,2	23º
2003	89,45	65,60	46,11	24º	7,5	4,9	3,5	27º
2004	98,56	82,10	73,37	22º	7,9	5,9	5,4	23º
2005	119,25	115,69	152,52	9º	8,9	7,7	9,7	14º
2006	135,46	124,26	241,12	7º	9,6	7,9	15,2	6º
2007	112,30	124,95	250,66	7º	7,5	7,5	13,7	4º
2008	162,63	175,25	276,78	10º	10,0	9,7	13,5	7º

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

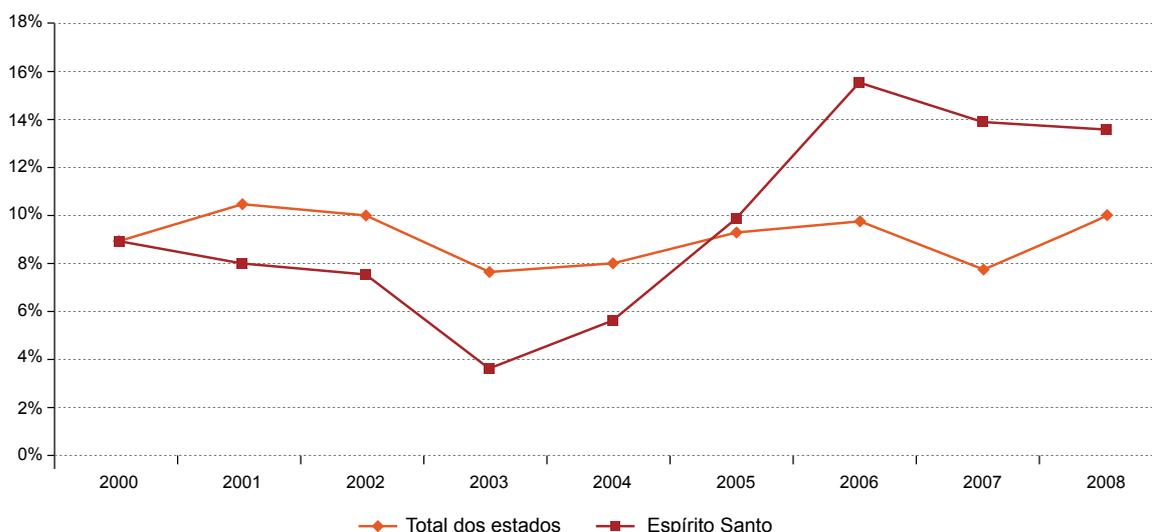


GRÁFICO 65 - Evolução da despesa com investimento em relação à receita total disponível do Estado do Espírito Santo e do conjunto dos estados do Brasil, 2000-2008

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

o Espírito Santo melhorou significativamente sua posição em dois indicadores. O primeiro relaciona os recursos investidos com a população e o segundo com a RTD (Tabela 32). Em ambos os casos é notável o desempenho do Estado a partir de 2005 e também o fato desse patamar de investimentos ter sido sustentado por recursos próprios, ou seja, sem a dependência da transferência voluntária de recursos da União, de convênios ou de operações de crédito.

Até 2004, o investimento por habitante do Espírito Santo era inferior à média nacional e um dos menores do País. Essa situação se inverteu em 2005, mesmo ano em que o Estado assumiu definitivamente a liderança do indicador na Região Sudeste. Em 2008, o Estado registrou o décimo maior investimento por habitante entre todos os estados do Brasil, po-

sição inferior à sétima colocação ocupada em 2006 e 2007 e a nona verificada em 2005. Em termos de valor, o gasto *per capita* com investimento do Espírito Santo atingiu R\$ 276,78, em 2008, patamar 58,7% maior do que o observado na média dos estados, de R\$ 162,63 (Tabela 32).

A parcela da RTD aplicada em investimentos evoluiu de um indicador inferior à média nacional entre 2000 e 2004 para uma sequência acima dela a partir de 2005, anos nos quais ocupou posição de destaque no cenário nacional (Gráfico 65).

A capacidade de investimento do Estado também se elevou significativamente. Ela expressa, conforme pode ser observada na Equação 1, a magnitude do valor disponível para investimentos em relação aos recursos correntes.

$$\text{Capacidade de investimento} = \frac{\text{RCD} - \text{Desp. cor. liq.} - \text{Amort.dívida}}{\text{RCD}}$$

EQUAÇÃO 1 - Capacidade de investimento

Até o ano 2000, a capacidade de investimento do Espírito Santo era negativa (Tabela 33 e Gráfico 66). Ainda num ambiente de descontrole financeiro entre 2001 e 2002, esse indicador

deu sinais de recuperação. A partir de 2003, o Estado restaurou ano a ano a sua capacidade de investimento, que atingiu o seu maior patamar em 2008 (23%).

TABELA 33 - Evolução da capacidade de investimento do Estado do Espírito Santo, 1995-2008

Ano	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)				Capacidade de investimento (D / A) (em %)
	Receita corrente disponível (A)	Despesa corrente (B)	Amortizações da dívida (C)	D = A - B - C	
1995	2.587,9	3.291,8	152,9	-856,8	-33,1
1996	2.866,6	3.260,8	488,1	-882,3	-30,8
1997	2.630,9	3.367,6	171,5	-908,2	-34,5
1998	2.736,7	3.302,7	130,0	-696,0	-25,4
1999	2.709,1	3.279,1	140,2	-710,2	-26,2
2000	3.101,0	3.272,4	154,7	-326,1	-10,5
2001	3.629,8	3.205,3	148,2	276,3	7,6
2002	3.483,5	3.265,6	188,6	29,3	0,8
2003	3.757,1	3.103,3	343,9	310,0	8,3
2004	4.257,8	3.654,6	179,9	423,2	9,9
2005	5.070,4	3.974,9	215,9	879,7	17,3
2006	5.230,0	4.186,9	252,6	790,5	15,1
2007	5.717,1	4.590,9	224,6	901,7	15,8
2008	6.697,9	4.922,9	233,3	1.541,7	23,0

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

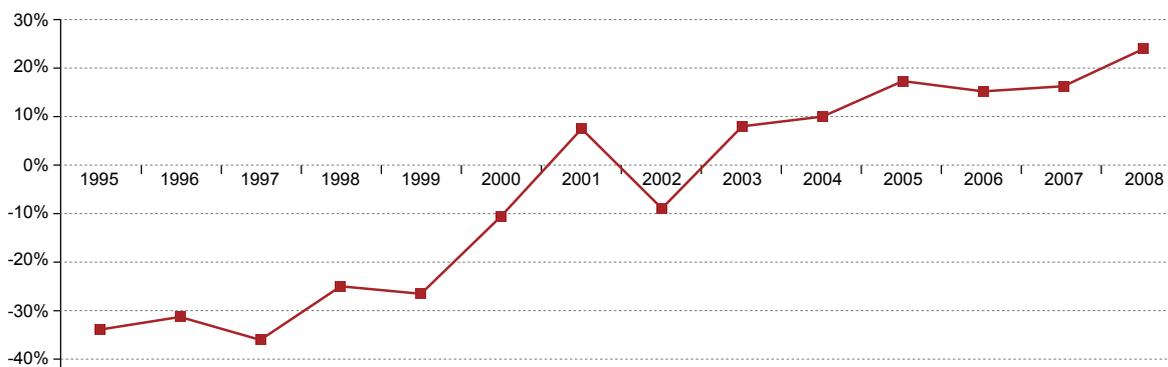


GRÁFICO 66 - Evolução da capacidade de investimento do Estado do Espírito Santo, 1995-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

Outra característica do avanço dos investimentos foi o aumento maciço da parcela realizada com recursos do Tesouro Estadual após o ajuste fiscal (Tabela 34 e Tabela 35). No período de 2000 a 2003, 58,2% dos investimen-

tos eram realizados com esses recursos. Já entre 2004 a 2008, 85,5% em média dos investimentos foram financiados pelo caixa do Tesouro. As operações de crédito representaram apenas 7,4% nesse período.

TABELA 34 - Investimento total por fonte de recurso no Estado do Espírito Santo, 2000-2008

Ano	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)				
	Caixa do tesouro	Convênios	Operações de crédito	Outras fontes	Total
2000	153.753,3	74.776,4	14.221,9	3.032,0	245.783,7
2001	208.854,6	57.725,7	33.988,0	2.463,7	303.031,9
2002	123.538,2	49.144,9	91.277,3	7.655,1	271.615,5
2003	78.279,2	35.153,5	29.348,0	7.090,6	149.871,4
2004	204.352,6	26.729,4	3.518,6	11.341,2	245.941,9
2005	464.429,2	20.379,9	8.734,7	26.311,5	519.855,4
2006	773.636,1	20.223,8	25.563,4	15.897,0	835.320,3
2007	665.938,1	28.038,7	119.892,6	26.161,4	840.030,7
2008	796.592,3	47.475,4	94.420,3	17.397,0	955.885,0

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

TABELA 35 - Participação das fontes de recurso no total dos investimentos do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

Ano	(em %)				
	Caixa do tesouro	Convênios	Operações de crédito	Outras fontes	Total
2000	62,6	30,4	5,8	1,2	100,0
2001	68,9	19,0	11,2	0,8	100,0
2002	45,5	18,1	33,6	2,8	100,0
2003	52,2	23,5	19,6	4,7	100,0
2004	83,1	10,9	1,4	4,6	100,0
2005	89,3	3,9	1,7	5,1	100,0
2006	92,6	2,4	3,1	1,9	100,0
2007	79,3	3,3	14,3	3,1	100,0
2008	83,3	5,0	9,9	1,8	100,0

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

3.6 Despesa por função

A despesa sob a ótica funcional separa os gastos do governo de acordo com a área de atuação do setor público. A classificação da despesa por função, assim como por categoria econômica, foi instituída pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, visando a uniformizar a contabilidade pública em todo o País. Atualmente, o conceito de despesa funcional é regido pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do antigo Ministério do Orçamento e Gestão (BRASIL, 1999b).

A partir de 2004 nota-se uma mudança considerável na estrutura das despesas do Espírito Santo, com aumento das parcelas dos segmentos de educação e de saúde no gasto total. Nos três primeiros anos da década, a distribuição das despe-

sas por função permaneceu sem muitas alterações.

A área de saúde foi a que apresentou a maior ampliação na despesa total governamental, avançando 5,1 pontos percentuais no período. Em 2000, 12,8% do orçamento estadual era destinado ao setor, percentual que subiu para 17,9%, em 2008 (Gráfico 67 e Gráfico 68). Isso foi resultado do aumento de 126,4% nos recursos aplicados na função saúde, que alcançaram R\$ 1,09 bilhão em 2008 (Tabela 36).

A parcela da área de transporte registrou o segundo maior incremento em termos relativos. Apesar de possuir uma participação pequena nos gastos, nota-se que entre 2000 e 2008 o setor aumentou sua fatia no volume total da despesa em 4,6 pontos percentuais, devido ao crescimento dos investimentos em infraestrutura rodoviária. Em 2000, foi destinado

TABELA 36 - Evolução da despesa por função do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

Função	em R\$ milhões - IPCA médio de 2009										Taxa média anual de crescimento 2000/2008 (em %)	Variação 2008/2000 (em %)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008			
	Legislativa	146,6	168,2	163,4	148,5	159,8	148,0	156,2	153,8	169,8		
Judiciária	388,4	392,7	481,4	533,6	569,5	580,0	756,9	866,4	697,2	79,5		
Administração	279,7	204,6	210,7	202,7	403,6	617,9	680,7	561,8	307,8	10,0		
Segurança pública	445,7	413,2	487,3	575,8	497,8	515,9	543,2	764,9	689,0	54,6		
Saúde	482,4	475,0	454,5	501,6	581,7	803,6	898,6	943,2	1.092,3	126,4		
Educação	524,6	580,7	562,5	473,7	911,7	989,7	961,9	1.015,5	1.070,7	104,1		
Agricultura	32,1	63,2	66,1	55,7	78,9	144,1	196,1	133,0	136,3	324,2		
Transporte	124,1	111,2	30,6	9,8	70,2	218,2	384,3	422,4	484,7	290,6		
Outras	1.358,5	1.266,7	1.269,4	1.291,2	918,7	756,4	710,6	818,4	1.465,4	7,9		
Total¹	3.782,1	3.675,4	3.725,9	3.792,6	4.191,9	4.773,7	5.288,5	5.679,4	6.113,2	6,2	61,6	

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

Nota: ¹ Refere-se à despesa total disponível.

ao setor o montante de R\$ 124,1 milhões, o equivalente a 3,3% da despesa total. Já em 2008, essa participação alcançou 7,9%, o que totalizou uma despesa no ano de R\$ 484,7 milhões, ou seja, um crescimento de 290,6% no período. Entretanto, deve-se ressaltar que, de 2001 a 2004, houve uma grande diminuição nos repasses para o setor de transporte. O pior ano foi 2003, quando esses repasses atingiram apenas R\$ 9,8 milhões, o menor patamar desde 2000. Só a partir de 2005 os gastos com a área de transporte superaram o nível do início da década.

A educação também aumentou seu peso no conjunto do gasto. Entre 2000 e 2008, os recursos destinados à área mais que dobraram (104,1%), fazendo com que sua participação na despesa subisse de 13,9% em 2000, para 17,5% em 2008. O valor destinado à educação, em 2008, foi de R\$ 1,07 bilhão. Juntas, educação e saúde foram responsáveis por 35,4% do total do gasto estadual de 2008.

A agricultura foi outra função que também apresentou um crescimento vigoroso. Em 2008, os gastos com o setor atingiram R\$ 136,3 milhões, superando em mais de quatro vezes (324,2%) o valor despendido em 2000. Esse crescimento alterou a participação da função na despesa total, que subiu de 0,8% em 2000, para 2,2% em 2008.

Na área da segurança pública, o crescimento da despesa foi de 54,6%, no mesmo período, com a participação do setor mantendo-se praticamente inalterada na despesa total: 11,8% (2000) contra 11,3% (2008).

Os gastos com a função legislativa apresentaram uma evolução bastante inconstante, alternando anos de aumentos e reduções. Entre 2000 e 2008, houve uma expansão de 15,8%. Entretanto, a participação no total da despesa apresentou uma redução de 1,1 ponto percentual, caindo de 3,9% em 2000, para 2,8% em 2008.

Já a despesa com a função judiciária registrou um aumento expressivo de 79,5%, entre 2000 e 2008. Nota-se pelo Gráfico 69 que os gastos com o Judiciário foram ascendentes desde o início da década, chegando a alcançar uma variação de 123,1% em 2007, comparado a 2000. Apesar da retração nos gastos em 2008, a participação do setor na despesa total, entre 2000 e 2008, apresentou uma expansão de 1,1 p.p. (Gráfico 67 e Gráfico 68).

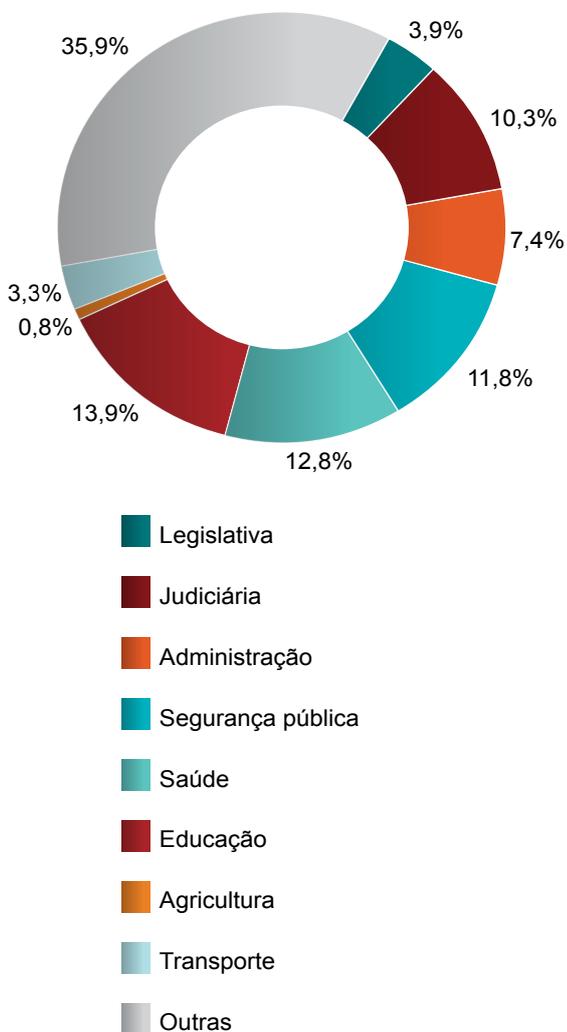


GRÁFICO 67 - Distribuição da despesa sob a ótica funcional, 2000

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000).

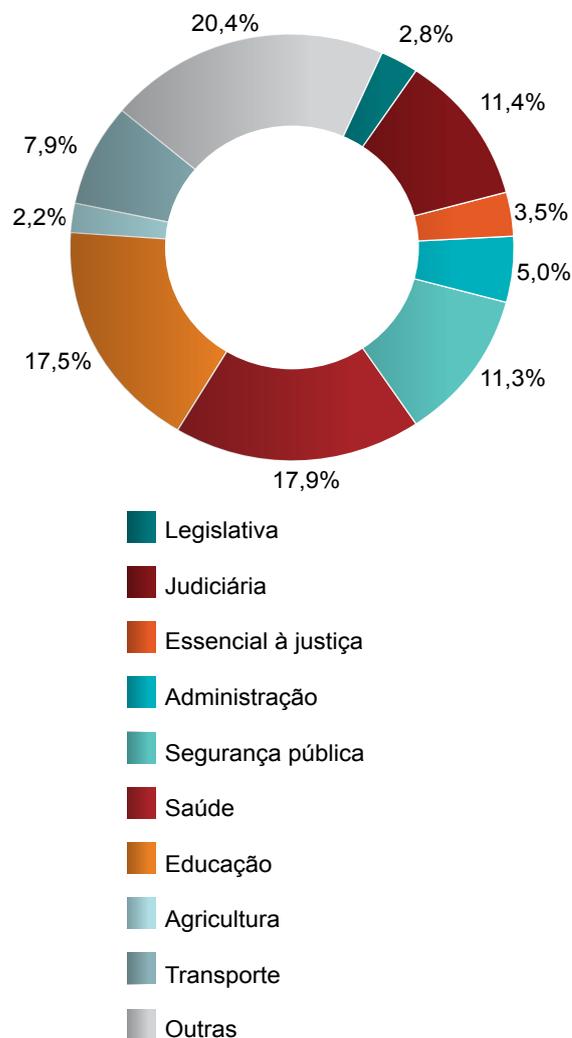


GRÁFICO 68 - Distribuição da despesa sob a ótica funcional, 2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

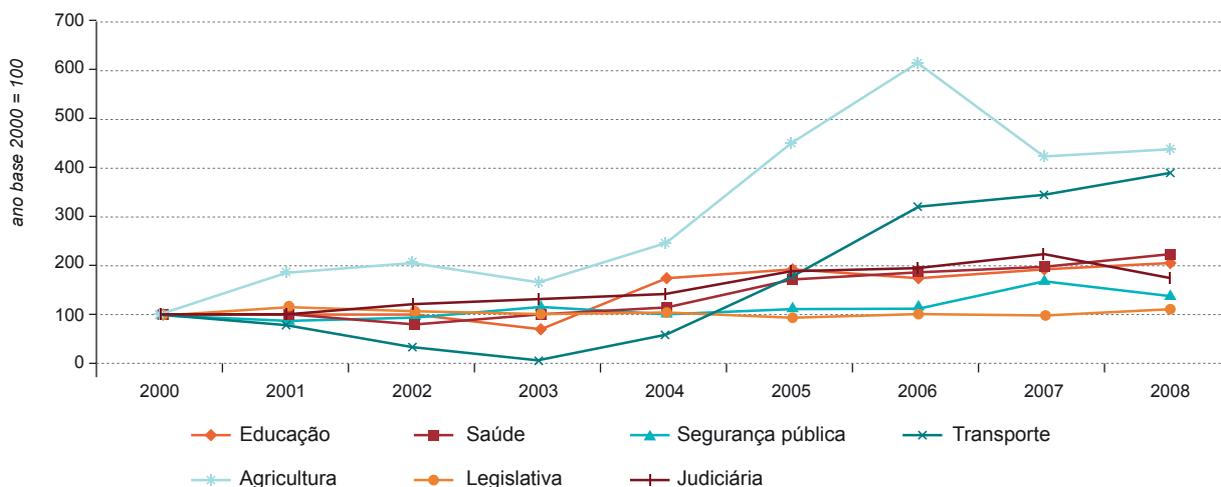


GRÁFICO 69 - Evolução da despesa por função, indicadores selecionados, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008).

3.6.1 Rankings da educação e da saúde

Convém observar o desempenho das duas maiores áreas da despesa pública, educação e saúde, utilizando indicadores básicos e comparando-os com os demais estados.

O indicador “gasto por aluno” permite comparar a despesa com educação entre os diferentes estados. Como pode ser observado nos gráficos a seguir, o Espírito Santo despendia R\$ 1.208,23 por aluno, em 2002 (Gráfico 70), ocupando a penúltima posição dentre os 26 estados e o Distrito Federal. Em 2008, esse valor foi de R\$ 3.483,27, o nono maior gasto estadual por aluno (Gráfico 71). O crescimento de 188% nessa despesa foi o maior dentre todos os estados.

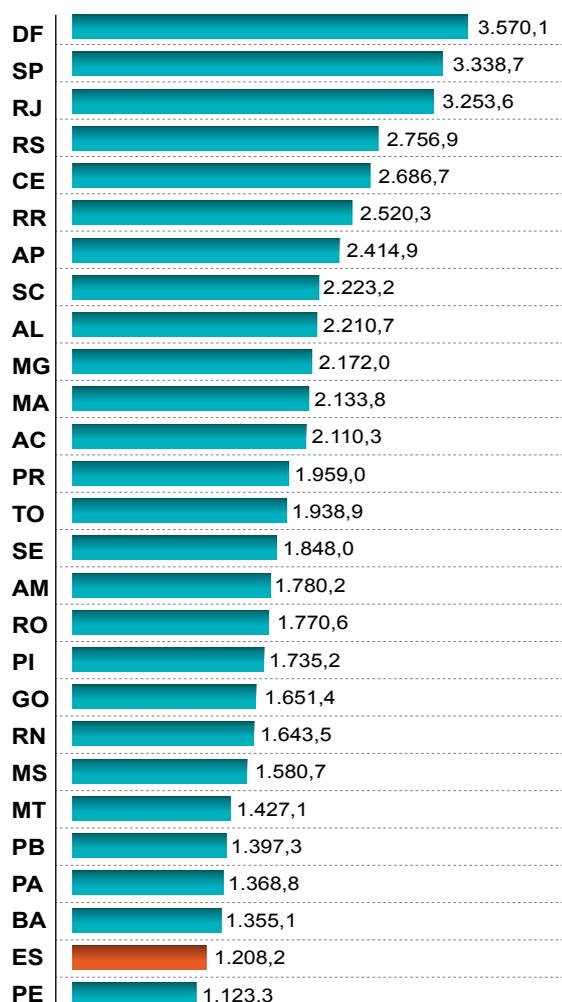


GRÁFICO 70 - Ranking da despesa com educação por aluno, 2002, em Reais

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b, 2010a) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

Dois fatores explicam esse resultado: ao mesmo tempo que houve uma acentuada queda de 34% no total de alunos da rede estadual (veja mais no item 2.7.2), houve também um aumento na despesa total com educação, de 11,3%, no período de 2002 a 2008, o segundo maior dentre os estados.

No ranking dos estados quanto ao gasto com saúde por habitante, o Espírito Santo passou da 12ª posição, com R\$ 141,94 em 2002, para a oitava, com R\$ 316,27 em 2008 (Gráfico 72). Para alcançar essa colocação, o Estado precisou realizar o quarto maior aumento na despesa com saúde, tanto no total quanto por habitante, dentre todos os estados, nesse período.

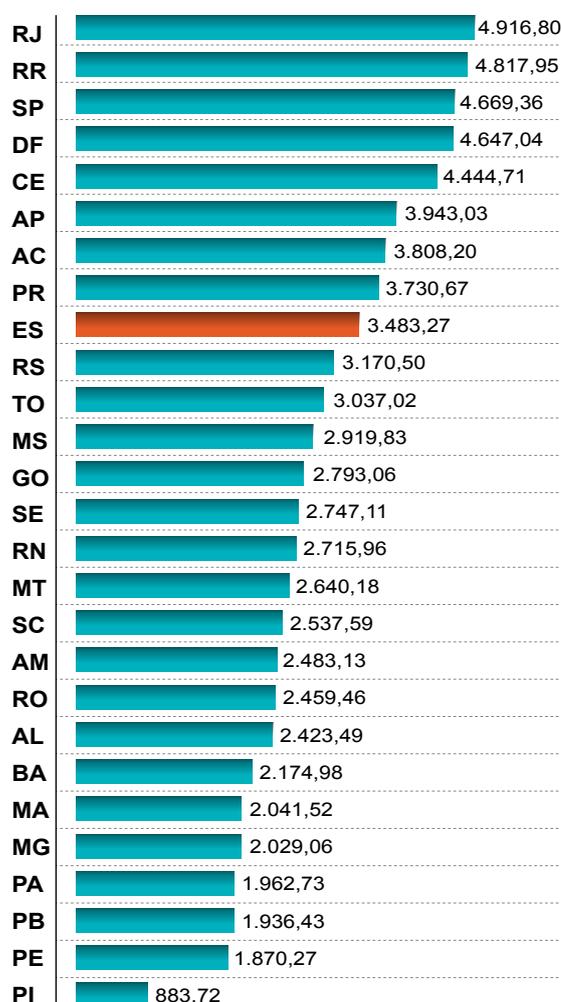


GRÁFICO 71 - Ranking da despesa com educação por aluno, 2008, em Reais

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b, 2010a) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

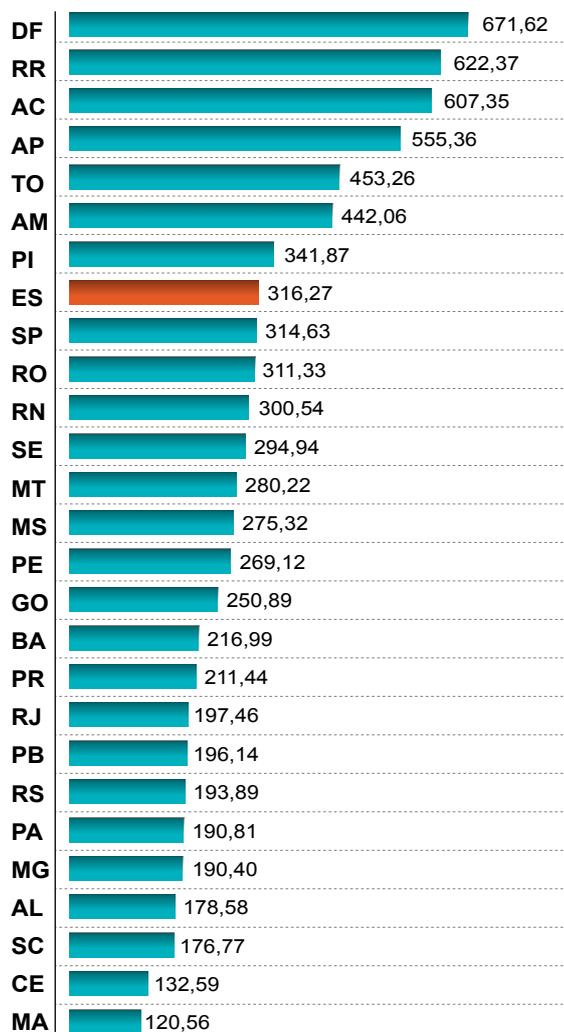


GRÁFICO 72 - Ranking da despesa com saúde por habitante, 2008, em Reais

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b, 2010a) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

3.7 Transferências do Estado para os municípios

As transferências estaduais representam cerca de um terço do conjunto das receitas dos municípios capixabas. A mais importante (90% do total) é a parcela constitucional formada por 25% da arrecadação estadual de ICMS. Outra importante fonte, pelo seu caráter inovador, é o FRDR criado por lei estadual. Merecem menção ainda os recursos destinados aos municípios pelo governo estadual, para serem aplicados em investimentos, aqui intituladas de transferências voluntárias de capital. Esses três itens são objeto da presente seção.

3.7.1 Transferências de ICMS

O aumento da arrecadação do ICMS, que foi uma das peças-chaves para o ajuste fiscal do Estado do Espírito Santo, também exerceu um papel muito importante nas finanças municipais. Como é sabido, 25% da arrecadação estadual do imposto são transferidos aos municípios conforme determina o inciso IV do artigo 158 da Constituição Federal.

Entre 2003 e 2008, anos de forte e contínuo crescimento da arrecadação nacional de ICMS, os municípios capixabas assistiram a um aumento vertiginoso das transferências estaduais do imposto, aqui chamadas de Quota-parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS). No acumulado, a variação atingiu 82,5% em termos reais, quase o dobro da média nacional, que foi de 42,5%. No Espírito Santo essas transferências passaram de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,83 bilhão, em valores corrigidos pelo IPCA, nesse mesmo período (Tabela 37 e Apêndice W).

É interessante observar a parcela das transferências aos municípios que provém da arrecadação das empresas de comércio exterior que aderiram ao sistema Fundap, o chamado ICMS Fundap. Em 2003, a QPM-ICMS Fundap representava 27% do total do ICMS transferido aos municípios, o mais baixo percentual desde 1996, devido ao incremento menos intenso desse tipo de recolhimento em relação ao chamado ICMS normal, aquele que recai sobre os demais setores da economia. De 2003 a 2008, no entanto, a QPM-ICMS Fundap cresceu a uma taxa média anual de 16,4%, enquanto que a QPM-ICMS normal expandiu-se a 11,3% a.a. Dessa forma, o ICMS Fundap passou a compor 31,6% do total da QPM-ICMS (Gráfico 73 e Tabela 38).

Em termos de QPM-ICMS *per capita*, na comparação com os demais municípios do Brasil, os capixabas auferiram R\$ 308,46, em 2003, valor 35% acima da média nacional de R\$ 228,25. Na Região Sudeste, esse valor só era menor que o de São Paulo, de R\$ 356,36. A diferença do Espírito Santo em relação à média nacional cresceu ao longo da presente década, atingindo 74% em 2008. O Espírito Santo passou, então, a ocupar a liderança regional no *ranking* do ICMS *per capita*, ano em que alcançou o repasse por habitante de R\$ 529,86. Os municípios capixabas receberam 81% a mais que os vizinhos fluminenses (R\$ 292,90), 72% a mais que os mineiros (R\$ 308,52), e 9% acima das cidades paulistas (R\$ 485,43) (Gráfico 74).

TABELA 37 - Transferências aos municípios da QPM-ICMS total dos estados da Região Sudeste e do conjunto dos estados do Brasil, 2003/2008

Estados	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		Variação 2008/2003 (em %)
	2003	2008	
Espírito Santo	1.002,6	1.829,9	82,5
Minas Gerais	3.838,6	6.124,2	59,5
Rio de Janeiro	3.774,3	4.649,0	23,2
São Paulo	13.794,5	19.897,7	44,2
Sudeste	22.396,7	32.510,1	45,2
Brasil	39.871,2	56.828,2	42,5

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b, 2010b)

TABELA 38 - Evolução das transferências aos municípios da QPM-ICMS total, normal e Fundap, variação em relação ao ano anterior e participação da QPM-ICMS normal e Fundap no total das transferências, 2003-2008

Ano	QPM-ICMS Total		QPM-ICMS Normal			QPM-ICMS Fundap		
	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)	Variação (em %)	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)	Variação (em %)	Participação no total (em %)	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)	Variação (em %)	Participação no total (em %)
2003	1.002,6	..	731,5	..	73,0	271,0	..	27,0
2004	1.191,9	18,9	804,7	10,0	67,5	387,2	42,9	32,5
2005	1.384,7	16,2	964,0	19,8	69,6	420,6	8,6	30,4
2006	1.458,3	5,3	1.001,5	3,9	68,7	456,8	8,6	31,3
2007	1.624,0	11,4	1.095,9	9,4	67,5	528,0	15,6	32,5
2008	1.829,9	12,7	1.251,0	14,2	68,4	578,9	9,6	31,6

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2003-2008).

Nota: Sinal convencional utilizado: .. Não se aplica dado numérico.

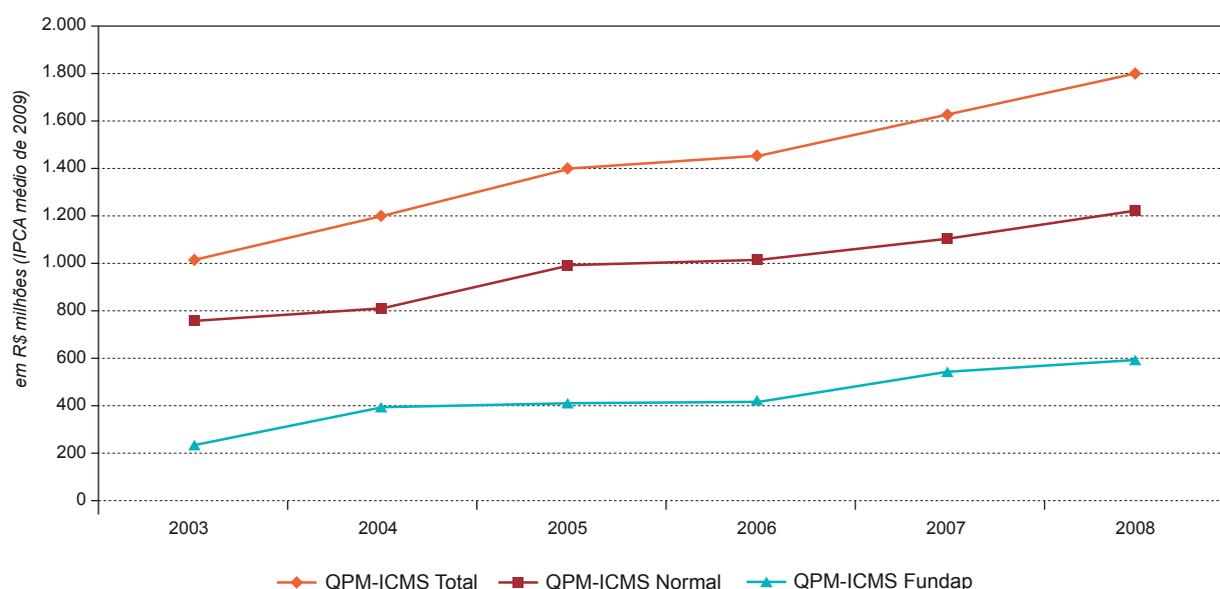


GRÁFICO 73 - Evolução das transferências aos municípios da QPM-ICMS total, normal e Fundap, 2003-2008

FONTE: Adaptado de Aequus Consultoria, 2010.

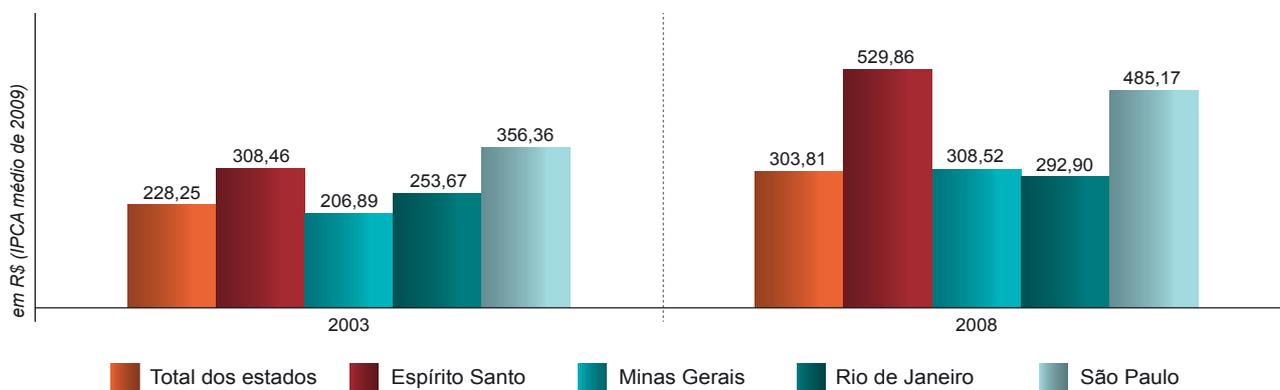


GRÁFICO 74 - Evolução das transferências da QPM-ICMS total *per capita*, dos estados da Região Sudeste e do conjunto dos estados do Brasil, 2003/2008

FONTE: BRASIL (2010f,g) e IBGE (2010a).

3.7.2 O Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais

O FRDR foi criado em junho de 2006, através da Lei nº 8.308, com o objetivo reforçar os instrumentos de desconcentração regional da receita pública e fortalecer as finanças municipais (ESPÍRITO SANTO, 2010c). O FRDR surgiu num momento em que se debatiam os problemas da distribuição do ICMS aos municípios. Havia recorrentes críticas aos atuais critérios de distribuição da maior fonte de receita do Estado, relacionadas principalmente à concentração dessa transferência em algumas poucas cidades. Além disso, o recebimento de *royalties* por alguns poucos municípios já acentuava as diferenças de receita *per capita* entre as cidades e havia demandas judiciais impetradas por opositores ao governo, que reivindicavam o repasse de 25% dos *royalties* de petróleo e gás à alíquota de 5% aos municípios, com base no artigo 9º da Lei Federal nº 7.990, de 1989, que seriam distribuídos de acordo com os mesmos critérios dos repasses do ICMS.

Nesse contexto, o governo estadual elaborou o FRDR formado por 30% da receita proveniente dos *royalties* de petróleo e gás à alíquota de 5%. Os critérios para sua distribuição foram definidos de modo a amenizar o caráter concentrador do modelo do repasse do ICMS²⁴

²⁴ É importante lembrar que é limitado o raio de manobra para alterar os critérios de distribuição do ICMS, uma vez que 75% desse repasse deve ser feito de acordo com o valor adicionado dos municípios, conforme determinação constitucional. No entanto, com relação aos critérios para a distribuição dos 25% restantes, que dependem de legislação estadual, é possível realizar alterações a fim de promover uma maior redução das desigualdades fiscais entre as cidades. Alguns debates a esse respeito têm sido realizados nos últimos anos entre prefeitos, secretários de finanças, deputados estaduais e pessoas que se dedicam ao estudo sobre o assunto.

e do pagamento dos *royalties* aos municípios. A fim de garantir os objetivos propostos, foi definido que cada município participaria do Fundo de forma diretamente proporcional à sua população e inversamente proporcional ao respectivo índice de participação na quota-parte do ICMS (Índice de Participação dos Municípios -IPM).

Dessa forma, os critérios buscavam beneficiar os municípios mais populosos e com valores de quota-parte do ICMS abaixo da média. Além disso, ficaram excluídos de participar do FRDR os municípios com IPMs acima de 10% e os que foram beneficiados com *royalties* de petróleo em percentual acima de 2% do total repassado aos municípios do Estado.

Veja a seguir como é apurado o Índice de Participação no FRDR.

1º Passo. Calcula-se o fator de ponderação:

$$FP_i = \frac{1}{I_{ICMS_i}} \times I_{pop_i}$$

onde:

FP é o fator de ponderação de cada município;

I_{ICMS} é o índice de participação no ICMS, referente ao mesmo exercício para o qual se está calculando o índice de participação do Fundo;

I_{pop} é o índice de participação do município na população do Estado, conforme últimos dados publicados pelo IBGE; e

i é o município.

2º Passo. Calcula-se o índice de participação no Fundo:

$$IP_i = \left(\left(\frac{FP_i}{\Sigma FP} \right) \times 0,80 \right) + (I_{pop_i} \times 0,2)$$

onde:

IP é o índice de participação de município no Fundo; e

ΣFP é a soma de todos os fatores de ponderação.

Partindo do princípio que os recursos naturais de petróleo e gás são finitos, a Lei estabeleceu que os recursos do FRDR devem ser aplicados, exclusivamente, em investimentos, a fim de possibilitar a criação de uma infraestrutura capaz de alavancar as potencialidades socioeconômicas locais.

Em 2007, no seu primeiro ano completo de vigência, o FRDR transferiu aos municípios capixabas a quantia de R\$ 27,1 milhões, valor que saltou para R\$ 45,4 milhões no ano seguinte, em valores corrigidos pelo IPCA, em função do aumento da produção estadual de petróleo e gás e dos preços internacionais desses produtos (Apêndice X). No biênio 2007-2008, o FRDR respondeu, em média, por 8,4% dos investimentos dos municípios contemplados. Em Piúma, chegou a corresponder a quase um terço (34,7%) de seus investimentos, percentual que foi de apenas 0,8% para Anchieta.

3.7.3 Transferências voluntárias de capital

As transferências voluntárias de capital refletem um arranjo institucional através do qual de-

terminadas modalidades de investimentos do Estado são efetuadas diretamente pelos governos locais²⁵. Elas constam no Balanço do Estado na categoria despesa de capital, inseridas no item investimentos. Nos balanços municipais são registradas como receitas de capital, no item transferências de capital. Caso se deseje aferir o investimento global do Estado e dos municípios, deve-se tomar cuidado para evitar duplicidade de valores.

Após a forte contenção em 2002 e 2003, as transferências estaduais de capital no Espírito Santo apresentaram acentuada expansão nos anos seguintes. O ano de maior repasse foi 2006, quando totalizou R\$ 154,3 milhões (Gráfico 75 e Apêndice Y).

Os recursos transferidos voluntariamente pelo Estado têm se constituído numa importante fonte complementar para investimentos dos municípios capixabas, notadamente para as pequenas cidades. Considerando o período 2005-2008, ou seja, um ciclo completo da administração municipal, eles responderam por 27,1% do total dos investimentos efetuados pelos municípios com até 50 mil habitantes. Naqueles com população acima desse número, o percentual cai para 6,5%.

Em que pese esse indicador, o maior volume de recursos foi carreado para as cidades com população acima de 50 mil habitantes, que ficaram com 67,3% das transferências voluntárias, contra 37,2% das demais cidades.

²⁵ As transferências voluntárias não são as únicas formas de investimento do Estado nos municípios. Existem ainda os investimentos realizados diretamente pelo Estado.

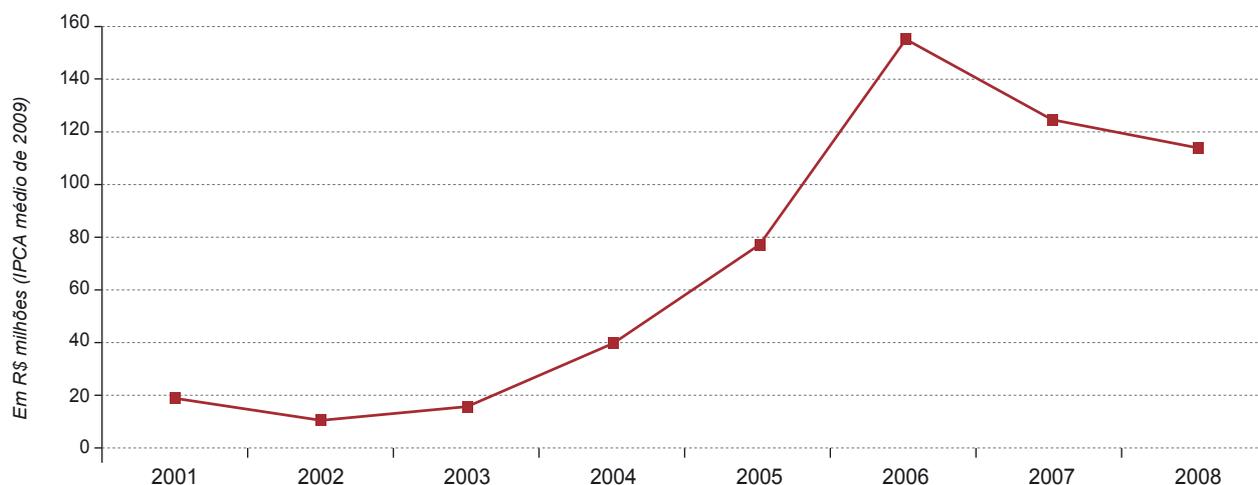


GRÁFICO 75 - Evolução das transferências de capital voluntárias do Estado do Espírito Santo aos municípios, 2001-2008

FONTE: ESPÍRITO SANTO (2010g).

4. SUFICIÊNCIA FINANCEIRA, RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E DÍVIDA DE LONGO PRAZO

4.1 Endividamento de curto prazo e resultado orçamentário

A dívida pública compreende as obrigações de curto e longo prazos. A dívida de curto prazo, ou fluante, é composta por obrigações cujo vencimento é inferior a 12 meses. Já a dívida de longo prazo, também denominada consolidada ou fundada, corresponde aos compromissos de exigibilidade superior a 12 meses.

A situação do endividamento de curto prazo de um ente público pode ser medida pelo conceito de (in)suficiência financeira, que consiste na diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O ente apresenta insuficiência financeira quando as obrigações são maiores que a soma das disponibilidades e direitos de curto prazo, o que significa que, mesmo se utilizasse todos os seus ativos financeiros, a sua dívida fluante não seria totalmente coberta. O principal item do passivo financeiro de curto prazo (dívida fluante) são os restos a pagar. Os ativos, por sua vez, são formados a partir de resultados orçamentários positivos, que é a diferença entre receitas e despesas. Quando essa dife-

rença é positiva, está-se acumulando recursos para serem utilizados nos exercícios seguintes. Do contrário, formam-se passivos (restos a pagar) que deverão ser pagos no exercício seguinte.

A trajetória do resultado orçamentário e da suficiência financeira do Espírito Santo talvez seja a mais emblemática no processo de ajuste fiscal do Estado: depois de muitos anos registrando valores negativos, a partir de 2003 esses indicadores passaram a ser positivos e fortemente ascendentes. Até 2002, o passivo financeiro do Estado do Espírito Santo superava o ativo financeiro (Gráfico 76). Em 2003, reduziu-se o passivo financeiro em mais 41,8%, o que, aliado ao aumento do ativo financeiro, resultou numa suficiência de caixa de R\$ 180,9 milhões. No ano seguinte, 2004, o passivo financeiro novamente encolhe em mais 16% e, daí em diante até 2008, passa a oscilar em torno de R\$ 800 milhões (Tabela 39). Os ativos financeiros, por sua vez, registram aumentos contínuos desde 2005, acumulados por meio de uma sucessão de resultados orçamentários positivos (Gráfico 77 e Gráfico 78).

Dessa forma, o governo estadual obteve em 2008 uma suficiência financeira de R\$ 2,54 bilhões, valor bastante significativo, correspondendo a 38% da RCD e a 2,7 vezes o montante dos investimentos naquele ano (Gráfico 79). Foi o maior montante dentre todos os estados brasileiros, pelo segundo ano consecutivo. Note-se que, em 2005 e 2006, o Espírito Santo já se garantia

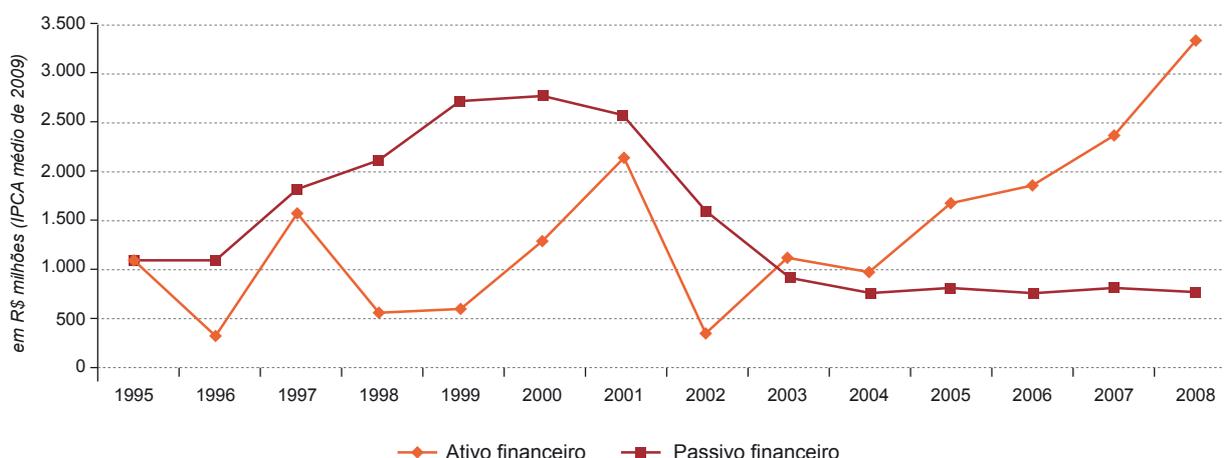


GRÁFICO 76 - Evolução do ativo e passivo financeiros no Estado do Espírito Santo, 1995-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

TABELA 39 - Evolução da (in)suficiência financeira e do resultado orçamentário do Estado do Espírito Santo

Ano	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)			
	Ativo financeiro	Passivo financeiro	(In)suficiência de caixa	Resultado orçamentário
1995	1.042,7	1.104,3	-61,6	-684,7
1996	285,6	1.126,4	-840,8	-120,1
1997	1.571,2	1.839,6	-268,4	-529,3
1998	559,5	2.119,3	-1.559,8	-710,2
1999	589,6	2.718,3	-2.128,8	-727,5
2000	1.309,2	2.767,4	-1.458,2	-103,4
2001	2.173,2	2.583,2	-410,0	143,9
2002	341,5	1.606,8	-1.265,3	0,9
2003	1.115,4	934,4	180,9	486,8
2004	982,0	784,8	197,2	336,9
2005	1.707,2	869,9	837,3	538,5
2006	1.843,2	779,0	1.064,2	172,9
2007	2.369,8	860,4	1.509,4	395,9
2008	3.336,5	798,0	2.538,5	917,4

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

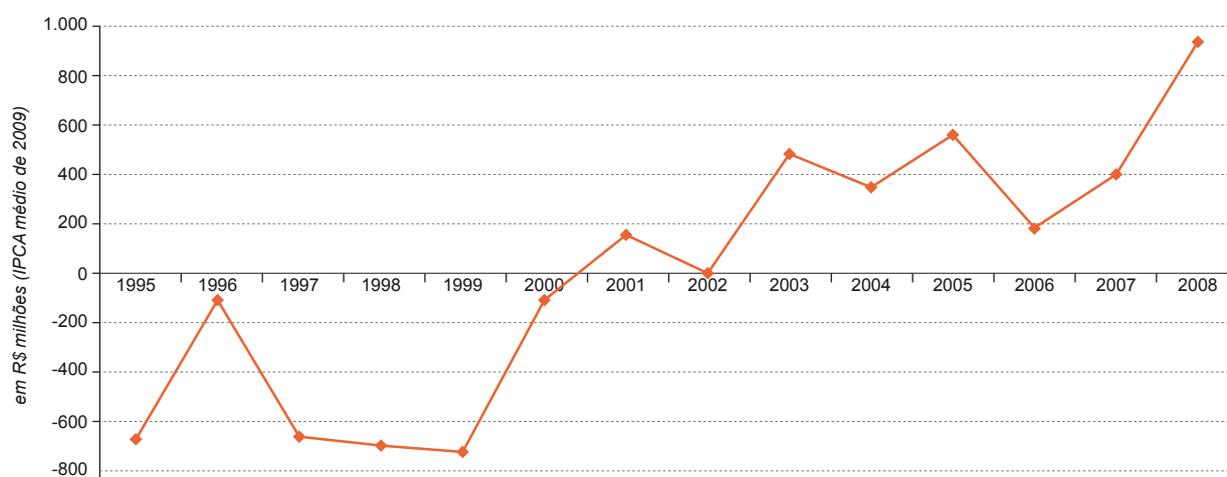


GRÁFICO 77 - Evolução do resultado orçamentário do Estado do Espírito Santo, 1995-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

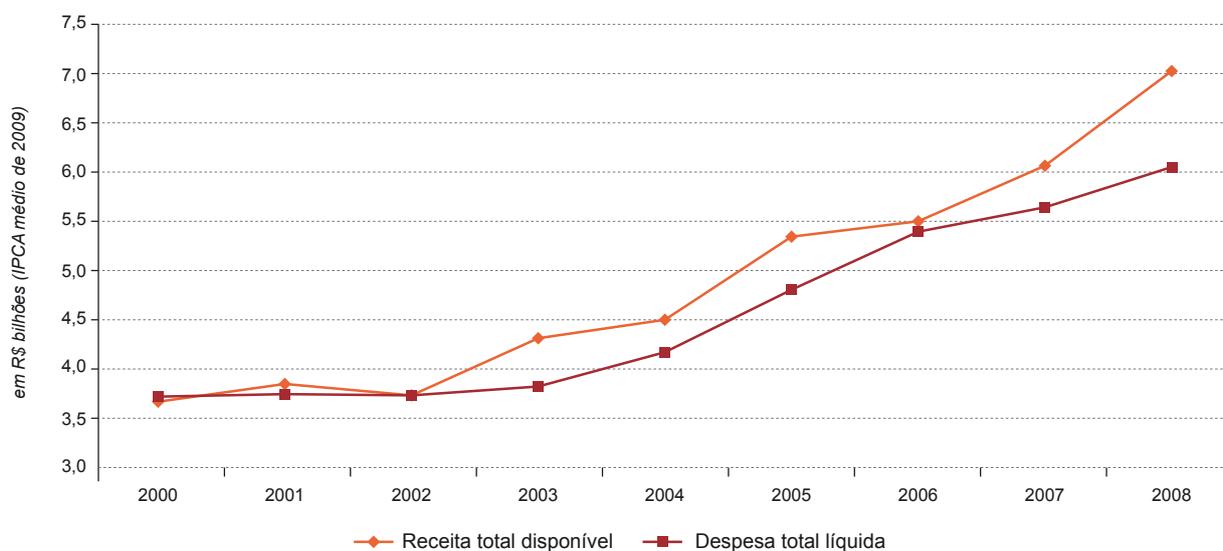


GRÁFICO 78 - Evolução da receita total disponível e da despesa total líquida do Estado do Espírito Santo, 2000-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2000-2008)

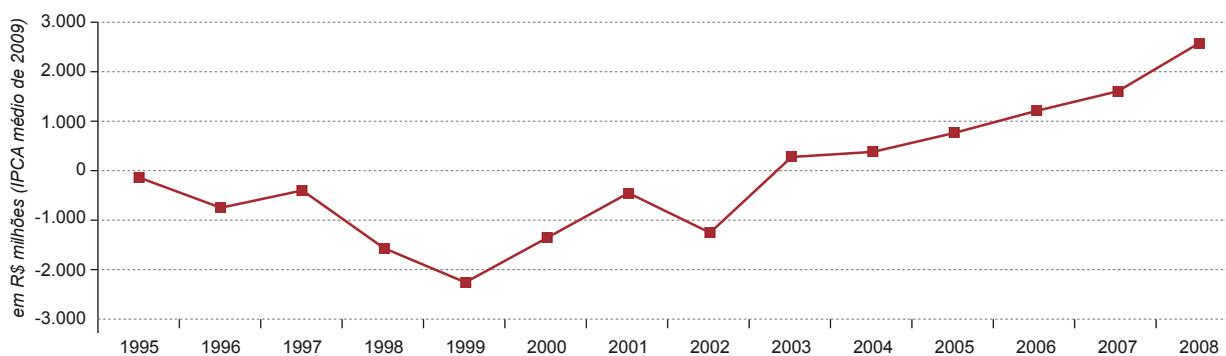


GRÁFICO 79 - Evolução da (in)suficiência financeira do Estado do Espírito Santo, 1995-2008

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

na segunda posição no *ranking* nacional de maior suficiência financeira (Apêndice Z).

É inegável a importância de se acumular certo nível de reserva financeira. Tais recursos exercem a função de alavancar investimentos públicos de maior porte – principalmente aqueles cuja execução transcende mais de um exercício orçamentário – e sinalizam estabilidade para o mercado, o que estimula novos investimentos da

iniciativa privada. Também no caso brasileiro, considerando as ainda altas taxas de juros praticadas, a permanência de elevada disponibilidade financeira representa fonte adicional de receita fiscal. No caso do Espírito Santo, a suficiência financeira alcançada em 2008 foi fundamental para que o governo enfrentasse, sem turbulências fiscais, a crise econômica que se estendeu pelo ano de 2009.

4.2 Endividamento de longo prazo

O endividamento de longo prazo é analisado pela comparação entre a dívida consolidada líquida (DCL) e a RCL. A DCL corresponde ao montante das obrigações de longo prazo assumidas pelo ente público, deduzindo-se os ativos disponíveis, os haveres financeiros e incluindo os restos a pagar processados, conforme os Relatórios de Gestão Fiscal.

Entre 2000 e 2008, a situação de endividamento de longo prazo medida pela relação entre DCL e RCL para o conjunto dos estados do País mudou significativamente. O indicador, que chegou a 195% em 2002, declinou progressivamente para 119% em 2008 (Tabela 40).

No Espírito Santo, a trajetória foi extraordinária, com o indicador diminuindo de 116%, seu maior patamar em 2002, para apenas 10% em 2008 (Tabela 40). Visto que a dívida consolidada bruta caiu apenas 13,9%, em valores atualizados

pelo IPCA, esse desempenho deveu-se, sobretudo, ao avanço da receita corrente líquida (103%) e do ativo e haveres financeiros, que cresceram mais de 15 vezes no mesmo período, de acordo com dados dos Relatórios de Gestão Fiscal. Portanto, o Estado encontra-se numa situação bastante confortável em relação ao que determinam as Resoluções nº 40/2001 e nº 43/2001 do Senado Federal. Nelas foi estabelecido que o volume da DCL não pode ultrapassar duas vezes a RCL.

Com relação ao perfil da dívida consolidada, quase metade refere-se ao montante devido ao governo federal (49,7%). A explicação para a grande dimensão dessa parcela remonta ao Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira dos Estados, de 1997, já mencionado no Capítulo 2, quando a União assumiu diversas dívidas dos estados no processo de refinanciamento. O segundo maior item são os precatórios (16,5%), seguido da dívida para com o INSS, como mostra a Tabela 41.

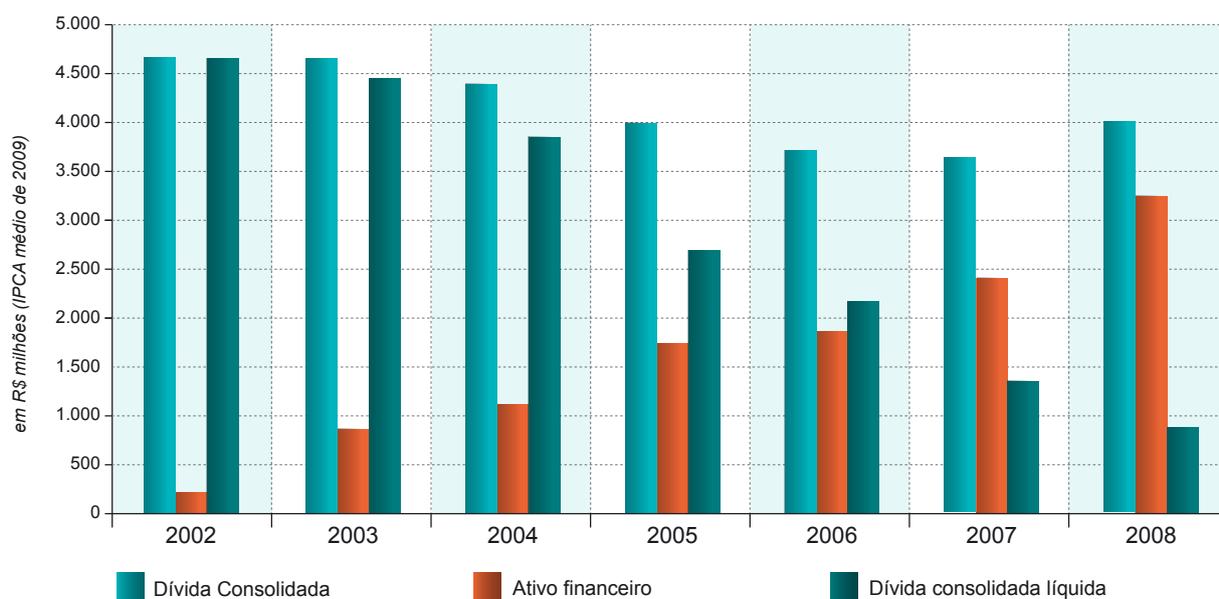


GRÁFICO 80 - Evolução da dívida consolidada, do ativo financeiro e da dívida consolidada líquida do Estado do Espírito Santo, 2002-2008

FONTE: ESPÍRITO SANTO (2010f).

TABELA 40 - Evolução da dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida dos estados do Brasil, 2000-2008

Estados	(em %)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acre	104	83	73	68	62	45	52	41	28
Alagoas	223	178	236	277	264	225	222	200	197
Amapá	5	5	28	28	23	11	11	10	4
Amazonas	100	69	67	56	45	37	33	19	13
Bahia	164	171	182	163	142	117	102	82	72
Ceará	87	94	118	106	92	73	60	38	24
Distrito Federal	36	35	40	36	28	35	33	19	16
Espírito Santo	98	83	116	102	73	44	34	19	10
Goiás	313	281	277	240	221	185	182	161	140
Maranhão	258	210	273	222	174	133	115	91	74
Mato Grosso	250	197	159	176	130	111	110	94	70
Mato Grosso do Sul	310	294	310	267	233	201	181	148	115
Minas Gerais	141	234	263	243	224	203	189	188	176
Pará	57	63	67	61	60	46	44	35	28
Paraíba	153	110	142	117	108	89	76	60	48
Paraná	129	134	124	105	108	129	126	116	119
Pernambuco	86	112	125	117	104	83	67	53	42
Piauí	173	174	164	152	142	109	85	78	60
Rio de Janeiro	207	190	235	201	204	190	172	173	160
Rio Grande do Norte	71	54	65	53	38	32	26	22	19
Rio Grande do Sul	266	251	279	280	283	258	253	254	234
Rondônia	111	105	145	121	103	85	72	64	50
Roraima	31	28	35	43	4	15	10	-13	-13
Santa Catarina	183	145	195	167	164	119	109	90	77
São Paulo	193	197	227	224	223	197	189	171	163
Sergipe	88	78	73	68	65	45	57	42	22
Tocantins	35	27	37	26	35	14	13	8	10
Total	170	173	195	183	174	153	143	130	119

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010c).

TABELA 41 - Perfil da dívida consolidada do Estado do Espírito Santo, 2008

Credor	2008 (em R\$ mil - IPCA médio de 2009)	Composição (em %)
Dívida Interna	3.866.528,4	93,1
Operações de crédito internas	2.669.896,7	64,3
CEF	27.099,4	0,7
BNDES	294.894,8	7,1
Fund. Banestes de Seg. Social	284.683,5	6,9
União	2.063.218,9	49,7
Obrigações a pagar	689.771,8	16,6
Precatórios a pagar	686.745,7	16,5
Outras obrigações a pagar	3.026,1	0,1
Parcelamentos a pagar	506.860,0	12,2
INSS - parcelamento a pagar	498.618,7	12,0
FNDE	525,0	0,0
FGTS	641,0	0,0
Patrimônio da União - SPU	3,4	0,0
Parc. Receita Federal	7.072,0	0,2
Dívida Externa	286.643,9	6,9
BIRD	116.828,7	2,8
BID	167.272,9	4,0
KFW	2.542,3	0,1
Total	4.153.172,4	100,0

FONTE: Adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

REFERÊNCIAS

AEQUUS CONSULTORIA. **Banco de dados Aequus**. Base de dados. Vitória, 2010.

AFONSO, J. R. FPE: rateio sem critério. **Observatório da Jurisdição Constitucional**, Brasília, ano 3, 2009/2010. Disponível em: <<http://ojs.idp.edu.br/index.php/observatorio/article/viewFile/386/264>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

AFONSO, J. R. **Nota técnica**: os indicadores fiscais tradicionais e a realidade das finanças estaduais no Brasil. abr. 2007. Disponível em: <<http://www.joserobertoafonso.ecn.br/>> Acesso em: 23 de fev. 2010.

AFONSO, J. R.; CARVALHO, G. **Nota técnica**: avaliação preliminar e comparada: Como os governos brasileiros enfrentaram a crise em 2009? abr. 2009. Disponível em: <<http://www.joserobertoafonso.ecn.br/>> Acesso em: 23 de fev. 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Consolidação das participações governamentais e de terceiros**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?id=518>>. Acesso em: 23 fev. 2010a.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Dados estatísticos mensais**: Produção nacional de petróleo e LGN (barris). Base de dados. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=33047&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebu st=1287064788885>>. Acesso em: 23 fev. 2010b.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Dados estatísticos mensais**: Produção nacional de gás natural (metros cúbicos). Base de dados. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=33047&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebu st=1287064788885>>. Acesso em: 23 fev. 2010c.

BARBOSA, D. (Coord.). **Guia dos royalties do petróleo e do gás natural**. Rio Janeiro: ANP, 2001. 156 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 set. 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm>. Acesso em: 6 dez. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 mar. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 5 fev. 2010.

BRASIL. Decreto nº 1, de 7 de fevereiro de 1991. Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/1990-1994/D0001.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BRASIL. Decreto n. 1921-R, de 20 de setembro de 2007. Introduce alterações no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto n.º 1.090-R, de 25 de outubro de 2002. **Diário Oficial**, Brasília, 21 set. 2007a.

BRASIL. Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998. Define critérios para o cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 2, 4 ago. 1998 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D2705.htm>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 18, 14 nov. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acesso em: 5 fev. 2010.

BRASIL. Lei Complementar n.º 62, de 28 de dezembro de 1989. Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 dez. 1989a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp62.htm>. Acesso em: 6 dez. 2009.

BRASIL. Lei Complementar n.º 82, de 27 de março de 1995. Disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal. (Lei Camata). **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 4277, 28 mar. 1995.

BRASIL. Lei complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 18261, 16 set. 1996b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/LCP/Lcp87.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2009.

BRASIL. Lei complementar nº 96, de 31 de maio de 1999. Disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 jun. 1999.

BRASIL. Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio 2000. Disponível

em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pd>. Acesso em: 2 fev. 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.434, de 11 de dezembro de 1975. Dispõe sobre a criação de reserva, constituída com recursos do Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, destinada aos Estados das Regiões Norte e Nordeste e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12, dez. 1975. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1975/1434.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jun. 2007c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 5 fev. 2010.

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 2745, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acesso em: 30 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de

energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 dez. 1989b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9478 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9478.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996c. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/19394.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 28442, 6 dez. 2009a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9424.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 16925, 7 ago. 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9478.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BRASIL. Medida Provisória nº 120, de 11 de junho de 2003. Altera o art. 16 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. , 12 jun. 2003. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2003/120.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Consulta a Matrícula

do Censo Escolar - 1997/2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/matricula/default.asp>>. Acesso em: 5 fev. 2010a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Consulta aos dados coletados de Estados, DF e Municípios pelo SISTN. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 15 mar. 2010b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Dívida Consolidada Líquida dos Estados. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf/downloads/financas_estaduais_divida_liquida.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2010c.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Execução Orçamentária dos Estados (1995-2008)**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 9 set. 2009b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais (1986-1995)**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 15 mar. 2010d.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Transferências Constitucionais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso em: 15 mar. 2010e.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil: Dados contábeis dos municípios - 2003**. Base de dados. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 15 jan. 2010f.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil: Dados contábeis dos municípios - 2003**. Base de dados. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 15 jan. 2010g.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de despesa nacional**: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2009. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. 120p. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ManualDespesaNacional.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2009.

BRASIL. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do MOG. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 1999b. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Senado Federal. Resolução n.º 40, de 20 de dezembro de 2001. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Disponível em: <www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/.../ResSF40_2001.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2009c.

BRASIL. Senado Federal. Resolução n.º 43, de 21 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 1, 26 dez. 2001b. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/.../RSF43_2001consolidada.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 101, de 18 de novembro de 2009. Aprova, para o exercício de 2010, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas a e b da Constituição Federal e da Re-

serva instituída pelo Decreto-lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/DN/20091120/DNT2009-101.doc>>. Acesso em: 6 dez. 2009d.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Legislativo Online**: Consulta geral. Base de dados. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/subsites/legislativo/consulta_norma.cfm>. Acesso em: 15 jan. 2010a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Contrato de Cessão de Créditos relativos à participação governamental obrigatória, nas modalidades de *Royalties*, incidentes sobre Petróleo e Gás Natural. **Diário Oficial**, Vitória, 14 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/images/leis/html/LO7467.html>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Incentivos fiscais e financeiros**. Disponível em: <http://www.es.gov.br/site/empresas/incentivos_fiscais.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2010b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 5.276, de 09 de outubro de 1996. Institui o Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste do Estado. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/images/leis/html/L5276.html>>. Acesso em: 15 jan. 2010c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 7.467, de 23 de junho de 2003. Autoriza o Poder Executivo a utilizar créditos relativos aos *royalties* decorrentes das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. O produto da operação de compra e venda destina-se à capitalização do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado do Espírito Santo e à amortização extraordinária de dívidas com a União e suas entidades, por intermédio de contrato a ser firmado. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/images/leis/html/LO7467.html>>. Acesso em: 15 jan. 2010d.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 8.308, de 12 de junho de 2006. Cria o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mpes.gov.br/anejos/conteudo/21361657371172008.pdf>>. **Diário**

Oficial, 14 jun. 2006. Acesso em: 15 jan. 2010e.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1995**. Vitória, 1996. 371 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1996**. Vitória, 1997. 308 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1997**. Vitória, 1998. 287 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1998**. Vitória, 1999. 412 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1999**. Vitória, 2000. 393 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2000**. Vitória, 2001. 442 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2001**. Vitória, 2002. 431 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2002**. Vitória, 2003. 462 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2003**. Vitória, 2004. 525 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2004**. Vitória, 2005. 413 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2005**. Vitória, 2006. 450 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2006**. Vitória, 2007. 480 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2007**. Vitória, 2008. 480 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2008**. Vitória, 2009. 600 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Relatórios de Gestão Fiscal: 2002 a 2008**. 2010f. 1 CD-ROM.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Dados fiscais do Estado do Espírito Santo: 2000 a 2008**. 2010g. 1 CD-ROM.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos. **Informações de recursos humanos**: Boletim estatístico. Base de dados. Disponível em: <<http://www.seger.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 26 fev. 2010h.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos. **Informações de recursos humanos**: Informações gerenciais. Base de dados. Disponível em: <<http://www.seger.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 26 fev. 2010i.

FIQUEIREDO, C. M. et al. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001

FINANÇAS do Estado do Espírito Santo. **Finanças dos Municípios Capixabas**. Vitória: Aequus Consultoria, 2005. v. 11, p. 102-111.

GARSON, S. **Gestão Fiscal do Espírito Santo 2003-2008**: pavimentando o caminho para o crescimento da economia estadual. Vitória: IETS/IJSN, set. 2009. 23p. (mimeo)

IBGE. Pesquisa anual de serviços 2003. **Pesq. anual Serv.**, Rio de Janeiro, v.5, p. 1-192, 2003a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2003/pas2003.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

IBGE. Pesquisa anual de serviços 2007. **Pesq. anual Serv.**, Rio de Janeiro, v. 9, p.1-203, 2007a. Dis-

ponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2007/pas2007.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

IBGE. Pesquisa Industrial 2002. **Pesq. Industr.**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 1-268, 2002. Anual. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/defaultempresa2002.shtm>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

IBGE. Pesquisa Industrial 2003. **Pesq. Industr.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-264, 2003b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/emp2003.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

IBGE. Pesquisa Industrial 2007. **Pesq. Industr. Empresa**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 1-198, 2007b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2007/piaempresa2007.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

IBGE. **Estimativas projeções população**. Base de dados. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao>. Acesso em: 26 fev. 2010a.

IBGE. **Sistema nacional de Índices de Preços ao Consumidor**: Séries históricas – IPCA (em formato zip). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 26 fev. 2010b.

IPEADATA. **Produto interno bruto (PIB)**: variação real anual. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1922042530&Tick=1287074686153&VAR_FUNCAO=Ser_MUso%28%29&Mod=M>. Acesso em: 26 fev. 2010.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **PIB estadual** – série 2002-2007. Disponível em: <http://www.ijns.es.gov.br/follow.asp?urlframe=contasregionais/pib_estadual.asp>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MORA, M.; GIAMBIAGI, F. Federalismo e endividamento subnacional: uma discussão sobre a

sustentabilidade da dívida estadual e municipal. **Texto para discussão**: IPEA publicações, Rio de Janeiro, n. 1.142, dez. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1142.pdf>. Acesso em: 9 set. 2009.

OLIVEIRA, J. T. **O ajuste fiscal do governo do Estado do Espírito Santo no triênio 2003-2005**. [Vitória, 2006]. Disponível em: <<http://www.sefaz.es.gov.br/publicacoes/inicio.asp>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

OLIVEIRA, J. T.; DIETZE, B. O. S. **Capacidade de investimento, fontes e usos de recursos do tesouro estadual – 1997/2003**. [Vitória}, 2006. Disponível em: <http://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/arquivos/publicacoes/INVESTIMENTOS_ES_1997-2003.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **OPEC Basket Price**: Yearly. Base de dados. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/40.htm>. Acesso em: 26 fev. 2010.

PETRONCARE, S. R. **Ajuste das finanças estaduais após o Plano Real**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SCHERER, C.; PEREIRA, V. P. Entre a utopia e a realidade: tensões e conflitos entre o PT e Victor Buaiz (1995-1998). **Revista Ágora**, Vitória, n.1, p. 1-21, 2005. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_1_PDFs/Can_%C3%ADcio%20Scherer%20-%20%C3%81gora_1.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

VARGAS, N. C. **Estados no Brasil e o controle fiscal e financeiro pela União no pós-Real**. 2006. 278 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ZANDONADI, D. Câmara tira R\$ 440 milhões da verba do petróleo do Estado. **A Gazeta**, Vitória, p. 13, 11 mar. 2010.

NOTAS METODOLÓGICAS

1. Fonte dos dados estaduais

Os dados apresentados ao longo do trabalho foram retirados do banco de dados “Execução Orçamentária dos Estados (1995-2008)”, disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No caso do Espírito Santo, utilizou-se o Balanço Geral do Estado dos anos de 1995 a 2008 e demais relatórios fornecidos pelo setor de contabilidade.

2. Ajuste da receita e despesa

As receitas total e corrente disponíveis foram calculadas com o objetivo de mostrar a real capacidade de desembolso do Estado. Ou seja, excluíram-se os valores que efetivamente não ingressaram nos cofres estaduais, como as transferências constitucionais e legais aos municípios, as contribuições sociais ao sistema de previdência e as deduções para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundef/Fundeb). No caso do Espírito Santo, excluiu-se também a parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (ICMS/Fundap), que é repassada às empresas.

A despesa também foi ajustada para poder ser confrontada com as receitas disponíveis. Dessa forma, excluiu-se da despesa corrente o mesmo valor das Contribuições Sociais que foram eliminados da receita, bem como a despesa com as transferências constitucionais aos municípios. Também foi deduzida da despesa de capital a parcela das inversões financeiras destinada às empresas do sistema Fundap.

3. Conceitos

Dentre os conceitos comumente usados em finanças públicas, foram utilizados neste trabalho: resultado primário, receita corrente líquida, e dívida consolidada líquida.

Resultado primário: exclui das receitas

totais os ganhos de aplicações financeiras e, dos gastos totais, os juros nominais pagos. É, portanto, a diferença entre a receita total e a despesa total, após os referidos ajustes. O principal objetivo desse cálculo é avaliar a sustentabilidade da política fiscal em um dado exercício financeiro, tendo em vista o patamar da dívida consolidada e a capacidade de pagamento da mesma no longo prazo.

Dívida consolidada: são as obrigações de exigibilidades superiores a 12 meses. Após subtrair dela as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, tem-se a dívida consolidada líquida.

Receita corrente líquida: de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, corresponde à receita corrente, excluídas as transferências constitucionais aos municípios, as contribuições dos servidores ao sistema de previdência, as compensações financeiras entre os diversos regimes de previdência social e as deduções para o Fundef/Fundeb.

Endividamento de curto prazo: pode ser medido pelo conceito de (in)suficiência financeira, que consiste na diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Quando o resultado for positivo há suficiência financeira, caso contrário, há insuficiência financeira.

Despesa de custeio: abrange toda a despesa corrente, exceto as de pessoal (conforme cálculo abaixo) e pagamentos de juros e encargos da dívida.

4. Despesa com pessoal

A série de dados sobre finanças estaduais até o ano de 2001, disponível no site da STN, é apresentada de uma forma bastante agregada, o que impede a análise de alguns subitens do plano de contas. Outra dificuldade que se impõe, por causa dessa agregação, é a impossibilidade de se fazer determinados ajustes com o objetivo de padronizar algumas contas. A partir de 2002, quando as contas passaram a ser apresentadas segundo o Plano de Contas da União e de forma mais aberta, a despesa com pessoal foi um dos itens que mais sofreu diferenciações entre os estados, principalmente no que se refere à contabilização de aposentadorias, pensões, contribuição para en-

tidades fechadas de previdência e aplicação direta entre órgãos.

Buscando amenizar tais limitações, foram adotadas duas metodologias de cálculo para a despesa com pessoal: uma para o Estado do Espírito Santo, utilizando como fonte os Balanços Gerais do Estado; e outra para os demais estados do Brasil, utilizando os dados da STN.

a) Despesa com pessoal no Espírito Santo

No Espírito Santo, a partir de 2005, a despesa com os inativos (aposentadorias, reformas e pensões), custeada pelo Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM), que era registrada como um elemento de categoria Pessoal e Encargos Sociais, passou a ser contabilizada na categoria Outras Despesas Correntes, causando uma queda abrupta nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Visando a promover um ajuste entre os anos da série apresentada e uniformizando a base de comparação dos dados, foi necessário subtrair o valor da receita de Contribuição Social (que equivale ou é bastante próxima da despesa do IPAJM) do valor da despesa com Pessoal e, a partir de 2005, somar o gasto com aposentadorias, reformas e pensões, que passou a ser contabilizado em Outras Despesas Correntes. Esse procedimento serviu também para adequar a despesa corrente às deduções das Contribuições Sociais realizadas no cálculo da Receita Corrente Disponível. Resumindo, o cálculo da despesa com pessoal para todos os anos da série apresentada é o seguinte:

Despesa de pessoal = Pessoal e Encargos Sociais + (aposentadorias, reformas e pensões que estão registradas em Outras Despesas Correntes) - receita de Contribuições Sociais orçamentárias e intraorçamentárias.

b) Despesa com pessoal nos demais estados brasileiros

O cálculo para a despesa com pessoal dos demais estados é o seguinte:

- Para os anos 1995-1999 e 2002-2008: toda a despesa informada na rubrica “Pessoal e Encargos Sociais”;
- Para o ano 2000: soma das despesas informadas nas rubricas “Pessoal Ativo”, “Encargos”, “Inativos” e “Pensionistas”;
- Para o ano 2001: soma das despesas informadas nas rubricas “Despesas de Pessoal” e “Transferências a Pessoas”

5. Atualização de valores

Os valores apresentados nas tabelas e nos gráficos, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram corrigidos dos efeitos da inflação. O índice de preços utilizado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As correções foram feitas pelo IPCA médio de 2009, relacionado na Tabela 1.

TABELA 1 – Multiplicadores de correção de preços, com base na média anual do cálculo mensal do IPCA. (Ano base 2009 = 1)

ANO	MULTIPLICADOR
1995	2,5983
1996	2,2446
1997	2,0992
1998	2,0342
1999	1,9400
2000	1,8123
2001	1,6963
2002	1,5641
2003	1,3635
2004	1,2791
2005	1,1969
2006	1,1488
2007	1,1084
2008	1,0489
2009	1,0000

FONTE: Adaptado de IBGE (2010e).

APÊNDICES

APÊNDICE A – EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DOS ESTADOS DO BRASIL, 1995-2008

Estados	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)													
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acre	-199,7	79,1	-21,2	-60,6	-110,8	137,6	126,8	99,2	119,8	93,8	139,8	-103,3	160,3	220,8
Alagoas	129,4	-565,8	356,9	363,4	-9,2	64,7	425,2	586,6	191,8	269,5	253,9	375,7	707,2	490,5
Amapá	-68,2	130,1	12,5	50,9	66,1	175,0	86,4	8,1	16,0	29,2	199,7	34,9	131,6	199,7
Amazonas	-170,3	547,5	330,8	-184,0	230,2	452,2	-334,6	207,5	245,2	273,4	176,3	171,5	371,1	166,5
Bahia	-107,8	-115,3	-956,1	-5.108,0	-313,9	664,8	283,0	1.000,6	651,1	1.251,5	1.077,9	1.375,4	2.088,6	1.517,7
Ceará	-71,9	58,1	-353,9	-1.003,7	-1.742,7	-109,8	-111,2	59,2	302,1	432,3	777,4	-887,0	1.112,0	1.056,8
Distrito Federal	12,5	-324,7	-216,6	-118,1	189,2	156,7	328,8	225,4	138,8	142,3	124,1	-49,9	632,5	171,4
Espírito Santo	-766,8	-377,2	-655,5	-1.195,7	-379,8	200,6	435,7	248,5	516,5	551,5	653,2	356,2	443,7	900,7
Goias	-53,5	-137,9	-443,1	-1.531,3	-991,9	380,8	-1.007,4	487,1	752,9	414,5	613,0	825,8	786,7	1.166,3
Maranhão	312,0	114,0	584,0	546,9	-350,0	709,2	133,1	297,3	57,3	797,0	1.250,2	743,5	1.306,0	914,6
Mato Grosso	-593,3	212,9	28,8	-660,3	440,8	253,2	566,5	181,8	561,8	719,0	713,2	602,1	595,3	813,6
Mato Grosso do Sul	137,2	-358,7	-123,2	-439,9	201,6	20,9	219,7	260,2	59,6	175,9	176,6	262,4	916,5	712,9
Minas Gerais	-3.440,4	-535,8	35,5	-7.814,0	2.059,2	459,6	-72,9	-1.571,4	1.539,4	2.044,3	1.943,9	1.904,8	2.305,0	2.507,4
Pará	50,9	-164,4	-95,1	-622,2	-264,0	266,4	265,9	205,8	154,1	211,4	321,3	-64,5	419,6	514,2
Paraíba	118,2	134,7	89,2	-16,8	29,0	196,3	-130,8	-61,0	83,7	3,9	382,3	330,5	430,0	463,1
Paraná	-436,8	-1.175,1	-2.645,8	-6.181,6	-10.444,9	-1.647,0	713,6	874,9	1.026,2	1.134,1	1.061,8	580,0	1.088,5	1.360,3
Pernambuco	-229,6	-415,4	45,4	-2.915,8	-113,3	-612,9	-296,4	-120,4	420,5	515,0	774,3	2.649,3	868,4	795,6
Piauí	-158,5	42,3	54,6	88,6	138,1	316,7	258,8	78,8	-300,5	33,0	412,7	216,2	206,7	324,7
Rio de Janeiro	-3.303,2	-5.413,6	-5.131,0	-5.434,3	-2.718,8	165,4	-966,2	384,9	2.519,6	2.703,1	499,3	811,4	2.429,3	3.784,8
Rio Grande do Norte	-143,2	-193,1	-287,4	-1.132,1	-7,8	118,9	100,5	83,4	95,9	85,3	189,9	98,8	151,0	250,7
Rio Grande do Sul	-804,1	-2.076,9	-2.789,4	-7.716,1	-746,5	-1.071,2	-380,7	591,7	688,4	75,3	550,8	355,1	1.079,7	2.476,9
Rondônia	-398,3	-96,6	-39,3	-1.194,5	49,3	138,2	166,2	58,2	201,5	186,5	240,1	178,0	298,6	295,7
Roraima	-87,6	-25,4	-5,5	25,2	33,5	-46,8	-54,8	217,9	-64,0	224,4	145,1	96,9	51,1	425,1
Santa Catarina	-386,8	-217,1	186,3	-293,8	38,1	-801,0	783,5	-1.305,6	-556,2	561,0	617,0	-213,1	1.247,4	1.728,6
São Paulo	-651,6	831,3	-11.598,7	1.015,4	1.120,4	3.094,4	5.003,5	3.895,1	4.433,4	4.003,1	3.320,9	4.439,0	6.296,5	4.698,7
Sergipe	-136,0	-57,8	-243,3	-718,8	-133,7	168,6	198,7	232,9	111,3	33,9	351,9	16,2	512,1	447,1
Tocantins	-39,6	-547,5	-74,6	16,9	124,3	244,9	276,0	-78,8	-93,7	101,1	295,1	168,4	369,2	214,5
Total	-11.487,1	-10.648,1	-23.955,7	-42.234,3	-13.607,6	4.096,4	7.016,9	7.128,0	13.872,4	17.065,4	17.261,6	15.274,1	27.004,7	28.619,0

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

APÊNDICE B – TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL, EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR, E TAXA MÉDIA ANUAL POR PERÍODOS, DA RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL DOS ESTADOS DO BRASIL, POR PERÍODOS, 1995-2008

Estado	(em %)															
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	1995-1999	1999-2003	2003-2008
Acre	-7,6	4,5	5,6	-5,9	27,4	1,9	25,3	-8,1	6,0	18,7	7,2	8,9	13,8	-1,0	10,6	10,8
Alagoas	6,2	-2,1	3,6	3,4	32,4	-15,6	18,9	-3,1	10,0	18,8	5,6	12,6	7,9	2,7	6,5	10,9
Amapá	-21,1	-13,2	-7,8	-12,2	-20,2	90,9	10,2	9,9	17,4	11,9	8,2	9,3	15,8	-13,7	16,5	12,5
Amazonas	14,3	-21,3	-22,5	3,2	30,8	-0,1	20,4	-6,0	12,8	8,6	4,0	11,1	13,6	-7,9	10,3	10,0
Bahia	3,4	29,2	-15,4	-4,1	1,2	11,3	23,2	0,8	14,1	1,9	5,0	6,1	7,1	2,0	8,8	6,8
Ceará	-7,9	-6,7	0,8	19,7	-3,3	29,9	0,7	-3,0	2,6	6,6	9,3	4,9	13,9	0,9	5,2	7,4
Distrito Federal	-2,6	5,6	-0,7	51,2	-18,4	-10,6	5,9	-45,6	14,4	9,0	8,7	7,5	12,9	11,5	-19,5	10,5
Espírito Santo	10,8	-8,2	4,0	-1,0	14,5	17,1	-4,0	7,9	13,3	19,1	3,1	9,3	17,2	1,2	8,5	12,3
Goiás	5,6	6,1	-12,4	3,8	15,0	24,2	23,8	2,4	10,3	6,2	2,4	10,6	12,2	0,5	16,0	8,3
Maranhão	6,0	-5,8	-5,8	21,0	12,3	17,4	8,9	-12,2	10,8	16,9	10,1	12,5	13,1	3,3	5,9	12,6
Mato Grosso	1,4	20,9	-13,7	20,4	0,5	11,0	9,7	19,6	15,7	3,4	0,2	6,4	19,2	6,2	10,0	8,7
Mato Grosso do Sul	-4,9	13,8	-11,5	16,8	13,8	15,6	-3,7	-0,6	14,1	9,6	13,6	13,1	16,6	2,9	5,9	13,4
Minas Gerais	0,8	3,9	-6,3	-3,2	37,7	-4,3	0,5	-4,5	26,3	10,6	7,9	9,6	16,8	-1,3	6,0	14,0
Pará	-2,9	10,5	3,6	-4,8	27,6	-5,5	22,1	-4,3	8,3	11,6	9,2	7,8	14,7	1,4	9,0	10,3
Paraíba	23,6	-10,2	13,8	1,1	9,8	13,0	1,3	-0,3	2,1	16,1	7,6	4,9	13,6	6,3	5,8	8,7
Paraná	2,8	6,1	2,1	3,7	14,3	-2,7	13,6	-6,4	8,0	5,9	4,5	6,2	10,4	3,7	4,3	7,0
Pernambuco	5,6	7,0	-8,7	1,8	7,5	49,3	-3,1	-7,1	8,5	14,6	5,9	8,2	14,3	1,2	9,6	10,2
Piauí	5,2	8,8	-8,5	5,0	-1,9	19,2	14,1	-13,8	21,7	15,5	8,7	-1,2	19,4	2,4	3,6	12,5
Rio de Janeiro	-5,7	6,3	-3,0	19,1	65,0	-2,7	8,7	9,4	2,0	3,0	8,5	-0,2	11,5	3,7	17,5	4,9
Rio Grande do Norte	9,8	8,4	14,5	5,7	9,5	16,2	5,7	-4,8	13,1	12,3	10,7	2,7	10,2	9,5	6,4	9,7
Rio Grande Sul	3,3	-0,2	-0,7	-0,3	1,6	2,1	8,8	13,1	-4,7	11,2	4,0	2,0	12,8	0,5	6,3	4,9
Rondônia	6,7	4,0	9,7	-16,8	35,0	8,6	3,1	20,2	12,6	13,6	4,9	9,4	19,3	0,3	16,1	11,9
Roraima	0,6	19,3	-2,5	2,7	11,0	12,1	23,2	-14,5	3,3	20,6	13,7	5,4	30,2	4,7	7,0	14,2
Santa Catarina	28,1	4,3	-21,4	2,9	12,3	10,7	15,5	-6,4	13,1	10,9	-22,9	20,2	18,2	2,0	7,7	6,6
São Paulo	-0,3	11,1	-6,3	-1,4	7,5	0,2	2,7	-1,2	5,9	8,3	6,6	6,8	8,0	0,6	2,2	7,1
Sergipe	-1,0	9,9	-3,8	0,8	15,2	3,9	15,8	-5,7	6,2	15,2	9,1	1,7	15,9	1,3	6,9	9,5
Tocantins	4,5	8,5	-3,6	-2,0	14,9	6,9	33,0	-3,6	4,6	21,8	1,8	10,5	18,3	1,7	12,0	11,1
Total	1,7	6,6	-5,4	4,7	13,9	3,7	7,6	-2,0	8,5	8,9	5,7	6,6	12,3	1,8	5,6	8,3

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

**APÊNDICE C – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO,
NA RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL DOS ESTADOS DO BRASIL, 1995-2008**

Estado	(em %)													
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acre	-26,0	5,5	-9,0	-12,7	10,2	3,3	0,3	-0,2	-0,6	1,3	11,7	-4,7	4,0	10,4
Alagoas	9,6	3,5	33,6	21,8	-11,5	-5,1	9,0	8,6	-4,0	-2,1	-6,2	2,2	6,1	1,0
Amapá	-6,6	11,4	0,7	4,9	8,1	28,9	6,3	0,6	1,6	2,3	14,1	2,8	8,7	9,9
Amazonas	-9,1	7,3	5,1	-6,6	18,9	17,2	-11,6	-1,8	0,6	0,4	-0,4	0,8	5,7	3,5
Bahia	-10,4	-5,5	25,3	-22,2	-5,6	1,3	-2,8	3,5	-3,4	0,9	0,9	0,8	2,8	-1,6
Ceará	-3,0	-3,0	-4,5	38,9	5,6	-5,7	-9,4	-8,9	-3,6	-1,0	5,7	-12,3	10,7	9,3
Distrito Federal	0,2	-6,0	-1,9	-0,4	0,3	-1,2	1,7	1,7	0,3	0,3	0,2	-1,4	7,3	3,5
Espírito Santo	-26,5	-4,2	-20,1	-25,9	-26,9	-3,3	4,0	0,0	13,0	7,9	10,6	3,3	6,9	13,7
Goiás	-13,1	-7,3	30,4	-53,4	-6,3	2,7	-28,2	-1,6	2,8	-4,2	-1,1	-1,0	-1,5	1,8
Maranhão	3,1	0,6	23,8	22,0	3,3	28,2	-4,3	-2,7	-9,6	7,6	16,4	3,8	13,0	3,1
Mato Grosso	-23,9	5,4	11,3	-20,2	11,6	-4,0	4,0	-10,2	-1,1	1,0	-0,5	0,9	0,5	3,0
Mato Grosso do Sul	-13,4	-26,3	13,6	-37,1	2,2	-7,8	-0,7	-1,3	-5,3	-2,7	-6,6	-4,1	8,3	5,9
Minas Gerais	-28,3	8,0	4,4	9,0	2,7	-4,1	-13,7	-20,4	-2,0	0,6	1,2	0,4	0,8	2,1
Pará	-1,3	-7,0	2,6	3,5	0,2	0,4	0,2	0,8	0,3	0,0	2,9	0,1	5,1	4,7
Paraíba	-9,6	-5,0	-8,5	-7,2	-6,9	8,6	7,6	-12,3	-8,8	-10,0	2,5	0,4	2,7	5,1
Paraná	-1,0	-6,9	-18,7	-52,7	-7,6	7,1	-1,3	1,5	0,0	3,6	1,4	-1,7	0,5	2,7
Pernambuco	-10,3	15,1	-3,3	-27,1	4,1	45,0	-10,9	-13,8	-5,3	-1,1	2,2	24,7	3,7	4,1
Piauí	-15,1	-4,4	4,6	-1,4	2,6	22,5	-1,8	-11,8	-27,5	-10,6	7,2	-3,1	-10,0	-1,8
Rio de Janeiro	-32,9	-39,1	23,8	-42,0	-22,9	-6,1	0,2	-7,9	0,1	0,7	0,3	-0,4	2,9	6,8
Rio Grande do Norte	-16,8	-12,5	44,7	-47,8	3,1	2,8	-0,9	-2,8	-1,5	-2,3	4,5	2,2	0,3	2,6
Rio Grande Sul	-10,7	-0,6	10,7	7,0	-14,7	-10,2	-10,2	-4,8	-3,8	-8,9	-7,5	-6,7	4,4	2,6
Rondônia	-42,5	-16,3	-7,4	-12,4	-3,7	-3,1	-3,8	-3,3	3,3	0,2	1,9	-0,4	3,9	4,0
Roraima	-15,0	-0,7	-5,0	-0,9	-1,0	-11,2	-8,6	21,0	-11,2	18,4	8,2	4,5	-0,4	21,5
Santa Catarina	-16,9	8,8	-4,1	-9,7	1,3	2,3	3,5	-4,8	-17,6	-1,7	-0,2	-15,7	6,4	11,5
São Paulo	-4,1	0,0	41,7	0,3	0,3	0,1	0,2	1,8	1,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,3
Sergipe	-6,5	-1,4	37,4	-43,6	-2,7	7,4	3,0	3,6	-1,5	0,0	5,5	-5,8	9,0	7,9
Tocantins	1,0	-29,7	3,5	1,9	10,2	11,6	18,4	3,6	6,6	7,2	10,0	8,2	13,3	5,2
Total	-10,9	-3,3	18,4	-9,3	-3,0	0,9	-2,9	-3,3	-1,5	-0,2	1,1	-0,2	2,8	3,4

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

APÊNDICE D – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS, NA RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL DOS ESTADOS DO BRASIL, 1995-2008

Estado	(em %)													
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acre	73,0	67,5	66,1	66,5	57,1	64,1	66,9	58,2	62,8	62,3	57,0	55,2	58,1	54,8
Alagoas	68,0	95,6	65,4	63,0	81,1	57,3	63,1	64,7	64,3	62,5	61,7	63,8	64,6	65,5
Amapá	81,6	60,7	56,3	57,4	63,7	80,1	46,9	54,8	49,3	51,5	47,5	55,2	57,4	52,4
Amazonas	34,4	36,6	45,7	66,7	40,5	44,0	52,2	61,0	58,5	55,1	54,3	55,9	53,3	52,7
Bahia	55,3	54,2	50,3	59,0	60,4	52,4	74,9	60,1	61,9	58,7	60,1	63,8	64,4	65,9
Ceará	34,9	37,7	51,5	49,8	53,9	60,6	58,6	63,6	64,7	64,9	62,3	61,8	63,7	63,1
Distrito Federal	76,9	79,4	72,6	76,9	73,4	67,6	77,2	77,1	60,6	50,0	56,5	64,1	64,1	67,9
Espírito Santo	91,7	81,0	87,1	88,3	87,2	74,9	62,6	68,7	59,9	59,7	51,6	51,4	53,1	46,8
Goias	75,6	67,6	63,2	76,7	78,0	78,7	72,2	65,9	57,8	63,4	59,0	67,1	67,5	60,7
Maranhão	60,8	63,8	57,2	64,6	60,1	50,3	54,3	55,9	64,0	63,7	52,6	53,1	51,8	50,6
Mato Grosso	77,4	67,5	58,3	63,6	54,5	65,8	53,3	55,8	53,7	47,3	50,6	54,7	59,5	56,1
Mato Grosso do Sul	61,5	64,8	55,4	67,8	59,2	61,8	55,3	60,1	69,2	67,4	48,1	48,1	49,8	44,6
Minas Gerais	53,8	50,4	50,0	53,3	82,9	77,7	90,1	86,1	80,2	66,9	61,4	61,6	60,6	57,4
Pará	63,2	67,2	63,6	57,5	68,4	65,6	66,2	60,3	63,9	62,0	47,7	42,8	49,7	47,0
Paraíba	52,1	48,4	51,3	60,6	59,8	39,9	49,5	59,7	70,4	70,6	55,2	64,3	59,1	58,0
Paraná	65,1	67,9	67,4	67,6	62,5	50,9	40,8	54,6	59,5	58,0	56,4	59,4	61,6	58,8
Pernambuco	82,0	77,2	70,7	82,0	81,5	77,1	73,6	79,1	78,7	77,8	73,1	57,4	73,6	71,6
Piauí	83,3	71,1	69,8	74,1	70,5	62,3	63,0	62,7	75,4	65,8	52,3	38,4	55,7	47,9
Rio de Janeiro	94,6	102,1	94,7	102,2	104,7	63,3	60,8	61,7	57,8	54,5	32,2	30,7	36,5	34,1
Rio Grande do Norte	78,7	74,5	71,7	67,0	61,3	58,0	57,0	66,0	68,1	64,6	56,6	47,6	60,9	57,5
Rio Grande Sul	76,2	77,6	75,9	82,4	84,2	80,7	83,7	84,6	73,6	75,6	69,4	71,7	76,9	70,3
Rondônia	87,1	74,8	74,6	79,3	93,0	69,1	60,6	67,5	56,0	56,5	55,3	55,1	50,6	46,8
Roraima	19,5	18,5	17,6	23,0	32,8	44,9	20,2	40,8	51,8	41,0	41,0	38,5	43,0	37,5
Santa Catarina	67,2	57,2	55,8	76,5	44,1	67,3	61,8	61,6	66,0	60,3	59,2	53,0	50,7	48,0
São Paulo	49,3	61,0	49,6	71,4	73,7	69,6	70,0	70,0	67,7	64,8	62,3	62,1	58,6	56,0
Sergipe	76,7	65,5	59,5	64,8	69,9	58,8	65,6	61,1	64,4	65,6	63,0	69,5	72,7	69,7
Tocantins	51,1	42,2	39,1	45,8	44,3	44,3	47,7	42,3	43,4	46,5	40,0	50,6	50,6	43,6
Total dos estados	62,4	65,4	59,9	71,2	73,3	66,2	67,3	67,7	65,5	62,4	56,5	56,5	58,0	55,2

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

APÊNDICE E – EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS ESTADOS DO BRASIL, 2008-2009

Estado	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		Variação 2009/2008 (em %)
	2008	2009	
Acre	2.331,9	2.453,1	5,2
Alagoas	3.700,9	3.565,6	-3,7
Amapá
Amazonas	6.708,6	6.161,5	-8,2
Bahia	14.933,7	14.671,4	-1,8
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo ¹	6.625,7	6.172,5	-6,8
Goiás	9.381,7	9.105,6	-2,9
Maranhão	6.122,2	5.971,5	-2,5
Mato Grosso	6.483,9	6.467,7	-0,3
Mato Grosso do Sul	5.079,4	4.886,9	-3,8
Minas Gerais	30.671,9	29.118,5	-5,1
Pará	7.958,5	7.997,2	0,5
Paraíba	4.605,9	4.451,8	-3,3
Paraná	15.190,7	15.092,4	-0,6
Pernambuco	10.499,5	10.631,9	1,3
Piauí	4.018,3	4.043,3	0,6
Rio de Janeiro	33.386,8	31.976,7	-4,2
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul	17.472,0	17.387,3	-0,5
Rondônia	3.421,2	3.236,5	-5,4
Roraima	1.674,8	1.633,1	-2,5
Santa Catarina	10.930,3	10.405,7	-4,8
São Paulo	86.210,1	86.630,2	0,5
Sergipe	3.985,5	3.934,3	-1,3
Tocantins	3.619,7	3.406,4	-5,9
Total	295.013,4	289.401,1	-1,9

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Notas: ¹ Excluído a parcela do ICMS destinada ao incentivo fiscal do sistema Fundap.

Sinais convencionais utilizados:

... Dado numérico não disponível.

.. Não se aplica dado numérico.

APÊNDICE F – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS DOS ESTADOS DO BRASIL, 2008-2009

Estado	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		Variação 2009/2008 (em %)
	2008	2009	
Acre	458,2	454,2	-0,9
Alagoas	1.669,7	1.704,4	2,1
Amapá
Amazonas	4.832,7	4.290,0	-11,2
Bahia	10.025,2	9.352,1	-6,7
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo	5.766,3	5.084,0	-11,8
Goiás	6.652,5	6.560,7	-1,4
Maranhão	2.448,8	2.494,1	1,9
Mato Grosso	4.315,5	4.277,9	-0,9
Mato Grosso do Sul	4.259,3	3.984,7	-6,4
Minas Gerais	23.643,9	22.003,0	-6,9
Pará	4.323,3	4.420,6	2,3
Paraíba	2.010,2	2.144,5	6,7
Paraná	12.267,8	12.243,7	-0,2
Pernambuco	6.412,9	6.710,4	4,6
Piauí	1.467,2	1.576,2	7,4
Rio de Janeiro	18.554,5	18.619,5	0,4
Rio Grande do Norte
Rio Grande Sul	15.246,3	14.733,2	-3,4
Rondônia	1.746,8	1.783,7	2,1
Roraima	315,1	340,8	8,2
Santa Catarina	8.139,2	8.355,9	2,7
São Paulo	78.031,0	76.513,3	-1,9
Sergipe	1.392,0	1.417,3	1,8
Tocantins	941,9	916,9	-2,7
Total	214.919,8	209.981,1	-2,3

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Notas: Sinais convencionais utilizados:

... Dado numérico não disponível.

.. Não se aplica dado numérico

APÊNDICE G – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FPE PARA OS ESTADOS DO BRASIL, 2008-2009

Estado	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		Variação 2009/2008 (em %)
	2008	2009	
Acre	1.685,0	1.548,3	-8,1
Alagoas	2.049,0	1.882,8	-8,1
Amapá
Amazonas	1.374,4	1.262,9	-8,1
Bahia	3.910,9	4.252,5	8,7
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo	738,8	678,9	-8,1
Goiás	1.400,3	1.286,7	-8,1
Maranhão	3.555,2	3.266,8	-8,1
Mato Grosso	1.136,7	1.044,5	-8,1
Mato Grosso do Sul	656,1	602,8	-8,1
Minas Gerais	2.194,0	2.016,0	-8,1
Pará	3.010,4	2.766,2	-8,1
Paraíba	2.358,7	2.167,4	-8,1
Paraná	1.420,1	1.304,9	-8,1
Pernambuco	3.398,6	3.122,9	-8,1
Piauí	2.128,4	1.955,8	-8,1
Rio de Janeiro	752,4	691,4	-8,1
Rio Grande do Norte
Rio Grande Sul	1.159,8	1.065,7	-8,1
Rondônia	1.386,8	1.274,3	-8,1
Roraima	1.221,8	1.122,7	-8,1
Santa Catarina	630,3	579,2	-8,1
São Paulo	492,5	452,6	-8,1
Sergipe	2.046,6	1.880,6	-8,1
Tocantins	2.227,8	1.878,2	-15,7
Total	40.934,5	38.104,0	-6,9

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Notas: Sinais convencionais utilizados:

... Dado numérico não disponível.

.. Não se aplica dado numérico.

APÊNDICE H – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E DA SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS ESTADOS DO BRASIL, 2008-2009

Estado	Despesa com pessoal			Participação da despesa com pessoal na RCL		
	(em R\$ milhões - IPCA médio de 2009)		Variação 2009/2008 (em %)	(em %)		Variação 2009/2008 (em p.p.)
	2008	2009		2008	2009	
Acre	1.070,2	1.130,8	5,7	45,9	46,1	0,2
Alagoas	1.696,8	1.875,2	10,5	45,8	52,6	6,7
Amapá
Amazonas	2.593,9	2.844,0	9,6	38,7	46,2	7,5
Bahia	6.436,3	6.859,0	6,6	43,1	46,8	3,7
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo	2.406,0	2.665,3	10,8	36,3	43,2	6,9
Goiás	4.041,3	4.197,5	3,9	43,1	46,1	3,0
Maranhão	2.100,3	2.302,6	9,6	34,3	38,6	4,3
Mato Grosso	2.358,6	2.574,3	9,1	36,4	39,8	3,4
Mato Grosso do Sul	1.788,9	1.923,3	7,5	35,2	39,4	4,1
Minas Gerais	14.036,1	13.442,0	-4,2	45,8	46,2	0,4
Pará	3.431,4	3.643,3	6,2	43,1	45,6	2,4
Paraíba	2.087,3	2.394,3	14,7	45,3	53,8	8,5
Paraná	6.420,9	6.807,3	6,0	42,3	45,1	2,8
Pernambuco	4.377,3	4.742,7	8,3	41,7	44,6	2,9
Piauí	1.610,1	1.731,6	7,5	40,1	42,8	2,8
Rio de Janeiro	7.981,3	7.824,8	-2,0	23,9	24,5	0,6
Rio Grande do Norte
Rio Grande Sul	6.658,7	7.034,7	5,6	38,1	40,5	2,3
Rondônia	1.146,6	1.247,2	8,8	33,5	38,5	5,0
Roraima	552,5	589,6	6,7	33,0	36,1	3,1
Santa Catarina	4.046,3	3.860,6	-4,6	37,0	37,1	0,1
São Paulo	35.181,3	35.769,2	1,7	40,8	41,3	0,5
Sergipe	1.602,1	1.790,2	11,7	40,2	45,5	5,3
Tocantins	1.303,0	1.500,8	15,2	36,0	44,1	8,1
Total	114.927,3	118.750,4	3,3	39,0	41,0	2,1

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Notas: Sinais convencionais utilizados:

... Dado numérico não disponível.

.. Não se aplica dado numérico.

APÊNDICE I – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 2008-2009

Estado	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		Variação 2009/2008 (em %)
	2008	2009	
Acre	593,9	1.002,3	68,8
Alagoas	205,9	195,7	-5,0
Amapá
Amazonas	1.070,2	1.539,9	43,9
Bahia	1.211,4	1.281,7	5,8
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo	713,7	807,9	13,2
Goiás	617,8	452,5	-26,7
Maranhão	631,4	750,1	18,8
Mato Grosso	711,7	836,3	17,5
Mato Grosso do Sul	414,0	429,8	3,8
Minas Gerais	2.844,2	2.753,3	-3,2
Pará	964,0	827,3	-14,2
Paraíba	394,4	363,1	-8,0
Paraná	454,4	539,5	18,7
Pernambuco	728,4	1.138,6	56,3
Piauí	393,1	691,2	75,8
Rio de Janeiro	1.706,2	2.586,6	51,6
Rio Grande do Norte
Rio Grande Sul	320,9	442,3	37,8
Rondônia	279,3	336,7	20,5
Roraima	158,3	293,4	85,3
Santa Catarina	760,6	992,7	30,5
São Paulo	6.113,1	8.381,8	37,1
Sergipe	253,8	257,5	1,5
Tocantins	1.012,5	734,2	-27,5
Total	22.553,2	27.634,5	22,5

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Notas: Sinais convencionais utilizados:

... Dado numérico não disponível.

.. Não se aplica dado numérico.

APÊNDICE J – EVOLUÇÃO DA (IN)SUFICIÊNCIA FINANCEIRA* DOS ESTADOS DO BRASIL, 2008-2009

Estado	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)		Variação 2009/2008 (em %)
	2008	2009	
Acre	386,0	426,8	10,6
Alagoas	-267,6	-101,0	-62,2
Amapá
Amazonas	781,7	688,4	-11,9
Bahia	777,4	496,9	-36,1
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo	1.732,9	1.415,5	-18,3
Goiás	503,7	440,5	-12,5
Maranhão	777,2	319,8	-58,9
Mato Grosso	344,3	349,4	1,5
Mato Grosso do Sul	315,0	386,5	22,7
Minas Gerais	-1.541,8	-360,2	-76,6
Pará	411,6	524,8	27,5
Paraíba	233,2	401,8	72,3
Paraná	1.138,1	1.784,1	56,8
Pernambuco	353,8	445,3	25,9
Piauí	140,5	108,7	-22,6
Rio de Janeiro	369,2	502,7	36,2
Rio Grande do Norte
Rio Grande Sul	-4.209,5	-4.094,5	-2,7
Rondônia	611,9	-194,8	-131,8
Roraima	717,9	576,7	-19,7
Santa Catarina	803,7	368,1	-54,2
São Paulo	4.363,7	3.078,7	-29,4
Sergipe	668,5	528,9	-20,9
Tocantins	336,9	351,2	4,2
Total	9.748,4	8.444,3	-13,4

FONTE: Adaptado de BRASIL (2010b).

Notas: * descontados os restos a pagar não processados.

Sinais convencionais utilizados:

... Dado numérico não disponível.

.. Não se aplica dado numérico.

APÊNDICE K – COMPOSIÇÃO DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SEGUNDO O GRUPO DE ATIVIDADES, 1996, 2000, 2003, 2007

Grupo de atividades	1996	2000	2003	2007
Indústria extrativa-mineral e petróleo	20,1	22,1	28,1	37,6
Indústria de transformação	79,9	77,9	71,9	62,4
Metalurgia básica	22,9	27,2	21,6	25
Celulose,papel e produtos de papel	13,2	20,8	24,2	10,2
Alimentícios e bebidas	19	9,2	6,5	8
Minerais não-metálicos	8,3	9,2	8	6,8
Máquinas e equipamentos	1,3	2	2,7	2,7
Produtos químicos	1,4	2,4	2,2	1,7
Produtos de metal – exceto máquinas e equipamentos	1,2	0,3	0,7	1,6
Móveis e indústrias diversas	1	0,7	0,7	1
Vestuário e acessórios	2	1	1,2	0,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,5	0,3	0,5	0,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,9	1,2	0,6	0,8
Borracha e plástico	0,7	0,7	1	0,5
Madeira	0,9	0,2	0,2	0,5
Refino de petróleo, fabricação de coque, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0,8	0,5	0,5	0,5
Têxtil	2	0,4	0,4	0,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1,1	0,1	0,1	0,3
Calçados e couro	0,9	1,2	0,2	0,2
Outros equipamentos de transporte	0,5	0,1	0,2	0,2
Indústria geral	100	100	100	100

FONTE: Adaptado de IBGE (2002,2003,2007).

APÊNDICE L – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL, POR MICRORREGIÃO ADMINISTRATIVA DE GOVERNO E MUNICÍPIO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	2.973,8	3.166,0	4.028,9	4.692,8	4.998,1	5.579,7	6.359,9	13,5
Cariacica	96,6	97,9	116,5	132,0	142,3	151,1	253,5	17,4
Fundão	1,2	0,7	1,2	1,9	1,1	1,4	1,7	5,7
Guarapari	8,5	8,7	8,6	10,1	28,8	15,7	12,8	7,1
Serra	289,4	314,6	398,3	761,2	778,2	902,0	1.022,4	23,4
Viana	19,9	41,1	81,7	26,2	52,3	58,8	83,3	27,0
Vila Velha	309,7	297,3	334,7	357,2	373,7	429,6	500,3	8,3
Vitória	2.248,4	2.405,6	3.087,9	3.404,2	3.621,7	4.021,0	4.485,9	12,2
Polo Linhares	83,4	74,7	85,9	107,3	121,8	141,1	179,9	13,7
Aracruz	47,0	34,1	32,3	31,0	39,0	37,1	42,5	-1,6
Ibiraçu	1,3	0,9	1,0	1,4	1,5	1,8	1,7	4,4
João Neiva	1,0	0,9	1,5	1,4	1,7	1,5	1,6	9,3
Linhares	32,4	36,3	49,2	71,6	76,4	95,7	124,1	25,1
Rio Bananal	0,5	0,6	0,6	0,7	1,2	2,9	7,2	54,4
Sooretama	1,3	1,9	1,3	1,2	2,0	2,2	2,8	14,4
Metrópole Expandida Sul	12,7	22,1	18,8	61,7	54,9	41,5	42,7	22,4
Alfredo Chaves	0,5	0,5	1,4	0,9	0,6	0,6	0,4	-3,1
Anchieta	5,8	13,7	7,3	47,2	41,8	29,9	30,2	31,6
Iconha	2,7	2,4	2,5	3,5	4,0	3,0	4,1	7,2
Itapemirim	2,0	3,7	5,6	8,1	6,4	6,1	6,4	21,7
Marataízes	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	1,1	0,9	-1,5
Piúma	0,8	0,9	0,9	1,0	0,9	0,8	0,7	-2,1
Sudoeste Serrano	9,5	13,6	24,9	21,5	15,5	17,2	20,8	13,9
Afonso Cláudio	1,1	1,3	1,7	3,0	4,0	2,8	2,8	15,9
Brejetuba	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	5,6
Conceição do Castelo	0,4	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	2,3
Domingos Martins	2,5	3,3	5,7	3,8	3,4	3,4	5,0	12,0
Laranja da Terra	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	-3,0
Marechal Floriano	2,2	4,9	13,2	8,0	2,6	6,2	9,3	27,0
Venda Nova do Imigrante	2,7	3,0	3,1	5,7	4,1	3,7	2,8	0,2
Central Serrana	5,9	7,3	9,8	9,8	10,1	7,5	6,6	1,9
Itaguaçu	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,5	-2,5
Itarana	0,6	0,9	0,6	0,9	0,9	0,9	1,0	7,9
Santa Leopoldina	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	-13,4
Santa Maria de Jetibá	1,9	2,6	5,0	5,1	4,8	3,2	3,3	9,8
Santa Teresa	1,5	1,6	1,5	1,6	2,0	1,5	1,2	-3,6
São Roque do Canaã	1,0	1,3	1,8	1,3	1,4	1,0	0,5	-12,1

Continua

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Litoral Norte	251,0	239,9	42,9	27,1	30,4	58,2	47,2	-24,3
Conceição da Barra	5,4	3,5	4,3	4,7	6,9	7,3	18,6	23,0
Jaguaré	1,1	1,4	3,5	4,1	1,4	2,5	1,6	6,6
Pedro Canário	1,2	1,8	3,3	3,2	2,8	10,8	8,4	37,7
São Mateus	243,3	233,3	31,8	15,1	19,3	37,7	18,6	-34,9
Extremo Norte	3,3	2,4	2,3	3,1	3,8	3,8	3,7	1,9
Pinheiros	1,7	1,3	1,3	2,0	2,6	2,7	3,2	10,4
Ponto Belo	0,5	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	-15,3
Montanha	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,3	-14,4
Mucurici	0,3	0,2	0,0	0,1	0,2	0,1	0,0	-34,6
Polo Colatina	56,9	69,0	87,7	112,0	120,7	126,4	97,2	9,3
Alto Rio Novo	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	-7,5
Baixo Guandú	2,3	2,6	2,5	2,7	2,7	2,4	2,3	0,2
Colatina	51,8	61,5	76,1	102,2	114,8	116,4	93,2	10,3
Governador Lindenberg	1,3	2,7	7,5	5,8	1,8	6,5	1,1	-2,0
Marilândia	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,5	-0,6
Pancas	1,0	1,3	0,7	0,5	0,4	0,3	0,1	-34,0
Noroeste 1	6,7	8,6	6,7	6,3	7,1	7,8	10,7	8,1
Água Doce do Norte	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	-9,8
Barra de São Francisco	4,8	6,3	4,3	4,2	4,7	5,0	5,0	0,6
Ecoporanga	1,0	1,1	1,3	1,1	1,2	0,9	0,7	-5,6
Mantenedópolis	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,1	-16,4
Vila Pavão	0,3	0,6	0,6	0,6	0,6	1,4	4,8	55,1
Noroeste 2	14,4	12,0	14,8	17,9	17,4	25,0	22,5	7,8
Águia Branca	0,3	0,5	0,9	0,3	0,6	2,0	1,8	32,5
Boa Esperança	1,1	0,5	0,7	1,0	1,5	1,2	0,5	-12,6
Nova Venécia	8,4	6,6	6,5	6,7	6,0	6,9	8,1	-0,5
São Domingos do Norte	0,6	0,7	0,5	0,5	0,5	0,3	0,1	-28,6
São Gabriel da Palha	3,7	3,4	5,9	8,6	6,8	12,7	11,1	20,4
Vila Valério	0,3	0,3	0,3	0,8	2,0	2,0	0,9	22,2
Polo Cachoeiro	81,4	129,1	145,3	110,0	117,4	116,2	115,8	6,0
Apiacá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	-15,3
Atílio Vivacqua	2,5	1,4	1,0	1,1	1,4	1,3	0,8	-16,7
Bom Jesus do Norte	1,4	1,1	2,1	1,3	1,1	1,0	1,4	-0,1
Cachoeiro de Itapemirim	67,7	113,9	129,3	92,9	93,5	89,4	91,5	5,1
Castelo	4,0	5,7	5,9	5,1	7,5	8,1	7,9	12,1
Jerônimo Monteiro	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	-8,6
Mimoso do Sul	2,0	2,5	1,9	2,2	4,2	6,5	7,1	23,1

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Muqui	0,4	0,4	0,6	1,0	2,4	2,1	1,7	27,8
Presidente Kennedy	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	-6,5
Rio Novo do Sul	0,9	1,1	1,4	1,3	1,0	1,0	1,3	6,5
Vargem Alta	2,1	2,6	2,7	4,5	5,8	6,2	3,8	10,5
Caparaó	19,7	18,1	8,6	8,6	10,1	9,1	9,4	-11,7
Alegre	1,1	1,0	0,9	0,9	1,1	1,0	1,1	1,2
Divino de São Lourenço	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-22,7
Dores do Rio Preto	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	-4,8
Guaçuí	13,1	11,3	1,9	1,9	2,0	1,8	1,3	-32,0
Ibatiba	0,7	1,1	0,5	0,9	1,2	0,8	1,2	8,9
Ibitirama	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-11,2
Irupi	0,6	0,5	0,3	0,7	2,3	1,4	2,7	28,9
Lúna	1,9	2,3	3,3	2,6	2,2	2,8	2,1	1,7
Muniz Freire	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,3	-5,0
São José do Calçado	1,6	1,1	1,0	0,8	0,4	0,6	0,4	-19,2
Total	3.518,8	3.762,7	4.476,4	5.178,3	5.507,3	6.133,4	6.916,3	11,9

FONTE: Espírito Santo (2010g).

Nota: Sinal convencional utilizado:

0,0 Dado numérico igual a zero, resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

APÊNDICE M – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GOVERNO E MUNICÍPIOS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	84,5	84,1	90,0	90,6	90,8	91,0	92,0	7,4
Cariacica	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	3,7	0,9
Fundão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Guarapari	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5	0,3	0,2	-0,1
Serra	8,2	8,4	8,9	14,7	14,1	14,7	14,8	6,6
Viana	0,6	1,1	1,8	0,5	0,9	1,0	1,2	0,6
Vila Velha	8,8	7,9	7,5	6,9	6,8	7,0	7,2	-1,6
Vitória	63,9	63,9	69,0	65,7	65,8	65,6	64,9	1,0
Polo Linares	2,4	2,0	1,9	2,1	2,2	2,3	2,6	0,2
Aracruz	1,3	0,9	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6	-0,7
Ibiraçu	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
João Neiva	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Linhares	0,9	1,0	1,1	1,4	1,4	1,6	1,8	0,9
Rio Bananal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Sooretama	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Metrópole Expandida Sul	0,4	0,6	0,4	1,2	1,0	0,7	0,6	0,3
Alfredo Chaves	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Anchieta	0,2	0,4	0,2	0,9	0,8	0,5	0,4	0,3
Iconha	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
Itapemirim	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0
Marataízes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Piúma	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudoeste Serrano	0,3	0,4	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	0,0
Afonso Cláudio	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Brejetuba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conceição do Castelo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Domingos Martins	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Laranja da Terra	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Marechal Floriano	0,1	0,1	0,3	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1
Venda Nova do Imigrante	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Central Serrana	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	-0,1
Itaguaçu	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Itarana	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Leopoldina	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Maria de Jetibá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Santa Teresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
São Roque do Canaã	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Continua

Continuação

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Litoral Norte	7,1	6,4	1,0	0,5	0,6	0,9	0,7	-6,5
Conceição da Barra	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1
Jaguaré	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Pedro Canário	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
São Mateus	6,9	6,2	0,7	0,3	0,4	0,6	0,3	-6,6
Extremo Norte	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Pinheiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ponto Belo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Montanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mucurici	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Polo Colatina	1,6	1,8	2,0	2,2	2,2	2,1	1,4	-0,2
Alto Rio Novo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Baixo Guandú	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Colatina	1,5	1,6	1,7	2,0	2,1	1,9	1,3	-0,1
Governador Lindenberg	0,0	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Marilândia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pancas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Noroeste 1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0
Água Doce do Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barra de São Francisco	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-0,1
Ecoporanga	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mantenópolis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vila Pavão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Noroeste 2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	-0,1
Águia Branca	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Boa Esperança	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nova Venécia	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-0,1
São Domingos do Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
São Gabriel da Palha	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1
Vila Valério	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Polo Cachoeiro	2,3	3,4	3,2	2,1	2,1	1,9	1,7	-0,6
Apiacá	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atílio Vivacqua	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1
Bom Jesus do Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cachoeiro de Itapemirim	1,9	3,0	2,9	1,8	1,7	1,5	1,3	-0,6
Castelo	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Jerônimo Monteiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mimoso do Sul	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0

Continua

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Muqui	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Presidente Kennedy	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rio Novo do Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vargem Alta	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Caparaó	0,6	0,5	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	-0,4
Alegre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Divino de São Lourenço	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dores do Rio Preto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Guaçuí	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,4
Ibatiba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ibitirama	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Irupi	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lúna	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Muniz Freire	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
São José do Calçado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0							

FONTE: Espírito Santo (2010g).

Nota: Sinal convencional utilizado:

0,0 Dado numérico igual a zero, resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

APÊNDICE N – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS DE SUAS RESPECTIVAS MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GOVERNO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Cariacica	3,2	3,1	2,9	2,8	2,8	2,7	4,0	0,7
Fundão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Guarapari	0,3	0,3	0,2	0,2	0,6	0,3	0,2	-0,1
Serra	9,7	9,9	9,9	16,2	15,6	16,2	16,1	6,3
Viana	0,7	1,3	2,0	0,6	1,0	1,1	1,3	0,6
Vila Velha	10,4	9,4	8,3	7,6	7,5	7,7	7,9	-2,5
Vitória	75,6	76,0	76,6	72,5	72,5	72,1	70,5	-5,1
Polo Linhares	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Aracruz	56,3	45,6	37,6	28,9	32,0	26,3	23,6	-32,7
Ibiraçu	1,6	1,2	1,2	1,3	1,2	1,3	0,9	-0,6
João Neiva	1,2	1,3	1,7	1,3	1,4	1,0	0,9	-0,2
Linhares	38,8	48,5	57,2	66,7	62,7	67,8	69,0	30,1
Rio Bananal	0,6	0,9	0,7	0,7	1,0	2,0	4,0	3,4
Sooretama	1,5	2,5	1,6	1,1	1,6	1,6	1,6	0,1
Metrópole Expandida Sul	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Alfredo Chaves	3,6	2,1	7,7	1,5	1,1	1,4	0,9	-2,7
Anchieta	45,6	62,1	38,8	76,5	76,1	72,1	70,7	25,1
Iconha	21,4	10,9	13,6	5,6	7,3	7,2	9,7	-11,7
Itapemirim	15,5	16,5	29,7	13,2	11,6	14,6	15,0	-0,5
Marataízes	7,6	4,4	5,6	1,6	2,1	2,7	2,1	-5,5
Piúma	6,3	4,0	4,6	1,6	1,7	2,0	1,7	-4,7
Sudoeste Serrano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Afonso Cláudio	11,9	9,6	6,9	13,7	26,2	16,5	13,2	1,3
Brejetuba	1,5	1,2	0,6	1,1	2,7	1,4	0,9	-0,5
Conceição do Castelo	3,8	3,0	2,2	2,3	3,6	2,6	2,0	-1,8
Domingos Martins	26,5	24,2	23,1	17,6	22,0	19,6	23,9	-2,5
Laranja da Terra	4,2	3,5	1,6	1,7	2,8	2,1	1,6	-2,6
Marechal Floriano	23,4	36,4	53,0	37,2	16,6	36,3	44,9	21,6
Venda Nova do Imigrante	28,7	22,3	12,5	26,3	26,3	21,4	13,3	-15,4
Central Serrana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Itaguaçu	10,6	9,9	7,3	7,6	8,1	9,3	8,2	-2,5
Itarana	10,6	11,8	5,9	8,7	8,9	11,4	14,9	4,3
Santa Leopoldina	3,9	3,1	2,2	1,9	1,8	2,0	1,5	-2,4
Santa Maria de Jetibá	32,0	36,0	50,7	52,2	47,5	43,0	50,0	18,0
Santa Teresa	25,4	21,5	15,0	16,2	19,6	20,4	18,2	-7,1
São Roque do Canaã	17,5	17,7	18,9	13,4	14,0	13,9	7,2	-10,3

Continua

Continuação

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Litoral Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Conceição da Barra	2,1	1,5	10,0	17,4	22,7	12,5	39,5	37,3
Jaguaré	0,4	0,6	8,1	15,0	4,7	4,2	3,3	2,9
Pedro Canário	0,5	0,7	7,7	11,8	9,1	18,5	17,8	17,4
São Mateus	96,9	97,2	74,2	55,8	63,5	64,8	39,3	-57,6
Extremo Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Pinheiros	53,4	52,1	58,0	64,3	67,9	70,3	86,4	33,0
Ponto Belo	16,2	11,8	11,3	8,3	6,1	7,5	5,3	-10,9
Montanha	21,6	29,2	29,0	25,1	20,5	18,4	7,6	-14,0
Mucurici	8,7	6,9	1,7	2,3	5,5	3,7	0,6	-8,1
Polo Colatina	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Alto Rio Novo	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	-0,1
Baixo Guandú	4,0	3,8	2,9	2,4	2,2	1,9	2,4	-1,6
Colatina	91,1	89,2	86,8	91,2	95,1	92,1	95,9	4,8
Governador Lindenberg	2,2	3,9	8,6	5,2	1,5	5,1	1,1	-1,1
Marilândia	0,8	1,0	0,8	0,6	0,6	0,5	0,5	-0,4
Pancas	1,7	1,9	0,8	0,5	0,3	0,2	0,1	-1,6
Noroeste 1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Água Doce do Norte	2,3	2,3	2,6	3,1	4,0	2,7	0,8	-1,6
Barra de São Francisco	71,7	73,6	64,6	65,7	66,4	64,3	46,6	-25,1
Ecoporanga	14,9	12,9	19,0	17,3	17,0	11,5	6,6	-8,3
Mantenópolis	5,9	4,6	5,5	4,8	4,4	3,0	1,3	-4,6
Vila Pavão	5,1	6,6	8,3	9,2	8,2	18,4	44,7	39,6
Noroeste 2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Águia Branca	2,3	4,1	6,0	1,5	3,4	8,1	7,9	5,6
Boa Esperança	7,4	4,6	5,0	5,3	8,8	4,7	2,1	-5,3
Nova Venécia	58,5	55,4	43,6	37,5	34,6	27,6	36,2	-22,3
São Domingos do Norte	4,5	5,5	3,3	2,9	2,6	1,0	0,4	-4,1
São Gabriel da Palha	25,5	28,2	40,0	48,1	39,0	50,7	49,6	24,1
Vila Valério	1,8	2,3	2,2	4,7	11,5	7,9	3,8	2,0
Polo Cachoeiro	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Apiacá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-0,1
Atílio Vivacqua	3,0	1,0	0,7	1,0	1,2	1,1	0,7	-2,3
Bom Jesus do Norte	1,7	0,8	1,4	1,2	0,9	0,9	1,2	-0,5
Cachoeiro de Itapemirim	83,1	88,3	89,0	84,5	79,6	77,0	79,0	-4,2
Castelo	4,9	4,4	4,1	4,7	6,4	6,9	6,9	1,9
Jerônimo Monteiro	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,2
Mimoso do Sul	2,5	1,9	1,3	2,0	3,6	5,6	6,2	3,6

Continua

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Muqui	0,5	0,3	0,4	0,9	2,1	1,8	1,5	1,0
Presidente Kennedy	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Rio Novo do Sul	1,1	0,8	1,0	1,2	0,8	0,9	1,1	0,0
Vargem Alta	2,6	2,0	1,8	4,1	4,9	5,4	3,3	0,7
Caparaó	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Alegre	5,4	5,7	10,5	10,8	11,3	11,0	12,2	6,8
Divino de São Lourenço	0,3	0,5	0,6	0,4	0,4	0,3	0,1	-0,2
Dores do Rio Preto	0,8	1,0	1,9	2,2	1,6	2,0	1,3	0,5
Guaçuí	66,4	62,5	22,3	22,3	19,9	19,4	13,8	-52,6
Ibatiba	3,7	5,8	6,0	10,6	11,9	9,3	12,9	9,2
Ibitirama	0,6	0,7	1,1	1,1	1,1	1,2	0,6	0,0
Irupi	3,0	3,0	3,1	8,3	22,8	15,1	28,5	25,5
Lúna	9,7	12,6	38,2	30,4	22,0	30,2	22,6	12,9
Muniz Freire	2,0	2,3	4,9	4,4	4,7	5,2	3,1	1,1
São José do Calçado	8,1	5,8	11,5	9,6	4,2	6,4	4,8	-3,4

FONTE: Espírito Santo (2010g).

Nota: Sinal convencional utilizado:

0,0 Dado numérico igual a zero, resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

APÊNDICE O – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO IPVA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL, POR MICRORREGIÃO ADMINISTRATIVA DE GOVERNO E MUNICÍPIO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real 2002/2008 (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	60,7	63,3	81,6	93,6	106,9	134,3	151,6	16,5
Cariacica	7,1	6,9	9,4	10,7	12,5	15,4	17,7	16,4
Fundão	0,2	0,2	0,3	0,4	0,5	0,7	0,8	23,2
Guarapari	2,5	2,7	3,6	4,7	6,0	8,6	11,4	28,8
Serra	7,8	7,9	11,0	13,1	15,5	20,9	24,8	21,3
Viana	0,9	1,1	1,9	2,3	2,7	3,5	4,2	29,9
Vila Velha	16,1	17,2	21,7	25,0	28,4	34,8	38,3	15,5
Vitória	26,1	27,2	33,7	37,4	41,2	50,4	54,4	13,1
Polo Linhares	8,0	8,0	10,2	11,3	12,8	16,2	18,4	14,8
Aracruz	2,2	2,1	2,8	3,3	3,9	4,9	5,4	16,4
Ibiraçu	0,4	0,5	0,7	0,7	0,8	1,0	1,1	19,4
João Neiva	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,9	1,0	12,7
Linhares	4,4	4,3	5,3	5,8	6,4	8,1	9,3	13,3
Rio Bananal	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6	0,8	1,0	17,9
Sooretama	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	20,0
Metrópole Expandida Sul	3,1	3,1	4,4	5,7	6,9	9,1	10,5	22,5
Alfredo Chaves	0,6	0,5	0,7	1,0	1,2	1,6	1,6	18,6
Anchieta	0,3	0,3	0,5	0,5	0,6	0,8	1,2	23,6
Iconha	1,0	1,1	1,7	2,3	2,8	3,3	3,5	23,3
Itapemirim	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	19,0
Marataízes	0,5	0,5	0,7	0,9	1,2	1,8	2,2	27,2
Piúma	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,8	1,0	20,5
Sudoeste Serrano	3,0	2,7	3,9	4,5	5,0	6,3	7,4	16,2
Afonso Cláudio	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8	1,0	1,2	13,8
Brejetuba	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	13,8
Conceição do Castelo	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	20,0
Domingos Martins	0,8	0,7	1,0	1,2	1,3	1,5	1,8	14,9
Laranja da Terra	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	17,6
Marechal Floriano	0,4	0,4	0,6	0,7	0,8	1,0	1,2	18,3
Venda Nova do Imigrante	0,8	0,8	1,1	1,3	1,5	1,8	2,1	17,1
Central Serrana	2,3	2,2	3,1	3,4	3,8	4,7	5,4	14,8
Itaguaçu	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	16,4
Itarana	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	13,4
Santa Leopoldina	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	17,0
Santa Maria de Jetibá	0,9	0,8	1,1	1,3	1,4	1,8	2,1	15,7

Continua

Continuação

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real 2002/2008 (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Santa Teresa	0,7	0,6	0,8	0,9	1,1	1,3	1,4	12,9
São Roque do Canaã	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	15,3
Litoral Norte	3,6	3,5	4,4	4,9	5,6	7,0	8,0	14,0
Conceição da Barra	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,6	0,7	15,5
Jaguare	0,4	0,3	0,5	0,5	0,6	0,8	0,9	17,9
Pedro Canário	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	15,3
São Mateus	2,7	2,6	3,2	3,5	3,9	4,9	5,6	13,0
Extremo Norte	0,7	0,8	1,0	1,3	1,4	1,8	2,0	18,4
Pinheiros	0,3	0,3	0,4	0,6	0,6	0,8	0,9	19,1
Ponto Belo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	19,7
Montanha	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	15,0
Mucurici	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	25,6
Polo Colatina	4,8	4,7	6,1	6,9	7,8	9,9	11,2	15,1
Alto Rio Novo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	25,7
Baixo Guandú	0,5	0,5	0,7	0,8	1,0	1,4	1,6	21,7
Colatina	3,7	3,6	4,6	5,1	5,6	6,9	7,7	12,7
Governador Lindenberg	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,5	37,7
Marilândia	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	0,7	18,1
Pancas	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,5	0,6	17,3
Noroeste 1	1,3	1,3	1,8	2,1	2,6	3,6	4,2	21,5
Água Doce do Norte	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	27,8
Barra de São Francisco	0,8	0,8	1,1	1,2	1,6	2,2	2,5	22,1
Ecoporanga	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,6	0,6	18,3
Mantenópolis	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	17,7
Vila Pavão	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	24,6
Noroeste 2	2,1	2,2	2,9	3,3	3,7	4,8	5,7	17,9
Águia Branca	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	19,8
Boa Esperança	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	17,7
Nova Venécia	1,0	1,0	1,3	1,5	1,6	2,0	2,4	16,1
São Domingos do Norte	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	23,4
São Gabriel da Palha	0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	1,3	1,6	19,6
Vila Valério	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	17,8
Polo Cachoeiro	11,2	11,5	14,8	17,8	20,7	26,1	29,4	17,5
Apiacá	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,7	0,9	38,6
Aflílio Vivacqua	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	15,0
Bom Jesus do Norte	0,7	0,9	1,2	1,7	2,1	2,8	3,4	28,8
Cachoeiro de Itapemirim	7,5	7,7	9,5	11,1	12,8	16,0	17,6	15,4

Continua

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Castelo	1,3	1,2	1,6	1,9	2,0	2,5	2,9	13,9
Jerônimo Monteiro	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	11,2
Mimoso do Sul	0,4	0,4	0,5	0,7	0,8	1,1	1,2	21,5
Muqui	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	15,5
Presidente Kennedy	0,2	0,2	0,5	0,8	0,9	1,0	1,0	32,2
Rio Novo do Sul	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	16,0
Vargem Alta	0,3	0,3	0,5	0,5	0,6	0,8	0,9	18,4
Caparaó	2,6	2,5	3,3	3,8	4,4	5,7	6,8	17,4
Alegre	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,9	1,1	13,8
Divino de São Lourenço	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	21,7
Dores do Rio Preto	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	18,4
Guaçuí	0,7	0,7	1,0	1,2	1,4	1,8	2,1	20,4
Ibatiba	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,8	16,1
Ibitirama	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	13,6
Irupi	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	14,1
Lúna	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,9	1,0	15,0
Muniz Freire	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	16,2
São José do Calçado	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,5	0,6	26,3
Total	103,5	105,8	137,6	158,5	181,7	229,6	260,3	16,6

FONTE: Espírito Santo (2010g).

APÊNDICE P – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GOVERNO E DOS MUNICÍPIOS, NA ARRECAÇÃO DO IPVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	58,7	59,8	59,3	59,0	58,8	58,5	58,2	-0,4
Cariacica	6,9	6,5	6,8	6,8	6,9	6,7	6,8	-0,1
Fundão	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,1
Guarapari	2,4	2,5	2,6	2,9	3,3	3,7	4,4	2,0
Serra	7,5	7,5	8,0	8,3	8,6	9,1	9,5	2,0
Viana	0,8	1,0	1,4	1,5	1,5	1,5	1,6	0,8
Vila Velha	15,6	16,2	15,8	15,8	15,7	15,1	14,7	-0,9
Vitória	25,2	25,7	24,5	23,6	22,7	21,9	20,9	-4,3
Polo Linhares	7,7	7,5	7,4	7,1	7,0	7,1	7,1	-0,7
Aracruz	2,1	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1	2,1	0,0
Ibiraçu	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,1
João Neiva	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	-0,1
Linhares	4,2	4,1	3,9	3,7	3,5	3,5	3,6	-0,7
Rio Bananal	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,0
Sooretama	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Metrópole Expandida Sul	3,0	2,9	3,2	3,6	3,8	4,0	4,0	1,0
Alfredo Chaves	0,6	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,6	0,1
Anchieta	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,1
Iconha	1,0	1,0	1,2	1,4	1,5	1,4	1,3	0,4
Itapemirim	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,0
Marataízes	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8	0,8	0,3
Piúma	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,1
Sudoeste Serrano	2,9	2,6	2,8	2,8	2,8	2,7	2,8	-0,1
Afonso Cláudio	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	-0,1
Brejetuba	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Conceição do Castelo	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Domingos Martins	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	-0,1
Laranja da Terra	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Marechal Floriano	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,0
Venda Nova do Imigrante	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
Central Serrana	2,3	2,0	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	-0,2
Itaguaçu	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Itarana	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Santa Leopoldina	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0
Santa Maria de Jetibá	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0

Continua

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Santa Teresa	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	-0,1
São Roque do Canaã	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Litoral Norte	3,5	3,4	3,2	3,1	3,1	3,0	3,1	-0,5
Conceição da Barra	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,0
Jaguare	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,0
Pedro Canário	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,0
São Mateus	2,6	2,4	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1	-0,4
Extremo Norte	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,1
Pinheiros	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,0
Ponto Belo	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Montanha	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,0
Mucurici	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Polo Colatina	4,6	4,4	4,4	4,4	4,3	4,3	4,3	-0,3
Alto Rio Novo	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Baixo Guandu	0,5	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,1
Colatina	3,6	3,4	3,3	3,2	3,1	3,0	2,9	-0,7
Governador Lindenberg	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1
Marilândia	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Pancas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Noroeste 1	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,6	1,6	0,4
Água Doce do Norte	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Barra de São Francisco	0,7	0,7	0,8	0,7	0,9	1,0	1,0	0,2
Ecoporanga	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,0
Mantenópolis	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0
Vila Pavão	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Noroeste 2	2,0	2,1	2,1	2,1	2,0	2,1	2,2	0,1
Águia Branca	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Boa Esperança	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Nova Venécia	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
São Domingos do Norte	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
São Gabriel da Palha	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,1
Vila Valério	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Polo Cachoeiro	10,8	10,8	10,8	11,2	11,4	11,4	11,3	0,5
Apiacá	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2
Atílio Vivacqua	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Bom Jesus do Norte	0,7	0,8	0,9	1,1	1,2	1,2	1,3	0,6
Cachoeiro de Itapemirim	7,2	7,3	6,9	7,0	7,1	7,0	6,8	-0,4

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Castelo	1,3	1,1	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	-0,2
Jerônimo Monteiro	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Mimoso do Sul	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,1
Muqui	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Presidente Kennedy	0,2	0,2	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,2
Rio Novo do Sul	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Vargem Alta	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,0
Caparaó	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,6	0,1
Alegre	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	-0,1
Divino de São Lourenço	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dores do Rio Preto	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Guaçuí	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,1
Ibatiba	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,0
Ibitirama	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Irupi	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Lúna	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,0
Muniz Freire	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,0
São José do Calçado	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: Espírito Santo (2010g).
Nota: Sinal convencional utilizado:
0,0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

APÊNDICE Q – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ITCD NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL, POR MICRORREGIÃO ADMINISTRATIVA DE GOVERNO E MUNICÍPIO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real 2002/2008 (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	4.518,3	2.968,2	3.080,3	3.216,5	6.325,0	6.878,0	8.360,0	10,8
Cariacica	162,8	176,2	206,3	230,7	349,2	302,8	394,4	15,9
Fundão	60,1	31,6	16,3	19,4	31,6	67,8	65,4	1,4
Guarapari	382,9	322,0	271,7	332,5	492,6	705,5	990,1	17,2
Serra	371,1	140,4	179,2	187,3	295,1	360,6	717,8	11,6
Viana	24,7	62,9	8,2	49,5	15,8	40,7	49,5	12,3
Vila Velha	1.761,0	539,8	784,0	773,9	1.439,9	1.519,1	2.259,9	4,2
Vitória	1.755,7	1.695,4	1.614,6	1.623,3	3.700,8	3.881,5	3.883,0	14,1
Polo Linhares	455,3	490,0	403,9	557,8	1.048,0	1.147,1	1.794,3	25,7
Aracruz	110,3	91,0	112,4	128,6	194,9	175,0	487,5	28,1
Ibiraçu	8,2	9,6	1,3	7,9	49,4	69,1	16,9	12,8
João Neiva	14,9	45,4	14,7	19,8	57,6	62,6	61,1	26,5
Linhares	293,5	304,6	254,3	356,4	628,4	617,6	1.124,1	25,1
Rio Bananal	22,4	33,8	11,5	35,0	107,5	152,7	86,1	25,1
Sooretama	6,1	5,6	9,6	10,1	10,2	70,2	18,6	20,4
Metrópole Expandida Sul	150,5	175,2	121,6	174,4	256,4	340,4	552,2	24,2
Alfredo Chaves	20,6	35,6	9,4	34,3	24,7	67,4	118,6	33,8
Anchieta	42,6	27,3	19,4	17,0	31,5	59,0	134,4	21,1
Iconha	5,1	10,1	7,4	13,7	49,5	29,4	27,0	31,9
Itapemirim	20,4	16,0	14,7	57,3	44,9	51,3	122,0	34,7
Marataízes	46,2	45,2	42,4	25,1	60,4	95,4	119,2	17,1
Piúma	15,5	41,0	28,4	27,0	45,4	37,8	31,0	12,3
Sudoeste Serrano	262,1	262,3	301,9	297,4	440,7	598,9	680,3	17,2
Afonso Cláudio	57,1	69,4	66,6	107,0	159,3	219,3	177,6	20,8
Brejetuba	45,8	4,4	-	0,5	1,1	74,8	17,8	-14,6
Conceição do Castelo	25,1	27,0	35,3	19,8	53,1	60,7	99,8	25,8
Domingos Martins	39,9	72,5	39,9	71,6	46,8	57,7	135,6	22,6
Laranja da Terra	18,0	10,9	18,5	18,7	28,3	47,0	38,9	13,7
Marechal Floriano	6,8	22,2	48,8	31,7	86,8	93,2	68,5	46,8
Venda Nova do Imigrante	69,3	55,9	92,8	48,0	65,3	46,2	142,1	12,7
Central Serrana	214,5	168,5	204,0	168,8	223,0	388,3	484,0	14,5
Itaguaçu	96,6	22,4	45,6	47,5	75,9	94,5	169,9	9,9
Itarana	31,2	27,7	20,3	23,7	36,5	59,1	52,8	9,2
Santa Leopoldina	11,9	12,2	22,4	4,2	14,9	28,9	17,5	6,7
Santa Maria de Jetibá	9,1	22,9	18,3	36,3	41,1	42,7	68,2	39,9

Continua

Continuação

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real 2002/2008 (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Santa Teresa	54,9	83,0	71,3	49,8	44,5	129,6	138,5	16,7
São Roque do Canaã	10,9	0,4	26,0	7,3	10,0	33,4	37,0	22,6
Litoral Norte	138,3	115,0	145,5	124,5	1.061,3	603,3	716,6	31,5
Conceição da Barra	8,0	14,2	18,0	22,9	22,5	26,2	130,1	59,1
Jaguaré	3,7	8,5	28,9	28,3	110,6	167,2	57,0	57,8
Pedro Canário	24,5	4,8	10,4	14,0	195,9	12,3	3,7	-27,1
São Mateus	102,1	87,5	88,2	59,3	732,3	397,6	525,8	31,4
Extremo Norte	99,3	102,1	191,2	298,9	494,7	1.526,7	300,0	20,2
Pinheiros	38,7	10,6	37,0	79,6	102,9	151,5	195,7	31,0
Ponto Belo	8,3	31,3	-	50,1	0,1	46,0	23,9	19,2
Montanha	33,4	26,0	151,0	135,4	248,0	1.280,9	55,2	8,7
Mucurici	18,9	34,1	3,2	33,8	143,6	48,3	25,3	5,0
Polo Colatina	499,9	377,3	549,5	360,7	647,0	1.077,9	846,7	9,2
Alto Rio Novo	13,4	6,5	9,0	6,2	26,1	25,5	21,2	7,9
Baixo Guandú	53,8	114,2	81,4	64,1	171,9	123,5	205,9	25,1
Colatina	393,4	214,9	393,1	261,7	246,9	822,2	506,3	4,3
Governador Lindenberg	1,8	13,0	1,3	4,0	15,8	31,2	25,5	55,6
Marilândia	20,6	1,9	0,2	7,3	17,8	31,9	17,0	-3,1
Pancas	16,8	26,8	64,4	17,4	168,5	43,5	70,8	27,1
Noroeste 1	257,0	368,8	215,4	221,8	215,5	302,0	334,6	4,5
Água Doce do Norte	7,0	44,0	15,5	17,8	32,0	14,6	23,6	22,6
Barra de São Francisco	81,0	171,6	107,5	92,1	58,0	155,0	128,2	7,9
Ecoporanga	142,8	131,4	54,9	58,0	97,9	82,2	116,0	-3,4
Mantenópolis	24,8	18,2	25,5	5,6	18,1	31,6	30,3	3,4
Vila Pavão	1,4	3,6	12,0	48,4	9,5	18,6	36,6	72,0
Noroeste 2	145,2	291,5	198,2	490,7	292,2	390,6	390,6	17,9
Águia Branca	8,5	28,8	23,3	40,6	21,9	10,7	26,2	20,7
Boa Esperança	14,9	17,4	8,5	18,7	67,3	100,1	34,9	15,3
Nova Venécia	89,4	84,4	63,2	195,5	118,7	183,1	207,3	15,1
São Domingos do Norte	6,2	7,6	5,5	54,5	5,4	32,1	2,9	-11,8
São Gabriel da Palha	18,3	153,3	86,8	178,7	79,0	55,1	93,5	31,3
Vila Valério	8,0	-	10,9	2,7	-	9,4	25,7	21,6
Polo Cachoeiro	685,0	702,2	849,5	886,9	1.015,6	1.587,8	2.269,9	22,1
Apiacá	14,1	3,6	10,7	35,0	29,1	15,9	7,3	-10,4
Atílio Vivacqua	14,7	10,6	2,8	48,9	19,7	65,7	56,5	25,2
Bom Jesus do Norte	10,5	26,1	10,6	14,5	13,9	46,1	19,2	10,5
Cachoeiro de Itapemirim	400,7	408,6	517,9	409,0	601,8	854,7	1.474,8	24,3

Continua

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real 2002/2008 (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Castelo	64,6	41,7	131,7	125,5	116,8	236,3	201,5	20,9
Jerônimo Monteiro	23,7	36,8	19,7	26,5	33,1	80,7	51,1	13,6
Mimoso do Sul	68,4	98,1	63,8	105,8	69,9	84,2	106,7	7,7
Muqui	46,0	31,5	15,0	42,8	45,7	90,0	36,2	-3,9
Presidente Kennedy	21,9	18,3	36,4	21,4	49,7	40,5	200,6	44,6
Rio Novo do Sul	11,0	14,5	11,1	36,2	12,3	2,7	80,6	39,4
Vargem Alta	9,3	12,3	29,9	21,4	23,6	70,9	35,4	25,0
Caparaó	465,9	331,1	411,5	501,5	409,0	672,6	523,9	2,0
Alegre	147,2	58,7	91,2	159,4	130,1	257,4	194,7	4,8
Divino de São Lourenço	1,6	0,1	2,2	1,8	-	3,3	11,1	37,8
Dores do Rio Preto	7,1	11,2	4,1	11,5	19,3	42,9	21,1	20,0
Guaçuí	122,2	113,2	113,3	101,5	79,0	160,9	64,8	-10,0
Ibatiba	2,9	25,5	20,9	29,5	14,8	30,6	51,0	61,6
Ibitirama	4,0	13,4	9,7	9,0	9,5	21,2	15,4	25,2
Irupi	3,2	0,8	29,3	13,6	57,1	18,8	15,4	29,7
Íluna	59,1	66,4	92,1	137,8	80,0	80,4	67,0	2,1
Muniz Freire	25,7	10,2	26,7	13,6	13,2	38,4	54,4	13,3
São José do Calçado	93,0	31,6	22,0	23,8	5,9	18,6	29,1	-17,6
Total	7.891,3	6.352,4	6.672,5	7.300,0	12.428,3	15.513,5	17.253,1	13,9

FONTE: Espírito Santo (2010g).
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

APÊNDICE R – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GOVERNO E DOS MUNICÍPIOS, NA ARRECADAÇÃO DO ITCD DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	57,3	46,7	46,2	44,1	50,9	44,3	48,5	-8,8
Cariacica	2,1	2,8	3,1	3,2	2,8	2,0	2,3	0,2
Fundão	0,8	0,5	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	-0,4
Guarapari	4,9	5,1	4,1	4,6	4,0	4,5	5,7	0,9
Serra	4,7	2,2	2,7	2,6	2,4	2,3	4,2	-0,5
Viana	0,3	1,0	0,1	0,7	0,1	0,3	0,3	0,0
Vila Velha	22,3	8,5	11,7	10,6	11,6	9,8	13,1	-9,2
Vitória	22,2	26,7	24,2	22,2	29,8	25,0	22,5	0,3
Polo Linhares	5,8	7,7	6,1	7,6	8,4	7,4	10,4	4,6
Aracruz	1,4	1,4	1,7	1,8	1,6	1,1	2,8	1,4
Ibiraçu	0,1	0,2	0,0	0,1	0,4	0,4	0,1	0,0
João Neiva	0,2	0,7	0,2	0,3	0,5	0,4	0,4	0,2
Linhares	3,7	4,8	3,8	4,9	5,1	4,0	6,5	2,8
Rio Bananal	0,3	0,5	0,2	0,5	0,9	1,0	0,5	0,2
Sooretama	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,5	0,1	0,0
Metrópole Expandida Sul	1,9	2,8	1,8	2,4	2,1	2,2	3,2	1,3
Alfredo Chaves	0,3	0,6	0,1	0,5	0,2	0,4	0,7	0,4
Anchieta	0,5	0,4	0,3	0,2	0,3	0,4	0,8	0,2
Iconha	0,1	0,2	0,1	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1
Itapemirim	0,3	0,3	0,2	0,8	0,4	0,3	0,7	0,4
Marataízes	0,6	0,7	0,6	0,3	0,5	0,6	0,7	0,1
Piúma	0,2	0,6	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2	0,0
Sudoeste Serrano	3,3	4,1	4,5	4,1	3,5	3,9	3,9	0,6
Afonso Cláudio	0,7	1,1	1,0	1,5	1,3	1,4	1,0	0,3
Brejetuba	0,6	0,1	-	0,0	0,0	0,5	0,1	-0,5
Conceição do Castelo	0,3	0,4	0,5	0,3	0,4	0,4	0,6	0,3
Domingos Martins	0,5	1,1	0,6	1,0	0,4	0,4	0,8	0,3
Laranja da Terra	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,0
Marechal Floriano	0,1	0,3	0,7	0,4	0,7	0,6	0,4	0,3
Venda Nova do Imigrante	0,9	0,9	1,4	0,7	0,5	0,3	0,8	-0,1
Central Serrana	2,7	2,7	3,1	2,3	1,8	2,5	2,8	0,1
Itaguaçu	1,2	0,4	0,7	0,7	0,6	0,6	1,0	-0,2
Itarana	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	-0,1
Santa Leopoldina	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0
Santa Maria de Jetibá	0,1	0,4	0,3	0,5	0,3	0,3	0,4	0,3
Santa Teresa	0,7	1,3	1,1	0,7	0,4	0,8	0,8	0,1
São Roque do Canaã	0,1	0,0	0,4	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1

Continua

Continuação

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Litoral Norte	1,8	1,8	2,2	1,7	8,5	3,9	4,2	2,4
Conceição da Barra	0,1	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,8	0,7
Jaguaré	0,0	0,1	0,4	0,4	0,9	1,1	0,3	0,3
Pedro Canário	0,3	0,1	0,2	0,2	1,6	0,1	0,0	-0,3
São Mateus	1,3	1,4	1,3	0,8	5,9	2,6	3,0	1,8
Extremo Norte	1,3	1,6	2,9	4,1	4,0	9,8	1,7	0,5
Pinheiros	0,5	0,2	0,6	1,1	0,8	1,0	1,1	0,6
Ponto Belo	0,1	0,5	-	0,7	0,0	0,3	0,1	0,0
Montanha	0,4	0,4	2,3	1,9	2,0	8,3	0,3	-0,1
Mucurici	0,2	0,5	0,0	0,5	1,2	0,3	0,1	-0,1
Polo Colatina	6,3	5,9	8,2	4,9	5,2	6,9	4,9	-1,4
Alto Rio Novo	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,0
Baixo Guandú	0,7	1,8	1,2	0,9	1,4	0,8	1,2	0,5
Colatina	5,0	3,4	5,9	3,6	2,0	5,3	2,9	-2,1
Governador Lindenberg	0,0	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Marilândia	0,3	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	-0,2
Pancas	0,2	0,4	1,0	0,2	1,4	0,3	0,4	0,2
Noroeste 1	3,3	5,8	3,2	3,0	1,7	1,9	1,9	-1,3
Água Doce do Norte	0,1	0,7	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,0
Barra de São Francisco	1,0	2,7	1,6	1,3	0,5	1,0	0,7	-0,3
Ecoporanga	1,8	2,1	0,8	0,8	0,8	0,5	0,7	-1,1
Mantenedópolis	0,3	0,3	0,4	0,1	0,1	0,2	0,2	-0,1
Vila Pavão	0,0	0,1	0,2	0,7	0,1	0,1	0,2	0,2
Noroeste 2	1,8	4,6	3,0	6,7	2,4	2,5	2,3	0,4
Águia Branca	0,1	0,5	0,3	0,6	0,2	0,1	0,2	0,0
Boa Esperança	0,2	0,3	0,1	0,3	0,5	0,6	0,2	0,0
Nova Venécia	1,1	1,3	0,9	2,7	1,0	1,2	1,2	0,1
São Domingos do Norte	0,1	0,1	0,1	0,7	0,0	0,2	0,0	-0,1
São Gabriel da Palha	0,2	2,4	1,3	2,4	0,6	0,4	0,5	0,3
Vila Valério	0,1	-	0,2	0,0	-	0,1	0,1	0,0
Polo Cachoeiro	8,7	11,1	12,7	12,1	8,2	10,2	13,2	4,5
Apiacá	0,2	0,1	0,2	0,5	0,2	0,1	0,0	-0,1
Atílio Vivacqua	0,2	0,2	0,0	0,7	0,2	0,4	0,3	0,1
Bom Jesus do Norte	0,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,3	0,1	0,0
Cachoeiro de Itapemirim	5,1	6,4	7,8	5,6	4,8	5,5	8,5	3,5
Castelo	0,8	0,7	2,0	1,7	0,9	1,5	1,2	0,3
Jerônimo Monteiro	23,7	36,8	19,7	26,5	33,1	80,7	51,1	13,6
Mimoso do Sul	0,9	1,5	1,0	1,4	0,6	0,5	0,6	-0,2
Muqui	0,6	0,5	0,2	0,6	0,4	0,6	0,2	-0,4
Presidente Kennedy	0,3	0,3	0,5	0,3	0,4	0,3	1,2	0,9
Rio Novo do Sul	0,1	0,2	0,2	0,5	0,1	0,0	0,5	0,3
Vargem Alta	0,1	0,2	0,4	0,3	0,2	0,5	0,2	0,1

Continua

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Caparaó	5,9	5,2	6,2	6,9	3,3	4,3	3	-2,9
Alegre	1,9	0,9	1,4	2,2	1,0	1,7	1,1	-0,7
Divino de São Lourenço	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,1	0,0
Dores do Rio Preto	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,0
Guaçuí	1,5	1,8	1,7	1,4	0,6	1,0	0,4	-1,2
Ibatiba	0,0	0,4	0,3	0,4	0,1	0,2	0,3	0,3
Ibitirama	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Irupi	0,0	0,0	0,4	0,2	0,5	0,1	0,1	0,0
Lúna	0,7	1,0	1,4	1,9	0,6	0,5	0,4	-0,4
Muniz Freire	0,3	0,2	0,4	0,2	0,1	0,2	0,3	0,0
São José do Calçado	1,2	0,5	0,3	0,3	0,0	0,1	0,2	-1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: Espírito Santo (2010g).

Notas: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

0,0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

APÊNDICE S – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DE TAXAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL, POR MICRORREGIÃO ADMINISTRATIVA DE GOVERNO E MUNICÍPIO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real 2002/2008 (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	69,5	69,9	84,0	93,2	101,5	119,0	131,6	11,2
Cariacica	10,5	11,0	12,8	14,5	16,2	22,8	26,2	16,5
Fundão	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6	0,6	0,6	12,5
Guarapari	3,6	3,6	4,1	4,9	6,0	7,4	8,5	15,7
Serra	10,9	10,7	13,2	15,1	17,3	21,0	24,0	14,1
Viana	1,0	1,2	1,4	1,6	2,1	2,4	2,5	16,3
Vila Velha	18,0	17,7	21,5	24,0	26,5	29,8	32,0	10,1
Vitória	25,3	25,6	30,6	32,8	32,7	35,0	37,7	6,9
Polo Linhares	12,6	11,9	13,0	14,7	15,8	18,5	20,5	8,4
Aracruz	4,5	4,3	4,4	5,1	5,6	6,3	7,1	7,9
Ibiraçu	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	8,2
João Neiva	0,5	0,5	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0	10,4
Linhares	6,4	5,7	6,3	7,2	7,5	8,9	9,9	7,4
Rio Bananal	0,6	0,6	0,8	0,8	1,0	1,2	1,2	13,4
Sooretama	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	20,7
Metrópole Expandida Sul	3,4	3,6	4,3	5,0	5,9	7,5	8,9	17,6
Alfredo Chaves	0,5	0,6	0,8	0,7	0,9	1,1	1,1	13,2
Anchieta	0,4	0,4	0,5	0,5	0,7	1,0	1,9	31,3
Iconha	0,7	0,8	1,0	1,2	1,4	1,7	1,7	14,7
Itapemirim	0,4	0,4	0,5	0,5	0,8	1,2	1,2	22,0
Marataízes	0,9	0,9	1,0	1,2	1,3	1,7	2,0	13,6
Piúma	0,4	0,5	0,6	0,9	0,7	1,0	1,0	15,2
Sudoeste Serrano	5,1	5,3	6,0	6,8	7,6	9,0	10,2	12,3
Afonso Cláudio	1,3	1,1	1,3	1,5	1,8	2,3	2,7	12,9
Brejetuba	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,5	0,5	22,9
Conceição do Castelo	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6	0,6	0,6	13,1
Domingos Martins	1,2	1,3	1,4	1,4	1,7	1,9	2,3	12,1
Laranja da Terra	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	9,7
Marechal Floriano	0,7	0,8	0,8	1,1	1,0	1,1	1,2	8,1
Venda Nova do Imigrante	1,1	1,4	1,6	1,8	1,7	2,0	2,3	13,1
Central Serrana	4,0	4,1	4,7	4,8	5,2	6,1	6,9	9,4
Itaguaçu	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,7	0,7	10,6
Itarana	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	9,9
Santa Leopoldina	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	8,5
Santa Maria de Jetibá	1,1	1,3	1,6	1,8	1,9	2,3	2,7	15,4
Santa Teresa	1,5	1,4	1,5	1,4	1,4	1,6	1,8	3,0
São Roque do Canaã	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	9,2

Continua

Continuação

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real 2002/2008 (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Litoral Norte	5,2	5,0	5,7	6,5	7,5	8,9	9,7	10,9
Conceição da Barra	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,6	0,6	10,4
Jaguaré	0,4	0,5	0,7	0,8	0,9	1,2	1,2	19,1
Pedro Canário	0,6	0,5	0,5	0,6	0,9	1,0	1,2	12,5
São Mateus	3,9	3,7	4,1	4,8	5,2	6,1	6,7	9,5
Extremo Norte	1,9	1,5	1,4	1,4	1,4	1,8	2,0	1,4
Pinheiros	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8	15,4
Ponto Belo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	13,8
Montanha	0,3	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,9	18,0
Mucurici	1,1	0,5	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	-28,3
Polo Colatina	9,0	8,4	9,1	9,1	9,5	12,1	13,4	6,8
Alto Rio Novo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	19,3
Baixo Guandú	1,0	1,0	1,1	1,2	1,2	1,7	1,8	11,2
Colatina	7,1	6,4	6,7	6,7	6,5	8,2	9,2	4,4
Governador Lindenberg	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,5	0,6	30,3
Marilândia	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,8	0,8	12,3
Pancas	0,3	0,4	0,5	0,4	0,6	0,7	0,7	12,5
Noroeste 1	4,5	4,2	3,6	3,4	4,3	5,4	5,9	4,9
Água Doce do Norte	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3	0,4	0,6	25,0
Barra de São Francisco	3,6	3,3	2,5	2,2	2,5	3,1	3,3	-1,4
Ecoporanga	0,3	0,4	0,4	0,5	0,7	0,8	0,8	16,4
Mantenedópolis	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,6	0,7	27,2
Vila Pavão	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	18,2
Noroeste 2	5,2	4,4	4,9	5,3	5,5	7,2	7,7	6,6
Águia Branca	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,5	0,5	17,2
Boa Esperança	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	13,5
Nova Venécia	2,4	1,9	2,0	2,2	2,1	2,7	3,0	3,4
São Domingos do Norte	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	15,0
São Gabriel da Palha	1,8	1,5	1,7	1,8	1,7	2,2	2,4	4,8
Vila Valério	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,9	0,9	15,7
Polo Cachoeiro	13,7	13,7	16,1	17,7	19,3	23,4	25,7	11,0
Apiacá	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	15,5
Atilio Vivacqua	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	9,9
Bom Jesus do Norte	0,5	0,6	0,7	1,1	1,4	1,9	2,1	26,2
Cachoeiro de Itapemirim	9,2	9,0	10,4	11,2	11,8	14,1	15,6	9,1
Castelo	1,5	1,6	2,0	2,1	2,2	2,7	3,0	12,2
Jerônimo Monteiro	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	9,9
Mimoso do Sul	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	1,2	1,5	14,6

Continua

Microrregião administrativa e município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)							Taxa anual de crescimento real 2002/2008 (em %)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Muqui	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	8,9
Presidente Kennedy	0,2	0,2	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	14,1
Rio Novo do Sul	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	12,9
Vargem Alta	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8	0,8	12,2
Caparaó	4,6	4,8	5,3	5,9	6,6	8,2	9,6	13,1
Alegre	0,8	0,8	0,9	1,0	1,0	1,3	1,6	12,6
Divino de São Lourenço	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	14,6
Dores do Rio Preto	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	12,5
Guaçuí	1,2	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	8,3
Ibatiba	0,4	0,5	0,5	0,6	0,9	1,1	1,4	21,2
Ibitirama	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	15,5
Irupi	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	18,1
Lúna	1,2	1,3	1,4	1,6	1,5	1,9	2,4	11,6
Muniz Freire	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,7	0,8	17,2
São José do Calçado	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	15,0
Total	138,7	136,8	158,1	173,8	190,2	226,9	252,1	10,5

FONTE: Espírito Santo (2010g).

APÊNDICE T – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GOVERNO E DOS MUNICÍPIOS, NA ARRECADAÇÃO DE TAXAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2002-2008

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Metropolitana	50,1	51,1	53,1	53,6	53,4	52,5	52,2	2,1
Cariacica	7,6	8,1	8,1	8,3	8,5	10,1	10,4	2,8
Fundão	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,0
Guarapari	2,6	2,6	2,6	2,8	3,1	3,2	3,4	0,8
Serra	7,8	7,8	8,3	8,7	9,1	9,3	9,5	1,7
Viana	0,7	0,9	0,9	0,9	1,1	1,1	1,0	0,3
Vila Velha	13,0	13,0	13,6	13,8	13,9	13,1	12,7	-0,2
Vitória	18,2	18,7	19,4	18,8	17,2	15,4	15,0	-3,3
Polo Linhares	9,1	8,7	8,2	8,4	8,3	8,1	8,1	-1,0
Aracruz	3,2	3,2	2,8	2,9	2,9	2,8	2,8	-0,4
Ibiraçu	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,0
João Neiva	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,0
Linhares	4,6	4,2	4,0	4,2	3,9	3,9	3,9	-0,7
Rio Bananal	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,1
Sooretama	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,1
Metrópole Expandida Sul	2,4	2,6	2,7	2,9	3,1	3,3	3,5	1,1
Alfredo Chaves	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,4	0,1
Anchieta	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,8	0,5
Iconha	0,5	0,6	0,6	0,7	0,8	0,7	0,7	0,1
Itapemirim	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,2
Marataízes	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,1
Piúma	0,3	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,1
Sudoeste Serrano	3,7	3,9	3,8	3,9	4,0	4,0	4,0	0,4
Afonso Cláudio	0,9	0,8	0,8	0,9	1,0	1,0	1,1	0,1
Brejetuba	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Conceição do Castelo	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,0
Domingos Martins	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,1
Laranja da Terra	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0
Marechal Floriano	0,5	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	-0,1
Venda Nova do Imigrante	0,8	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,1
Central Serrana	2,9	3,0	3,0	2,8	2,7	2,7	2,7	-0,2
Itaguaçu	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,0
Itarana	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0
Santa Leopoldina	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Santa Maria de Jetibá	0,8	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	0,3
Santa Teresa	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	0,7	0,7	-0,4
São Roque do Canaã	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0

Continua

Continuação

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Litoral Norte	3,7	3,7	3,6	3,8	3,9	3,9	3,8	0,1
Conceição da Barra	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,0
Jaguaré	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,2
Pedro Canário	0,4	0,4	0,3	0,3	0,5	0,4	0,5	0,0
São Mateus	2,8	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7	-0,1
Extremo Norte	1,3	1,1	0,9	0,8	0,7	0,8	0,8	-0,5
Pinheiros	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,1
Ponto Belo	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Montanha	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,1
Mucurici	0,8	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-0,7
Polo Colatina	6,5	6,1	5,8	5,3	5,0	5,3	5,3	-1,2
Alto Rio Novo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Baixo Guandú	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,0
Colatina	5,1	4,6	4,3	3,8	3,4	3,6	3,6	-1,5
Governador Lindenberg	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Marilândia	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,0
Pancas	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,0
Noroeste 1	3,2	3,1	2,3	2,0	2,2	2,4	2,4	-0,9
Água Doce do Norte	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Barra de São Francisco	2,6	2,4	1,6	1,3	1,3	1,4	1,3	-1,3
Ecoporanga	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3	0,1
Mantenedópolis	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2
Vila Pavão	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Noroeste 2	3,8	3,2	3,1	3,1	2,9	3,2	3,0	-0,7
Águia Branca	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Boa Esperança	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Nova Venécia	1,8	1,4	1,3	1,3	1,1	1,2	1,2	-0,6
São Domingos do Norte	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0
São Gabriel da Palha	1,3	1,1	1,1	1,0	0,9	1,0	0,9	-0,3
Vila Valério	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,1
Polo Cachoeiro	9,9	10,0	10,2	10,2	10,1	10,3	10,2	0,3
Apiacá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0
Atilio Vivacqua	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,0
Bom Jesus do Norte	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,8	0,5
Cachoeiro de Itapemirim	6,7	6,6	6,6	6,4	6,2	6,2	6,2	-0,5
Castelo	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	0,1
Jerônimo Monteiro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Mimoso do Sul	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,1

Continua

Microrregião administrativa e município	(em %)							Variação 2008/2002 (em p.p.)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Muqui	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Presidente Kennedy	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0
Rio Novo do Sul	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
Vargem Alta	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3	0,0
Caparaó	3,3	3,5	3,3	3,4	3,5	3,6	3,8	0,5
Alegre	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,1
Divino de São Lourenço	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Dores do Rio Preto	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Guaçuí	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	-0,1
Ibatiba	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,5	0,6	0,2
Ibitirama	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Irupi	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Lúna	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,9	0,1
Muniz Freire	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,1
São José do Calçado	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: Espírito Santo (2010g).

Nota: Sinal convencional utilizado:

0,0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

APÊNDICE U – RESUMO DAS LEGISLAÇÕES REFERENTES AOS REAJUSTES SALARIAIS CONCEDIDOS AO FUNCIONALISMO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1990 E 2008

Tipo de legislação	Número da legislação	Data da promulgação	Valor do reajuste	Categorias contempladas
Lei Ordinária	4.769	17/01/1990	28,75%	Servidores do Poder Executivo
Lei Ordinária	4.476	08/01/1991	50%	Servidores do Poder Judiciário
Lei Ordinária	4.449	08/01/1991	50%	Todos os servidores do Poder Executivo, exceto Magistério
Decreto Normativo	3.369	19/06/1992	34,15%	Servidores da Administração Direta
Ato da Mesa	1.016	22/06/1992	45,36%	Servidores da Assembléia Legislativa
Decreto Normativo	3.414	24/09/1992	13,19%	Servidores da Administração Direta
Ato da Mesa	1.176	29/09/1992	47,50%	Servidores da Assembléia Legislativa
Lei Ordinária	4.632	08/12/1992	26%	Magistério
Lei Ordinária	4.656	30/12/1992	20%	Magistério
Lei Ordinária	4.672	08/01/1993	11,6% em outubro e mais 13% em novembro	Magistério
Ato da Mesa	243	24/03/1993	58,60%	Servidores do Poder Legislativo
Resolução	1.654	04/06/1993	30%	Servidores do Poder Legislativo
Ato da Mesa	670	16/09/1993	77,52%	Servidores da Assembléia Legislativa
Ato da Mesa	830	20/12/1993	88,13%	Servidores da Assembléia Legislativa
Resolução	1.748	17/01/1995	9,12%	Servidores do Tribunal de Contas
Resolução	1.747	17/01/1995	9,12%	Servidores da Assembléia Legislativa
Lei Ordinária	5.035	08/05/1995	25,34%	Todas
Lei Ordinária	5.678	02/07/1998	15% e mais 2 gratificações relativas a 50% do salário base	Magistério
Lei Ordinária	7.977	23/04/2005	4%	Servidores do Poder Executivo
Lei Ordinária	8.067	04/07/2005	4%	Servidores do Ministério Público
Lei Ordinária	8.066	04/07/2005	4%	Servidores do Poder Judiciário
Lei Ordinária	8.081	21/07/2005	4% em junho e mais 8% em novembro	Servidores da Assembléia Legislativa
Lei Ordinária	8.280	31/03/2006	4%	Servidores do Poder Executivo
Lei Ordinária	8.284	01/04/2006	4%	Servidores do Poder Legislativo
Lei Ordinária	8.487	20/04/2007	3,50%	Servidores da Assembléia Legislativa
Lei Ordinária	8.494	09/05/2007	3,50%	Servidores do Poder Judiciário
Lei Ordinária	8.502	18/05/2007	N/D	Servidores do Ministério Público
Lei Ordinária	8.863	07/05/2008	5%	Servidores do Poder Judiciário
Lei Ordinária	8.970	30/07/2008	5%	Servidores do Tribunal de Contas

FONTE: Espírito Santo (2010a)

Nota: Apesar de terem sido aprovados pela Assembleia Legislativa, nem todos os reajustes foram concedidos imediatamente após a promulgação da Lei.

APÊNDICE V – TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL, EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR, DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DOS ESTADOS DO BRASIL, 1996-2008

Estado	(em %)													
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Acre	-14,5	2,2	6,2	-19,2	43,0	6,3	9,0	-0,9	5,2	8,7	3,9	14,6	7,2	
Alagoas	49,2	-33,0	-0,3	33,1	-6,4	-7,1	21,8	-3,6	6,9	17,3	9,1	14,1	9,3	
Amapá	-41,3	-19,4	-6,0	-2,6	0,3	11,6	28,8	-1,1	22,8	3,1	25,7	13,6	5,8	
Amazonas	21,8	-1,8	13,1	-37,3	42,1	18,3	40,8	-9,9	6,4	7,0	7,0	6,1	12,4	
Bahia	1,3	20,0	-0,8	-1,9	-12,1	59,1	-1,1	3,8	8,3	4,3	11,4	7,0	9,5	
Ceará	-0,6	27,5	-2,5	29,6	8,7	25,6	9,1	-1,3	2,9	2,3	8,5	8,0	12,9	
Distrito Federal	0,6	-3,6	5,2	44,4	-24,8	2,0	5,7	-57,3	-5,6	23,2	23,3	7,3	19,6	
Espírito Santo	-2,1	-1,3	5,5	-2,2	-1,7	-2,1	5,3	-5,9	12,9	2,9	2,8	13,0	3,2	
Goiás	-5,7	-0,7	6,3	5,5	16,1	13,8	13,1	-10,2	20,8	-1,2	16,6	11,2	0,8	
Maranhão	11,3	-15,6	6,6	12,4	-6,0	26,8	12,1	0,5	10,2	-3,4	11,1	9,8	10,5	
Mato Grosso	-11,6	4,5	-5,8	3,2	21,4	-10,1	14,8	15,1	2,0	10,6	8,2	15,8	12,4	
Mato Grosso do Sul	0,2	-2,6	8,3	2,1	18,7	3,5	4,6	14,5	11,2	-21,8	13,7	17,1	4,5	
Minas Gerais	-5,5	2,9	-0,1	50,4	29,0	11,0	-3,9	-11,1	5,3	1,6	8,2	7,7	10,6	
Pará	3,2	4,5	-6,3	13,3	22,4	-4,6	11,1	1,5	5,1	-14,2	-1,9	25,3	8,4	
Paraná	14,9	-4,9	34,5	-0,2	-26,9	40,5	22,2	17,7	2,2	-9,1	25,2	-3,4	11,4	
Paraná	7,2	5,5	2,4	-4,2	-6,8	-22,0	52,0	1,9	5,4	3,1	10,0	10,1	5,5	
Pernambuco	-0,6	-2,1	6,0	1,2	1,8	42,4	4,2	-7,7	7,3	7,6	-16,8	38,6	11,2	
Piauí	-10,1	6,8	-2,8	-0,1	-13,4	20,7	13,4	3,7	6,1	-8,1	-20,3	43,3	2,7	
Rio de Janeiro	1,7	-1,4	4,6	22,0	-0,4	-6,4	10,3	2,5	-3,9	-39,2	3,6	18,7	4,1	
Rio Grande do Norte	3,9	4,4	7,0	-3,3	3,6	14,3	22,4	-1,8	7,2	-1,7	-6,9	31,6	4,0	
Rio Grande Sul	5,2	-2,3	7,8	1,8	-2,5	5,8	10,0	-1,7	-2,0	2,1	7,4	9,5	3,2	
Rondônia	-8,3	3,6	16,6	-2,4	0,2	-4,6	14,8	-0,2	13,5	11,2	4,5	0,5	10,4	
Roraima	-4,4	13,4	27,1	46,5	52,0	-49,7	149,6	8,4	-18,3	20,8	6,5	17,6	13,6	
Santa Catarina	9,2	1,8	7,7	-40,7	71,6	1,5	15,2	0,3	3,3	8,9	-31,0	15,0	11,9	
São Paulo	23,5	-9,8	34,8	1,8	1,5	0,7	2,7	-4,5	1,3	4,1	6,3	0,9	3,2	
Sergipe	-15,3	-0,2	4,8	8,8	-3,1	15,8	7,9	-0,7	8,2	10,6	20,4	6,5	11,1	
Tocantins	-13,6	0,6	12,8	-5,2	15,0	15,0	18,0	-1,1	12,0	4,8	28,9	10,5	1,9	
Total	6,6	-2,3	12,4	7,9	2,9	5,5	8,1	-5,1	3,3	-1,3	5,7	9,4	6,9	

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b) e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2008).

APÊNDICE W – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA QUOTA-PARTE DO ICMS AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2000-2008

Município	<i>em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)</i>								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Afonso Cláudio	6,8	8,1	7,3	7,2	8,1	8,8	8,5	9,6	11,3
Água Doce do Norte	3,4	3,4	3,1	3,3	4,0	4,4	4,3	4,9	5,8
Águia Branca	3,6	4,2	3,6	3,7	4,4	5,2	4,6	5,1	6,4
Alegre	5,4	6,1	5,7	5,9	6,7	7,1	6,9	8,0	9,2
Alfredo Chaves	3,3	3,9	3,3	3,5	4,0	4,2	5,7	6,3	7,3
Alto Rio Novo	1,9	1,9	1,9	2,0	2,2	2,6	3,2	3,3	3,9
Anchieta	14,5	22,5	22,4	21,9	24,6	31,6	35,8	42,5	41,0
Apiacá	2,5	2,4	2,6	2,4	2,9	3,4	2,8	3,6	3,6
Aracruz	44,2	65,0	74,9	73,2	82,3	109,9	103,8	78,6	82,8
Atílio Vivacqua	3,3	3,4	3,5	3,6	4,5	5,2	4,7	5,5	6,3
Baixo Guandu	14,2	15,2	12,9	13,1	14,7	16,3	16,5	15,4	13,9
Barra de São Francisco	6,8	7,9	7,1	7,3	8,9	10,4	10,6	13,6	15,6
Boa Esperança	3,6	4,1	4,3	4,5	5,3	5,8	5,2	6,0	6,6
Bom Jesus do Norte	2,0	2,7	2,5	2,3	2,7	2,9	2,6	2,7	3,5
Brejetuba	4,0	5,6	5,0	4,5	4,3	4,6	6,6	8,5	9,8
Cachoeiro de Itapemirim	38,0	40,6	36,7	37,3	42,1	48,5	50,9	53,8	61,1
Cariacica	30,9	35,1	30,9	32,8	39,9	44,8	51,0	57,5	62,2
Castelo	8,7	10,2	8,9	8,4	10,3	13,8	14,6	15,7	18,7
Colatina	28,2	26,7	22,3	24,1	26,1	27,9	27,6	32,2	38,9
Conceição da Barra	9,0	8,9	7,4	8,0	10,6	12,4	11,8	14,3	16,0
Conceição do Castelo	3,6	4,0	3,6	3,9	5,3	7,4	8,3	9,1	10,6
Divino de São Lourenço	1,2	1,6	1,4	1,7	2,4	2,6	2,8	3,1	3,5
Domingos Martins	8,7	10,4	10,0	9,8	11,8	13,8	13,6	13,9	15,4
Dores do Rio Preto	1,3	1,8	1,8	1,8	1,7	2,1	2,8	3,1	3,9
Ecoporanga	7,1	7,8	7,0	7,5	9,8	11,8	11,8	12,9	14,6
Fundão	3,4	3,9	3,4	3,3	3,7	3,7	3,2	3,9	4,4
Governador Lindenberg	-	3,2	3,0	3,2	6,7	7,3	7,9	8,9	9,0
Guaçuí	3,6	3,9	3,6	4,7	5,7	5,8	5,8	6,5	7,4
Guarapari	8,2	7,9	6,6	7,0	8,6	9,7	10,6	11,4	13,8
Ibatiba	3,9	5,4	5,4	5,3	6,2	6,4	6,0	6,0	6,9
Ibiraçu	2,5	3,0	2,6	2,4	3,1	3,6	4,4	5,1	5,7
Ibitirama	2,3	3,5	3,3	2,9	3,2	3,7	4,3	4,7	4,7
Iconha	2,8	3,3	2,9	3,0	3,4	3,6	4,8	5,7	6,8
Irupi	3,1	4,0	3,5	3,4	3,4	3,6	4,2	4,9	5,7
Itaguaçu	3,8	2,6	3,7	3,4	3,9	4,6	5,7	6,5	7,4
Itapemirim	6,1	5,9	5,1	5,2	6,8	14,2	17,8	14,3	13,6
Itarana	3,1	3,6	3,3	2,8	3,2	3,9	4,8	5,0	5,7
Lúna	4,7	6,8	6,3	6,1	6,1	6,8	7,6	8,2	9,5
Jaguareé	6,8	8,5	8,6	11,7	16,5	20,4	16,4	15,8	18,3
Jerônimo Monteiro	1,4	1,8	1,7	1,8	2,3	2,8	3,3	3,6	4,1

Continua

Município	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
João Neiva	4,2	4,7	4,6	5,1	6,2	7,0	6,5	7,5	8,6
Laranja da Terra	2,7	3,4	3,4	3,4	3,8	4,3	5,1	5,5	6,2
Linhares	29,5	33,0	30,5	35,5	45,9	50,9	48,7	49,2	58,3
Mantenópolis	3,2	3,5	3,2	3,5	4,1	4,6	4,1	6,0	5,2
Marataízes	3,2	3,5	3,0	3,1	3,7	4,1	5,0	5,0	5,8
Marechal Floriano	6,6	7,1	5,9	7,1	8,8	9,0	10,3	10,3	9,1
Marilândia	4,0	4,2	3,9	3,8	4,9	5,4	4,9	5,3	6,5
Mimoso do Sul	6,9	7,8	7,3	7,0	8,0	8,9	8,3	8,8	9,7
Montanha	3,5	3,6	3,9	5,3	6,4	7,2	8,0	8,8	10,2
Mucurici	2,1	2,6	2,7	2,8	3,5	3,8	4,8	5,0	5,5
Muniz Freire	4,4	5,1	4,8	5,0	5,4	6,0	7,1	8,2	12,2
Muqui	3,2	3,5	3,1	3,1	3,9	4,5	4,0	4,2	4,8
Nova Venécia	11,5	11,8	10,7	11,3	13,7	14,8	14,0	16,2	19,1
Pancas	3,9	7,2	5,9	5,3	6,5	8,0	7,2	7,3	8,5
Pedro Canário	4,0	4,0	4,1	4,5	5,5	6,7	6,9	7,5	7,1
Pinheiros	4,7	5,4	4,7	5,3	6,7	7,8	9,2	9,8	11,1
Piúma	2,3	2,6	2,3	2,5	2,8	3,0	2,6	2,8	3,2
Ponto Belo	1,6	2,0	2,0	1,9	2,4	3,3	3,8	3,9	4,6
Presidente Kennedy	2,7	2,8	2,6	2,7	3,7	4,2	4,4	4,9	5,4
Rio Bananal	7,1	7,6	6,5	6,2	6,7	7,5	7,6	8,5	11,1
Rio Novo do Sul	2,2	2,3	2,2	2,4	3,1	3,5	4,1	4,4	5,4
Santa Leopoldina	6,1	5,8	4,9	5,1	6,0	6,4	7,2	7,4	8,2
Santa Maria de Jetibá	10,0	10,9	9,8	11,3	13,0	15,6	16,2	18,3	21,0
Santa Teresa	7,1	7,4	6,9	6,6	7,7	8,2	8,2	9,5	10,8
São Domingos do Norte	2,5	2,3	2,2	2,5	3,4	4,3	4,8	5,2	6,8
São Gabriel da Palha	6,8	5,4	4,8	5,4	7,7	8,9	8,4	9,1	12,1
São José do Calçado	3,1	3,6	3,2	3,5	4,4	4,6	4,2	4,7	5,1
São Mateus	17,3	18,0	17,7	17,1	20,7	26,3	26,7	27,1	33,4
São Roque do Canaã	2,8	3,5	3,0	2,9	3,3	4,0	4,6	4,9	5,8
Serra	114,1	128,1	126,8	135,2	154,2	189,6	230,4	271,7	298,6
Sooretama	3,8	5,0	4,4	4,3	5,0	5,9	6,7	6,9	8,5
Vargem Alta	6,3	6,4	5,7	5,7	6,3	7,4	7,2	7,5	9,3
Venda Nova do Imigrante	6,2	6,7	5,8	6,4	8,3	10,6	12,2	13,8	14,9
Viana	10,5	11,9	9,9	9,1	12,2	16,3	16,1	14,9	16,7
Vila Pavão	2,0	2,5	2,4	2,7	3,7	4,6	5,2	5,7	6,6
Vila Valério	4,7	5,6	4,9	5,3	7,0	7,0	7,7	8,2	10,1
Vila Velha	53,9	62,2	58,1	65,0	74,0	79,9	82,1	88,1	106,0
Vitória	233,2	234,1	205,0	226,2	280,7	299,2	311,4	386,2	446,2
Total	915,8	1.018,2	945,9	1.001,1	1.195,4	1.381,0	1.459,3	1.618,1	1.832,5

FONTE: Adaptado de Balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

APÊNDICE X – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS (FRDR) AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2007-2008

Município	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)		Município	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)	
	2007	2008		2007	2008
Afonso Cláudio	472,7	775,7	João Neiva	277,0	457,8
Água Doce do Norte	333,7	528,4	Laranja da Terra	252,5	452,2
Águia Branca	228,0	382,0	Linhares	-	-
Alegre	534,5	913,0	Mantenópolis	232,5	569,1
Alfredo Chaves	285,4	512,4	Marataízes	882,8	1.403,8
Alto Rio Novo	237,0	399,8	Marechal Floriano	184,8	383,3
Anchieta	112,5	200,1	Marilândia	244,9	415,4
Apiacá	266,6	526,7	Mimoso do Sul	415,5	751,9
Aracruz	-	-	Montanha	252,5	494,6
Atilio Vivacqua	212,7	366,9	Mucurici	153,6	274,2
Baixo Guandu	275,5	611,6	Muniz Freire	309,7	431,8
Barra de São Francisco	414,3	775,7	Muqui	393,5	742,4
Boa Esperança	299,0	516,3	Nova Venécia	423,4	738,0
Bom Jesus do Norte	430,4	647,1	Pancas	356,4	588,2
Brejetuba	198,4	311,8	Pedro Canário	387,3	867,1
Cachoeiro de Itapemirim	894,4	1.642,8	Pinheiros	282,0	568,7
Cariacica	1.592,4	2.976,9	Piúma	784,8	1.261,7
Castelo	333,7	549,2	Ponto Belo	201,6	385,9
Colatina	661,4	1.130,0	Presidente Kennedy	-	-
Conceição da Barra	299,8	503,3	Rio Bananal	261,9	423,6
Conceição do Castelo	164,7	301,5	Rio Novo do Sul	331,7	524,5
Divino de São Lourenço	200,1	342,6	Santa Leopoldina	216,4	396,3
Domingos Martins	351,0	616,8	Santa Maria de Jetibá	276,3	500,3
Dores do Rio Preto	-	390,7	Santa Teresa	300,8	522,3
Ecoporanga	262,9	477,3	São Domingos do Norte	196,6	305,4
Fundão	-	-	São Gabriel da Palha	415,0	687,8
Governador Lindenberg	149,1	302,8	São José do Calçado	278,0	531,4
Guaçuí	540,2	934,7	São Mateus	-	-
Guarapari	1.284,9	2.105,0	São Roque do Canaã	274,1	465,2
Ibatiba	449,7	749,3	Serra	-	-
Ibiraçu	257,7	469,9	Sooretama	385,6	696,0
Ibitirama	263,4	491,6	Vargem Alta	340,3	539,2
Iconha	270,8	448,7	Venda Nova do Imigrante	198,4	378,1
Irupi	275,0	472,5	Viana	594,4	1.067,6
Itaguaçu	297,3	500,3	Vila Pavão	185,3	348,2
Itapemirim	-	-	Vila Valério	228,5	377,3
Itarana	295,8	489,4	Vila Velha	-	-
Iúna	448,4	742,4	Vitória	-	-
Jaguaré	-	-			
Jerônimo Monteiro	361,9	657,9	Total	24.473,4	43.312,4

FONTE: Espírito Santo (2010g).

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

APÊNDICE Y – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO AOS MUNICÍPIOS, 2001-2008

Município	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Afonso Cláudio	440,2	-	18,2	466,9	1.144,2	1.943,5	674,2	677,8
Água Doce do Norte	35,1	-	40,9	44,3	1.180,7	1.469,1	1.107,3	472,3
Águia Branca	85,6	-	-	598,5	408,4	2.843,8	360,2	1.632,5
Alegre	50,9	-	-	415,8	1.547,8	5.649,3	663,3	1.347,2
Alfredo Chaves	93,5	12,5	592,9	44,3	760,3	419,7	1.409,9	2.117,1
Alto Rio Novo	93,3	164,2	100,6	40,1	780,0	1.051,2	636,4	1.596,3
Anchieta	117,3	-	19,8	-	233,2	2.295,7	2.040,1	1.204,6
Apiacá	223,7	-	179,1	48,1	614,9	652,9	1.231,6	1.634,7
Aracruz	464,9	439,8	608,1	-	2.507,4	608,9	1.445,9	4.166,8
Atílio Vivacqua	778,5	-	85,6	980,9	488,9	993,6	613,3	666,4
Baixo Guandu	-	-	-	-	284,9	449,5	1.020,8	1.491,3
Barra de São Francisco	167,3	-	128,2	-	179,5	1.569,3	200,9	160,4
Boa Esperança	-	113,8	85,8	542,5	888,6	682,5	752,3	903,5
Bom Jesus do Norte	23,5	-	-	48,6	768,1	1.222,2	778,9	1.977,1
Brejetuba	113,8	-	10,2	57,6	317,2	142,2	260,5	31,5
Cachoeiro de Itapemirim	533,7	-	834,1	6.261,7	3.008,5	434,9	5.514,4	1.848,8
Cariacica	6.193,8	2.800,4	2.759,5	6.367,5	1.506,3	5.835,1	15.813,3	4.689,1
Castelo	-	85,0	4,2	1.531,7	1.090,7	655,8	1.256,4	1.284,9
Colatina	222,7	-	635,7	1.814,2	2.281,6	11.129,2	12.856,9	1.645,3
Conceição da Barra	27,2	-	-	599,5	1.121,1	1.625,6	603,8	326,0
Conceição do Castelo	-	66,0	5,9	489,7	1.272,3	1.752,0	681,5	1.829,2
Divino de São Lourenço	-	-	-	-	374,6	863,3	166,3	157,3
Domingos Martins	346,3	-	591,5	1.097,4	506,1	1.165,8	1.453,8	1.878,4
Dores do Rio Preto	-	-	-	217,4	165,2	1.209,1	498,7	197,1
Ecoporanga	-	125,1	105,5	54,4	721,7	390,6	834,7	796,7
Fundão	417,2	-	116,3	51,2	734,9	893,2	196,8	603,1
Governador Lindenberg	-	127,1	-	191,9	676,8	1.027,3	166,3	3.240,9
Guaçuí	158,2	66,5	515,1	349,2	421,2	2.593,2	2.823,7	2.486,9
Guarapari	71,1	-	14,4	329,2	185,5	821,8	172,1	-
Ibatiba	382,3	78,1	219,2	25,0	1.224,4	2.843,8	579,8	339,3
Ibiraçu	218,8	262,8	149,4	166,7	1.647,2	1.821,6	2.360,7	1.484,7
Ibitirama	13,3	-	-	122,8	406,5	1.118,4	781,4	376,3
Iconha	-	173,9	234,6	270,8	246,9	1.565,5	1.159,1	845,0
Irupi	267,4	-	181,6	195,8	705,4	1.125,7	596,9	271,0
Itaguaçu	251,6	1.314,9	-	376,0	876,6	2.147,0	618,7	490,8
Itapemirim	-	780,1	453,2	757,7	2.820,4	4.960,2	3.330,0	5.241,0
Itarana	92,8	232,2	-	129,1	599,3	1.719,0	457,8	2.376,9
Lúna	104,4	-	-	86,3	1.233,0	2.311,0	721,8	1.283,1
Jaguareé	221,1	-	120,0	-	-	108,8	349,2	204,5
Jerônimo Monteiro	-	-	92,0	-	578,1	2.081,5	551,8	948,3

Continua

Município	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
João Neiva	247,7	358,8	-	185,7	2.147,8	3.291,9	1.214,3	2.198,2
Laranja da Terra	28,5	-	5,9	109,1	782,8	1.341,8	1.143,5	1.656,8
Linhares	-	-	655,8	934,8	2.962,2	5.284,5	43,2	5.895,2
Mantenópolis	38,7	146,6	-	32,0	510,5	747,8	997,6	540,7
Marataízes	-	-	-	-	460,8	1.383,2	1.551,9	923,0
Marechal Floriano	371,3	-	7,9	-	449,8	498,0	166,3	1.523,0
Marilândia	140,7	-	-	-	616,4	2.131,9	299,3	51,4
Mimoso do Sul	402,0	-	456,3	-	920,6	1.899,3	1.199,8	833,2
Montanha	254,4	-	99,1	565,8	1.807,5	2.327,9	1.053,3	1.523,1
Mucurici	254,4	211,9	136,3	447,9	1.000,7	1.535,9	813,5	595,8
Muniz Freire	135,1	46,9	109,1	19,2	748,0	2.514,6	796,4	1.109,1
Muqui	188,4	-	-	389,6	739,3	1.960,4	1.762,1	440,8
Nova Venécia	150,3	-	-	-	514,7	2.461,0	980,7	1.542,9
Pancas	103,4	-	41,6	663,5	1.158,4	2.552,7	1.599,2	1.954,1
Pedro Canário	26,0	-	25,5	-	472,8	815,6	166,3	451,0
Pinheiros	25,4	-	-	385,7	1.729,1	885,7	2.783,8	1.676,7
Piúma	-	11,5	-	2,1	455,3	397,7	5,5	547,3
Ponto Belo	438,6	-	13,6	250,2	834,6	1.856,4	1.663,3	1.948,0
Presidente Kennedy	-	-	-	-	12,0	425,1	110,8	115,4
Rio Bananal	214,7	-	-	1.121,0	1.588,0	1.269,9	859,5	707,4
Rio Novo do Sul	-	-	716,2	374,6	726,1	854,6	755,8	661,9
Santa Leopoldina	28,3	473,9	-	511,6	767,9	561,3	961,8	790,5
Santa Maria de Jetibá	41,8	69,1	109,3	1.194,7	629,9	722,0	432,8	1.062,9
Santa Teresa	208,1	-	40,9	-	3.294,0	5.014,8	2.491,8	1.176,6
São Domingos do Norte	42,4	156,4	435,6	57,6	2.482,5	1.336,8	2.635,9	602,1
São Gabriel da Palha	2.545,0	146,3	-	-	1.253,8	4.614,4	3.220,1	3.408,6
São José do Calçado	123,9	140,8	-	302,4	1.074,7	3.408,1	2.195,7	522,9
São Mateus	-	421,0	509,1	967,6	1.364,5	2.679,5	3.634,6	4.006,6
São Roque do Canaã	100,6	200,6	-	64,0	1.055,5	1.024,7	732,2	1.926,4
Serra	-	-	142,8	2.711,7	1.730,1	3.436,9	889,5	421,1
Sooretama	-	400,3	-	-	969,5	3.461,8	3.251,1	1.358,3
Vargem Alta	120,5	128,7	133,6	76,7	1.563,9	3.236,5	1.375,6	2.466,8
Venda Nova do Imigrante	25,0	-	486,5	64,0	258,5	572,8	299,3	943,4
Viana	66,7	609,1	552,8	812,9	1.246,1	2.081,3	2.406,7	4.870,2
Vila Pavão	-	31,3	29,0	-	492,8	2.612,2	556,7	655,1
Vila Valério	52,3	63,6	-	182,1	1.272,0	1.168,9	1.670,1	1.615,1
Vila Velha	7,9	-	180,1	97,2	6,0	7.656,8	11.361,5	5.417,5
Vitória	40,5	-	212,0	2.238,4	754,0	80,4	-	191,0
Total	18.632,3	10.459,4	14.001,1	39.534,6	77.361,7	154.297,7	125.823,4	113.254,2

FONTE: Espírito Santo (2010g).

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

APÊNDICE Z – EVOLUÇÃO DA (IN)SUFICIÊNCIA FINANCEIRA DOS ESTADOS DO BRASIL, 2000-2008

Estado	em R\$ mil (IPCA médio de 2009)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acre	-21,3	41,1	41,4	46,0	69,2	281,0	183,4	257,7	486,1
Alagoas	-109,1	-614,3	176,8	-114,1	-154,3	-318,2	-363,4	-127,8	-54,1
Amapá	-57,9	-62,9	-68,6	-28,5	22,2	429,2	343,4	521,5	827,0
Amazonas	968,1	210,2	-14,7	61,8	254,3	239,2	293,4	625,5	866,1
Bahia	101,0	242,0	633,0	176,5	306,7	409,1	539,6	940,6	1.050,3
Ceará	1.038,9	1.134,7	14,2	-269,0	-384,9	66,6	255,2	1.085,7	1.594,7
Distrito Federal	-241,1	-39,7	153,2	145,6	144,2	160,7	82,4	654,0	1.030,0
Espírito Santo	-1.434,7	-2.222,7	-1.554,8	174,0	139,4	837,3	1.064,2	1.509,4	2.538,5
Goiás	-660,5	-402,3	-580,2	-46,4	-298,0	-1.455,7	-1.342,1	-1.336,9	-963,2
Maranhão	774,1	578,1	546,7	141,6	312,5	628,3	774,0	1.192,1	830,0
Mato Grosso	-321,8	-247,0	457,1	-40,0	-728,2	-677,3	259,5	321,3	435,3
Mato Grosso do Sul	-879,5	-790,6	-616,1	-598,0	-541,1	-609,9	-640,5	-177,8	321,9
Minas Gerais	-4.424,6	-6.701,7	-5.838,1	-4.165,5	-3.578,7	-2.642,0	-2.661,0	-1.772,3	-1.138,3
Pará	203,5	204,1	201,0	140,6	186,3	343,4	363,9	698,0	1.024,2
Paraíba	-241,2	154,8	-215,2	-402,6	-627,6	-383,4	-132,5	-14,1	250,8
Paraná	-6.091,4	-5.350,3	-4.715,7	-4.073,1	-3.188,7	-2.933,2	-109,5	679,9	1.535,8
Pernambuco	1.668,8	768,0	90,4	-231,2	-273,3	-50,1	193,4	579,9	1.038,4
Piauí	250,2	185,9	207,0	-155,1	-75,0	566,8	507,0	205,6	137,6
Rio de Janeiro	-3.978,2	2.579,8	-1.815,6	-2.501,3	4.158,9	-1.394,9	-1.737,0	-898,6	1.495,1
Rio Grande do Norte	106,1	51,5	56,9	84,6	-36,9	169,6	326,0	371,0	577,1
Rio Grande Sul	-2.036,1	-3.134,7	-6.971,7	-5.473,5	-4.059,9	-4.868,6	-5.579,5	-5.392,9	-4.638,8
Rondônia	-452,5	-452,3	-457,9	-281,5	-241,0	-112,2	-84,0	291,9	449,2
Roraima	-108,8	-132,7	4,3	-73,1	6,2	242,5	342,1	416,6	978,8
Santa Catarina	-1.241,9	-705,4	-708,9	-733,2	-367,7	83,8	197,2	588,9	1.611,3
São Paulo	-11.022,0	-7.736,7	-5.172,1	-4.251,1	-2.372,5	-1.803,9	-1.647,3	-3.629,4	1.422,7
Sergipe	3,4	160,4	236,8	172,9	171,4	711,4	229,4	503,1	690,2
Tocantins	192,6	478,2	542,5	610,7	732,3	927,8	1.108,0	1.503,9	1.457,3
Total	-28.015,8	-21.804,4	-25.368,1	-21.683,0	-10.424,1	-11.152,8	-7.234,7	-403,2	15.854,0

FONTE: Adaptado de BRASIL (2009b).

Supervisão de projeto: Ampla Comunicação

Produção: Estúdio Zota

Diagramação: Allan Ost, Hobberson Chocolate, Roges Morais

Revisão Bibliográfica: Morgana Andrade

Revisão Ortográfica: Márcia Rocha



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Fazenda